

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022 - STDA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de fornecimento e implantação de Sistema de Gestão Integrada ou Government Resource Planning (GRP) para utilização da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Juiz de Fora/MG, bem como para atendimento do Decreto Federal nº 10.540/2020, e demais legislações pertinentes, contemplando as seguintes áreas: Administrativa, Saúde, Educação, no modelo SaaS (Software as a Service) – Software como Serviço, compreendendo migração de dados, integração de dados (sistemas legados e de terceiros), customização, treinamento, suporte técnico e manutenções.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Trata-se de sistema de gestão integrada para atender à Prefeitura do Município de Juiz de Fora/MG. O sistema deve ter por foco a otimização de seus ativos quando se trata de informações (planejamento, decisão, orçamento), e como efeito esperado a implementação de um novo tipo de estratégia para gerenciar as operações da Prefeitura de Juiz de Fora. A fim de atender a essa necessidade, o presente termo de referência está organizado como descrito abaixo.

1.2 Nosso escopo de trabalho inclui três áreas bem distintas para que possam ser tratadas cada uma dentro de suas especificidades. São elas:

1.2.1 Lote da Saúde: Este lote busca a estruturação de sistema que permita atividades como o agendamento online – por dispositivos móveis ou computadores - de consultas e exames, a obtenção dos resultados dos exames, bem como o mapeamento em detalhe das filas e das necessidades de atendimento por região. Busca-se, também, a gestão das informações administrativas para a saúde, como controle de orçamentos mais precisos e agilidades nas prestações de conta, de modo a evitar equívocos observados em processos manuais, gerando mais assertividade no envio das informações.

1.2.2 Lote da Educação: Este lote busca permitir todo o planejamento da educação municipal desde a elaboração de plano pedagógico e gestão de diários de classe, como a distribuição de merendas e registro de presença dos alunos. Este lote também conta com toda parte administrativa necessária para as escolas e para a Secretaria de Educação.

1.2.3 Lote Administrativo: Este lote compreende todos as áreas administrativas da Prefeitura de Juiz de Fora, de modo a abarcar a Administração Pública Municipal Direta e Indireta nas suas mais diversas atribuições.

1.3 Principais pontos de atenção e estratégias de aquisições:

1.3.1 Será licitada toda a solução, mas, não implantada toda ela de uma vez. Isso quer dizer que haverá um plano de execução dessa implantação, que ocorrerá em fases, considerando as viabilidades técnicas e financeiras. A organização ocorrerá de acordo com as prioridades da Prefeitura, podendo não ser executada a implantação de todos os módulos licitados.

1.3.2 A implantação dos sistemas e os serviços de prestação continuada, nos órgãos da Administração Indireta, serão efetuados nas situações em que, por motivos legais ou de

gestão, os órgãos não possam utilizar os sistemas como usuários da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). Fica a cargo exclusivo da PJF a definição sobre a contratação da implantação e dos serviços de prestação continuada para os respectivos órgãos.

1.3.3 Cada lote terá apenas um vencedor. Podendo ser o mesmo para todos os lotes.

1.3.4 Mesmo em lotes diferentes, as empresas têm que se comprometer a integração do módulo/lote. Isso deve se dar sempre por APIs REST FULL (Get, Post, Put e Delete) ou novas tecnologias que venham a surgir. É dizer, o vencedor de cada lote se compromete, tanto para com a Prefeitura de Juiz de Fora quanto para com os demais arrematantes dos demais lotes, ser capaz de receber e fornecer formas de integração de sistemas

1.3.5 Em caso de indefinição de quem deve fornecer cada tipo/método de API, fica a critério da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) decidir e, se for o caso, definir se a atividade deve ser ou não remunerada.

1.3.6 A totalidade dos módulos e lotes, ou seja, todo o backlog, serão divididas em fases de implantação e essas fases em sprints.

1.3.7 Já na assinatura do contrato, iniciaremos as primeiras sprints que tem como escopo a substituição dos atuais sistemas Fazendários - SIFAN e SIAFEM - além do novo sistema de compras e licitações.

1.3.8 Cada Sprint deve representar uma nova OS como será detalhado no Planejamento do Projeto

1.3.9 Para que se sagre vencedora de um ou mais lotes, a empresa precisa comprovar ter todos os módulos relacionados a ele, mesmo que não seja demandada a implantação de imediato. Caso não tenha o módulo disponível, a empresa deve evidenciar já ter iniciado a construção do módulo bem como apresentar um cronograma de finalização.

2 JUSTIFICATIVA

O presente documento tem o objetivo de definir as características técnicas para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de fornecimento e implantação de Sistema Integrado de Gestão no modelo SaaS (Software as a Service) – Software como Serviço, compreendendo instalação, configuração, customização, treinamento, suporte e manutenção.

A contratação visa atender necessidade de automação e solução de integração de gestão dos diversos processos da administração direta e indireta para as seguintes áreas: Administrativa, Saúde e Educação, que permite a entrada e saída de informações entre os mesmos, e fundamentalmente integrarem com os layouts do Sistema Informatizado de Contas do Município – SICOM, do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE/MG, criada em parceria com os jurisdicionados para apoiar o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz, efetiva e transparente, atendendo também a legislação do Código Tributário Nacional, bem como as peculiaridades da legislação tributária e não tributária municipal e suas respectivas alterações, a lei complementar municipal Nº 64/17, o decreto

municipal 13.553/19, que tratam do processo punitivo do Auto de Infração, lei municipal 11.131/06 e suas alterações, decreto municipal 13.601/19 que regulamenta as atribuições da PGM, Lei nº 6.908/86 – Parcelamento do solo, Lei nº 6.909/86 – Dispões sobre as Edificações, Lei nº 6.910/86 – Ordenamento do uso e ocupação do solo, Lei nº 10.410/03 e Demais decretos – Critérios Básicos para a Acessibilidade das pessoas portadoras de mobilidade reduzidas, Lei nº 8.408/94 – Parcelamento do solo, Lei Estadual 14.130/01 e Decretos – Prevenção contra incêndio e Pânico e demais Leis complementares e decretos que regulamentam ou modificam as leis anteriores, Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, Código de Posturas – Lei 11197/2006 e Decreto 9117/2007 - Lei nº 8120/1992 - Lei nº 9368/1998 - Lei nº 9675/1999 - Lei nº 9703/1999- Lei nº 10126/2001 - Lei nº 11987/2010 - Lei Complementar 04/2013 - Lei nº 13585/2017 - Decreto nº 3336/1985 - Decreto nº 4860/1993 - Decreto nº 7434/2002 - Decreto nº 9395/2007 - Decreto nº 9674/2008 - Decreto nº 10058/2009 - Decreto nº 12244/2015 - Decreto nº 13334/2018 – Portaria 9756/2017 e alterações, bem como a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, através do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

Os recursos para execução do objeto do presente Termo de Referência serão provenientes da Operação de Crédito aprovada pela Lei 13.748/2018, bem como do Contrato Nº 01.2018.230 – Processo Nº 10724/14, celebrado entre a Prefeitura de Juiz de Fora e a Caixa Econômica Federal, no âmbito dos Projetos vinculados ao Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, financiado pelo Contrato de Empréstimo Nº 3391/OC-BR, celebrado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e da contrapartida financeira correspondente ao Município.

3 DAS FINALIDADES

Trabalhar em um sistema único e integrado nas áreas Administrativa, Saúde e Educação para os órgãos de administração direta e indireta, conforme disposto nos dispositivos legais pertinentes, bem como formatos dos órgãos de controle. Integrando-se, sempre que possível, com sistemas internos e externos, de forma a evitar redigitação de dados, aprimorando a capacidade de gestão por meio dos relatórios parametrizáveis, facilitando os processos de trabalho, e aprimorando também os dados a serem enviados aos órgãos de controle por meio de prestações de contas e contribuindo para uma gestão pública mais eficaz e eficiente, prestando melhores serviços à população.

4 OBJETO

4.1 Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de fornecimento e implantação de Sistema de Gestão Integrada ou Government Resource Planning (GRP) para utilização da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Juiz de Fora/MG, bem como para atendimento do Decreto Federal nº 10.540/2020, e demais legislações pertinentes, contemplando as seguintes áreas: Administrativa, Saúde, Educação, no modelo SaaS (Software as a Service) – Software como Serviço, compreendendo migração de dados,

integração de dados (sistemas legados e de terceiros), customização, treinamento, suporte técnico e manutenções.

4.2 O objeto desse Termo de Referência será licitado em três lotes independentes – descritos no **Anexo V (TR)** – e integráveis entre si, podendo haver vencedores diferentes para cada um deles;

4.3 Também será permitido haver um vencedor para mais de um dos lotes descritos no **Anexo V (TR)**;

4.4 O objeto licitado atenderá a administração direta e indireta, do município de Juiz de Fora conforme o detalhamento deste Termo de Referência.

4.5 Para implantação de cada módulo, que consta no **Anexo V (TR)**, será emitida uma Ordem de Serviços específica, devendo a contagem do prazo para início da execução dos serviços ser iniciada a partir da data de recebimento da referida Ordem, não sendo obrigatório ao Município a implantação de todos os módulos, solicitando-os à licitante vencedora de acordo com a necessidade da Municipalidade.

5 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços e sistema a serem fornecidos pela **CONTRATADA** serão divididos em duas etapas, sendo elas realizadas mediante ordem de serviço - OS, ao longo do prazo de vigência contratual, e, sendo o caso, durante a sua prorrogação, nos moldes permitidos pelo art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93:

- **Serviços de Prestação Instantânea:** Planejamento do projeto, instalação do sistema, migração de dados dos sistemas atualmente em uso, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação, treinamento e operação assistida.
- **Serviços de Prestação Continuada:** Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte.

5.1 PLANEJAMENTO DO PROJETO

5.1.1 Detalhamento das várias etapas que vão da implantação (instalação, migrações, configurações, treinamentos etc.), testes e operação assistida.

5.1.2 A metodologia e organização de trabalho deverá considerar que toda implantação será gerida de forma projetada com ciclo de vida definido. Entende-se que os ciclos de vida são compostos por:

5.1.2.1 Levantamento de detalhamento de requisitos

- a) A cada OS emitida pela **CONTRATANTE**, fica a cargo da contratada a execução de todo o ciclo de vida do desenvolvimento/implantação de sistemas. Ou seja, a

CONTRATADA é responsável desde o levantamento de requisitos de cada OS até a sua operação assistida.

b) Todas as atividades e ações da contratada devem ser gerenciadas e pela Secretaria de Transformação Digital e Administrativa e pela Subsecretaria de Governança Digital.

5.2 INSTALAÇÃO DO SISTEMA

5.2.1 O sistema, com todas as suas funcionalidades, bem como seu Banco de Dados, deve estar instalado em um *Data Center* sob as Leis Brasileiras, podendo ser este da **CONTRATADA**, ou *Data Center* locado pela **CONTRATADA**, nos ambientes de Produção, Homologação (que também poderá ser usado como ambiente de treinamento).

5.2.2 Customização da identificação visual do sistema para a Prefeitura de Juiz de Fora.

5.2.3 Todas as interfaces gráficas e documentação de ajuda do sistema informatizado deverão ser disponibilizados em idioma português do Brasil, incluindo as interfaces de administração e parametrização do referido sistema.

5.3 MIGRAÇÃO DE DADOS DO SISTEMA ATUALMENTE EM USO

5.3.1 A migração de dados é o processo de transferência dos dados corporativos dos sistemas da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Juiz de Fora/MG, observado o Decreto Federal nº 10.540/2020 e legislações pertinentes, para a base de dados do novo sistema que compreende 3(três) etapas distintas:

5.3.1.1 Extração de dados: Processo de captura dos dados do banco de dados e outras fontes dos sistemas existentes nos referidos órgãos, podendo ser sistemas legados e planilhas de controle dos usuários. Nesse processo, a contratada, deve garantir que os sistemas legados permaneçam em perfeito funcionamento e com a integridade de dados atual;

5.3.1.2 Validação dos dados: processo de limpeza/saneamento dos dados (detecção e correção de dados incorretos, incompletos, corrompidos ou duplicados), enriquecimento dos dados (compreende a atualização dos dados com novos atributos, complementares aos existentes até então), validação lógica e física dos dados e a adequação dos mesmos ao formato dos dados utilizado pela solução.

5.3.1.3 Carga de dados: os dados extraídos e validados do legado são inseridos na base de dados da solução.

5.3.2 Todas as etapas de migração serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, sendo a **CONTRATANTE** responsável pelas validações.

5.3.3 Há previsão para migração de dados históricos de sistemas existentes para a solução, principalmente aqueles mandatórios para o funcionamento correto das regras de negócio.

5.3.4 Plano de Migração

5.3.5 A **CONTRATADA** deverá confeccionar um Plano de Migração a ser aprovado pelo **CONTRATANTE**, conforme modelo que será estabelecido no momento da definição do Planejamento de Implantação, que deve conter no mínimo:

5.3.5.1 Planejamento da migração, contemplando dados correntes e históricos;

5.3.5.2 Levantamento e detalhamento das informações necessárias (ex: campos e conteúdo de origem, parâmetros, regras etc.), contidas nos sistemas legados, para a correta migração dos dados;

5.3.5.3 Estrutura de arquivos, nos formatos necessários a serem utilizados na importação dos dados;

5.3.5.4 Definir a forma de tratamento das informações necessárias ao sistema que não são contempladas nos sistemas legados da **CONTRATANTE**;

5.3.5.5 Ferramentas de validação e importação etapas de geração de amostragens de dados para validação pelos usuários e pela equipe técnica da **CONTRATANTE** para cada módulo migrado;

5.3.5.6 Plano de teste.

5.3.6 A carga será efetuada em ambiente de homologação.

5.3.7 A migração não pode causar nenhuma perda de dados existentes nos sistemas legados.

5.3.8 A **CONTRATADA** deverá produzir relatórios, intermediários e finais, com os resultados das migrações com volume de dados migrados com sucesso e relação exaustiva dos dados não migrados associados ao respectivo motivo da rejeição.

5.3.9 Além dos relatórios, os aplicativos de carga da **CONTRATADA** deverão produzir arquivos de log de erro com a identificação dos tipos de ocorrências, no mesmo formato dos arquivos utilizados para carga, possibilitando assim o uso para eventual recarga.

5.3.10 Para dados obrigatórios no sistema e que não existam ou estão incompletos/inconsistentes nos sistemas legados, verificado pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** definirá, a ação a ser tomada para efetuar o correto preenchimento do dado.

5.3.11 Após a homologação final da migração, quaisquer correções ou complementação de informações, de responsabilidade da **CONTRATADA**, deverão ser corrigidas sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

5.3.12 A **CONTRATADA** é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer informações e dados acessados no período de migração, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar.

5.4 IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, E PARAMETRIZAÇÃO DO SISTEMA EM SEUS AMBIENTES DE PRODUÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

5.4.1 Fica a cargo da **CONTRATADA** realizar todas as configurações, customizações e parametrizações do sistema, nos respectivos ambientes, para que o sistema mantenha-se atualizado, conforme padrões e restrições estabelecidos, por representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s), apoiada pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa (STDA/SSGD), caso necessário.

5.4.2 A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, disponibilizar ambiente de homologação (testes, homologações e treinamento) para os usuários (Servidores municipais) durante toda vigência contratual.

5.4.3 A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, a qualquer tempo de contrato, manter as integrações do sistema/módulo – sem custo adicional para a **CONTRATANTE** - com as normativas ou qualquer tipo de obrigatoriedade do município em fornecer ou receber dados das demais esferas de governo – Municipal, Estadual ou Federal.

5.5 TREINAMENTO

5.5.1 Após a instalação do sistema a **CONTRATADA** será responsável pelo treinamento dos usuários designados pela **CONTRATANTE**.

5.5.1.1 Esta etapa deverá ser realizada nas dependências da Prefeitura, ou em outro local indicado pela **CONTRATANTE**, em datas e horários definidos em comum acordo entre as partes.

5.5.1.2 Enquanto durar o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e o Decreto Municipal nº 13.920, de 07 de abril de 2020, ou outra legislação que venha substituí-los com o intuito de tratar as condições elencadas pela pandemia da **SARS-COV 2 (COVID-19)**, os treinamentos devem ocorrer de forma prioritária no formato de Ensino a Distância – EAD.

5.5.2 A **CONTRATADA** deverá definir o conteúdo programático e o quantitativo do treinamento necessário à capacitação e transferência de conhecimento ao público-alvo, fixando a carga horária e o número de encontros, considerando as funcionalidades descritas neste documento, assim como a complexidade do sistema por ela oferecido, e a experiência de seus instrutores, de forma a poder fornecer um treinamento eficaz e de qualidade ao público-alvo.

5.5.3 O treinamento deverá ser baseado no uso prático do sistema, utilizando uma base de dados de testes que permita a entrada de dados, a análise e a visualização de todas as funcionalidades.

5.5.4 Os treinamentos devem ser concluídos em até **05 (cinco) dias** antes da entrada do sistema/módulo em produção, podendo ser prorrogado a critério da Prefeitura de Juiz de Fora.

5.5.5 O material didático utilizado nos treinamentos deverá ser fornecido pela **CONTRATADA** a Prefeitura de Juiz de Fora em meio eletrônico.

5.5.6 A **CONTRATADA** fornecerá cópias do material didático para cada participante do curso.

5.5.7 A infraestrutura física (sala, equipamentos, projetor etc.), caso houver necessidade, será de responsabilidade da Prefeitura de Juiz de Fora.

5.5.7.1 Caso a **CONTRATADA** necessite de algum equipamento que atenda a uma necessidade especial, poderá fazer o uso de dispositivos de sua propriedade, desde que seja **SEM ÔNUS** para a **CONTRATANTE**.

5.5.8 Toda despesa decorrente dos treinamentos (instrutores, elaboração do material didático, deslocamento, alimentação e hospedagem dos instrutores etc.) será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.5.9 Os instrutores deverão ser altamente capacitados e conhecer todo o sistema e possuir experiência prática de utilização do mesmo.

5.5.10 A **CONTRATADA** deverá promover novos treinamentos, nos mesmos moldes do previsto no item **5.5**, sempre que forem feitos, por força de lei ou atualizações tecnológicas realizadas, ajustes relevantes no software que alterem operacionalmente funcionalidades preexistentes ou acrescentem funcionalidades novas, **SEM ÔNUS** para a **CONTRATANTE**.

5.5.11 O treinamento deverá apresentar sistema que comprove a sua eficácia, seja por realização de provas e testes em ambiente digital, seja por emissão de certificado.

5.5.12 A **CONTRATADA** também deverá manter um cronograma de treinamentos para reciclagem dos usuários e novos treinamentos em caso de novos integrantes a equipe da **CONTRATANTE**.

5.6 OPERAÇÃO ASSISTIDA PÓS-IMPLANTAÇÃO

5.6.1 A operação assistida consiste na orientação e acompanhamento *in loco* dos profissionais representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s), apoiados pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa (STDA/SSGD), caso necessário, na fase inicial da utilização do sistema no ambiente de produção.

5.6.2 A **CONTRATADA** deverá apresentar plano de trabalho para a operação assistida, contemplando a quantidade de dias, horas, locais, cronograma e o número de profissionais envolvidos para os representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s) e para Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa (STDA/SSGD).

5.6.3 A operação assistida será iniciada a partir da data de início de operação em produção do sistema/módulo **e deverá ser prestada durante no mínimo 30 (trinta) dias.**

5.6.4 Durante este período, a **CONTRATADA** deverá prover aos usuários do sistema suporte funcional e técnico na sua operação.

5.6.5 Entende-se por suporte funcional e técnico, a execução das seguintes atividades pela **CONTRATADA**:

- Apoio à Administração Pública Direta e Indireta do Município de Juiz de Fora/MG na operação do sistema, contempladas as nuances do Decreto Federal nº 10.540/2020 e demais legislações pertinentes;
- Correção de todo e qualquer erro que seja detectado no sistema e nas rotinas e *interfaces* implementadas pela **CONTRATADA**.

5.6.6 A **CONTRATADA** deverá semanalmente, e ao fim da operação assistida, elaborar relatórios com a descrição das atividades desenvolvidas.

5.7 MANUTENÇÃO DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.7.1 Os serviços de manutenção abrangem serviços técnicos para o sistema e seu ambiente feito por meio telefônico (Central de Atendimento) - com ligação gratuita (0800) ou local à Juiz de Fora/MG -, e-mail (ou outras formas a serem acordadas) e presencial para questões como implantação, atualizações e correções aos representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s) (apoiada pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa caso necessário). Se for necessário o deslocamento de especialistas para as instalações da **CONTRATANTE**, estas despesas ficarão a cargo da **CONTRATADA**, de igual forma para as questões relativas à implantação, atualizações e treinamentos.

5.7.2 Visita técnica presencial:

Objetiva garantir o funcionamento ininterrupto do sistema, para atendimento das necessidades descritas abaixo, sendo estes serviços solicitados por demanda:

- Instalação, configuração e otimização do sistema.
- Identificação e correção de problemas operacionais relativos ao sistema.
- Avaliações, diagnósticos e proposições de melhorias dos ambientes.
- Fica a cargo da **CONTRATANTE** poder solicitar à **CONTRATADA** a permanência/existência de uma equipe técnica/funcional presencialmente. Essa permanência pode se entender por todo período do contrato e sem custo para a **CONTRATANTE**. A quantidade de profissionais e suas respectivas cargas horárias

serão definidas pela **CONTRATADA**, de forma a atender as necessidades da **CONTRATANTE**.

5.7.3 Manutenção preventiva:

Compreende a busca pela **CONTRATADA** em melhorar a confiabilidade e oferecer uma estrutura melhor para futuras manutenções, observando e corrigindo possíveis erros futuros **SEM ÔNUS ADICIONAL** para a **CONTRATANTE**;

5.7.4 Manutenção corretiva:

Problemas eventualmente identificados como decorrentes de funcionamento inadequado do sistema, deverão ser solucionados **SEM ÔNUS** para a Prefeitura de Juiz de Fora, em um prazo variável conforme descrito no item **5.7.8**, estipulados em função da complexidade da manutenção, a critério do(s) representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s), apoiados pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa (STDA/SSGD).

5.7.5 Manutenção adaptativa:

5.7.5.1 Será obrigatória a alteração de funções do sistema ou implementações de novas funções que venham a ser necessárias em decorrências de fatos novos conjunturais ou mudanças nas legislações que envolvam as funcionalidades do sistema, em prazo a ser definido pelos representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s), apoiados pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa (STDA/SSGD) de comum acordo com a **CONTRATADA** e **SEM ÔNUS ADICIONAL** para a Prefeitura de Juiz de Fora.

5.7.5.2 A atualização do sistema, nesses casos, deve ser disponibilizada para a **CONTRATANTE** em até 15 (quinze) dias antes do prazo de vigência estabelecido pela norma regulamentadora, ou outro prazo a ser definido pela **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** deverá observar esses prazos legais estabelecidos, uma vez que as penalidades supervenientes da intempestividade na atualização da ferramenta são de sua responsabilidade exclusiva.

5.7.6 Manutenção evolutiva:

5.7.6.1 Compreende serviços de desenvolvimento, que poderão ser necessários após a etapa de implantação e operação assistida, cujo objetivo é realizar mudanças em requisitos funcionais da solução de software, que não estejam previstos no escopo da manutenção adaptativa - item **5.7.5** - e que impliquem comumente na inclusão, exclusão e/ou alterações significativas de funcionalidades, limitadas ao objeto contratado.

5.7.6.2 As manutenções evolutivas serão demandadas pela **CONTRATANTE** por meio de ordem de serviço (OS) e mensuradas e remuneradas mediante a contagem estimada de pontos de função, realizada pela **CONTRATADA** e aprovada pela **CONTRATANTE**.

5.7.6.3 A contagem estimada de pontos de função será feita de acordo com as técnicas definidas pela Análise de Ponto de Função para Melhoria de Software – Nesma - Guia da Associação de Usuários de Métricas de Software da Holanda (Netherlands Software Metrics Users Association) ou pontos SNAP (Software Non-functional Assessment Process). Exceto quanto à complexidade das transações, a contagem de Pontos de Função será baseada no Manual de Práticas e Contagens (Counting Practices Manual, Release 4.3.1), publicado pelo IFPUG (International Function Point Users Group), em 2010 ou a que for vigente à época da contratação.

5.7.6.4 A **CONTRATADA**, após fazer a contagem estimada de pontos de função, disponibilizará o resultado em conjunto com a documentação dos fatores que embasaram a contagem. A critério da **CONTRATANTE** pode ser solicitada à **CONTRATADA** documentação adicional (casos de uso, especificação de requisitos, modelo de dados, protótipos de interface, entre outros) para a validação da contagem. Em casos de divergência na interpretação das contagens de Ponto de função poderá ser utilizado o Roteiro de Métrica de Software do SISP, conforme versão vigente e suas atualizações durante a execução do contrato, desde que não haja nenhuma sobreposição ou divergência a algum item previsto nesse contrato.

5.7.6.5 As manutenções evolutivas que forem de interesse não somente da **CONTRATANTE**, mas também da **CONTRATADA**, como fator de valorização de sua solução no mercado não acarretarão ônus adicional ao **CONTRATANTE** e não consumirão os Pontos de Função previstos neste Termo de Referência.

5.7.6.6 O quantitativo de pontos de função, previstos no serviço de manutenção evolutiva, serão utilizados sob demanda, **não havendo garantia de consumo mínimo** por parte da **CONTRATANTE**.

5.7.6.7 Caso haja divergências iguais ou superiores a 5% entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** em relação às contagens de pontos de função do serviço efetuado, representantes da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** deverão se reunir para resolver as divergências. Caso as divergências permaneçam, prevalecerá a contagem arbitrada pela **CONTRATANTE**.

5.7.6.8 Nos casos em que a divergência for abaixo de 5%, será pago o valor arbitrado pela **CONTRATANTE**.

5.7.6.9 A **CONTRATADA** obriga-se a responder a solicitação do prazo para execução da manutenção evolutiva e consumo estimado de pontos de função, com evidências de contagem.

5.7.6.10 O prazo para atendimento das manutenções evolutivas deverá ser acordado entre as partes considerando-se o escopo, complexidade e à necessidade de atendimento da demanda apresentada pela Prefeitura de Juiz de Fora.

5.7.7 Serviços de manutenção:

As solicitações de manutenção corretivas e adaptativas devem ser respondidas, como parte do atendimento técnico, dentro de **02 (duas) horas** em horário comercial, para o estabelecimento do prazo de execução das manutenções solicitadas devendo ser este acordado junto dos representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s), apoiados pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa, conforme as descrições do item **5.7.8**.

As respostas poderão ser feitas via meio eletrônico, com confirmação de recebimento, porém registrando-se em sistema da **CONTRATADA** para o controle de aferições, ou mesmo fazendo diretamente sobre este sistema. Caso o sistema de controle e registro de chamadas de manutenção apresentado pela **CONTRATADA** não atenda todos os requisitos da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** terá o prazo de até **60 (sessenta) dias** para as adequações necessárias após a **CONTRATANTE** descrever as especificações a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA**. Caso o prazo não seja cumprido, a **CONTRATADA** sofrerá as sanções previstas contratualmente.

5.7.8 Níveis de acordo de serviços de manutenção

As definições dos prazos de execução deverão ser aceitos pela Prefeitura de Juiz de Fora dentro de um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Para a execução da manutenção deve ser considerado junto a representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s), apoiados pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa (STDA/SSGD) o momento de sua execução considerando as peculiaridades do serviço e os impactos para o negócio.

Para todos os casos temos a tabela a seguir que mostra os prazos para manutenções segundo a complexidade, porém, a critério dos representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s), apoiados pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa (STDA/SSGD) e conforme as exceções e casos omissos deste Termo de Referência estas secretarias sempre deverão ser consultadas para aceite.

| Grau de Complexidade | Descrição | Prazo de resposta | Prazo de solução |
|-----------------------------|--|--------------------------|---|
| Baixa | Fácil resolução que não envolva mudanças significativas para a estrutura do sistema ou interface do sistema, ou processos estabelecidos. | 2 (duas) horas. | 2 (dois) dias úteis. |
| Média | Mudanças sobre a estrutura ou na interface que não causem paralisações ou mudanças de procedimentos. | 2 (duas) horas. | 5 (cinco) dias corridos. |
| Alta | Para manutenções de alta complexidade que envolva a paralisação dos serviços ou mudanças significativas para os usuários. | 2 (duas) horas. | A ser acordado junto a UG responsável e a STDA/SSGD |

5.7.9 Exceções a regras de manutenção

Como exceção à regra, deverão ser consideradas manutenções cujo impacto sobre o negócio seja de grande vulto ou ainda uma questão estratégica para a Prefeitura de Juiz de Fora, e também, manutenções indicadas preventivamente, como atualizações, ajustes, etc., das quais serão necessários aceites, homologação e testes, podendo também ser necessário treinamento. Para tais situações, deverá ser elaborado um cronograma e acordado junto aos representantes do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s), apoiados pela Subsecretaria Transformação Digital e Administrativa, sendo consideradas como fora dos prazos mencionados no subitem anterior.

5.7.10 Atualização do Ambiente de Produção

As substituições de versões ou manutenções preventivas, corretivas, adaptativas e evolutivas deverão ser informadas e aprovadas pela **CONTRATANTE** com antecedência para a sua implantação no ambiente de produção, devendo primeiramente passar pelo ambiente de homologação. As alterações decorrentes das manutenções devem ser documentadas e encaminhadas a **CONTRATANTE**.

5.8 SUPORTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.8.1 Suporte técnico remoto:

Consiste em esclarecimentos de dúvidas, ajustes em configurações do sistema, solução de erros, atualização de versões e outros semelhantes - de forma a garantir o pleno,

correto e seguro funcionamento da solução contratada - seguindo o nível de acordo de serviços, estabelecido nos itens abaixo.

5.8.2 Níveis de acordo de serviços para o suporte:

5.8.2.1 A **CONTRATADA** deve manter portal, via internet, para suporte, incluindo-se o acesso para contatos técnicos e para registros de incidentes, além de documentação pertinente com informações sobre o sistema.

5.8.2.2 Para cada solicitação de atendimento técnico, deverá ser gerado um identificador único (protocolo) para fins de controle e acompanhamento. A **CONTRATADA** deverá informar esse identificador a **CONTRATANTE**, bem como manter o histórico de ações e atividades nos chamados realizados durante toda a vigência contratual.

5.8.2.3 A Ferramenta Web, a ser disponibilizada pela **CONTRATADA**, deverá:

- I. Controlar todas as aberturas de chamados técnicos e os níveis de serviço;
- II. Permitir que a **CONTRATANTE** tenha acesso para efeito de acompanhamento das providências em andamento e do tempo decorrido desde a abertura;
- III. Permitir que cada profissional da **CONTRATANTE**, indicado pelo Gestor do Contrato, seja cadastrado nesse sistema e receba identificação e senha que permita acesso seguro, de maneira a evitar que pessoas não autorizadas possam acionar o serviço;
- IV. Permitir a emissão de relatórios gerenciais, de acordo com as demandas da **CONTRATANTE**, e o acompanhamento sobre cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste documento.

5.8.2.4 Além disso, o suporte telefônico ao sistema deve ser dado em duas modalidades, atendendo a padrões mínimos de respostas/solução, conforme a seguir:

5.8.2.5 Suporte normal – 9x5:

Nove horas por dia; cinco dias por semana de suporte telefônico durante o horário comercial. O número de telefone correspondente deverá ser indicado no Portal de Suporte. Este nível de suporte permite que a solução possa ocorrer sem prejuízo do trabalho, mediante o uso de ação contingencial.

5.8.2.6 Serviço de Suporte Estendido – 24x7:

Vinte e quatro horas por dia; sete dias por semana para casos críticos ou em crise.

5.8.2.7 Expectativas de Serviço:

As seguintes severidades de suporte serão utilizadas para a classificação dos problemas sistêmicos.

| | | | |
|---------------------------|---|---|--|
| Grau de Severidade | Crise: para casos onde ocorra a descontinuidade dos serviços. | Crítico: Casos em que seja detectada falha que impeça o uso do sistema ou erro que impossibilite o uso. | Standard: Ajustes e correções em que possa ser utilizada contingências. |
| Tempo de resposta | 15 (quinze) minutos durante o horário comercial ou 30 (trinta) minutos em horário estendido: retorno telefônico ou eletrônico. | 01 (uma) hora durante horário comercial: Retorno telefônico ou eletrônico. | 02 (duas) horas durante horário comercial: Retorno telefônico ou eletrônico. |
| Medida de resposta | É feita uma estimativa de tempo para a correção do erro na qual a Prefeitura de Juiz de Fora é informada do prazo de correção (o esforço empregado é o máximo possível). Caso necessário à presença de técnico(s) para resolução, com retorno das atividades dentro de até 02 (duas) horas em horário comercial e até 04 (quatro) horas no horário estendido. | É feita uma estimativa de tempo para a correção do erro na qual a Prefeitura de Juiz de Fora é informada do prazo de correção ou ajustes necessários, com retorno das atividades dentro de 12 (doze) horas. | É feita uma estimativa de tempo para a correção ou ajuste em que uma medida de contingência é aplicada permitindo o trabalho sem interrupção. Informação sobre as medidas que resolverá o problema, ou a própria resolução deverão ser finalizadas com no máximo 48 (quarenta e oito) horas. |

6 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS, GERAIS:

6.1.1 O sistema deve ser de responsabilidade da **CONTRATADA**, não podendo a licitante participar do certame com sistema pelo qual não responda, sendo a vencedora a única pessoa jurídica a prestar os serviços constantes no objeto do contrato.

6.1.2 Exclui-se da limitação do item **6.1.1** a possibilidade de utilização do software de apoio aos serviços prestados, não havendo qualquer responsabilidade da **CONTRATANTE** com respeito aos direitos de propriedade, inclusive os direitos autorais e

outros direitos de propriedade inclusive os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

6.1.3 Conforme a necessidade, a **CONTRATADA** poderá contratar a infraestrutura especificada em um *Data Center* de terceiros, desde que atendendo aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, no **item 6.4**.

6.1.4 O sistema deverá ser fornecido no modelo **SaaS** (*Software as a Service*) – *Software* como Serviço, sendo a **CONTRATADA** responsável em fornecer o sistema e toda a estrutura necessária para a sua disponibilização em *Data Center* (servidores, sistemas operacionais, banco de dados, licenciamentos, conectividade, segurança da informação) via internet.

6.1.5 O sistema deve ser multiusuário, sem limitação de número de usuários com acessos simultâneo, podendo mais de um usuário trabalhar simultaneamente numa mesma tarefa, desde que com dados diferentes, mantendo total integridade dos dados.

6.1.6 Acesso, com privilégio de "somente leitura", a base de dados do sistema da **CONTRATADA**, pelos técnicos da Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa. O acesso será sob demanda da CONTRATANTE e de acordo com requisitos de segurança e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

6.1.7 Ao final do contrato, ou a qualquer tempo em que houver rescisão do contrato, ou sempre que solicitado, a **CONTRATADA** deverá fornecer, todas as bases de dados contidas no Sistema Gerenciador de Banco de Dados – **SGBD** (com seus respectivos modelos e dicionário de dados), em formato, versão de banco dados e arquitetura/fabricante de banco de dados estabelecido pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa e informações afins (dicionário de dados, diagrama de entidade-relacionamento) em posse da **CONTRATADA**, livre de qualquer **ÔNUS ADICIONAL** para a Prefeitura de Juiz de Fora.

6.1.8 A **CONTRATANTE** poderá exigir a entrega dos itens da cláusula **6.1.7** a cada faturamento e condicionar o pagamento a essas entregas.

6.1.9 Os equipamentos servidores devem permitir escalabilidade visando atender aos aumentos de demanda de acesso concorrente ao sistema.

6.1.10 O sistema deve ser desenvolvido em linguagem nativamente para Web, e permitir o acesso através dos principais navegadores web (browsers): Mozilla Firefox, Google Chrome e Microsoft Edge, em suas últimas versões. Mas, sempre acessível via web browser.

6.1.11 Deverá ser utilizado o protocolo de comunicação segura **HTTPS** para todos os módulos do sistema.

6.1.12 Não realizar ou necessitar de instalação, direta ou indireta, e uso de componentes de software nas estações de trabalho, como por exemplo, *applets* e *plugins*,

sendo a aplicabilidade e viabilidade de tais recursos passíveis de análise pela Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa.

6.1.13 Mesmo não sendo sua preferência, a **CONTRATANTE poderá** vir a considerar o prazo máximo de 180 dias corridos para um módulo esteja disponibilizado em ambiente de produção a partir da data de emissão da OS de sua implantação.

6.1.14 Idioma: Todas as telas, menus e mensagens apresentadas pelo sistema, incluindo manuais e ajudas, deverão ser fornecidos em português do Brasil.

6.1.15 Ajuda: O sistema deverá possuir ajuda eletrônica, com textos informativos sobre a utilização do sistema, sensível ao contexto, que possa ser acessada pelos usuários a partir do próprio sistema.

6.1.16 Manual: Deve ser disponibilizado Manual dos Usuários, em formato eletrônico, descrevendo de forma didática, todas as funções de cada módulo do sistema.

6.1.17 Permitir que os códigos identificadores dos cadastros possuam sequencial automático.

6.1.18 O sistema deverá estar disponível para o uso durante todo o horário de expediente, sendo que as tarefas como atualizações, cópias de segurança (backups), exportações e manutenções no Sistema, sejam programadas ou não gerem nenhum tipo de indisponibilidade (interrupções, queda de desempenho etc.) para o usuário, não prejudicando a execução de seu trabalho.

6.1.19 O sistema deverá assegurar a retenção de dados durante o período de tempo estabelecido na legislação, dada sua utilização pelas auditorias.

6.1.20 Permitir abertura de várias telas para o mesmo usuário, de modo a não precisar “deslogar” toda vez que precisar consultar exercícios anteriores.

6.1.21 Permitir que o tempo de fechamento do sistema por inatividade, seja configurável.

6.1.22 Todo o sistema deve obedecer no mínimo as orientações técnicas de acessibilidade - World Wide Web Consortium (W3C) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

6.1.23 Em caso de algum requisito funcional ou não funcional de algum módulo, sub-módulo ou sistema conflitar com algum outro requisito, fica valendo o requisito/item descrito no nível mais alto desse Termo de Referência.

6.1.24 Não deve haver custo para o município relacionado a número de usuários – internos ou externos;

6.1.25 Para o sistema da Nota Fiscal Eletrônica deverão, ainda serem atendidos:

6.1.25.1 O acesso ao sistema de NFS-e se dará através de site vinculado à página principal da Prefeitura de Juiz de Fora.

6.1.25.2 O sistema deverá permitir o acesso através de computadores, tablets e smartphones.

6.1.25.3 Na página de acesso ao sistema deverá estar disponibilizado no mínimo:

6.1.25.4 manual completo do sistema; legislação pertinente; possibilidade de inclusão de mensagens institucionais e/ou arquivos; instruções para o cadastramento de contribuintes junto a Prefeitura de Juiz de Fora bem como ao sistema de NFS-e; canais de contato da CONTRATADA para auxílio/tira-dúvidas aos contribuintes; grupos de acesso, de acordo com os grupos cadastrados pelo município, definidos pela Secretaria da Fazenda; verificação de autenticidade de notas através de código de verificação no site, inclusive das notas fiscais emitidas nos sistemas legados.

6.1.25.5 O acesso ao sistema, respeitado o contido nos **itens 4.1 e 4.2** referente **Anexo I (TR)** deste Termo de Referência, se dará através de certificação digital (ICP-Brasil) com a finalidade de emissão de nota fiscal, exceto para os contribuintes enquadrados como Microempreendedores Individuais cujo acesso se dará através de login e senha. O sistema também poderá ser acessado através de login e senha para outras funcionalidades definidas pela Secretaria da Fazenda.

6.1.25.6 O sistema deverá possuir a funcionalidade de acesso às empresas autorizadas pela Secretaria da Fazenda a emitirem cupom fiscal, conforme especificado no **item 4.4** referente ao **Anexo I (TR)** do presente Termo de Referência.

6.1.25.7 O sistema deverá permitir hierarquia de acesso e restrições aos usuários servidores públicos, definidos pela Secretaria da Fazenda.

6.1.25.8 O sistema deverá permitir vinculação entre empresas para acesso a todas as funcionalidades do sistema, sendo que para geração de notas fiscais pelo contribuinte autorizado, o acesso se dará através de certificação digital.

6.1.25.9 O sistema deverá permitir o acesso aos contribuintes cadastrados para transmissão de arquivos em lote (WebService). A geração de notas fiscais via WebService deverá conter todos os itens e regras de negócio das notas fiscais emitidas via portal da nota e/ou dispositivos móveis, de acordo com a legislação municipal.

6.2 REQUISITOS DE SEGURANÇA:

6.2.1 Deverá ser possível ter um controle de acesso de forma parametrizada, possuindo a definição de perfis de utilização individuais ou de grupos, para que cada usuário ou grupo de usuários possa, ou não, ter acesso a determinados módulos, funções e objetos (menus, telas, transações, áreas de negócio, entre outros), por determinado período, centralizando ou descentralizando as atividades operacionais, sendo sua alteração refletida imediatamente em todo sistema.

6.2.2 Permitir que cada usuário possua limites de acessos aos dados de acordo com a (as) setor (es) (secretaria(s), órgão(s), departamento(s), unidade(s) gestora(s), etc) vinculadas e autorizadas ao mesmo.

6.2.3 Permitir bloquear os usuários que tiverem alteração da lotação funcional e/ou restrições funcionais e retirar os perfis cadastrados para o mesmo.

6.2.4 Permitir que o próprio usuário altere sua senha e atualize seus dados pessoais

6.2.5 Possuir funcionalidade para tratamento de situações de esquecimento de senhas por usuários.

6.2.6 O acesso ao sistema se dará por meio de cadastro único de usuário e senha individualizada.

6.2.7 **Prevenção contra fraude:** Cada usuário é único no sistema a partir do momento de acesso, não sendo possível o mesmo usuário acessar o sistema de dois ou mais locais diferentes.

6.2.8 A **CONTRATADA** deverá realizar cópias de segurança (*backups*) diárias com vistas à recuperação dos dados armazenados, referentes ao processamento da solução, em caso de falha nos meios de armazenamento.

6.2.9 Registrar um histórico de operações (trilhas de auditoria e registros de controle) no sistema que possa ser consultado contendo data, hora, usuário, função do sistema e dado manipulado, para todas as operações: adições, alterações, consultas, ativações, desativações e exclusões de dados no sistema, a fim de que todo o sistema possa ser auditado.

6.2.10 O sistema deverá somente permitir exclusão de informações não vinculadas, do contrário somente permitirá a desativação da informação, de modo a manter a integridade e rastreabilidade das informações.

6.2.11 Permitir que o sistema cumpra os requisitos da LEI Nº 13.709 LGPD (Lei geral de Proteção de Dados) e suas alterações posteriores.

6.2.12 A solução deve possuir mecanismos de segurança da informação, relacionados à integridade, privacidade e autenticidade dos dados, devendo ainda:

- Manter na íntegra todas as transações mesmo em quedas de energia ou falhas de *software/hardware*;
- Garantir a integridade referencial das tabelas durante as transações;
- Criptografar todas as senhas dos usuários da solução com algoritmos superiores aos padrões **MD5** e **SHA1**.

6.2.13 A **CONTRATADA** deverá apresentar relatórios de testes de vulnerabilidades tipo **pentest White Box** do ambiente, em nuvem ou em data center próprio, após a assinatura do contrato e antecedendo a entrada do sistema em produção (de acordo com cronograma de implantação a ser estabelecido), e a cada 6 (seis) meses durante a vigência do contrato, relatando as falhas encontradas e as correções realizadas.

6.2.13.1 Os testes (*pentest*) deverão ser compostos por:

- a) *Scan* de infraestrutura (análise de portas de serviços, versão dos *webservers*, versões do kernel servidores Linux), etc.

b) *Scan* de aplicação (*SQL Error Message*, *Cross-Site Scripting*, *SQL Disclosure*, *Directory Browsing*, *Open Redirect*).

6.2.13.2 O resultado dos testes com as vulnerabilidades encontradas e as correções aplicadas deverão ser entregues em formato digital aos gestores do contrato.

6.3 REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS

6.3.1 O sistema de gestão integrada deverá se pautar pelos conceitos de *privacy by design* e *privacy by default*, nos moldes previstos nos artigos 46, §2º e 49 da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018).

6.3.2 Devem ser observados os princípios da transparência na coleta de dados; adoção de ações preventivas de segurança de tratamento de dados pessoais; a privacidade por padrão, ou seja, projetar a configuração padrão do produto ou serviço ofertado objetivando sempre a privacidade dos dados; proteção durante todo o ciclo de vida do desenvolvimento do produto ou serviço, isto é, ter a proteção de dados pensada de ponta a ponta; foco no usuário; funcionalidade completa e bem protegida; além de visibilidade e transparência, de modo a permitir que o titular dos dados tenha ciência do processo de coleta com a maior transparência possível.

6.3.3 O sistema de gestão integrada deve oferecer ferramentas de anonimização dos dados pessoais tratados.

6.3.4 O sistema de gestão integrada deverá prover alerta de vazamento de dados, bem como interface com o titular dos dados pessoais (usuário interno e externo) para atendimento dos artigos 9º e 18 da LGPD.

6.4 REQUISITOS DE INFRAESTRUTURA:

6.4.1 Os serviços deverão ser prestados em regime integral, **24 (vinte e quatro) horas** por dia, **07 (sete) dias por semana** sem interrupção, inclusive fora do horário comercial, em finais de semana e feriados.

6.4.2 Os serviços deverão estar disponíveis em **99,7%** do tempo contratado, de modo que o somatório mensal das indisponibilidades do serviço seja de, no máximo, **02 (duas) horas**, portanto a **CONTRATADA** deverá possuir o acordo **SLA** (*Service Level Agreement*) para a disponibilidade da infraestrutura do *Data Center*.

6.4.3 Disponibilização de Servidores de Internet, Aplicativos e Banco de Dados, com componentes redundantes que ofereçam alta disponibilidade, proteção contra vírus, *spywares* e demais pragas virtuais gerando cópias de segurança que garantam o armazenamento dos dados em local seguro. O tráfego para o servidor de *backup* não deve concorrer com o tráfego externo.

6.4.4 Disponibilidade de links de comunicação de alto desempenho com banda compatível com a demanda necessária ao atendimento da Prefeitura de Juiz de Fora, com garantia de alta disponibilidade e desempenho e conexões com certificação segura e criptografadas no transporte das informações (**HTTPS**).

6.4.5 Todo licenciamento para quaisquer sistemas, *hardware*, comunicação de dados, armazenamento, procedimentos ou suprimentos é de responsabilidade da **CONTRATADA**.

6.4.6 Deverão ser disponibilizados relatórios periódicos que possibilitem à STDA/SSGD realizar o acompanhamento do consumo dos recursos de hardware e consumo de banda, disponibilizados pelos serviços de *Data Center*.

6.4.7 O ambiente deve possuir *firewalls* redundantes, para garantia de alta disponibilidade, com balanceamento de carga, com segregação dos ambientes de apresentação, localizado numa rede desmilitarizada, e de negócios e dados, localizado numa rede privada.

6.4.8 Alternativa de contingência, composta de *hardware* e *software*, permitindo que, em caso de falha de quaisquer componentes da solução, seja possível seu processamento, após restabelecimento do funcionamento normal. Além disso, deverá estar disponível um conjunto de *hardware* e *software*, que poderá ser compartilhado para outros usos, para fins de substituição de qualquer componente da solução que apresente falha.

6.4.9 Será de responsabilidade da **CONTRATADA** a administração e gerenciamento do **SGBD**, dos Softwares Básicos e Ferramentas que suportarão os Sistemas Aplicativos, da Administração do Banco de Dados e da aplicação.

6.4.10 A **CONTRATADA** deve disponibilizar um ambiente de homologação para testes das novas funcionalidades por parte da Prefeitura de Juiz de Fora de forma a somente incluir tais funcionalidades no ambiente de produção depois da homologação da mesma pela Prefeitura de Juiz de Fora representada pelo demandante desta nova funcionalidade, o mesmo fluxo deve ser seguido para as manutenções corretivas e preventivas.

6.5 REQUISITOS DE INTERFACE:

6.5.1 O sistema da **CONTRATADA** deverá permitir a importação e exportação de arquivos no formato texto, (em .txt, ou .csv, ou xml, ou json, ou por meio de API - Application Programming Interface, etc) de todos os dados presentes no mesmo e que sejam necessários aos cumprimentos das legislações vigentes, assim como suas alterações e instruções normativas.

6.5.2 Os arquivos, em formato texto, gerados pelo sistema da **CONTRATADA** devem ter seu conteúdo organizado de forma a atender aos layouts já previamente definidos pelas legislações vigentes, assim como suas alterações e instruções normativas.

6.5.3 O sistema da **CONTRATADA** deverá permitir a importação de dados históricos, para a alimentação inicial de seus módulos, tal importação será realizada a partir de dados disponíveis em vários formatos tais como: arquivos no formato texto (.txt, .csv), arquivos compatíveis com o Microsoft Excel e/ou LibreOffice (.xls, .xlsx, .ods), arquivos compatíveis com o Microsoft Access (.mdb, mdbx), ou por meio de API, dentre outros, a depender dos

sistemas atualmente em uso pelas unidades da Prefeitura de Juiz de Fora, que serão beneficiadas com o sistema da **CONTRATADA**.

7 ESPECIFICAÇÕES DE FUNCIONALIDADES

7.1 Identificou-se em diversas áreas da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora a necessidade de implantação de um sistema integrado de gestão contemplando os seguintes lotes: Administrativo, Saúde e Educação, detalhados no **Anexo V (TR)**.

7.2 Os lotes / módulos / submódulos estão detalhados em requisitos específicos constantes, a partir do **Anexo V (TR)**.

7.3 As funcionalidades, conforme a tabela no **Anexo I (TR)**, foram classificadas da seguinte forma:

7.3.1 Funcionalidades **Obrigatórias**: Aquelas que deverão estar disponíveis no momento da implantação, podendo ser demonstráveis ou não.

- a) Funcionalidades **Demonstráveis**: Aquelas funcionalidades obrigatórias que deverão ser apresentadas e avaliadas na demonstração do sistema, conforme o **item 18**. Forma de Demonstração e Aceite do Sistema.
- b) Funcionalidades **Não Demonstráveis**: Aquelas funcionalidades obrigatórias que não serão exigidas na demonstração do sistema devido sua complexidade, porém deverão estar disponíveis no momento da implantação.

7.3.2 Funcionalidades **Desejáveis**: Aquelas que não tiverem marcadas como obrigatórias e que deverão ser disponibilizadas em um prazo máximo de **até 180** (cento e oitenta) dias, a contar da data de abertura da Ordem de Serviço para implantação do respectivo sistema/módulo, podendo este prazo ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**.

7.4 A **CONTRATADA**, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, mediante contraprestação dentro das métricas previstas em edital, deverá implantar sistemas ou módulos listados no **Anexo I (TR)**, em novos órgãos não expressamente contidos neste Termo de Referência, respeitados cronogramas de implantação ajustados entre as partes, e o escopo dos conceitos e estruturas do modelo de sistemas conhecidos como GRP, bem como os lotes descritos no **Anexo V (TR)**.

7.5 Todos os módulos do sistema devem possuir parametrizações para regras de cálculos financeiros, geração de guias de arrecadação (IPTU, ISS, ITBI, Taxas e outros), descontos, anistias e afins. Não deve haver a necessidade de novos desenvolvimentos (programação) para essas parametrizações e em caso de alguma exceção não prevista, essa necessidade não pode gerar custo para a **CONTRATANTE**.

7.6 Todos os sistemas devem possuir parametrizações de unidades de medidas com definição das unidades padrão e fórmulas de conversão.

7.7 Todas as guias de arrecadação geradas pelo sistema devem ser capazes de consulta, geração de segunda via, geração de outras formas de pagamento (Boletos, QRCode, PIX etc.) para o cidadão e para os departamentos responsáveis;

7.8 Todas as funcionalidades de listagem, relatórios, pesquisas, filtros, consultas ou afins devem possuir ao menos as seguintes opções de extração dos dados resultantes: txt, json, xls, xlsx, pdf, xml, doc, docx, odt, csv;

7.9 Todas as consultas e formas de extração de dados do sistema devem estar disponíveis via APIs, webservices ou outras tecnologias que venham a existir com base em autenticação do sistema e níveis de usuários que consumirão essas informações;

7.10 Todos os módulos devem funcionar de forma integrada e independentes. Exemplo: o sistema de saúde deve ser capaz de emitir guias de arrecadação mesmo em caso de indisponibilidade do sistema fazendário/tributário e realizar a entrega desses dados (guias) assim que houver a disponibilidade do sistema fazendário/tributário;

7.11 Todo sistema deve possuir um módulo de geração de relatório e ser possível fornecer os acessos a esse módulo por níveis de usuário. Esses relatórios gerados pelos usuários também devem ser atendidos pelo **item 6.7**;

7.12 O sistema deve ser capaz de gerar todo um histórico de relação de uma empresa ou cidadão com o município a partir de uma chave específica. Por exemplo, o CNPJ ou CPF;

7.13 O sistema deve ser capaz de permitir a consulta/aceso via web dos dados de cada área pelo cidadão sempre respeitando as regras de níveis de acesso. Exemplos:

7.13.1 Os módulos de Educação devem permitir aos pais o acompanhamento do aluno e interação com a escola;

7.13.2 Os módulos de saúde devem permitir o agendamento e consultas de disponibilidade de atendimento ao cidadão;

7.13.3 Os módulos administrativos devem permitir a consulta e geração de guias e documentações online;

7.14 Módulo Acessibilidade das Pessoas com deficiências

7.14.1 Recursos gerais de acessibilidade para pessoas com deficiência, exclusivamente para os Grupos de Serviços nº 1 e 2 das Soluções de Softwares:

7.14.1.1 Garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, observando os preceitos do Decreto-Lei nº 5.296 de 02/12/2004, que regulamenta as leis nº 10.048, de 08/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e nº 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

7.14.1.2 Atender as diretrizes da Cartilha de Usabilidade elaborada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, através da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Não poderá apresentar erros conforme disposto no eMAG,

versão 3.0, bem como atender todos os pontos obrigatórios de acessibilidade conforme regras estabelecidas pelo WCAG 2.0. A avaliação deste requisito deverá ser promovida pelo software ASES Desktop versão 2.0.16, ou versão mais atualizada, que está disponível para download no endereço URL (Uniform Resource Locator), apresentado a seguir: • <https://softwarepublico.gov.br/social/ases>.

Suportar a apresentação de conteúdos nas páginas web5 que poderão ser lidos por softwares do tipo "leitores de tela" (screenreaders) usados por deficientes visuais, mas, também, dispor de instrumentos que otimizem a experiência de navegação destas pessoas através das interfaces de acesso da Solução de Software. Entretanto, vale ressaltar que há organizações que estabelecem preceitos sobre a acessibilidade, que consideram as limitações ligadas às capacidades do equipamento que está sendo utilizado para promover o acesso à internet. As regras a serem contempladas pelas Soluções de Softwares deverão submeter-se integralmente ao descrito nos seguintes websites públicos, de organismos federais do Brasil, cujo acesso dar-se-á através dos endereços URL (Uniform Resource Locator) relacionados a seguir:

recomendacoes-de-acessibilidade-wcag 2.html,

<https://softwarepublico.gov.br/social/ases>

7.14.2 Recursos específicos, inerentes à acessibilidade de pessoas com deficiência, exclusivamente para os Grupos de Serviços nº 1 e 2 das Soluções de Softwares:

7.14.2.1 Item imagens e animações: utilizar o atributo "alt" para descrever a função de cada elemento visual aplicado às páginas web.

7.14.2.2 Item imagemaps: utilizar mapas client-side (o tag "map") e texto para as regiões a serem selecionadas pelo apontador do mouse ("áreas clicáveis") nas páginas web.

7.14.2.3 Item conteúdo multimídia: incluir legendas e transcrições para os áudios e descrições para os vídeos aplicados nas páginas web.

7.14.2.4 Item hiperlinks: utilizar textos que façam sentido fora do seu contexto. Por exemplo, não empregar textos como o "clique aqui", utilizar, "ir para a página principal".

7.14.2.5 Item modelo de organização da página web: utilizar cabeçalhos, listas e uma estrutura consistente nas páginas web, bem como código CSS6 (Cascading Style Sheets) para formatar o layout, quando se aplicar, de forma que nenhuma informação fique sem sentido e sem a devida formatação

7.14.2.6 Item web semântica: empregar semanticamente as tags "html", proporcionando melhor capacidade de leitura do código das páginas web por softwares do tipo leitores de tela e/ou buscadores.

7.14.2.7 Item gráficos e diagramas: sumarizar o conteúdo ou, então, utilizar o atributo "longdesc".

7.14.2.8 Item scripts, applets e plug-ins: dispor de conteúdo alternativo para o caso de tais itens estarem desabilitados ou não serem suportados pelo navegador (web browser).

7.14.2.9 Item frames: usar sempre a tag "noframes" e adotar o emprego de títulos significativos.

7.14.2.10 Item tabelas: tornar compreensível a leitura linha a linha dos conteúdos das páginas web. É admitido o emprego do item exclusivamente para tabulação de dados. O mesmo não deverá ser empregado como recurso de estruturação das páginas web.

7.14.2.11 Item teclas de atalho: Criar teclas de atalho para as principais funções das páginas web, por exemplo: menu, conteúdo, busca, etc.

7.14.2.12 Item controle do usuário: garantir que todo o conteúdo das páginas web deverá ser controlado pelo usuário, sem permitir que sejam feitas atualizações de conteúdo (do tipo refresh de tela), de forma automatizada, ou qualquer atualização nas páginas web sem que haja a real interação do usuário.

7.14.2.13 Item independência de navegadores (web browsers): assegurar que as páginas web funcionarão nos principais navegadores disponíveis no mercado.

7.14.2.14 Item cores: assegurar que todas as informações apresentadas nas páginas web em cores, também sejam compreensíveis sem a referida aplicação da cor, por exemplo: valores financeiros deverão estar precedidos do sinal "-" ou delimitados por parênteses, quando expressarem valores negativos. Outro aspecto a assegurar é a combinação de cores entre o fundo e o primeiro plano das páginas web, onde o mesmo deverá ser suficientemente contrastante, de tal modo que possa ser corretamente visualizada por pessoas como deficientes.

8 PERÍODO DA EXECUÇÃO

8.1 DO CONTRATO E DO PRAZO

8.1.1 O prazo do contrato será, a partir da assinatura da ordem de serviço, de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

8.1.2 A ordem de serviço somente poderá ser emitida após a assinatura do contrato correspondente.

8.1.3 O fornecimento, instalação, migração de dados, integração de dados, customização, implantação e o treinamento deverão executados e concluídos a partir da emissão da ordem de serviços pela Prefeitura de Juiz de Fora, conforme **cláusula 4.5**.

8.1.4 A execução da implantação pela CONTRATADA deverá ser através de metodologias ágeis previamente apresentadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

8.1.5 O ciclo do processo de **implantação** do sistema deverá ser realizado respeitando as seguintes etapas:

8.1.5.1 ETAPA 1.0 – Essa etapa compreende o levantamento de requisitos em acordo com as especificidades do negócio, adequação do sistema às legislações pertinentes da Prefeitura de Juiz de Fora com a aprovação da área usuária, redesenho do

novo processo, construção das customizações, as simulações, as análises das simulações e a homologação do sistema por parte da equipe técnica da CONTRATANTE.

8.1.5.2 ETAPA 2.0 – Essa etapa poderá ocorrer concomitantemente com a etapa anterior, deverá ser contemplado os treinamentos com os usuários. O treinamento dos usuários deverá abordar o novo processo (redesenho) e a operação do sistema.

8.1.6 A remuneração das Ordens de Serviços corresponderá aos aceites de cada etapa ficando assim:

8.1.7 ETAPA 1.0 – 60% do valor da Ordem de Serviço;

8.1.8 ETAPA 2.0 – 40% do valor da Ordem de Serviço;

8.1.9 Fica a cargo da PJF optar pela remuneração da Ordens de Serviços OS's como descrito acima ou ao final da última etapa.

9 DOS PREÇOS (PROPOSTA)

9.1 Na proposta deverão estar incluídos todos os custos de pessoal, transporte, hospedagem, alimentação e demais despesas decorrentes da execução do serviço, ou seja, todos os custos inerentes ao fornecimento, instalação, implantação, migração, treinamento, operação assistida, licença de uso, atualizações, suporte e manutenções do sistema ora objetivado.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Receber o objeto do contrato no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

10.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10.3 Comunicar à CONTRATADA, através dos canais de comunicação estabelecidos no contrato, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

10.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações, em conformidade com o disposto na última Instrução Normativa vigente elaborada pela Controladoria Geral do Município, que dispõe sobre o manual de Gestão e Fiscalização de Contratos a ser utilizado pela Administração Direta, Autarquias e Fundações.

10.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato e seus anexos.

10.6 A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.7 Emitir laudo informando se o sistema apresentado atende a todas as funcionalidades solicitadas no Termo de Referência.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Fornecer o sistema de forma ininterrupta durante todo o tempo de duração do contrato, ficando proibida a expiração do sistema, ou qualquer tipo de redução de funcionalidade, em tempo inferior ao contratado.

11.2 Manter informada a representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s) e a Subsecretaria de Governança Digital, sobre as atualizações de versão, *release* ou revisão de todos os módulos da solução durante a vigência do contrato.

11.3 Hospedar em seu *Data Center* ou *Data Center* locado, o sistema, bem como seu banco de dados e sistema de administração, a qual será responsável pela segurança de acesso e por disponibilizar os serviços **24 (vinte e quatro) horas** por dia.

11.4 Manter os ambientes do sistema (*Data Center*, base de dados e sistemas) disponíveis para os usuários, com integridade, medidas de contingência e salvaguarda dos dados, confidencialidade para o sigilo das informações neles contidas, garantindo também o licenciamento de produtos de terceiros (se houverem) e atualizações e manutenções necessárias.

11.5 Atender dentro dos prazos fixados as ocorrências e problemas nos procedimentos técnicos realizados, após a notificação da **CONTRATANTE**.

11.6 Assegurar o sigilo de informações e documentos pertencentes à **CONTRATANTE**.

11.7 Preparar e ministrar o treinamento das equipes técnicas da **CONTRATANTE** quanto ao uso do sistema.

11.8 Responsabilizar-se pela disponibilização dos ambientes de teste e homologação das aplicações para uso da **CONTRATANTE**.

11.9 Executar cópias de segurança (*backups*), mantendo cópias de todos os dados do sistema, fornecendo a **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, o *backup* atualizado do banco de dados de produção.

11.10 Atender ao acordo de níveis de serviço para suporte e manutenção do sistema, conforme constante nos itens **5.7.8** e **5.8.2**.

11.11 Apresentar a qualquer tempo, documentos e informações solicitadas pela **CONTRATANTE** relativos aos serviços prestados.

11.12 Manter a matriz de responsabilidades e comunicações entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

11.13 Garantir o atendimento às Legislações para os módulos especificados no objeto;

11.14 Emitir relatórios mensais visando comprovação dos serviços prestados e atendimento às regras estabelecidas em formato a ser definido informada aos

representantes(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s) e a Subsecretaria de Governança Digital da **CONTRATADA**.

11.15 Possuir todos os requisitos funcionais classificados como obrigatórios no momento do início da operação do sistema/módulo e implantar os requisitos classificados como desejáveis no prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de abertura da Ordem de Serviço para implantação do respectivo sistema/módulo, podendo este prazo ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**.

11.16 Atender as demais condições estabelecidas no contrato.

12 DAS PENALIDADES

12.1 Os casos de inexecução do objeto deste Termo de Referência, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

12.2 Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

12.3 Entende-se por autoridade competente a (s) secretaria (s) responsável (is) por cada lote/módulo ou sistema.

12.4 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

12.5 Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do item **12.1**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

12.6 Da aplicação da penalidade definida na alínea "e" do item **12.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

12.7 O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13 ORÇAMENTO ESTIMADO: CUSTO MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

13.1 **Lote 1 - Administrativo:**

13.1.1 SERVIÇO DE PRESTAÇÃO INSTANTÂNEA:

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|----------------------|---|-----------------------|
| Implantação | Planejamento do projeto, instalação do sistema, migração de dados do sistema atualmente em uso, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação, treinamento e operação assistida | R\$ 886.387,50 |
| Valor Máximo Serviço | | R\$ 886.387,50 |

13.1.2 SERVIÇO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA:

13.1.2.1 LICENÇA DE USO

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|---------------------|--|-----------------------|
| Licença de Uso | Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte. | R\$ 534.572,50 |
| Valor Máximo Mensal | | R\$ 534.572,50 |

13.1.2.2 PONTO DE FUNÇÃO

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|-----------------|-----------------------------------|-------------------|
| Ponto de Função | Valor unitário do ponto de função | R\$ 340,00 |
| Valor Máximo | | R\$ 340,00 |

13.1.3 VALOR A SER UTILIZADO NA ETAPA DE LANCES:

| DESCRIÇÃO | Unidade | Quant. | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|----------------|---------|--------|-------------------------|----------------------|
| Implantação | Serviço | - | R\$ 886.387,50 | R\$ 886.387,50 |
| Licença de Uso | Mensal | 24 | R\$ 534.572,50 | R\$ 12.829.740,00 |

| | | | | |
|---------------------|-------------|--------|------------|--------------------------|
| Ponto de Função | sob demanda | 12.000 | R\$ 340,00 | R\$ 4.080.000,00 |
| VALOR GLOBAL | | | | R\$ 17.796.127,50 |

* O valor mensal da licença de uso será variável e irá depender da conclusão das Ordens de Serviços, conforme descrito na **cláusula 4.5**.

13.2 **Lote 2 – Sistema de Gestão de Saúde:**

13.2.1 **SERVIÇO DE PRESTAÇÃO INSTANTÂNEA:**

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|-----------------------------|---|-----------------------|
| Implantação | Planejamento do projeto, instalação do sistema, migração de dados do sistema atualmente em uso, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação, treinamento e operação assistida | R\$ 227.500,00 |
| Valor Máximo Serviço | | R\$ 227.500,00 |

13.2.2 **SERVIÇO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA:**

13.2.2.1 **LICENÇA DE USO**

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|----------------------------|--|-----------------------|
| Licença de Uso | Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte. | R\$ 134.250,00 |
| Valor Máximo Mensal | | R\$ 134.250,00 |

13.2.2.2 **PONTO DE FUNÇÃO**

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|---------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Ponto de Função | Valor unitário do ponto de função | R\$ 340,00 |
| Valor Máximo | | R\$ 340,00 |

13.2.3 **VALOR A SER UTILIZADO NA ETAPA DE LANCES:**

| DESCRIÇÃO | Unidade | Quant. | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|-----------------|-------------|--------|-------------------------|----------------------|
| Implantação | Serviço | - | R\$ 227.500,00 | R\$ 227.500,00 |
| Licença de Uso | Mensal | 24 | R\$ 134.250,00 | R\$ 3.222.000,00 |
| Ponto de Função | sob demanda | 12.000 | R\$ 340,00 | R\$ 4.080.000,00 |

| | |
|---------------------|-------------------------|
| VALOR GLOBAL | R\$ 7.529.500,00 |
|---------------------|-------------------------|

* O valor mensal da licença de uso será variável e irá depender da conclusão das Ordens de Serviços, conforme descrito na cláusula 4.5.

13.3 **Lote 3 – Sistema de Gestão de Escolar:**

13.3.1 **SERVIÇO DE PRESTAÇÃO INSTANTÂNEA:**

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|-----------------------------|---|-----------------------|
| Implantação | Planejamento do projeto, instalação do sistema, migração de dados do sistema atualmente em uso, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação, treinamento e operação assistida | R\$ 187.750,00 |
| Valor Máximo Serviço | | R\$ 187.750,00 |

13.3.2 **SERVIÇO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA:**

13.3.2.1 **LICENÇA DE USO**

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|----------------------------|--|-----------------------|
| Licença de Uso | Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte. | R\$ 132.500,00 |
| Valor Máximo Mensal | | R\$ 132.500,00 |

13.3.2.2 **PONTO DE FUNÇÃO**

| DESCRIÇÃO | | VALOR ESTIMADO |
|---------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Ponto de Função | Valor unitário do ponto de função | R\$ 340,00 |
| Valor Máximo | | R\$ 340,00 |

13.3.3 **VALOR A SER UTILIZADO NA ETAPA DE LANCES:**

| DESCRIÇÃO | Unidade | Quant. | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|---------------------|-------------|--------|-------------------------|-------------------------|
| Implantação | Serviço | - | R\$ 187.750,00 | R\$ 187.750,00 |
| Licença de Uso | Mensal | 24 | R\$ 132.500,00 | R\$ 3.180.000,00 |
| Ponto de Função | sob demanda | 12.000 | R\$ 340,00 | R\$ 4.080.000,00 |
| VALOR GLOBAL | | | | R\$ 7.447.750,00 |

* O valor mensal da licença de uso será variável e irá depender da conclusão das Ordens de Serviços, conforme descrito na cláusula 4.5.

14 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

14.1 Os **SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO INSTANTÂNEA** serão prestados e pagos uma única vez, durante a vigência do contrato.

14.1.1 Para prestação do serviço instantâneo de **IMPLANTAÇÃO**, o município definiu como preço máximo os valores:

| Lote | Valor máximo para implantação |
|-------------------------------------|-------------------------------|
| Lote 1 – Administrativo | R\$ 886.387,50 |
| Lote 2 – Sistema de Gestão de Saúde | R\$ 227.500,00 |
| Lote 3 – Sistema de Gestão Escolar | R\$ 187.750,00 |

14.1.2 Os pagamentos serão realizados em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data de aceite da Ordem de Serviço, conforme a metodologia definida na **cláusula 4.5**.

14.2 Os **SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA** serão prestados e pagos mensalmente, durante a vigência do contrato e suas possíveis renovações, conforme a metodologia definida na **cláusula 4.5**

14.3 Os **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EVOLUTIVA** serão realizados sob demanda conforme especificado no item **5.7.6**.

14.4 Para prestação dos serviços continuados, o município definiu como preço máximo mensal os valores:

| Lote | Valor máximo mensal |
|-------------------------------------|---------------------|
| Lote 1 – Administrativo | R\$ 534.572,50 |
| Lote 2 – Sistema de Gestão de Saúde | R\$ 134.250,00 |
| Lote 3 – Sistema de Gestão Escolar | R\$ 132.500,00 |

| | |
|-----------------------------------|------------|
| Valor unitário do ponto de função | R\$ 340,00 |
|-----------------------------------|------------|

14.5 Após a implantação do sistema/módulo, a **CONTRATADA** será remunerada pelo valor mensal vencedor na etapa de lances para a prestação dos serviços continuados.

14.6 Após o primeiro contrato, caso haja renovação por meio de termo aditivo, a **CONTRATADA** fará jus a remuneração dos serviços de prestação continuada, durante os meses contratuais seguintes, inexistindo a remuneração relativa à implantação.

15 DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1 A proposta de preços final deverá seguir o modelo padrão conforme **Anexo II (TR)** e deverá ser enviada junto à documentação de habilitação.

16 CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 Os Licitantes interessados em participar da licitação poderão realizar visita técnica, por representante legal, à Secretaria de Transformação Digital e Administrativa, situada à Av. Brasil, 2001 – Centro na cidade de Juiz de Fora – MG ou agendar videoconferência.

16.2 A visita técnica tem a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas que possam existir com relação ao Termo de Referência (TR) e ratificar os requisitos fundamentais definidos no Termo de Referência.

16.3 A visita técnica poderá ser realizada até o dia anterior da data prevista para abertura da sessão, em dias úteis, de 2ª a 6ª feiras, no horário das 8h30 às 11h30 e 14h30 às 17h30.

16.4 A visita poderá ser agendada na Secretaria de Transformação Digital e Administrativa através do telefone (32) 3690-8190, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis à data estabelecida para abertura da licitação.

16.5 Para efetuar a visita técnica o profissional da proponente deverá apresentar-se à Secretaria de Transformação Digital e Administrativa/SSGD, conforme agendamento estabelecido no subitem anterior, munido de documento de identificação, bem como documento que o credencie a representar a empresa, especificamente para a visita, seja através de ato constitutivo, estatuto, contrato social ou requerimento de empresário, em se tratando de sócio de empresa seja instrumento de mandato outorgado por quem de direito, no caso de procurador. O documento de credenciamento poderá ser público ou particular.

16.6 A não realização da visita técnica pelo licitante interessado não será motivo de eliminação do certame, observado o disposto no 16.7.

16.7 Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato, uma vez que será dado acesso as empresas interessadas, que poderão entrar em contato conforme estabelecido acima, realizando a visita técnica.

17 Qualificação Técnica:

17.1 Para a comprovação da qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos da **LICITANTE**:

17.1.1 Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços técnicos em fornecimento e implantação de sistema informatizado em relação ao Lote que irá

concorrer demonstrando a prestação de serviços de **fornecimento e implantação de Sistema de Gestão Integrada ou Government Resource Planning (GRP) para utilização da Administração Pública, bem como para atendimento do Decreto Federal nº 10.540/2020, e demais legislações pertinentes, contemplando as seguintes áreas: Administrativa, Saúde, Educação, no modelo SaaS (Software as a Service) – Software como Serviço, compreendendo migração de dados, integração de dados (sistemas legados e de terceiros), customização, treinamento, suporte técnico e manutenções.**

17.1.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do emitente e deverá conter a **razão social e CNPJ de ambas as empresas (CONTRATANTE e CONTRATADA), nome completo do responsável pelas informações, com o cargo e número de telefone de contato atualizado, email e data da realização dos serviços e descrição dos serviços prestados, bem como assinatura.**

17.1.3 No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

17.1.4 É facultado à CONTRATANTE solicitar o contrato social das empresas envolvidas para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao exposto acima.

17.1.5 O(s) atestado(s) ou documento(s) poderá(ão) ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, tipificação dos serviços executados, inclusive com verificação dos respectivos expedientes que lhe deram origem, visitas ao local etc.

17.2 Em atendimento ao Art. 30 da Lei 8.666/93 em consonância com a Lei 4.769/65, nos casos onde os serviços prestados pelas empresas licitantes se enquadrarem no Art. 2º alíneas a e b da Lei 4.769/65 e com o Art. 3º do regulamento aprovado pelo Decreto 61.934/67.

17.3 Requisitos para a equipe técnica

17.3.1 Os serviços de que tratam o presente Termo de Referência deverão ser executados direta e pessoalmente pelos mesmos profissionais integrantes da equipe técnica constante da documentação apresentada para contratação.

17.3.2 Na hipótese de modificação da constituição da equipe técnica durante a vigência do contrato, a **CONTRATADA** deverá submeter a STDA/SSGD a solicitação de alteração de sua composição, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para aprovação formal, e mediante apresentação para exame e avaliação da STDA/SSGD da documentação

relativa aos novos componentes da equipe técnica, conforme exigido na contratação, em compatibilidade com o objeto deste Termo de Referência.

17.3.3 A vinculação dos profissionais administradores ao quadro permanente da **LICITANTE** poderá ser comprovada mediante contrato social, quando for o caso de sócio-gerente ou sócio dirigente.

17.3.4 Todos os profissionais indicados devem possuir formação acadêmica de nível superior.

17.3.5 Com a finalidade de comprovar a qualificação técnica dos profissionais da **LICITANTE**, deverá ser apresentada a comprovação da qualificação dos profissionais da equipe técnica, nas quantidades mínimas a seguir descritas:

| Profissional / Responsabilidade | Quantidade Mínima | Documentos Comprobatórios |
|---------------------------------|----------------------|---|
| Gerente de Projetos | 1 por sistema/módulo | Certificação e experiência em implantações utilizando metodologias ágeis. Atestado com experiência comprovada na implantação da solução contratada. |
| Responsável técnico | 1 por sistema/módulo | Certificado de conclusão de graduação ou curso técnico na área de TI ou de especialização ou mestrado em áreas afins, a ser comprovado. Atestado com experiência comprovada na implantação da solução contratada. |

17.3.6 A comprovação do vínculo do Responsável Técnico com a empresa, poderá se dar da seguinte forma:

17.3.7 Sócio da **LICITANTE**, mediante apresentação de cópia do ato constitutivo no qual o profissional figure como sócio;

17.3.8 Quando Diretor, ata de eleição;

17.3.9 Quando Empregado permanente da empresa, através de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação da regência da matéria;

17.3.10 Ou ainda, comprovação da disponibilidade do profissional com base em contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil, caso este tipo de serviço comporte este tipo de contratação.

17.3.11 Apresentar declaração de contratação futura, ou de disponibilidade no quadro atual, de profissionais que atendam às exigências constantes no item **17.3.5**, conforme **Anexo III (TR)**.

17.3.12 A empresa deverá fornecer os documentos comprobatórios necessários.

18 FORMA DE DEMONSTRAÇÃO E ACEITE DO SISTEMA

18.1 A **CONTRATANTE** deverá verificar se o sistema pretendido possui as funcionalidades específicas. Para este fim, a **CONTRATANTE**, constituirá uma comissão com técnicos representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s) **Portaria n. 12.230/2022** -, e representantes da STDA/SSGD, que avaliarão a demonstração do sistema ofertado pela licitante classificada em primeiro lugar, que deverá apresentá-lo em, no máximo, 03 (três) dias úteis a contar da data de classificação. A **CONTRATANTE** indicará o local de apresentação do sistema, disponibilizando computador, data show, impressora e *link* de internet para acesso ao sistema da **LICITANTE**, que deverá estar disponível, para acesso via web, em servidor de responsabilidade da mesma. Fica estabelecido o período de até 05 (cinco) dias, por lote, para a apresentação. A critério da Prefeitura de Juiz de Fora o prazo de demonstração poderá ser estendido por mais 03 (três) dias por lote..

18.2 A demonstração do Sistema poderá ocorrer no formato on-line ou presencial, ficando a critério da Prefeitura de Juiz de Fora definir o que melhor atender no momento.

18.3 Para fins de demonstração, as especificações foram classificadas em itens obrigatórios e itens desejáveis, conforme tabela **Anexo I (TR)**. Os Itens Obrigatórios são funcionalidades que o sistema da **CONTRATADA** já deverá conter para pronta implantação. Os itens desejáveis são funcionalidades que, apesar de necessárias, poderão ser implantadas posteriormente, conforme definido no item **11.15**.

18.4 A LICITANTE EM AVALIAÇÃO será desclassificada se:

18.4.1 O sistema apresentado não atender **80% (oitenta por cento)** das especificações dos itens marcados como obrigatórios e, de acordo com o lote, conforme tabela no **Anexo I (TR)**.

18.4.2 O sistema apresentado não se adequar às exigências de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos do item 5.3 e seguintes.

18.5 A comissão emitirá um laudo informando se o sistema apresentado pela licitante classificada em primeiro lugar atende aos requisitos exigidos neste Termo de Referência. Em caso negativo, será avaliado o sistema da licitante classificada em segundo lugar e assim, sucessivamente, até que algum sistema apresentado atenda os requisitos técnicos deste instrumento.

18.6 As demais licitantes poderão acompanhar a apresentação da licitante vencedora e caberá aos representante(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) envolvido(s) e a Subsecretaria de Licitações e Compras, publicarem a data da apresentação e comunicarem aos demais licitantes classificados.

18.7 A fase de apresentação do sistema, após a etapa de lances, demonstrando as funcionalidades especificadas, deverá ser uma condição para a homologação do certame.

18.8 A demonstração dos sistemas, a critério da Prefeitura de Juiz de Fora, poderá ser gravada com a finalidade de registro.

18.9 Durante a demonstração, a licitante deverá fornecer link, usuário e senha para acesso ao sistema pela comissão técnica da Prefeitura de Juiz de Fora.

19 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações:

| Fonte | Dotação | Natureza |
|-------------|--------------------|-----------|
| 01004000000 | 041126000111900000 | 4.4.90.40 |
| 01900000000 | 041126000111900000 | 4.4.90.40 |
| 01700000000 | 041126000111900000 | 4.4.90.40 |

20. ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo I (TR) - Detalhamento dos Requisitos Funcionais

Anexo II (TR) - Modelo da proposta comercial

Anexo III (TR) - Modelo de Declaração de Contratação Futura

Anexo IV (TR) - Modelo de Declaração de conhecimento

Anexo V (TR) - Composição dos lotes

Anexo VI (TR) - Teorização das Complexidades

ANEXO I (TR) - Detalhamento dos Requisitos Funcionais

Este ANEXO tem como objetivo detalhar os requisitos Funcionais do objeto.

1. REQUISITOS FUNCIONAIS

1.1. Características gerais comuns a todos módulos

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.1.1. O sistema deve apresentar todas as críticas pertinentes, incluindo fechamento de valores. | SIM | NÃO |
| 1.1.2. O sistema deve permitir a geração de documentos oficiais (versão final) para cada etapa, nos formatos a serem definidos pela CONTRATANTE . | SIM | NÃO |
| 1.1.3. O sistema deve permitir a manutenção de registros históricos das alterações efetuadas nos dados, nas diversas fases do processamento, possibilitando salvar versões intermediárias completas, e que possam ser consultadas a qualquer momento. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.4. O sistema deve possibilitar a geração de mensagens de alerta do gestor aos usuários (aviso, prazos, reuniões, orientações, etc.), a serem exibidas ao fazerem "login", com a característica de somente permitir o uso após a confirmação de leitura por parte do usuário, que será enviada ao gestor. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.5. Para cada mensagem enviada via sistema deverá ser gerada outra, de conteúdo idêntico, a ser enviada por e-mail. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.6. As telas do sistema devem apresentar a identificação com o nome do usuário e o seu respectivo setor (Unidade Gestora e subdivisões) além, da identificação, parametrizada, da Prefeitura de Juiz de Fora, e a secretaria da qual o usuário faz parte. | SIM | SIM |
| 1.1.7. As telas do sistema devem trazer informações referenciais de orientação para posicionamento do usuário. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.1.8. Para todos os relatórios deve trazer no mínimo as opções para geração em formato, DOC, XLS, PDF, TXT ou formatos correlatos. | SIM | SIM |
| 1.1.9. Possuir um gerador de relatórios, com leiautes personalizáveis, que permita aos usuários, filtrarem as informações de acordo com as necessidades específicas a cada ocasião, disponibilizando funções de comparação, ordenação, agrupamento, cruzamento e transformação de dados, bem como a geração de gráficos, tabelas quando for aplicável, além de permitir a exportação das informações geradas sem a necessidade do apoio da CONTRATADA . | SIM | SIM |
| 1.1.10. Permitir que todos os módulos, contidos neste objeto, funcionem de maneira integrada, possuindo acesso a todas as informações previamente cadastradas ou importadas pelo mesmo, de forma a evitar redigitação ou reimportação de informações já disponíveis em outros módulos. | SIM | NÃO |
| 1.1.11. Permitir a manutenção e a parametrização de todos os cálculos existentes no sistema. | SIM | SIM |
| 1.1.12. Permitir a manutenção (cadastro/alteração/desativação/consulta) de usuários do sistema. | SIM | SIM |
| 1.1.13. Permitir consultas a todos os cadastros do sistema de forma dinâmica, podendo escolher os filtros, dados e intervalos a serem retornados, além de permitir a sua impressão. | SIM | NÃO |
| 1.1.14. Permitir a criação de novos conteúdos/campos nos cadastros do sistema, de acordo com a necessidade. | SIM | NÃO |
| 1.1.15. Permitir que o sistema utilize recursos como "autocomplete" por partes do texto, para facilitar a localização das informações. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.16. Permitir que os cadastros que couber, possuam vários e-mails e telefones. | SIM | NÃO |
| 1.1.17. Permitir que o tamanho dos campos seja compatível com a natureza destes. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.18. Possibilitar aproveitamento de informações dentro do sistema, através de recursos como "copiar e colar". | SIM | NÃO |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.1.19. Permitir anexar arquivos/documentos nos cadastros do sistema que couber. | SIM | NÃO |
| 1.1.20. O sistema deve possuir uma ferramenta de geração de etiquetas a partir da criação de um relatório dinâmico, onde seja possível determinar as características da etiqueta e da folha, repetições, intervalos, além de outras definidas pela contratante. | SIM | SIM |
| 1.1.21. Disponibilizar uma ferramenta para a manutenção de modelos de documento, de acordo com o tipo, de forma única, onde seja possível adicionar campos, tarefas, assunto, fundamentação legal e texto livre, imagens, cálculos, códigos de barras, permissão de emissão de primeira e segundas vias e outros recursos pertinentes, de acordo com perfil de acesso. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.22. Permitir que o sistema valide as informações obrigatórias, de acordo com o parametrizado nos cadastros, objetivando a qualidade dos dados. | SIM | SIM |
| 1.1.23. Permitir que os cadastros do sistema que possuam CEP, preencham os demais dados de endereço, acessando o sistema dos correios. | SIM | SIM |
| 1.1.24. Permitir integração com os serviços do Google Maps ou similar, nos cadastros/visualizações, em que possuir o endereço/coordenadas geográficas forem referenciadas, exibindo respectivo mapa. | SIM | SIM |
| 1.1.25. Permitir alterações cadastrais em lote de acordo com filtragem definida pelo usuário, caso o usuário tenha autorização. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.26. Permitir reverter alterações cadastrais em lote. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.27. Permitir controle de prazos prescricionais. | SIM | SIM |
| 1.1.28. Permitir que os cadastros sejam encontrados por localização por CEP (Código de Endereçamento Postal) ou trecho. | SIM | NÃO |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.1.29. O sistema deverá ser multiexercício, ou seja, permitir que um usuário acesse as informações de exercícios diferentes. Esta funcionalidade deve permitir o acesso a dados de quaisquer exercícios sem a necessidade de sair do sistema. | SIM | SIM |
| 1.1.30. O sistema deverá possuir atalhos para as principais tarefas, executando de uma única tela o acesso para as diversas tarefas, visando evitar navegação no menu. | DESEJÁVEL | |
| 1.1.31. Permitir a integração com o sistema de protocolos utilizado pela contratante. | SIM | NÃO |
| 1.1.32. Permitir que o sistema possua um Cadastro Único de pessoas físicas e jurídicas (fornecedores, credores, contribuintes, licitantes, etc) de forma que seja utilizado por todos os módulos do sistema. | SIM | SIM |
| 1.1.33. Permitir que os dados do Cadastro Único sejam manuteníveis e gerenciáveis. | SIM | SIM |
| 1.1.34. Permitir a anonimização de dados pessoais quando necessário. | SIM | SIM |
| 1.1.35. Prover alerta de vazamento de dados | SIM | SIM |
| 1.1.36. Prover interface com o titular dos dados pessoais tratados | SIM | SIM |
| 1.1.37. Permitir que a base de dados seja única, de forma que todas as unidades administrativas (direta, indireta, empresas públicas) possam consultar os mesmos dados. | SIM | SIM |
| 1.1.38. Funcionar de forma integrada e parametrizável via Sistema de gestão de processos de negócios e notações (BPMN) da ferramenta contratada | DESEJÁVEL | |

1.2.Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Compras

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|-------------------------------|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 1.2.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais, bem como acompanhar as atualizações das mesmas. | SIM | NÃO |
| 1.2.2. Atender as classificações do PCASP, da Classificação Funcional instituída pela Portaria MOG nº 42/1999 e da "Tabela da Despesa e Classificador por Fonte e Destinação de Recursos" do SICOM/TCE-MG, permitindo que a solicitação de compra contenha a classificação da conta contábil, classificação funcional, natureza de despesa e da fonte e destinação de recursos, possibilitando, ainda, integração com o sistema orçamentário permitindo, ainda, que tais informações sejam transferidas quando da emissão do empenho. | SIM | SIM |
| 1.2.3. Permitir cadastrar os itens por tipo (material/serviço) contendo código, descrição resumida e completa e unidade de medida. | SIM | SIM |
| 1.2.4. Permitir o cadastro de grupo e classe, de acordo com a padronização de cadastro de materiais e serviços do Município. | DESEJÁVEL | |
| 1.2.5. Atribuir o código do item automaticamente, em série crescente e consecutiva, mantendo a organização de grupo, classe e item sequencial. | SIM | SIM |
| 1.2.6. Permitir identificar se o cadastro é inicial(1) ou alteração(2), no caso de alteração, solicitar justificativa. | SIM | SIM |
| 1.2.7. Permitir, que no Cadastro de Materiais e Serviços contenham opções para inclusão das informações necessárias para a prestação de contas junto ao TCEMG. | SIM | SIM |
| 1.2.8. Permitir consultas ao cadastro de materiais por código, descrição, materiais em estoque e outros. | SIM | SIM |
| 1.2.9. Permitir consultar o preço da última entrada e preço médio de determinado material, para estimativa de custo. | SIM | SIM |
| 1.2.10. Possuir, no cadastro de materiais, identificação de materiais perecíveis, estocáveis, de consumo, permanentes ou outros. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.2.11. Permitir consultar itens por o(s) sinônimo(s) para facilitar na busca. | DESEJÁVEL | |
| 1.2.12. Definir itens que terão controle de validade possibilitando os registros quando for o caso. | SIM | SIM |
| 1.2.13. Gerar a relação de itens que estão cadastrados, como perecíveis, mas que estão sem indicação de lote. | DESEJÁVEL | |
| 1.2.14. Indicar quando cadastrar item com descrições idênticas ou similares. | DESEJÁVEL | |
| 1.2.15. Gerar relatório com total de itens que foram incluídos (cadastrados) no Cadastro de Materiais e Serviços em um período determinado. | SIM | SIM |
| 1.2.16. Gerar relatório listando código e descrição de todos os grupos e classes de materiais já cadastrados no Cadastro de Materiais e Serviços. | SIM | SIM |
| 1.2.17. Gerar relatório de todos os itens cadastrados por grupo e classe no qual estão inseridos. | SIM | SIM |
| 1.2.18. Gerar listagem de itens de materiais que sofreram alterações de descrição em um determinado período, indicando o usuário responsável pela alteração, a data da mesma e as descrições anteriores e a atual do material cadastrado. | SIM | SIM |
| 1.2.19. Possuir detalhamento dos itens a serem objetos dos Pedidos de Compras, incluindo informações de unidade, quantidade e descrição detalhada a partir do cadastro municipal de mercadorias, demonstrando integração com o Sistema de Gerenciamento de Estoques. | SIM | SIM |
| 1.2.20. Permitir a elaboração/abertura dos tipos da solicitação de compra por Unidade Gestora (UG) demandante. Ex: material, serviços comuns, obras e engenharia, concessão/permissão, credenciamento/chamada pública, alienação de bens. | SIM | SIM |
| 1.2.21. Controlar as solicitações de compra por UG, não permitindo que outros usuários acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes a sua UG. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.2.22. Permitir informar se a solicitação visa atender Ordem Judicial, informando número do processo judicial e paciente(s). | SIM | SIM |
| 1.2.23. Permitir selecionar somente os itens de materiais e de família de serviços ativos no cadastro que correspondam ao tipo de compra indicado na abertura da solicitação. | SIM | SIM |
| 1.2.24. Permitir visualizar e selecionar os itens materiais/ serviço através de código, sinônimo, descrição ou palavra chave. | SIM | SIM |
| 1.2.25. Permitir consulta através dos códigos dos itens, aos últimos preços licitados em todas as modalidades e em atas de registro de preços vigentes, para utilização dos mesmos na elaboração da solicitação de compra e mapa comparativo de preços. | SIM | SIM |
| 1.2.26. Permitir inserir preço de aquisição/contratação obtido por meio de orçamentos e pesquisas de mercado obtidas fora do sistema. | SIM | SIM |
| 1.2.27. Permitir visualizar e selecionar os registros de preços vigentes e seus respectivos itens, exibindo os saldos de cada item selecionado por Unidade Gestora. | SIM | SIM |
| 1.2.28. Gerar numeração sequencial anual (ano civil) das solicitações de compras por UG (unidade gestora) demandante. | SIM | SIM |
| 1.2.29. Permitir consultar, imprimir uma solicitação de compras, em qualquer fase de acordo com o perfil de usuário. | SIM | SIM |
| 1.2.30. Possibilitar cancelar uma solicitação de compra, antes de vinculação ao processo licitatório, disponibilizando campo para inclusão de justificativa do cancelamento. | SIM | SIM |
| 1.2.31. Permitir excluir item de material/item de serviço da solicitação de compras, antes de vinculação ao processo licitatório, disponibilizando campo para inclusão de justificativa da exclusão. | SIM | SIM |
| 1.2.32. Emitir relatório dos pedidos de compra em andamento, descrevendo a fase em que o mesmo se encontra, bem como sua tramitação. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.2.33. Permitir à unidade solicitante, ou à STDA/SSLICOM, obter a lista encaminhada das solicitações de compras. | SIM | SIM |
| 1.2.34. Permitir/possibilitar no Cadastro de Materiais e Serviços a consulta ao último valor de aquisição e nome do fornecedor. | SIM | SIM |
| 1.2.35. Permitir através da consulta do material, pesquisar o histórico completo de aquisições/contratações, podendo visualizar as solicitações de compras, ordens de compras, licitações, preços praticados e fornecedor. | SIM | SIM |
| 1.2.36. Permitir visualizar e selecionar fornecedores ativos, compatíveis com a linha de fornecimento do item de material ou serviço, para envio automático de e-mail solicitando orçamento. | SIM | SIM |
| 1.2.37. Permitir criar listas de fornecedores de acordo com o objeto social, contendo razão social, CNPJ, telefone e e-mail. | SIM | SIM |
| 1.2.38. Permitir buscar/copiar informações do Termo de Referência para inclusão no pedido de orçamento/cotação. | SIM | SIM |
| 1.2.39. Registrar data, hora e o usuário responsável pelo envio da solicitação de orçamento/cotação. | SIM | SIM |
| 1.2.40. Notificar quando um item com preço acima do valor constante no registro de preços informando o número do processo licitatório. | DESEJÁVEL | |
| 1.2.41. Notificar quando incluir item com saldo em registro de preços vigente, informando quantitativos e unidades gestoras. | SIM | SIM |
| 1.2.42. Notificar quando incluir item em estoque no almoxarifado. | SIM | SIM |
| 1.2.43. Emitir aviso do sistema quando o item incluído na solicitação estiver em outro processo de compra, mostrando todo o detalhamento (número do processo, preço, quantitativo, fornecedor, se Ata RP vigente.) | SIM | SIM |
| 1.2.44. Permitir anexar (upload) de documentos (obrigatórios ou não) a solicitação. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.2.45. Permitir integração com o módulo financeiro, com especificação da dotação orçamentária, fonte, natureza de despesa, demonstrando o saldo orçamentário existente no momento da realização da demanda. | SIM | SIM |
| 1.2.46. Indicar, para a unidade gestora responsável, as Solicitações de Compras disponíveis para reserva da dotação orçamentária. | SIM | SIM |
| 1.2.47. Exibir, automaticamente, a dotação orçamentária disponível para solicitação de compras. | SIM | SIM |
| 1.2.48. Indicar, para a unidade gestora responsável, as Solicitações de Compras disponíveis para aprovação. | SIM | SIM |
| 1.2.49. Permitir aprovar de forma total ou parcial os itens da Solicitação de Compras. | SIM | SIM |
| 1.2.50. Permitir a unidade responsável visualizar a lista encaminhada das Solicitações de Compras disponíveis para estimativa de preços. | SIM | SIM |
| 1.2.51. Indicar, para a unidade gestora responsável, as Solicitações de Compras disponíveis para enquadramento. | SIM | SIM |
| 1.2.52. Permitir enquadrar a solicitação de compras conforme a modalidade e de acordo com a tabela de valores: Ex: Compra direta ou licitação. | SIM | SIM |
| 1.2.53. Indicar, para a área responsável, as Solicitações de Compras disponíveis para abertura de licitação. | SIM | SIM |
| 1.2.54. Notificar quando incluir item em processo de dispensa por valor que possa gerar fracionamento. | SIM | SIM |
| 1.2.55. Emitir declaração de não fracionamento de despesa | SIM | SIM |
| 1.2.56. Permitir o controle e a identificação por tipo da compra direta, por Licitação Dispensada (art. 17 da Lei 8666/1993); Licitação Dispensável (art. 24 da Lei 8666/1993) e Licitação Inexigível (art. 25 da Lei 8666/1993). | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.2.57. Permitir, a unidade gestora competente, visualizar e ratificar a justificativa da dispensa/inexigibilidade. | SIM | SIM |
| 1.2.58. Registrar data, hora e o usuário responsável pela divulgação da solicitação de dotação orçamentária. | SIM | SIM |
| 1.2.59. Possuir recurso para que haja consolidação de várias solicitações de compras para a realização de uma única licitação. | SIM | SIM |
| 1.2.60. Permitir que nos cadastros de fornecedores contenham opções para inclusão das informações necessárias para a prestação de contas junto ao TCE. | SIM | SIM |
| 1.2.61. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria. | SIM | SIM |
| 1.2.62. Permitir ao fornecedor responder à cotação eletrônica somente para a cotação a qual ele foi selecionado. | SIM | SIM |
| 1.2.63. Informar a data em que a solicitação da proposta foi entregue. | SIM | SIM |
| 1.2.64. Rejeitar as propostas de preços que forem entregues após a data e hora definida e informar ao fornecedor o motivo, ou seja, que o envio da mesma foi realizado fora do prazo determinado | SIM | SIM |
| 1.2.65. Registrar a data e hora de fim de encerramento do recebimento das propostas. | SIM | SIM |
| 1.2.66. Registrar as informações das propostas recebidas dos fornecedores inscritos e/ou registrados que foram selecionados. Ex: Número da compra direta, Tipo da compra, Fornecedor, Data e hora do recebimento, Usuário responsável pelo registro. | SIM | SIM |
| 1.2.67. Gerar um número sequencial, para protocolar o recebimento das propostas, por número da compra direta. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.2.68. Identificar as solicitações de orçamento com propostas recebidas. | SIM | SIM |
| 1.2.69. Possuir rotina que possibilite que a proposta comercial seja preenchida pelo próprio fornecedor, em suas dependências e, posteriormente, enviada em meio digital para importação no sistema, sem necessidade de redigitação. | SIM | SIM |
| 1.2.70. Permitir cadastrar, por Fornecedor/item, os itens cotados, registrando a marca, modelo e preço cotado. | SIM | SIM |
| 1.2.71. Permitir o lançamento, por fornecedor, do prazo de entrega dos itens. | SIM | SIM |
| 1.2.72. Permitir exclusão de preços caso seja necessário, mediante justificativa. | SIM | SIM |
| 1.2.73. Classificar os valores dos orçamentos na ordem definida pela unidade de compras (maior ou menor valor). | SIM | SIM |
| 1.2.74. Permitir a definição do vencedor, conforme ordem de classificação. | SIM | SIM |
| 1.2.75. Considerar como empatado os itens que estiverem classificados em primeiro lugar, conforme a ordem de classificação definida. | SIM | SIM |
| 1.2.76. Permitir a definição por sorteio, pelo usuário, do vencedor do item, no caso de empate. | SIM | SIM |
| 1.2.77. Emitir Mapa comparativo de Preço, com o julgamento parcial ou total. | SIM | SIM |
| 1.2.78. Emitir Mapa Comparativo de Preço, com todos os valores recebidos/inseridos, indicando a média entre ele, registrando também a marca e modelo quando houver. Permitir exclusão de preços caso seja necessário. | SIM | SIM |
| 1.2.79. Emitir Mapa Comparativo de Preço, com todos os valores recebidos/inseridos, em ordem crescente/classificatória ou decrescente, por valor unitário e total, registrando também a marca e modelo quando houver. Permitir exclusão de preços caso seja necessário. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 1.2.80. Permitir visualizar dados de empresas/pessoas físicas (razão social, CNPJ, telefone, e-mail) que participaram das licitações, sendo vencedoras ou não. | SIM | SIM |
| 1.2.81. Permitir acesso a sites de Bancos de Preços, podendo incluir os valores encontrados no Mapa Comparativo de Preço (média). | DESEJÁVEL | |
| 1.2.82. Disponibilizar de forma automática os dados do fornecedor necessários para a emissão do empenho. | SIM | SIM |
| 1.2.83. Permitir o cadastro de pessoa jurídica e física no Cadastro de Fornecedor(es), contendo informações de razão social, CNPJ/CPF, Insc. Estadual, Insc. Municipal, objeto social, endereço, quadro de sócios e representantes com CPF, telefones, definição da Classe de atuação dentro do Cadastro de Materiais e Serviços, e outras necessárias. | SIM | SIM |
| 1.2.84. Permitir identificar se o cadastro é inicial(1) ou alteração(2), no caso de alteração, solicitar justificativa. | SIM | SIM |
| 1.2.85. Controlar prazo da sanção, com baixa automática ao fim do período. | DESEJÁVEL | |
| 1.2.86. Disponibilizar consultas e relatórios parametrizados dos fornecedores. | SIM | SIM |
| 1.2.87. Permitir a emissão de Certificado de Registro Cadastral (CRC) de regularidade jurídico fiscal das empresas cadastradas. A emissão deste relatório deverá prever a possibilidade de modelação para adequar a impressão dos dados em formulários pré-impressos. | SIM | SIM |
| 1.2.88. Permitir o envio aos fornecedores da listagem de documentos necessários para o cadastro ou renovação no CAGEL. | SIM | SIM |
| 1.2.89. Identificar no cadastro de documentos de fornecedores aqueles que são obrigatórios para emissão do CAGEL e controlar automaticamente a vigência dos documentos. | SIM | SIM |
| 1.2.90. Permitir a anexação dos documentos, digitalizados e certidões por fornecedor. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.2.91. Permitir o envio dos documentos para cadastro pelo próprio fornecedor, através do sistema. | SIM | SIM |
| 1.2.92. Permitir ao fornecedor cadastrado consultar e emitir a sua situação, através da WEB, com a relação dos seus documentos e respectivas validades. | SIM | SIM |
| 1.2.93. Permitir ao cadastrado no CAGEL enviar os documentos com validade vencida para fins de atualização do cadastro. | SIM | SIM |
| 1.2.94. Permitir informar no cadastro dos fornecedores avaliações e ocorrências, bem como classificá-los de acordo com o desempenho no fornecimento de produtos e execução de contrato. | SIM | SIM |
| 1.2.95. Permitir registro de Penalidades ao fornecedor, definindo prazos e abrangências. | SIM | SIM |
| 1.2.96. Permitir o lançamento de notificação e registro de quaisquer penalidades para um determinado fornecedor, possibilitando ainda a emissão da notificação lançada, bem como a parametrização do documento de notificação. | SIM | SIM |
| 1.2.97. Permitir emissão de relatório das empresas penalizadas, com prazos e abrangências. | SIM | SIM |
| 1.2.98. Permitir consulta e emissão de relatório com situação do fornecedor e seus documentos a vencer e vencidos. | SIM | SIM |
| 1.2.99. Permitir consulta e emissão de relatório com situação dos documentos em data retroativa. | SIM | SIM |
| 1.2.100. Permitir exibição de tela avisando a relação de documentos fiscais a vencer ou vencidos dos fornecedores quando for efetuada consulta do cadastro de fornecedores. | SIM | SIM |
| 1.2.101. Permitir que o sistema avise quando for selecionado um fornecedor que teve contrato suspenso. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 1.2.102. Permitir pesquisas por meio de banco de dados, link's para consulta das certidões do INSS, FGTS, Secretaria da Fazenda Municipal, Secretaria da Fazenda Estadual e Secretaria da Fazenda Federal, CNPJ, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, dentre outros. | DESEJÁVEL | |
| 1.2.103. Permitir acesso a link's de emissão de Certidões de Regularidade Fiscal | SIM | SIM |
| 1.2.104. Permitir recebimento e/ou inclusão de demais documentos pertinentes ao prosseguimento dos processos licitatórios (contrato social, comprobatórios de mercado, declaração de exclusividade, atestados de capacidade técnica, dentre outros. | SIM | SIM |
| 1.2.105. Permitir suspensão e declaração de inidoneidade, para participação de processos licitatórios. | SIM | SIM |
| 1.2.106. Validar se o CPF do(s) sócio(s) da empresa está correto. | SIM | SIM |
| 1.2.107. Gerar Atestado de Capacidade Técnica com descrição dos fornecimentos, prestação de serviços e/ou execução de obras e todas as penalidades quando for o caso. | SIM | SIM |
| 1.2.108. Permitir gerar relatório para solicitação de orçamento de material ou serviço contendo as informações necessárias conforme layout fornecido pela Prefeitura de Juiz de Fora. | SIM | SIM |
| 1.2.109. Permitir que os valores previstos nas requisições de compras devam ser reservados no sistema orçamentário, exceto para os casos de compras por Sistema de Registro de Preços, onde não há a necessidade da reserva orçamentária e financeira na integralidade. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.2.110. Permitir que sejam informados no sistema de compras todos os dados pertinentes da licitação, isto é, a modalidade e tipos de licitação, artigo da Lei 8.666/93, número do processo, número pregão, cadastro do fornecedor com o CNPJ ganhador, inclusive quando se tratar de matriz e filiais, informações de contato do fornecedor (endereço, telefone, e-mail), cadastro da conta favorecido, enfim todos os dados do procedimento licitatório, bem como todos os necessários para a prestação de contas via SICOM. | SIM | SIM |
| 1.2.111. Permitir o cadastro dos autorizadores das solicitações de compras, empenho e requisições de materiais, bem como da sequência que as autorizações devem ser realizadas até a autorização final para execução do empenho ou compra (roteiro de aprovação), devendo ainda ser possível definir o fluxo e autorizadores por tipo de solicitação de compras e empenho. | DESEJÁVEL | |
| 1.2.112. Permitir a descentralização de responsabilidades dentro do Cadastro de Materiais e Serviços e Cadastro de Fornecedor, com filtro de permissões de inclusão e alteração. | DESEJÁVEL | |

1.3.Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Licitações

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.3.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais pertinentes a área de licitações, bem como suas atualizações. | SIM | NÃO |
| 1.3.2. Permitir integração com os demais módulos, isto é, Módulo de Compras, Módulo Contratos, Módulo Convênio; Módulo Patrimônio; Módulo Suprimento e Almoxarifado; Módulo Frotas; Módulo Edital e Módulo Obras, permitindo aos mesmos o acesso aos dados relativos ao Cadastro de Materiais e Cadastro de Fornecedores, dentre outros. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| <p>Contemplar as especificações de Leiaute dos seguintes arquivos: "4.2. PESSOA Pessoas Física e Jurídica; 4.10. ITEM – Itens das Licitações, Adesões, Dispensas, Inexigibilidades, Contratos e Notas Fiscais; 4.11. REGLIC – Legislação Municipal para Legislação; 4.12. ABERLIC - Abertura da Licitação; 4.13. RESPLIC - Responsáveis pela Licitação; 4.14. HABLIC - Habilitação da Licitação; 4.15. JULGLIC - Julgamento da Licitação; 4.16. HOMOLIC - Homologação da Licitação; 4.17. PARELIC - Parecer da Licitação; 4.18. REGADESAO - Adesão a Registro de Preços; 4.19. DISPENSA - Dispensa ou Inexigibilidade;" do Módulo Acompanhamento Mensal, versão 9.1 2020, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, conforme "ANEXO 2 – AM Leiautes", que contém o Manual SICOM comparativo e consolidado, bem como o "Anexo3 – AM Documentos de Especificação", que contém os critérios de validação dos arquivos de envio de informações. Tais especificações de leiaute são necessárias para o envio de dados e informações relativas às prestações de contas junto ao TCE-MG, por meio do SICOM.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.3. Permitir gerar todos os arquivos para alimentação do SICOM, conforme leiaute definido pelo TCE-MG.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.4. Gerar relatório completo de inconsistências na geração dos arquivos para o SICOM, com a indicação detalhada dos campos a serem alterados ou corrigidos na fase de pré-validação dos arquivos.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.5. Acompanhar as alterações de leiaute realizadas pelo TCE-MG e promover as atualizações no sistema, de forma a manter a prestação de contas.</p> | SIM | NÃO |
| <p>1.3.6. Permitir exportação de dados para alimentar o Portal da Transparência de forma parametrizada.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.7. Emitir relatórios e arquivos necessários para os órgãos de controle/fiscalizadores, de forma parametrizada.</p> | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.3.8. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria. | SIM | SIM |
| 1.3.9. Registrar os processos licitatórios, identificando número do processo, objeto, solicitações de compras, modalidade de licitação e datas do processo. | SIM | SIM |
| 1.3.10. Atender as legislações que regem a matéria e regulamentações editadas no âmbito do Município. | SIM | SIM |
| 1.3.11. Permitir o cadastramento de comissões de licitação: permanente, especial, pregoeiros, leiloeiros, equipe de apoio, informando as portarias ou decretos que as designaram, com informação das datas da designação dos membros e data da expiração do prazo. | SIM | SIM |
| 1.3.12. Permitir o registro/acompanhamento de todo o processo de abertura e julgamento da licitação, registrando o credenciamento, no caso do pregão, a habilitação, proposta comercial, interposição de recurso, anulação, homologação, adjudicação e emitir o mapa comparativo de preços, e para o processo licitatório do tipo pregão, emitir o mapa de lances e ata conforme legislação vigente. | SIM | SIM |
| 1.3.13. Permitir a abertura de processo administrativo, mantendo a numeração dos processos, de forma sequencial anual (ano civil). O número do processo poderá ser gerado de forma automática pelo sistema. | SIM | SIM |
| 1.3.14. Permitir enquadrar o processo conforme a modalidade licitatória. | SIM | SIM |
| 1.3.15. Permitir à unidade competente, visualizar e ratificar a justificativa da dispensa/inexigibilidade. | SIM | SIM |
| 1.3.16. Permitir gerar a partir do processo licitatório concluído, processo administrativo “remissivo” para execução da despesa pelas UG’s. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.3.17. Permitir a emissão de relatórios de processos remissivos gerados e de quantitativos empenhados dos itens por secretaria. | SIM | SIM |
| 1.3.18. Permitir a reclassificação de licitantes, possibilitando transferência da adjudicação para o próximo classificado, mediante justificativa pelo usuário responsável. | SIM | SIM |
| 1.3.19. Gerar a Relação de Fornecedores da licitação; | SIM | SIM |
| 1.3.20. Gerar relatório de Itens vencidos por fornecedores; | SIM | SIM |
| 1.3.21. Gerar relatório de Deságio por itens e total; | SIM | SIM |
| 1.3.22. Gerar relatório de Classificação dos fornecedores por itens. | SIM | SIM |
| 1.3.23. Permitir anexar todos os documentos relacionados ao processo licitatório. | SIM | SIM |
| 1.3.24. Permitir o acompanhamento dos processos licitatórios, envolvendo todas as etapas desde a preparação até a execução, através de painéis de controle e monitoramento. | SIM | SIM |
| 1.3.25. Permitir alterar o processo licitatório, em suas fases correspondentes, para as seguintes situações, identificando motivação e o usuário responsável: Cancelado/Revogado/Anulado. | SIM | SIM |
| 1.3.26. Manter cadastro das modalidades de licitação e seus respectivos valores. | SIM | SIM |
| 1.3.27. Criar modalidades de licitação padronizadas na forma da legislação vigente. Ex: Convite, Tomada de preços, Concorrência, Pregão (Presencial e Eletrônico), Leilão. | SIM | SIM |
| 1.3.28. Criar tipos de licitação padronizados na forma da legislação vigente. Ex: Menor Preço (unitário e global), Melhor Técnica, Técnica e Preço, Maior Oferta. | SIM | SIM |
| 1.3.29. Permitir visualizar e selecionar mais de uma solicitação de compra (inclusive de mais de um Órgão e Entidade) para incluir na mesma licitação. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 1.3.30. Enquadrar a modalidade da licitação de acordo com o seu valor. | SIM | SIM |
| 1.3.31. Numerar automaticamente e sequencialmente, a licitação que está sendo elaborada por modalidade e ano. Deverá permitir identificar a unidade gestora. | SIM | SIM |
| 1.3.32. Permitir criar/elaborar instrumento convocatório recuperando as informações do Termo de Referência e documentos anexados. | SIM | SIM |
| 1.3.33. Permitir a geração do edital a partir do sistema ou sua inclusão posterior conforme necessidade da Comissão de licitação, Leiloeiro ou Pregoeiro. | SIM | SIM |
| 1.3.34. Permitir inserir justificativa para realização da licitação. | SIM | SIM |
| 1.3.35. Permitir registrar, na fase externa, informações de fornecedores não cadastrados. | SIM | SIM |
| 1.3.36. Permitir visualizar e selecionar fornecedores ativos, compatíveis com a linha de fornecimento do item de material ou serviço, para envio automático de e-mail. | DESEJÁVEL | |
| 1.3.37. Permitir a identificação dos fornecedores nos termos da lei complementar 123/06. Ex: Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Cooperativas, Outras Empresas (Médio e Grande Porte). | SIM | SIM |
| 1.3.38. Permitir a execução das fases e emitir a ata da Sessão Pública da licitação, conforme leis e decretos vigentes. | SIM | SIM |
| 1.3.39. Permitir aos fornecedores inserir questionamentos e impugnações aos editais em campos próprios; | SIM | SIM |
| 1.3.40. Permitir aos fornecedores inserir propostas iniciais e documentos para habilitação conforme especificações do edital. | SIM | SIM |
| 1.3.41. Permitir envio de mensagens aos licitantes que estiverem cadastrados na licitação. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 1.3.42. Gerar relação de propostas sem identificação de fornecedores para julgamento antes da disputa de lances (pregão). | SIM | SIM |
| 1.3.43. Disponibilizar ferramenta para adiamento, suspensão, revogação, anulação da licitação conforme legislação. | SIM | SIM |
| 1.3.44. Permitir habilitar / inhabilitar fornecedores. | SIM | SIM |
| 1.3.45. Permitir habilitar / inhabilitar / desclassificar fornecedores, com campo para inserir as justificativas para o ato. | SIM | SIM |
| 1.3.46. Permitir upload de arquivos para instruir o procedimento. | SIM | SIM |
| 1.3.47. Elaborar/emitir ata de julgamento de habilitação. | SIM | SIM |
| 1.3.48. Registrar a interposição e julgamento de recurso e contrarrazões em todas as fases da licitação. | SIM | SIM |
| 1.3.49. Registrar e Emitir Ata Parcial e Ata Final. | SIM | SIM |
| 1.3.50. Permitir julgar separadamente os itens ou lotes de uma licitação. | SIM | SIM |
| 1.3.51. Disponibilizar após encerramento da disputa, documentos das empresas vencedoras para análise de habilitação. | SIM | SIM |
| 1.3.52. Possibilitar a visualização dos lances na tela. | SIM | SIM |
| 1.3.53. Os lances/propostas poderão ser cadastrados em tempo real, possuindo o sistema módulo específico, importados de plataforma utilizada pelo Município ou inseridos manualmente. | DESEJÁVEL | |
| 1.3.54. Sistematizar o tratamento diferenciado às ME/EPP/Cooperativas conforme disposto na Lei Complementar 123/06. | SIM | SIM |
| 1.3.55. Elaborar/emitir ata de julgamento das propostas. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.3.56. Permitir a realização de licitações com julgamento por maior desconto sobre uma tabela ou catálogo de preços, ou sobre os próprios itens do processo licitatório. | SIM | SIM |
| 1.3.57. Registrar o resultado total da pontuação de técnica ou de preço, separadamente por fornecedor ou por item, quando se tratar de licitação do tipo "Técnica e Preço" ou "Melhor Técnica". | SIM | SIM |
| 1.3.58. Registrar a interposição e julgamento de recurso e contrarrazões em todas as fases da licitação. | SIM | SIM |
| 1.3.59. Registrar e Emitir termo de adjudicação. | SIM | SIM |
| 1.3.60. Registrar e emitir termo de homologação. | SIM | SIM |
| 1.3.61. Permitir sagrar-se vencedor mais de um fornecedor, para o mesmo processo licitatório. | SIM | SIM |
| 1.3.62. Disponibilizar para cada unidade gestora demandante do processo de aquisição/contratação, após a homologação do processo licitatório, todas as informações necessárias para a elaboração da autorização de compra/empenho e do contrato, se for o caso. | SIM | SIM |
| 1.3.63. Disponibilizar para o órgão gestor do registro de preços, após a homologação do processo licitatório, todas as informações necessárias para a elaboração da ata de registro de preços. | SIM | SIM |
| 1.3.64. Permitir consultar o histórico completo, autorizações de compras/empenho, licitações e fornecedores. | SIM | SIM |
| 1.3.65. Propiciar importação e exportação de informações com outro software/plataforma de execução de licitação, como por exemplo: Portal de Compras Públicas, Comprasnet, dentre outros. | SIM | SIM |
| 1.3.66. Permitir gerenciar fase de planejamento (elaboração de lista), junto às unidades gestoras, para captação de demandas para elaboração de registro de preços. | SIM | SIM |
| 1.3.67. Permitir a inclusão somente de itens ativos no cadastro de materiais e serviços. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.3.68. Manter o controle do prazo de preenchimento e devolução do planejamento do Registro de Preços, pelas unidades usuárias. | SIM | SIM |
| 1.3.69. Demonstrar o consumo médio mensal/anual do item da lista da unidade usuária. | SIM | SIM |
| 1.3.70. Consolidar as listas programadas de consumo das unidades participantes para elaboração de registro. | SIM | SIM |
| 1.3.71. Manter histórico das listas programadas de consumo enviadas pelos órgãos participantes. | SIM | SIM |
| 1.3.72. Permitir a elaboração de atas e contratos de registro de preços. | SIM | SIM |
| 1.3.73. Manter o cadastro dos itens registrados nas atas com seus respectivos preços, marcas e quantitativos. | SIM | SIM |
| 1.3.74. Controlar e atualizar os limites financeiros dos itens registrados nas atas, limitando a execução ao valor global da ata. | SIM | SIM |
| 1.3.75. Controlar e atualizar os saldos quantitativos e financeiros consumidos, por item de cada unidade participante e consolidado dos itens das unidades participantes, quando da autorização da compra de cada item registrado pela UG. | SIM | SIM |
| 1.3.76. Impedir que a UG realize empenho com quantitativo acima do autorizado. | SIM | SIM |
| 1.3.77. Impedir que a UG realize um novo empenho/autorização de compra sem que tenha finalizado a compra anterior. | SIM | SIM |
| 1.3.78. Informar para a unidade gestora e unidade participante o saldo quantitativo dos itens, por meio de alerta, quando estiverem próximos de se exaurir. | SIM | SIM |
| 1.3.79. Permitir transferência de quantitativos/saldos dos itens entre UG's participantes do registro. | SIM | SIM |
| 1.3.80. Permitir a revisão/atualização dos preços e marcas registrados. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.3.81. Permitir inserir nova marca de produto/material e realizar substituição de marca. | SIM | SIM |
| 1.3.82. Permitir prorrogar a vigência de contratos decorrentes de ata de registro de preços, respeitando os limites legais. | SIM | SIM |
| 1.3.83. Permitir prorrogar a vigência dos preços registrados, se permitido pela legislação. | SIM | SIM |
| 1.3.84. Manter o histórico e forma de consulta da evolução das revisões de preços e marca de item registrado. | SIM | SIM |
| 1.3.85. Apresentar os seguintes dados para programação de Registro de Preços: Nome da UG, Dotação, Número do registro, Vigência do registro, Código, especificação e quantidade dos itens programados, Campo de reprogramação. | SIM | SIM |
| 1.3.86. Permitir o controle do saldo do Registro de preço no momento da emissão e/ou exclusão da solicitação de empenho, efetuando a baixa do saldo no momento da emissão, e retornar o saldo no momento da exclusão/cancelamento da autorização/empenho. | SIM | SIM |
| 1.3.87. Controlar o saldo quantitativo dos materiais solicitados através da requisição de materiais por secretaria, devendo ser possível definir a cota de cada secretaria para um determinado processo, lote e item, bloquear a requisição de material caso a secretaria tenha atingido sua cota de requisição para aquele processo, item e lote, bem como visualizar o saldo atual de cada material. | SIM | SIM |
| 1.3.88. Permitir o controle (cadastro, alteração e exclusão) da solicitação de compra, empenho e requisições de materiais, sendo possível informar a unidade solicitante, itens que irão compor a solicitação (baseado no cadastro unificado de itens), justificativa, finalidade, dotação orçamentária, fornecedor/credor quando for necessário na solicitação de empenho. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.3.89. Permitir a tramitação eletrônica das solicitações de compras, empenho e requisições de materiais, obedecendo o cadastro dos responsáveis, sequência que as autorizações devem ser realizadas e fluxo das mesmas por tipo de solicitação, com cada responsável podendo avaliar a solicitação e deferir ou indeferir a mesma. | SIM | SIM |
| 1.3.90. Possuir ferramenta de Controle da Movimentação Processual (histórico do processo com o registro de todos os atos praticados, com hora, data e o usuário que os praticou) com os seguintes campos: Requerente ou Secretaria, Assunto, Data de entrada e saída do setor Data de encaminhamento, Situação do processo. | SIM | SIM |
| 1.3.91. Permitir criar mensagens automáticas para as secretarias municipais, sobre os processos dentro do fluxo de trabalho. | DESEJÁVEL | |
| 1.3.92. Relatórios: SOLICITAÇÃO ORÇAMENTO DE MATERIAL - Apresentar os seguintes campos: Nº do orçamento/ Dados completos do fornecedor (nome, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail)/ Dados completos da unidade solicitante do orçamento, e o usuário responsável./ Campo para observação/ Código e especificação do item/ Unidade de aquisição/ Quantidade/ Marca/ Valor unitário/ Valor total/ Validade do orçamento/ Condições de pagamento/ Contato/ Prazo de entrega/ Garantia/ Telefone/ Assinatura/ Data. | SIM | SIM |
| 1.3.93. Relatórios: SOLICITAÇÃO ORÇAMENTO DE SERVIÇO -Apresentar os seguintes campos: Nº do orçamento/ Dados completos do fornecedor (nome, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail)/ Dados completos da unidade solicitante do orçamento, e do usuário responsável./ Campo para observação/ Especificação do serviço/ Unidade de aquisição/ Quantidade/ Valor unitário/ Valor total/ Validade do orçamento/ Condições de pagamento/ Contato/ Prazo de entrega/ Garantia/ Telefone/ Assinatura/ Data. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| <p>1.3.94. Relatório: SOLICITAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇO - Apresentar os seguintes campos: Nº da solicitação/ Órgão/ Projeto ou atividade/ Elemento item de despesa/ Fonte/ Valor da dotação/ Disponibilidade Saldo/ Código do Item/ Descrição do item/ Unidade de aquisição/ Quantidade/ Valor unitário/ Valor total/campo para assinaturas dos responsáveis: autorização da solicitação, informação de dotação e especificação.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.95. Relatório: ANEXO EDITAL - Apresentar os seguintes campos: nº do processo administrativo/ modalidade licitatória/ Secretaria ou, no caso de RP, secretarias participantes/ Projeto ou atividade/ Elemento item de despesa/ Fonte/ Valor da dotação/ Quantidade / Unidade de medida/ Código do Item/ Descrição do item/ Valor unitário do item/ Valor total do item/ Valor total do processo.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.96. Relatórios / Registro de preços - Programação de Registro de Preço – Apresentar os seguintes dados: Nome do órgão/ Dotação/ Número do registro/ Vigência do registro/ Código, especificação e quantidade dos itens programados/ Campo de reprogramação.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.97. Relatórios /Registro de preços - Planilha de acompanhamento de execução do registro – sintética – Apresentar os seguintes dados:Número do registro/ Vigência do registro/ Código, especificação e quantidade consolidada dos itens programados/ Campo de reprogramação/ Quantidades liberadas /data da liberação/ Saldo dos itens.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.98. Relatórios /Registro de preços - Planilha de acompanhamento de execução do registro – analítica. Apresentar os seguintes dados: Nome do órgão/ Dotação/ Número do registro/ Vigência do registro/ Código, especificação e quantidade dos itens programados/ Campo de reprogramação/ Quantidade liberada/ data da liberação/ Saldo do item.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.3.99. Relatórios /Registro de preços - ITENS COM QUANTIDADES ZERADAS. Apresentar os seguintes dados: Número do registro/ Vigência do registro/ Código, especificação e quantidade do(s) item(s) programado(s)/ Quantidades liberadas/ data das liberações/ Saldo.</p> | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.3.100. Relatórios / Registro de preços - ITENS E SEUS SALDOS POR REGISTRO. Apresentar os seguintes dados: Número do registro/ Vigência do registro/ Código, especificação e quantidade do(s) item(s) programado(s)/ Quantidades liberadas/ data das liberações/ Saldo. | SIM | SIM |
| 1.3.101. Relatórios /Registro de preços - ITENS COM PREÇOS REVISADOS. Apresentar os seguintes dados: Número do registro/ Vigência do registro/ Código, especificação e quantidade do(s) item(s) programado(s)/ preço registro/ preço(s) revisado(s). | SIM | SIM |
| 1.3.102. Relatórios / Registro de preços - ITENS COM MARCAS SUBSTITUIDAS. Apresentar os seguintes dados: Número do registro/ Vigência do registro/ Código, especificação e quantidade do(s) item(s) programado(s)/ marca registrada/ marca(s) revisado(s) | SIM | SIM |
| 1.3.103. Possuir ferramenta de gerador de relatório para utilização pelo próprio usuário quando for necessário desenvolver algum relatório específico diante de suas necessidades. | SIM | SIM |

1.4.Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Edital

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.4.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais; | SIM | NÃO |
| 1.4.2. Permitir integração com os demais módulos, isto é, Módulo Compras; Módulo de Licitação, Módulo Convênio; Módulo Contrato; Módulo Suprimento e Almoxarifado; Módulo Patrimônio; Módulo Frotas e Módulo Obras, permitindo aos mesmos acessos aos dados relativos aos fornecedores, dentre outros; | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| <p>1.4.3. Contemplar as especificações de Leiaute do Módulo Edital e seus respectivos arquivos, versão 1.1 2020, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, conforme “ANEXO 4 – Editais Leiautes”, que contém o Manual SICOM comparativo e consolidado, bem como o “Anexo 5 – Editais Documento de Especificação”, que contém os critérios de validações dos arquivos de envio de informações. Tais especificações de leiaute são necessárias para o envio de dados e informações relativas às prestações de contas junto ao TCE-MG, por meio do SICOM;</p> | SIM | SIM |
| <p>1.4.4. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria;</p> | SIM | SIM |

1.5.Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Patrimônio –
1.5.1. Características gerais

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>1.5.1.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais.</p> | SIM | NÃO |
| <p>1.5.1.2. Permitir integração com os demais módulos, isto é, Módulo Compras; Módulo de Licitação, Módulo Convênio; Módulo Contrato; Módulo Suprimento e Almoxarifado; Módulo Frotas; Módulo Edital e Módulo Obras, permitindo aos mesmos acessos aos dados relativos aos fornecedores, dentre outros.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.5.1.3. Permitir o controle e administração dos bens móveis e imóveis em conformidade com as exigências legais, com o Plano de Contas Aplicado do Setor Público – PCASP, com o Manual de Contabilidade Aplicado do Setor Público – MCASP e aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, que compõe o “Anexo I – Patrimônio e Materiais”.</p> | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| 1.5.1.4. Assegurar o cumprimento das normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidência de ativos e passivos e suas variações patrimoniais. | SIM | SIM |
|---|------------|------------|

1.5.2. Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Patrimônio – Submódulo Imobiliário

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.5.2.1. Possibilitar e manter o cadastramento dos bens imóveis de forma individual, tomando por base dados cartoriais de todos os imóveis públicos de propriedade do Município de Juiz de Fora, contemplando dados do cartório respectivo, nº do registro e matrícula, nº do livro e folha, identificação da Lei ou Decretos vinculados, nº do processo administrativo, nº do dossiê ou pasta de controle interno e identificação de outros documentos vinculados. | SIM | SIM |
| 1.5.2.2. Manter o cadastro contemplando o tipo do imóvel (rua, praça, terreno (com ou sem edificação), nome e número do Logradouro, bairro, quadra, lote, nº da inscrição imobiliária, nome e nº do loteamento, Região Urbana (RU), gleba urbana ou rural, bem como coordenadas geográficas e outras especificações de restrição de uso ou especificidades/aspectos (área de preservação, área não edificada, etc.). | SIM | SIM |
| 1.5.2.3. Manter o cadastro sobre a situação do imóvel, contemplando a metragem quadrada total da área (m²), total da área construída (m²), status do imóvel (livre, ocupado ou invadido), tipo de origem (recebido por destinação legal decorrente de aprovação de loteamento/parcelamento urbano, doação, desapropriação, cessão, compra, permuta, usucapião etc.), data de aquisição, etc. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.5.2.4. Manter o cadastro dos dados de ocupação do imóvel, constando o nome do ocupante (CPF ou CNPJ), tipo da ocupação (uso próprio, cessão, permissão de uso, regularização fundiária, concessão real de uso etc), prazos (data de início e fim ou indicação de período indeterminado do contrato ou termo de ocupação), inserção de dados de vistorias (observações/relatos com a possibilidade de anexação de fotos, arquivos, documentos, links, mapas, dados georreferenciados, bem como exibição do histórico de vistorias e agendamentos). | SIM | SIM |
| 1.5.2.5. Manter o cadastro dos valores relacionados ao imóvel (valor de aquisição do imóvel, valor-base do imóvel, valor depreciado no ano anterior, valor depreciado atual, valor do IPTU do ano anterior, valor atual do IPTU, valor de venda/alienação). | SIM | SIM |
| 1.5.2.6. Permitir ao usuário definir os parâmetros (índices, periodicidade) para cálculo das depreciações. | SIM | SIM |
| 1.5.2.7. Realizar as depreciações nos valores dos imóveis, conforme parâmetros definidos. | SIM | SIM |
| 1.5.2.8. Permitir a atualização periódica do valor do imóvel, a partir da base do IPTU, fornecida em formato texto, pela Prefeitura de Juiz de Fora. | SIM | SIM |
| 1.5.2.9. Permitir a exportação de dados financeiros dos imóveis, conforme as regras e normas aplicáveis, em arquivo do tipo texto, com o layout previamente definido em conjunto com a Secretaria de Fazenda (bem como outros setores), e a equipe responsável da STDA/SSGD, tudo visando o cumprimento das exigências alinhadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. | SIM | SIM |
| 1.5.2.10. Manter cadastro sobre a requisição de reserva de imóvel para ocupação/destinação pública (data da requisição, nome do órgão requisitante, nome do responsável pela requisição, qual a destinação objeto da requisição), alterando automaticamente, o status do imóvel de reservado para ocupado quando concluída a questão. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.5.2.11. Permitir que as informações sobre o requisitante da reserva do imóvel sejam recuperadas automaticamente para o cadastro de ocupação, quando na sua efetivação, permitindo, pela ordem, mais de uma reserva para o mesmo imóvel. | SIM | SIM |
| 1.5.2.12. Permitir manter um histórico sobre solicitação de uso ou compra de áreas por particulares através do registro do número do requerimento ou processo, bem como proporcionar o controle de inserção de dados e histórico relativo aos pedidos de informações de órgãos de controle (Ministério Público, Câmara de Vereadores etc) através da indicação de número de ofícios/requisições, permitindo ainda, a inserção de cópia digital destes documentos. | SIM | SIM |
| 1.5.2.13. Permitir vincular e visualizar documentos digitalizados ao cadastro do imóvel, em qualquer função de cadastro. | SIM | SIM |
| 1.5.2.14. Permitir consultas variadas e a extração/construção de relatórios, através da aplicação dos mais diversos filtros, por exemplo, por um período determinado de tempo, de imóveis por região da cidade, de imóveis que não disponham de registro em cartório (ou que contém), de imóveis desocupados (ou ocupados), de imóveis com área maior ou menor de X m ² , de imóveis por critério de avaliação, etc. | SIM | SIM |
| 1.5.2.15. Permitir criar <i>workflow</i> dos processos de negócios de bens imóveis, conforme as legislações vigentes. (Ex: Incorporação de área remanescente, cessão de uso, alienação, doação, etc.); | SIM | SIM |
| 1.5.2.16. Permitir a inserção de dados (números e acompanhamento de prazos) para controle das ações envolvendo determinado imóvel público em processos/autuações geradas em virtude de fiscalização (notificação/embargos/auto de infração, gerados pela Secretaria de Atividades Urbanas) quando ocorrer a propositura de ações judiciais, ação demolitória, reivindicatória, reintegração de posse, usucapião, etc. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.5.2.17. Permitir a integração com outros sistemas da PJF que tenham relação com o controle e acompanhamento de dados relativos aos imóveis públicos. | SIM | NÃO |
| 1.5.2.18. Permitir a realização de consultas, a importação e exportação de dados, bem como extração de relatórios tanto para atendimento das questões de ordem contábil e financeira (Secretaria de Fazenda – TCE/MG). | SIM | SIM |

1.5.3. Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Patrimônio – Submódulo Mobiliário

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.5.3.1. Permitir o cadastro de usuários do bem no sistema. O Cadastro de novos usuários só poderá ser feito mediante conferência dos bens que estão sendo assumidos; | SIM | SIM |
| 1.5.3.2. Possibilitar e registrar a troca de responsável de uma determinada unidade organizacional, mantendo o histórico de todos os responsáveis e seus respectivos períodos de vigência; de modo que será possível emitir termos de responsabilidades retroativos com os efetivos responsáveis da época; | SIM | SIM |
| 1.5.3.3. Permitir o cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do ato, finalidade e membros da comissão; | SIM | SIM |
| 1.5.3.4. Permitir o cadastro dos bens móveis de forma individual; | SIM | SIM |
| 1.5.3.5. Permitir o cadastro com etiqueta com número e código de barras; | SIM | SIM |
| 1.5.3.6. Permitir o controle do responsável pelos bens patrimoniais e sua devida localização; | SIM | SIM |
| 1.5.3.7. Permitir a emissão de número de etiquetas de controle patrimonial; | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.5.3.8. Permitir a inclusão de bens móveis por lote com numeração automática. Os mesmos a partir do último número existente; | SIM | SIM |
| 1.5.3.9. Permitir o registro do empenho e nota fiscais referentes ao item; | SIM | SIM |
| 1.5.3.10. Permitir a incorporação de bens patrimoniais em nível de centro de custo, salas e por proprietário, de forma que os bens de terceiros sejam gerenciados da mesma forma que os bens próprios; | SIM | SIM |
| 1.5.3.11. Permitir o cadastro e incorporação de bens móveis, contendo as informações sobre a forma de aquisição e características que identifiquem os bens incorporados, suas localizações, responsáveis, menção do empenho e classificação contábil dos respectivos sistemas de forma automática a partir da conclusão do processo de compra junto à contabilidade; | SIM | SIM |
| 1.5.3.12. Permitir o cadastro por código que identifique grupo e classe como: veículos, equipamentos de informática, móveis de escritório, móveis escolares, equipamentos médicos, entre outros padronizados pelo PCASP (Plano de contas aplicado ao setor público); | SIM | SIM |
| 1.5.3.13. Permitir o cadastro de informações complementares utilizados nas incorporações dos bens; | SIM | SIM |
| 1.5.3.14. Permitir o cadastro da forma de incorporação do bem patrimonial (compra, doação, cessão de uso, permuta, dação; além de outras formas previstas e que surjam posteriormente); | SIM | SIM |
| 1.5.3.15. Permitir o cadastro da situação dos bens (ativo, baixado, arquivo morto, não localizado); | SIM | SIM |
| 1.5.3.16. Permitir o controle de bens segurados e/ou com garantia, registrando as respectivas seguradoras, apólices e seus vencimentos; | SIM | SIM |
| 1.5.3.17. Permitir o controle dos itens de materiais em manutenção/reparo; | SIM | SIM |
| 1.5.3.18. Permitir cadastro de semoventes (Ex.: animais do Museu); | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.5.3.19. Possibilitar a abertura, desenvolvimento e fechamento de inventário patrimonial, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante o processo; | SIM | SIM |
| 1.5.3.20. Permitir a transferência pela comissão de inventário de bens localizados, mas pertencentes a outro setor; | SIM | SIM |
| 1.5.3.21. Permitir o registro histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais; | SIM | SIM |
| 1.5.3.22. Permitir a movimentação dos bens patrimoniais dentro do sistema pela sua respectiva identificação; | SIM | SIM |
| 1.5.3.23. Permitir a transferência de bens entre os locais de forma individual; | SIM | SIM |
| 1.5.3.24. Permitir a transferência interna de bens sob a guarda de um responsável para outro; | SIM | SIM |
| 1.5.3.25. Permitir a transferência dos bens localizados, mas pertencentes a outro setor; | SIM | SIM |
| 1.5.3.26. Permitir a restrição de movimentação de bens com destinação específica (Ex.: Convênios, verba vinculada, determinação judicial.); | SIM | SIM |
| 1.5.3.27. Permitir o controle de fluxo (entrada e saída) de bens dos prédios administrativos; | SIM | SIM |
| 1.5.3.28. Permitir registrar bens em empréstimo e cessão; a previsão de retorno e monitorar tal data de modo que avise sobre o atraso do retorno; | SIM | SIM |
| 1.5.3.29. Permitir as consultas aos bens patrimoniados por: número de patrimônio, setor, responsável do setor, fornecedor, nota fiscal, número do processo, número do empenho, placa do veículo (quando for o caso), número do convênio (quando for o caso); | SIM | SIM |
| 1.5.3.30. Permitir a emissão de inventário dos bens patrimoniais; | SIM | SIM |
| 1.5.3.31. Permitir a emissão de relatório de Bens Incorporados e Desincorporados; | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.5.3.32. Permitir a emissão de relatório das Variações Patrimoniais, incluindo as depreciações, correções e reavaliações; | SIM | SIM |
| 1.5.3.33. Permitir a emissão de inventário sintético de bens patrimoniais; | SIM | SIM |
| 1.5.3.34. Permitir a emissão de Termo de Responsabilidade, individual ou coletivo (setorial) dos bens; | SIM | SIM |
| 1.5.3.35. Permitir a realização de inventários/relatórios seletivos (por localização, responsável, grupo e/ou classe contábil de materiais); | SIM | SIM |
| 1.5.3.36. Possuir rotinas de reavaliação e depreciação; | SIM | SIM |
| 1.5.3.37. Permitir a exclusão de bens móveis; | SIM | SIM |
| 1.5.3.38. Permitir o controle da destinação dos bens patrimoniais em desuso (alienação e baixa); | SIM | SIM |
| 1.5.3.39. Permitir o histórico de bem, mesmo após a baixa, para posteriores consultas; | SIM | SIM |
| 1.5.3.40. Gerar relatórios de tipos de entrada de bens x período – gerar todos os itens ativos cadastrados de acordo com o tipo de entrada em um determinado período. Discrimina o número de patrimônio, código do item de material, descrição do item de material, data de aquisição, nota fiscal, valor de aquisição, valor atual, vida útil, estado de conservação e unidade; | SIM | SIM |
| 1.5.3.41. Gerar relatórios de Tipos de baixa x período – gerar todos os itens inativos de acordo com o tipo de baixa, em um determinado período. Discrimina o número de patrimônio, código do item de material, descrição do item de material, data de aquisição, nota fiscal, valor de aquisição, valor atual, vida útil, vida útil restante, estado de conservação e unidade; | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.5.3.42. Gerar relatórios de Itens em manutenção x período – gerar todos os itens ativos em manutenção. Discrimina o número do patrimônio, código do item de material, descrição do item de material, data de aquisição, valor de aquisição, valor atual, vida útil, estado de conservação, data da entrada em manutenção e previsão do término de manutenção; | SIM | SIM |
| 1.5.3.43. Gerar relatórios de Itens em cessão ativa – gerar todos os itens em cessão ativa/vigente. Discrimina a unidade cessionária, o número de patrimônio, código do item de material, data de aquisição, nota fiscal, valor de aquisição, valor atual, vida útil, estado de conservação, início da cessão e término da cessão; | SIM | SIM |
| 1.5.3.44. Gerar relatórios de Itens em cessão vencida – gerar todos os itens em cessão vencida/expirada. Discrimina a unidade cessionária, o número do patrimônio, código do item de material, data de aquisição, nota fiscal, valor de aquisição, valor atual, vida útil restante, estado de conservação, início da cessão e término da cessão; | SIM | SIM |
| 1.5.3.45. Gerar relatórios de Depreciação x período – gerar todos os itens depreciados em um determinado período. Discrimina o número de patrimônio, código do item de material, descrição do item de material, data de aquisição, valor de aquisição, valor atual, valor depreciado, vida útil, vida útil restante, estado de conservação; | SIM | SIM |
| 1.5.3.46. Gerar relatórios de Itens x fornecedor– gerar todos os itens cadastrados por fornecedor. Discrimina o número de patrimônio, código do item de material, descrição do item de material, data de aquisição, nota fiscal, valor de aquisição e unidade; | SIM | SIM |
| 1.5.3.47. Gerar relatórios de Itens x nota fiscal - gerar todos itens cadastrados ativos e inativos de acordo com número de nota fiscal e data de emissão. Discrimina o número de patrimônio, código do item de material, data de aquisição, nota fiscal, valor de aquisição, estado de conservação e unidade; | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 1.5.3.48. Gerar relatórios de Itens não localizados no inventário – gerar todos os itens não localizados em um determinado inventário. Discrimina o número de patrimônio, código do item de material, descrição do item de material, data de aquisição, valor de aquisição, valor atual, estado de conservação; | SIM | SIM |
| 1.5.3.49. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria; | SIM | SIM |

1.6.Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Contratos

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.6.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais. | SIM | NÃO |
| 1.6.2. Permitir integração com os demais módulos, isto é, Módulo Compras; Módulo de Licitação, Módulo Convênio; Módulo Patrimônio; Módulo Suprimento e Almoxarifado; Módulo Frotas; Módulo Edital e Módulo Obras, permitindo os mesmos acessos aos dados relativos aos fornecedores, dentre outros, bem como integração com o sistema contábil, permitindo o lançamento nas contas de controle de contato/convênio/instrumentos congêneres. | SIM | SIM |
| 1.6.3. Contemplar as especificações de Leiaute dos seguintes arquivos: “4.20. Contratos e 4.44. CONGE Convênios e Instrumentos Congêneres” do Módulo Acompanhamento Mensal, versão 9.1 2020, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, conforme “ANEXO 2 – AM Leiautes”, que contém o Manual SICOM comparativo e consolidado, bem como o “Anexo 3 – AM Documentos de Especificação”, que contém os critérios de validação dos arquivos de envio de informações. Tais especificações de leiaute são necessárias para o envio de dados e informações relativas às prestações de contas junto ao TCE-MG, por meio do SICOM. | SIM | SIM |
| 1.6.4. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.6.5. Permitir o controle da execução contratual, bem como suas liquidações, sendo possível informar a data de sua execução e o cronograma de entrega dos itens do contrato, controlando também a situação (entregue, vencido a vencer). | SIM | SIM |
| 1.6.6. Permitir consulta ao Cadastro Geral de Fornecedores, verificando o vencimento de documentos e certidões, bem como permitir informar ao setor responsável pelo cadastro a aplicação de penalidades, suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite de impedimento do fornecedor de contratar com o Município, | SIM | SIM |
| 1.6.7. Permitir o cadastramento e controle do contrato administrativo e alterações, informando minimamente: o exercício, o número do contrato, o setor que está firmando o contrato, o tipo do contrato, objeto, o valor unitário e global, as datas de assinatura, a vigência, registro e publicação, cronograma de pagamentos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer), número de empenho e apólice de seguro quando for o caso. | SIM | SIM |
| 1.6.8. Permitir a gerência dos termos aditivos do contrato, sendo possível informar as mudanças sofridas pelo termo, as novas condições de prestação, as datas de assinatura e vencimento do termo, registro e publicação. | SIM | SIM |
| 1.6.9. Permitir registrar os apostilamentos nos contratos possibilitando informar os itens e o preço que sofreu alterações previstas em contrato e de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93. | SIM | SIM |
| 1.6.10. Permitir configurar o sistema para que emita mensagens ou relatório sobre os contratos vencidos, rescindidos e a vencer, no mínimo, pelos próximos 30, 60, 90 e 120 dias, podendo ser somente alerta ou até mesmo impedir a emissão de ordens ou autorizações de fornecimento e termos aditivos de Contrato, para contratos vencidos e/ou rescindidos. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| 1.6.11. Manter o histórico físico e financeiro da evolução dos contratos, permitindo identificar a forma de alteração, se foi unilateral ou bilateral, o tipo de alteração contratual, o valor inicial atualizado, o percentual do acréscimo, diminuição, apostilamento, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação ou rescisão. | SIM | SIM |
| 1.6.12. Registrar os dados da rescisão do contrato ou aditivo, informando o motivo da rescisão, a data da rescisão, a data do termo e da publicação, o valor da multa e/ou indenização, fundamentação legal e publicação na imprensa oficial, e se for o caso passar o saldo para o segundo colocado. | SIM | SIM |
| 1.6.13. Emitir os contratos diretamente no sistema, utilizando o modelo constante do edital, e que atenda os dados obrigatórios do leiaute do SICOM. | SIM | SIM |
| 1.6.14. Permitir criar modelos de editais, contratos e aditivos, e manter armazenados no banco de dados, trazendo automaticamente as informações do processo ou contrato. | SIM | SIM |
| 1.6.15. Permitir criar editais, aditivos e contratos a partir de modelos preexistentes, para que o usuário possa escolher o modelo necessário. | SIM | SIM |
| 1.6.16. Permitir gerar na íntegra editais e contratos nos formatos PDF e DOC para serem anexados, de forma manual, no portal da transparência. | SIM | SIM |
| 1.6.17. Permitir extrair extrato dos contratos no formato DOC para serem publicados, de forma manual, no Atos do Governo. | SIM | SIM |
| 1.6.18. Permitir gerar solicitações de fornecimento com contratos em vigência. | SIM | SIM |
| 1.6.19. Permitir a inserção de relatórios de acompanhamento das obras com medições, memória de quantitativos, relatórios fotográficos, diário de obras e outros documentos pertinentes. | SIM | SIM |
| 1.6.20. Permitir a contratação de mais de um fornecedor, para o mesmo contrato. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.6.21. Permitir o controle da execução financeira dos contratos por diversos Órgãos, dotações e unidades orçamentárias. | SIM | SIM |
| 1.6.22. Permitir a consultas de acompanhamento da execução física e financeira do contrato, por contrato e aditivo, por fornecedor, por unidade requisitante e por objeto. | SIM | SIM |
| 1.6.23. Permitir acompanhar e controlar os recursos orçamentários e financeiros das parcerias. | SIM | SIM |
| 1.6.24. Permitir a vinculação e o controle de mais de uma dotação orçamentária e Órgão em um mesmo Contrato. | SIM | SIM |
| 1.6.25. Permitir o empenhamento prévio da despesa, a partir de dados do Contrato e seus respectivos saldos por item. | SIM | SIM |
| 1.6.26. Registrar setores e gestores responsáveis pela contratação e responsáveis técnicos pelas medições e atesto das faturas. | SIM | SIM |
| 1.6.27. Controlar a emissão e execução da ordem de compras de material ou de serviços dos contratos, atualizando em tempo real as quantidades entregues e disponíveis para cada unidade gestora ou orçamentária por dotação orçamentária e por empenho. | SIM | SIM |
| 1.6.28. Permitir o cancelamento das ordens de compras. | SIM | SIM |
| 1.6.29. Permitir a rescisão de Contrato. | SIM | SIM |
| 1.6.30. Registrar e controlar contratos ou ajustes em geral que importem em ingresso de recursos. | SIM | SIM |
| 1.6.31. Permitir vincular recurso ingressado de contrato/convênio a um ou mais contratos. | SIM | SIM |
| 1.6.32. Registrar e controlar os convênios e instrumentos congêneres assim como: Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento, Acordos de Cooperação, Contratos de Gestão, dentre outros. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.6.33. Permitir controlar os valores pagos como Caução. | SIM | SIM |
| 1.6.34. Permitir vincular documentos digitalizados aos contratos e aditivos. | SIM | SIM |
| 1.6.35. Permitir disparar alertas e notificações por agendamento de datas de expiração, renovação, insuficiência de saldo e outras relacionadas à gestão dos contratos. | SIM | SIM |
| 1.6.36. Registrar e controlar as parcerias previstas na Lei 13.019/2014, bem como seus planos de trabalho e prestação de contas. | SIM | SIM |
| 1.6.37. Efetuar o registro de todo procedimento destinado a selecionar as Organizações da Sociedade Civil – OSC para firmar parcerias por meio dos instrumentos jurídicos definidos na Lei 13.019/2014, mesmo nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade do chamamento público. | SIM | SIM |
| 1.6.38. Permitir o registro, controle e a aprovação das prestações de contas parcial e final das parcerias firmadas com as OSC. | SIM | SIM |
| 1.6.39. Registrar todas as informações pertinentes ao processo de monitoramento e avaliação das parcerias, para fins de prestação de contas. | SIM | SIM |
| 1.6.40. Permitir à entidade parceira prestar contas eletronicamente, de forma integrada ao sistema, com registro das informações pertinentes ao processo e upload dos documentos. | SIM | SIM |
| 1.6.41. Emitir relatório e arquivos para o portal da transparência de forma parametrizada. | SIM | SIM |
| 1.6.42. Emitir os relatórios e arquivos necessários para os órgãos de controle/fiscalizadores, de forma parametrizada. | SIM | SIM |
| 1.6.43. Permitir a definição de fiscais e gestores de contrato na sua íntegra. | SIM | SIM |
| 1.6.44. Possibilitar, no gerenciamento do contrato, a consulta e impressão de relatórios. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.6.45. Permitir realizar ordem de entrega para registro de preços que não geram contratos. | SIM | SIM |
| 1.6.46. Permitir consultar os detalhamentos de empenhos onde constem os dados referentes ao histórico do empenho, número e modalidade da licitação e número do contrato. | SIM | SIM |
| 1.6.47. Permitir consultar o detalhamento de contratos onde conste o objeto do contrato, valor do contrato, número do processo que originou, os termos de aditamento vinculados ao mesmo (quando for o caso) e as certidões do fornecedor. | SIM | SIM |
| 1.6.48. Possibilitar a consulta de publicações diversas da entidade que envolvem temas como: Prestação de Contas, Planejamento/Orçamento, Lei 9.755/98 (Contas Públicas), Lei de Responsabilidade Fiscal, Anexos da Lei 4.320/64, Licitações, Lei de Acesso à Informação, Contratos. | DESEJÁVEL | |

1.7.Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Convênios

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.7.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais. | SIM | NÃO |
| 1.7.2. Permitir integração com os demais módulos, isto é, Módulo Compras; Módulo de Licitação, Módulo Contrato; Módulo Patrimônio; Módulo Suprimento e Almoxarifado; Módulo Frotas; Módulo Edital e Módulo Obras, permitindo os mesmos acessos aos dados relativos aos fornecedores, dentre outros. | SIM | SIM |
| 1.7.3. Contemplar as especificações de Leiaute do arquivo “4.21. Convênios e Contratos de Repasse” do Módulo Acompanhamento Mensal, versão 9.1 2020, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, conforme “ANEXO 2 – AM Leiautes”, que contém o Manual SICOM comparativo e consolidado, bem como o “Anexo3-AM Documentos de Especificação”, que contém os critérios de validação dos arquivos de envio de informações. Tais especificações de leiaute são necessárias para o envio de dados e informações relativas às prestações de contas junto ao TCE-MG, por meio do SICOM. | SIM | SIM |
| 1.7.4. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria. | SIM | SIM |
| 1.7.5. Desenvolver fluxo de trabalho para as etapas de celebração de Convênios/Contratos de Repasse, execução e prestação de contas. O fluxo deve permitir acompanhar cada passo da celebração de um convênio e monitorar a execução física e financeira até a prestação de contas. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| <p>1.7.6. Permitir o cadastramento de propostas de ingressos de recursos por meio de Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares com todas as informações pertinentes ao cadastro. Desejável interoperar com Sistemas Externos para evitar redigitação, tais como (PLATAFORMA MAIS BRASIL, SIMEC, SIGCON, SIGTV e etc.).</p> | SIM | SIM |
| <p>1.7.7. Criar instâncias de aprovação dentro do fluxo de trabalho, dando ao Departamento de Parcerias e Captação de Recursos da Subsecretaria Planejamento Institucional (SG/SSRI/DPCR) a prerrogativa de assinatura de contratos/convênios/Termos Aditivos.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.7.8. Criar um "checklist" da documentação com todas as informações necessárias para a celebração de Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação e dentre outros instrumentos similares. Os "checklist" são formulários customizáveis em consonância com regras e legislações vigentes.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.7.9. Criar mensagens automáticas para as secretarias municipais proponentes, sobre a tramitação da proposta de convênio dentro do fluxo de trabalho.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.7.10. Permitir a verificação da existência no módulo de gestão orçamentária de dotação orçamentária compatível com o objeto do instrumento jurídico a ser firmado e a pertinência do projeto com as políticas e prioridades do Governo.</p> | SIM | SIM |
| <p>1.7.11. Permitir a verificação da existência de autorização referente à contrapartida financeira a ser desembolsada pela Prefeitura de Juiz de Fora, em conformidade com o plano de trabalho aprovado no processo de captação de recursos.</p> | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 1.7.12. Permitir a verificação da existência de documento que comprove a legalidade e o atendimento às exigências para a celebração do convênio (ex: titularidade do terreno para implantação de um empreendimento público, quadra esportiva, posto de saúde, etc.). | SIM | SIM |
| 1.7.13. Permitir anexar documentos digitalizados referentes à celebração dos Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares. | SIM | SIM |
| 1.7.14. Em relação à Execução de Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares, o sistema deve: | SIM | SIM |
| 1.7.15. Permitir acompanhar o processo licitatório (início/fim), Contratos Administrativos celebrados e pagamentos decorrentes(empenho/liquidação/pagamento) | SIM | SIM |
| 1.7.16. Permitir identificar os contratos administrativos firmados pelo Município-conveniente, decorrentes de licitações referentes aos recursos do convênio originalmente celebrado, para a execução de obra, fornecimento de bem ou serviço, regulados pela Lei 8.666/93 e suas alterações. | SIM | SIM |
| 1.7.17. Gerar alertas para que o pedido de alteração (contratos administrativos firmados pelo Município-conveniente) seja feito com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias antes do encerramento da vigência. | SIM | SIM |
| 1.7.18. Gerar alertas para que o pedido de alteração (reformulação do Plano de Trabalho) seja feito com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência do convênio/contratos com a União e de 90 (noventa) dias para os convênios com o Estado. | SIM | SIM |
| 1.7.19. Permitir o lançamento dos respectivos Termos Aditivos ao convênio celebrado com as informações pertinentes, tais como: prazo de vigência, valor do convênio, entre outras. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| 1.7.20. Criar alerta no sistema para impedir o empenho das despesas de convênios cuja execução física não esteja atualizada (datas vencidas no plano de trabalho/Quadro de Composição do Investimento – QCI). | SIM | SIM |
| 1.7.21. Permitir o lançamento pelas secretarias municipais proponentes de solicitação de alteração Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares junto ao Órgão Concedente e a justificativa apresentada, observando os prazos estabelecidos no instrumento de convênio e na legislação aplicável;(manter registro da solicitação, o objeto da alteração, data da solicitação e resposta da concedente) e a legislação vigente. | SIM | SIM |
| 1.7.22. Monitorar e efetuar o controle físico e financeiro do Convênio, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares incluindo plano de trabalho e medições, firmados pela Administração Direta e Indireta do Município. | SIM | SIM |
| 1.7.23. Permitir a verificação do Cronograma de Execução elaborado pelo Órgão Executor. | SIM | SIM |
| 1.7.24. Criar alertas para informar ao Gestor do convênio sobre a necessidade e de atualizar informações sobre a execução do Convênio, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares. | SIM | SIM |
| 1.7.25. Permitir que o Gestor do Convênio, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares insira informações atualizadas referentes à execução físico-financeira do instrumento jurídico para que seja possível a comparação com o cronograma inicialmente estabelecido no plano de trabalho. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.7.26. Permitir a verificação da execução total do Convênio, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares em consonância com o Plano de Trabalho pactuado, cumprindo as metas na íntegra, lançando alertas no sistema se verificada a inexecução total ou parcial do objeto (metas não cumpridas) ou a execução em discordância com Plano de Trabalho pactuado. | SIM | SIM |
| 1.7.27. Em relação à Prestação de Contas de Convênio, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares, o sistema deve: | SIM | SIM |
| 1.7.28. Permitir acompanhar as Prestações de Contas parciais e finais. | SIM | SIM |
| 1.7.29. Gerar alertas sobre documentos necessários para efeito de prestação de contas que não foram ainda lançados no sistema (módulo de execução). | SIM | SIM |
| 1.7.30. Permitir verificar se, ao final da execução do instrumento jurídico, há saldo apurado para ser devolvido ou rendimentos de aplicação financeira no caso de sua não utilização (a não devolução acarreta a não aprovação da Prestação de Contas). | SIM | SIM |
| 1.7.31. Gerar alertas no sistema para se observar o prazo de prestação de contas final, devendo respeitar o prazo de antecedência mínimo de 60 (sessenta) dias para os convênios/contratos com a União e de 90 (noventa) dias para os convênios com o Estado de Minas Gerais. | SIM | SIM |
| 1.7.32. Permitir anexar documentos digitalizados referentes à Prestação de Contas dos Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.7.33. Permitir a emissão de relatórios para Prestação de Contas dos Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares. | SIM | SIM |
| 1.7.34. Permitir o fornecimento de informações para o Portal da Transparência, conforme a Lei Complementar 131/2009. | SIM | SIM |
| 1.7.35. Em relação à Geração de Relatórios sobre Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares, o sistema deve: | SIM | SIM |
| 1.7.36. Permitir acompanhar as Prestações de Contas parciais e finais. | SIM | SIM |
| 1.7.37. Permitir o fornecimento de informações gerenciais de acordo com os dados do instrumento jurídico, tais como Objeto Contratado, Dotação Orçamentária (Natureza, Fonte, Programa, Projeto Atividade), etc. | SIM | SIM |
| 1.7.38. Permitir a emissão de relatórios analíticos e sintéticos que apontem a execução física e financeira dos convênios por órgão, Ministérios, Secretarias, prazo de vencimento, etc. | SIM | SIM |
| 1.7.39. Permitir a emissão de relatórios de ocorrência de prorrogação de prazo de vigência do instrumento jurídico pela concedente, data da assinatura e data da publicação, número de dias prorrogados e demais detalhamentos. | SIM | SIM |
| 1.7.40. Permitir consulta à relação de Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares por Concedente, Ministério/Agente Financeiro, contendo objeto, valores, vigência e conta bancária. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.7.41. Permitir consulta à relação de Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares, celebrados por ano, contendo objeto, valor, vigência e conta bancária. | SIM | SIM |
| 1.7.42. Permitir consulta à relação de Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares, por Órgão Executor, contendo objeto, valor, vigência e conta bancária. | SIM | SIM |
| 1.7.43. Permitir consulta à relação de contas específicas relativas a Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares, podendo filtrar por Órgão Executor. | SIM | SIM |
| 1.7.44. Permitir consulta à relação do total geral, a qualquer momento, dos recursos recebidos via Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares. | SIM | SIM |
| 1.7.45. Permitir gerar relação do total geral de recursos de contrapartida, dos Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares, por Ministério. | SIM | SIM |
| 1.7.46. Permitir gerar relatório de acompanhamento físico da execução, entrega dos produtos ou serviços previstos nos Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares. | SIM | SIM |
| 1.7.47. Permitir consulta e geração de relatórios dos eventos/ocorrências (auditoria, etc.) identificados dos Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.7.48. Permitir consulta e emissão de Relatórios Gerenciais com visão consolidada dos Convênios, Contratos de Repasse, Contratos de Financiamento, Termos de Compromissos, Termos de Cooperação, dentre outros instrumentos similares, por meio de diversos critérios, tais como: instrumentos jurídicos em aberto e encerrados por prazo, por valor, tipo de item e outros filtros. | SIM | SIM |
| 1.7.49. Permitir gerar relatórios diversificados, tais como: relatório de todos os instrumentos jurídicos celebrados no âmbito municipal (com o objeto, concedente, valor do repasse, prazo de vigência), relatório de gestores designados, relatórios dos instrumentos jurídicos em execução física, relatórios de convênio de execução financeira, relatório de prazo de vigências (prazo de vigência inicial, prazo de vigência em prorrogação e seus respectivos termos aditivos), relatório de pedidos de alteração do instrumento jurídico, relatório de prestação de contas. | SIM | SIM |
| 1.7.50. Permitir a geração de gráficos gerenciais conforme demanda da etapa de customização do sistema. | SIM | SIM |

1.8.Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Suprimentos/Almoxarifado

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.8.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais; | SIM | NÃO |
| 1.8.2. Permitir integração com os demais módulos, isto é, Módulo Compras; Módulo de Licitação, Módulo Convênio; Módulo Contrato; Módulo Patrimônio; Módulo Frotas; Módulo Edital e Módulo Obras, permitindo aos mesmos acessos aos dados relativos aos fornecedores, dentre outros; | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.8.3. Permitir o controle e administração dos bens móveis e imóveis em conformidade com as exigências legais, com o Plano de Contas Aplicado do Setor Público – PCASP, com o Manual de Contabilidade Aplicado do Setor Público – MCASP e aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, que compõe o “Anexo I – Patrimônio e Materiais”; | SIM | SIM |
| 1.8.4. Assegurar o cumprimento das normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos e suas variações patrimoniais; | SIM | SIM |
| 1.8.5. Permitir cadastrar os produtos e suas respectivas unidades de medida; | SIM | SIM |
| 1.8.6. Permitir cadastrar os diversos depósitos das diversas unidades gestoras e subunidades. | SIM | SIM |
| 1.8.7. Permitir administrar as informações do responsável por depósito; | SIM | SIM |
| 1.8.8. Definir e controlar os níveis de acesso dos usuários aos Depósitos; | SIM | SIM |
| 1.8.9. Permitir que para cada depósito possam ser cadastradas as diversas salas, estantes e prateleiras; | SIM | SIM |
| 1.8.10. Possibilitar a localização de cada produto, nas respectivas salas, estantes e prateleiras dos depósitos; | SIM | SIM |
| 1.8.11. Permitir identificar os locais onde funcionam os depósitos de guarda de materiais onde determinados setores têm acesso; | SIM | SIM |
| 1.8.12. Possibilitar a visualização de toda a movimentação realizada em determinado material (entradas, saídas, transferências, inventários e outros); | SIM | SIM |
| 1.8.13. Permitir consultas ao cadastro de materiais por código, descrição, materiais em estoque e outros; | SIM | SIM |
| 1.8.14. Controlar o estoque mínimo, máximo e ideal dos materiais; | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 1.8.15. Permitir consultar todas as aquisições por período; | SIM | SIM |
| 1.8.16. Permitir consultar o preço da última entrada e o preço médio de determinado material, para estimativa de custo. O sistema deverá calcular esta estimativa de custo; | SIM | SIM |
| 1.8.17. Possibilitar definir os grupos de materiais (Consumo, permanente, perecível e outros); | SIM | SIM |
| 1.8.18. Gerenciar os saldos físicos e financeiros do estoque, tornando possível seu controle exato; | SIM | SIM |
| 1.8.19. Permitir que cada setor cadastre e visualize sua requisição de materiais; | SIM | SIM |
| 1.8.20. Permitir que durante a requisição de materiais, somente o servidor com permissão de acesso visualize e selecione os materiais em estoque naqueles Depósitos; | SIM | SIM |
| 1.8.21. Permitir a anulação, total ou parcial, da requisição de materiais; | SIM | SIM |
| 1.8.22. Possibilitar realizar requisição ao setor responsável, de materiais a serem adquiridos; | SIM | SIM |
| 1.8.23. Permitir, através da Requisição ao setor de responsável, verificar as quantidades que já entraram no Almoxarifado; | SIM | SIM |
| 1.8.24. Possibilitar realizar uma Requisição ao setor de responsável através de uma requisição de materiais, realizada ao almoxarifado, evitando assim a redigitação dos dados; | SIM | SIM |
| 1.8.25. Possibilitar imprimir a guia de Requisição de Materiais; | SIM | SIM |
| 1.8.26. Registrar o recebimento de materiais (parcial ou total), com base nas Requisições, ao setor de responsável; | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.8.27. Permitir, durante o recebimento de materiais, informar a Ordem de Compra referente à entrada, evitando assim que informações como Fornecedor e Valor Unitário de cada produto tenha que ser informados; | SIM | SIM |
| 1.8.28. Emitir guia de entrada de materiais, mostrando inclusive a localização de onde o produto deve ser armazenado (salas, estantes e prateleiras dos depósitos); | SIM | SIM |
| 1.8.29. Possibilitar, durante a entrada de materiais, além do registro da data de validade, data de fabricação e lote; | SIM | SIM |
| 1.8.30. Possibilitar cadastrar a saída de materiais, tão logo seja dada a entrada em estoque; | SIM | SIM |
| 1.8.31. Permitir a consulta da entrada e saída de materiais por centro de custo; | SIM | SIM |
| 1.8.32. Registrar a saída (parcial ou total) de produtos a partir de uma Requisição de Materiais. Esta requisição de materiais será cadastrada no sistema por quem tem permissão de acesso; | SIM | SIM |
| 1.8.33. Permitir anular automaticamente durante a saída de uma Requisição de Materiais as quantidades que eventualmente não forem atendidas; | SIM | SIM |
| 1.8.34. Permitir realizar a saída total de uma Requisição de Materiais, informando o depósito, a sala, a estante e a prateleira de onde os materiais devem ser retirados; | SIM | |
| 1.8.35. Realizar a saída com base na Data de Fabricação, Lote e Validade dos materiais (quando existir); | SIM | |
| 1.8.36. Controlar a saída de materiais pelo preço médio, conforme artigo 106, inciso III da Lei Federal 4.320/64; | SIM | |
| 1.8.37. Emitir guia de remessa de materiais, mostrando inclusive a localização de onde o produto deve ser retirado (depósito, sala, estante e prateleira); | SIM | |

| | | |
|---|------------|------------|
| 1.8.38. Permitir registrar a devolução de materiais para o depósito, ajustando os saldos físicos e financeiros do mesmo e emitir uma guia de devolução de materiais, devidamente preenchida para ser assinada pelo responsável do depósito; | SIM | |
| 1.8.39. Permitir realizar a transferência de materiais entre depósitos, emitindo uma guia contendo, além dos materiais transferidos, a localização física de onde o produto deve ser retirado ou depositado, (depósito, sala, estante e prateleira), além da assinatura eletrônica dos responsáveis pelos depósitos; | SIM | |
| 1.8.40. Possibilitar o cadastro de comissões aptas a realizar o inventário de materiais do Almoxarifado; | SIM | SIM |
| 1.8.41. Permitir cadastrar um período de vigência da comissão de inventário, sendo que a mesma não poderá realizar inventário fora do período de vigência; | SIM | |
| 1.8.42. Permitir relacionar os depósitos em que a comissão poderá realizar inventários; | SIM | SIM |
| 1.8.43. Permitir relacionar os integrantes que irão compor a comissão de inventário; | SIM | SIM |
| 1.8.44. Possibilitar que os inventários sejam realizados com base em Requisições; | SIM | |
| 1.8.45. Permitir que somente os integrantes da comissão possam realizar o inventário; | SIM | |
| 1.8.46. Permitir autorizar ou não uma requisição para realização de inventário; | SIM | |
| 1.8.47. Permitir a realização de inventários em depósitos ou em determinados materiais; | SIM | SIM |
| 1.8.48. Bloquear a movimentação do depósito (ou produto) durante a realização do inventário. | SIM | |
| 1.8.49. Emitir guia para realização de inventário, onde os valores possam ser atualizados em planilha para posterior comparação entre o estoque físico e o registrado no sistema para ajuste, se necessário; | SIM | |

| | | |
|--|------------|------------|
| 1.8.50. Emitir balancete do estoque, mostrando os movimentos de entrada, saída e saldo atual, inclusive por período; | SIM | |
| 1.8.51. Emitir relatório de entrada de materiais por fornecedores; | SIM | SIM |
| 1.8.52. Possibilitar a emissão de relatórios de movimentação (entrada, saída, transferência) por produto, centro de custo, grupo de material, depósito, etc.; | SIM | SIM |
| 1.8.53. Emitir relatório de movimentação dos materiais em um determinado período; | SIM | SIM |
| 1.8.54. Emitir relatório de materiais ociosos (sem movimentação) em determinado período; | SIM | SIM |
| 1.8.55. Emitir etiquetas de prateleiras para identificação dos materiais em estoque; | SIM | |
| 1.8.56. Emitir relatório de inventário por grupo de material e geral, evidenciando as alterações no estoque; | SIM | SIM |
| 1.8.57. Emitir relatório contendo saldo anterior, entradas, saídas e saldo para o mês seguinte, mostrando valores individuais por grupo de material; | SIM | SIM |
| 1.8.58. Emitir relatório de produtos vencidos e a vencer; | SIM | |
| 1.8.59. Emitir relatórios de produtos em excesso, em baixa e em pontos de ressuprimento; | SIM | SIM |
| 1.8.60. Emitir relatório de saldo físico do estoque, por produto, depósito, e grupo de material; | SIM | SIM |
| 1.8.61. Emitir relatório de saldo financeiro do estoque; | SIM | SIM |
| 1.8.62. Permitir que os relatórios possam ser gravados em arquivo para posterior impressão ou consulta; | SIM | |

| | | |
|---|------------|--|
| 1.8.63. Possuir e disponibilizar relatório demonstrativo da curva ABC dos materiais em estoque; | SIM | |
| 1.8.64. Permitir gerar relatórios gerenciais diversos, inclusive com o cruzamento das informações disponíveis no sistema; | SIM | |
| 1.8.65. Permitir anexar documentos aos relatórios gerenciais, por meio de digitalização ou outra ferramenta que assegure a consulta aos documentos originais emitidos; | SIM | |
| 1.8.66. Permitir importar cadastro de itens que façam parte do catálogo de peças automotivas, por marca de veículo; | SIM | |
| 1.8.67. Permitir fracionar material (materiais que estão estocados em caixas, mas podem ser solicitados por unidades); | SIM | |
| 1.8.68. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria. | SIM | |

1.9.Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Frotas

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.9.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais; | SIM | |
| 1.9.2. Permitir integração com os demais módulos, isto é, Módulo Compras; Módulo de Licitação, Módulo Convênio; Módulo Contrato; Módulo Suprimento e Almoxarifado; Módulo Patrimônio; Módulo Edital e Módulo Obras, permitindo aos mesmos acessos aos dados relativos aos fornecedores, dentre outros; | SIM | |

| | | |
|--|-------------------|-------------------|
| <p>1.9.3. Contemplar as especificações de Leiaute do arquivo "4.37. CVC Cadastro de Veículos e Equipamentos" do Módulo Acompanhamento Mensal, versão 9.1 2020, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, conforme "ANEXO 2 – AM Leiautes", que contém o Manual SICOM comparativo e consolidado, bem como o "Anexo 3 – AM Documentos de Especificação", que contém os critérios de validações dos arquivos de envio de informações. Tais especificações de leiaute são necessárias para o envio de dados e informações relativas às prestações de contas junto ao TCE-MG, por meio do SICOM;</p> | <p>SIM</p> | |
| <p>1.9.4. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria;</p> | <p>SIM</p> | |
| <p>1.9.5. Gerenciar e controlar gastos referentes à frota de veículos, máquinas e equipamentos, incluindo valor de locação;</p> | <p>SIM</p> | |
| <p>1.9.6. Gerenciar as manutenções, preventivas e corretivas a serem realizadas nos veículos, em dependências próprias ou de terceiros;</p> | <p>SIM</p> | |
| <p>1.9.7. Permitir controlar o consumo de combustível e média por veículo, emitindo relatório com o status de consumo: alto, normal, baixo;</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>1.9.8. Permitir o lançamento da despesa a partir da autorização de serviço;</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>1.9.9. Registrar toda a utilização dos veículos, incluindo o nome do motorista, o setor requisitante, o tempo de utilização, o destino da viagem, a data e hora de partida e chegada e a quilometragem percorrida, com emissão de planilhas para preenchimento e acompanhamento;</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.9.10. Alertar o usuário se o motorista estiver com a CNH vencida, ou a vencer nos próximos meses. | SIM | |
| 1.9.11. Manter integração com o cadastro de bens patrimoniais de forma a não duplicar dados relativos aos veículos, máquinas e equipamentos considerados como integrantes do patrimônio. Alterações efetuadas no cadastro patrimonial deverão refletir imediatamente nos dados destes; | SIM | |
| 1.9.12. Permitir o controle das obrigações dos veículos, como IPVA, seguros obrigatório e facultativo, bem como licenciamento; | SIM | |
| 1.9.13. Possibilitar o cadastro e o controle de infrações multas de trânsito com identificação de todas as informações constantes do auto de infração, bem como controle do pagamento ou ressarcimento; | SIM | |
| 1.9.14. Permitir o agendamento de solicitação de veículo para uso dentro do Município e em viagens administrativas, serviços e consertos para cada veículo da frota; | SIM | |
| 1.9.15. Possibilitar o controle das rotas fixas de cada veículo; | SIM | |
| 1.9.16. Permitir o cadastramento das autorizações que precisam ser emitidas para serviços ou abastecimento; | SIM | SIM |
| 1.9.17. Visualizar a consulta de todo o histórico do veículo em apenas uma tela; | SIM | SIM |
| 1.9.18. Possibilitar consultas com indicadores e avisos para as manutenções e taxas (IPVA, Licenciamento, Seguro Obrigatório, Seguro Facultativo); | SIM | |
| 1.9.19. Possibilitar a emissão de ordens de abastecimento para preenchimento manual, ou por uma ordem já cadastrada no sistema; | SIM | |
| 1.9.20. Permitir efetuar lançamento de despesas pela Ordem de Compra; | SIM | |
| 1.9.21. Permitir o cadastro e a consulta de ocorrências por veículo, informando os dados do funcionário envolvido; | SIM | |

| | | |
|---|------------|------------|
| 1.9.22. Oferecer à guarita da garagem, a possibilidade de registrar as entradas e saídas dos veículos; | SIM | |
| 1.9.23. Permitir o controle do seguro facultativo do veículo; | SIM | |
| 1.9.24. Emitir relatórios de despesas por diversos agrupamentos: Repartição, Período, Veículo, Materiais, Serviços e Fornecedor; | SIM | SIM |
| 1.9.25. Emitir relatórios de nível operacional de todas as consultas do sistema, inclusive das Manutenções Previstas; | SIM | SIM |
| 1.9.26. Permitir controlar os veículos por Hodômetro e Horímetro; | SIM | SIM |
| 1.9.27. Permitir configurar o lançamento de máquinas (roçadeira, trator, retro-escavadeira, e outros), com campos diferenciados, sendo obrigatórios ou não, conforme a necessidade do maquinário; | SIM | SIM |
| 1.9.28. Possibilitar trabalhar com privilégio de visualização de veículos por repartição, onde o usuário logado poderá somente dar manutenção nos veículos da sua repartição; | SIM | |
| 1.9.29. Gerenciar e controlar gastos referentes ao combustível da frota de veículos, máquinas e equipamentos; | SIM | |
| 1.9.30. Permitir o controle de saldos de combustível por dotação orçamentária e por empenho; | SIM | SIM |
| 1.9.31. Gerenciar a manutenção dos veículos com data de entrada e de saída, oficina, hodômetro, condutor/responsável, serviços efetuados (especificação, valor unitário e valor total), peças substituídas (especificação, valor unitário e valor total), garantia de cada item; | SIM | SIM |
| 1.9.32. Gerenciar troca de óleo dos veículos, emitindo alertas próximos a uma nova troca; | SIM | SIM |
| 1.9.33. Gerenciar o rodízio e troca de pneus dos veículos, emitindo alertas próximos a novas trocas; | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.9.34. Permitir o controle do abastecimento e do estoque de combustível mantido em tanques próprios; | SIM | SIM |
| 1.9.35. Permitir o cadastro dos veículos contendo todas as informações necessárias, tais como: número do chassi, Renavam, placa, média de quilometragem, tipo do veículo, tipo do combustível, dentre outras; | SIM | SIM |
| 1.9.36. Cadastro de Condutores com os seguintes dados: Nome, CPF, matrícula, número da CNH, categoria, vencimento da CNH, endereço residencial e de trabalho, lotação, cargo, vínculo com o Município (efetivo, comissionado ou contratado), função, telefone pessoal e do trabalho, bem como senha para abastecimento; | SIM | SIM |
| 1.9.37. Controle da movimentação dos veículos, possibilidade de controlar a quilometragem e horas trabalhadas, destino das viagens e tarefas executadas, emitindo relatórios; | SIM | SIM |
| 1.9.38. Permitir a inclusão manual de abastecimentos efetuados durante viagens administrativas em postos de combustíveis não credenciados de modo a controlar a quilometragem; | SIM | SIM |
| 1.9.39. Controle do consumo de combustíveis dos veículos, emitindo alertas quando o consumo tiver alguma variação significativa em relação à média, a ser parametrizada. | SIM | SIM |
| 1.9.40. Emitir relatórios de Gastos dos veículos, classificando por órgão, unidade, local, data, tipo de gasto, tipo de item; | SIM | SIM |
| 1.9.41. Disponibilizar relação de custos por veículos, bloqueando o abastecimento caso o veículo ultrapasse a cota ou a média de consumo; | SIM | SIM |
| 1.9.42. Permitir acesso imediato da Administração ao lançamento dos dados de abastecimento no sistema, permitindo editar e excluir; | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.9.43. Permitir vincular a geração de uma nova autorização de abastecimento somente após o lançamento dos pendentes, por veículo; | SIM | SIM |
| 1.9.44. Permitir a geração de abastecimento de forma avulsa para posterior lançamento; | SIM | SIM |
| 1.9.45. Possuir ferramenta de gerador de relatório para utilização pelo próprio usuário quando for necessário desenvolver algum relatório específico diante de suas necessidades; | SIM | SIM |
| 1.9.46. Permitir anexar documentos aos relatórios gerenciais, por meio de digitalização ou outra ferramenta que assegure a consulta aos documentos originais emitidos; | SIM | SIM |
| 1.9.47. Permitir que os relatórios possam ser gravados em arquivo para posterior impressão ou consulta; | SIM | SIM |
| 1.9.48. Permitir gerar relatórios gerenciais diversos, inclusive com o cruzamento das informações disponíveis no sistema; | SIM | SIM |
| 1.9.49. Assegurar integralmente e de forma segura a migração das informações hoje disponíveis na base de dados do sistema, atualmente em uso pela Prefeitura de Juiz de Fora; | SIM | SIM |

1.10. Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Prestação de contas de Obras

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.10.1. Assegurar compatibilidade com as exigências legais. | SIM | |

| | | |
|--|------------|------------|
| 1.10.2. Permitir integração com os demais módulos, isto é, Módulo Compras; Módulo de Licitação, Módulo Convênio; Módulo Contrato; Módulo Suprimento e Almoxarifado; Módulo Patrimônio; Módulo Frotas e Módulo Edital, permitindo aos mesmos acessos aos dados relativos aos fornecedores, dentre outros; | SIM | |
| 1.10.3. Contemplar as especificações de Leiaute do Módulo Obras e seus respectivos arquivos, versão 1.1 2020, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, conforme “ANEXO 6 – Obras Leiautes”, que contém o Manual SICOM comparativo e consolidado, bem como o “Anexo 7 – Obras Documento de Especificação”, que contém os critérios de validações dos arquivos de envio de informações. Tais especificações de leiaute são necessárias para o envio de dados e informações relativas às prestações de contas junto ao TCE-MG, por meio do SICOM; | SIM | SIM |
| 1.10.4. Possibilitar a interface entre os arquivos do Módulo Acompanhamento Mensal, versão atualizada, do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG, naquilo que couber e em conformidade com as normas que regem a matéria. | SIM | SIM |

1.11. Sistema de Gestão de Contratos e Compras – Módulo Obras Gestão de Obras contratadas

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 1.11.1. Possibilitar incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não; | SIM | |
| 1.11.2. Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema; | NÃO | |



| | | |
|--|------------|------------|
| 1.11.3. Permitir visualizar o resumo da execução da obra, visualizando os valores dos orçamentos, valor executado, período das medições e percentual executado da obra; | SIM | SIM |
| 1.11.4. Possibilitar gerenciar as permissões dos usuários por grupo ou individualmente; | SIM | SIM |
| 1.11.5. Permitir a um profissional autorizado pela entidade manter os dados cadastrais da entidade como endereço, telefone, e-mail, site, horário de funcionamento e a indicação se a entidade possui um regime próprio de previdência privada; | SIM | SIM |
| 1.11.6. Permitir configurar os órgãos, unidades orçamentárias e centros de custo da entidade; | SIM | SIM |
| 1.11.7. Permitir cadastrar responsáveis técnicos, informando além do seu nome, o CPF, qual o tipo de responsabilidade, o número do registro no CREA, RG, Endereço, Telefone e E-mail; | SIM | SIM |
| 1.11.8. Permitir registrar os dados das movimentações das operações, dentre elas as paralisações, reinício, medições, cancelamento e conclusão das obras; | SIM | SIM |
| 1.11.9. Permitir registrar as obras do município, possibilitando informar os dados principais, dentre eles a descrição da obra, o objeto, data do cadastro, local da obra, prazo de conclusão, centro de custo para o qual ela pertence, classificação, categoria, tipo de execução, tipo da obra e posição geográfica; | SIM | SIM |
| 1.11.10. Permitir registrar medições da obra, informando o período da medição, responsável técnico, percentual físico, número do contrato, ato administrativo e valor correspondentes; | SIM | SIM |
| 1.11.11. Permitir registrar a conclusão da obra, informando a data, o responsável técnico e o ato administrativo que oficializou a conclusão; | SIM | SIM |
| 1.11.12. Possibilitar concluir uma obra mesmo que o executado não esteja com 100% por contrato, aditivo e sem contrato; | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 1.11.13. Permitir ao usuário o registro de exercícios; | SIM | SIM |
| 1.11.14. Permitir cadastrar os atos administrativos da administração pública, possibilitando informar caso se trate de uma lei, decreto ou portaria, indicar o número, sua natureza jurídica, ementa, data da criação, data da publicação, data a vigorar, data da revogação, bem como os dados da publicação como o número do diário oficial e o fornecedor responsável; | DESEJÁVEL | |
| 1.11.15. Permitir cadastrar os possíveis motivos que originam a paralisação de uma obra, para posterior vínculo no registro da mesma; | SIM | SIM |
| 1.11.16. Possibilitar criar relatórios personalizados para a entidade; | SIM | SIM |
| 1.11.17. Possibilita controlar as medições da obra por contrato, termo aditivo e sem contrato; | SIM | SIM |
| 1.11.18. Permitir reiniciar a obra após estar paralisada, informando a data do reinício; | SIM | SIM |
| 1.11.19. Possibilitar cadastrar os tipos de obras, indicando nela a sua classificação, para melhor identificação das obras do município; | SIM | SIM |
| 1.11.20. Permitir cadastrar unidade de medida dos bens da entidade, no singular ou plural e informar sua abreviatura, grandeza; | SIM | SIM |
| 1.11.21. Permitir filtrar todas as situações das obras como não iniciadas, em andamento, paralisadas, canceladas e concluídas em um único lugar; | SIM | SIM |
| 1.11.22. Permitir ao usuário configurar da estrutura organizacional a ser utilizada no exercício, onde ainda podem ser criadas novas configurações caso exista necessidade; | DESEJÁVEL | |
| 1.11.23. Permitir desativar o registro de um responsável técnico informando a data que o mesmo foi desativado; | SIM | SIM |
| 1.11.24. Disponibilizar recursos para geração de arquivos para sistemas/órgãos externos; | SIM | |



| | | |
|---|------------|------------|
| 1.11.25. Permitir visualizar e acompanhar as obras cadastradas, demonstrando as informações da sua descrição, tipo, data do cadastro, percentual já executado, situação atual; | SIM | |
| 1.11.26. Permitir cadastrar as categorias da obra, informando sua descrição; | SIM | |
| 1.11.27. Disponibilizar os dados dos registros efetuados para a criação de relatórios, scripts e validações; | SIM | |
| 1.11.28. Permitir registrar os orçamentos das obras, informando o responsável técnico, tipo de planilha, data da inclusão e base, contrato firmado para a realização da obra, ato administrativo e valor; | SIM | SIM |
| 1.11.29. Permitir visualizar o histórico das movimentações da obra, visualizando a data, situação e usuário que registrou a movimentação; | SIM | SIM |
| 1.11.30. Possibilitar a utilização de filtros e realização de pesquisas, apresentando apenas os dados desejados pelo usuário; | SIM | |
| 1.11.31. Permitir registrar os contratos firmados para a realização da obra, informando a data deste vínculo; | SIM | |
| 1.11.32. Permitir registrar a licitação executada para a realização da obra, informando a data deste vínculo. | SIM | |
| 1.11.33. Permitir registrar as ART - Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais que assumem essa posição, informando a data, número do registro, tipo de responsabilidade e responsável técnico; | SIM | |
| 1.11.34. Permitir registrar as possíveis paralisações da obra, informando a data, responsável técnico, ato administrativo e motivo; | SIM | |
| 1.11.35. Disponibilizar recursos para geração de validações específicas nas funcionalidades do sistema; | SIM | |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 1.11.36. Permitir configurar o código da obra, podendo ser manual ou automático; | DESEJÁVEL | |
| 1.11.37. Permitir cadastrar os dados correspondentes aos endereços, possibilitando informar os logradouros, condomínios, loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios; | SIM | |
| 1.11.38. Possibilitar o cadastro das matrículas que identificam as obras registradas no CEI - Cadastro Específico do INSS, informando além de sua data de registro, as informações de uma ou mais certidões negativas de débitos vinculadas ao seu registro; | DESEJÁVEL | |
| 1.11.39. Permitir registrar o cancelamento da obra, informando a data, o responsável técnico, o tipo de cancelamento e o ato administrativo que determinou o cancelamento. | SIM | |
| 1.11.40. Permitir integração com o sistema de Compras, permitindo o compartilhamento de informações de processos e contratos de obras e serviços de engenharia em uma ou mais entidades. | SIM | SIM |
| 1.11.41. Gerar os dados exigidos pelo TCEMG por meio do SICOM com o módulo "SISOP – Sistema de Informações de Serviços e Obras Públicas". O sistema deverá gerar os dados do Módulo de Execução de Obra e Serviço de Engenharia. | SIM | SIM |
| 1.11.42. Possibilitar incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não; | SIM | |
| 1.11.43. Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema; | DESEJÁVEL | |
| 1.11.44. Permitir visualizar o resumo da execução da obra, visualizando os valores dos orçamentos, valor executado, período das medições e percentual executado da obra; | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 1.11.45. Possibilitar gerenciar as permissões dos usuários por grupo ou individualmente; | SIM | SIM |
| 1.11.46. Permitir a inclusão dos projetos de execução em meio eletrônico ou digitalizado da obra a ser realizada. | SIM | SIM |

2. Sistema de Gestão de Obras

2.1. Módulo Manutenção

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 2.1.1. Possibilitar cadastro de demandas (Ordem de Serviço) | SIM | SIM |
| 2.1.2. com as seguintes informações: Identificação de Setor de Origem da demanda; Contato Telefônico (quando houver); Data do Cadastro da solicitação; Tipo de demanda; Descrição do serviço solicitado; Geolocalização; Setor a ser encaminhada a demanda (interno ou externo à Secretaria de Obras); | SIM | SIM |
| 2.1.3. Cada solicitação cadastrada deve possuir um código único; | SIM | SIM |
| 2.1.4. Através do código de cada obra deve ser possível realizar: Liberação de Início de Obra; Saída de Material; Acompanhamento de execução de obra; Conclusão de Obra e demais relatórios de acompanhamento de Serviços; | SIM | SIM |
| 2.1.5. O sistema deve permitir anexar documentos e imagens para futuras consultas, visto que a Secretaria de Obras responde a demandas judiciais. | SIM | SIM |

| | | |
|---|-------------------------|-------------------|
| <p>2.1.6. O sistema deve permitir anexar à ordem de serviço aberta, imagens diretamente do campo, em qualquer fase da obra, seja vistoria prévia, execução em tempo de serviço e também de conclusão da ordem de serviço (histórico fotográfico para consultas por datas e anotações caso necessário), para tal é necessário aplicativo para acompanhamento da obra, com identificação dos usuários que anexarão os dados.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>2.1.7. Necessário também integração com serviços meteorológicos para anotação dos índices pluviométricos diários, pois é necessário para pesquisa de demandas judiciais.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>2.1.8. O sistema deve integrar na mesma ferramenta, dados espaciais com a localização do serviço a ser executado, além do endereço para tal, possibilitando agrupar serviços de mesma natureza para melhor aproveitamento dos recursos de transporte e agilidade na execução.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |

3. Sistema de Arrecadação e Fiscalização

3.1. Características complementares comuns a todos os módulos de arrecadação

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 3.1.1. Permitir que os cidadãos possam acesso ao sistema para emitir determinadas certidões, guias de impostos e taxas e demais documentos correlatos. | SIM | SIM |
| 3.1.2. Permitir a emissão de alvarás e notificações. | SIM | SIM |
| 3.1.3. Permitir a emissão de relatórios gerenciais do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano, ISS (Imposto sobre Serviços), ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos), taxas, alvarás, Parcelamentos de Receitas, Conciliação dos Valores Repassados pelos Agentes Arrecadadores ao Tesouro Municipal, Anistias Concedidas e Cadastro Único Municipal e demais cadastros do sistema. | SIM | SIM |
| 3.1.4. Permitir exportação de dados para o sistema de NFS-e/DIF de forma individual ou em lote. | SIM | SIM |
| 3.1.5. Permitir que os documentos de arrecadação emitidos possam códigos de barras atendendo layouts da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) e QRCODE, chaves PIX , de modo a facilitar o pagamento do contribuinte. | SIM | SIM |
| 3.1.6. Permitir a leitura de códigos de barras e demais formatos nos documentos de arrecadação. | SIM | SIM |
| 3.1.7. Permitir que sejam importados processos diversos do sistema interno de protocolo, a fim que sejam anexados, para controle dos respectivos cálculos do sistema tributário e a emissão correta dos DAMs e demais documentos correlatos. Caso alguma informação importada não esteja cadastrada, exibir um formulário de cadastro. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 3.1.8. Permitir que no campo de informação do nº dos processos, seja incluído também o volume. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.9. Permitir acesso ao sistema da Receita Federal para consultas de CPF e CNPJ (conforme Lei 11.197/06, art. 4º, 119 – Identificação de Contribuintes). | SIM | SIM |
| 3.1.10. Permitir uso de inteligência artificial (Rede Neural) que interprete as solicitações realizadas pelos contribuintes e faça sugestões intuitivas para o responsável deferir ou indeferir pedidos ou providências internas. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.11. Permitir consulta integrada aos sistemas do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, SIG Mapas, SisobraPref e E-Processo (Receita Federal), Receita Estadual e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, CESAMA, SERASA, e Cartórios de pessoas naturais, possibilitando a importação das informações retornadas. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.12. Permitir que os documentos gerados no sistema, sejam enviados por email para o contribuinte. | SIM | SIM |
| 3.1.13. Permitir a emissão de várias vias e reimpressão de documentos. | SIM | SIM |
| 3.1.14. Permitir que as receitas possam ser direcionadas para o seu respectivo fundo municipal quando ocorrer o fato gerador. | SIM | SIM |
| 3.1.15. Permitir o gerenciamento de pagamentos/débitos possibilitando correções, se for o caso. | SIM | SIM |
| 3.1.16. Permitir a consulta aos históricos de alterações dos cadastros mobiliários e imobiliários, cadastro único, alvarás, outros documentos emitidos, dentre outros. | SIM | SIM |
| 3.1.17. Permitir a emissão de certidões mobiliárias e imobiliárias, contemplando todos os impostos de competência municipal, taxas e documentos correlatos parametrizados no sistema. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.1.18. Permitir o movimento para recálculos das receitas mobiliárias e imobiliárias. | SIM | SIM |
| 3.1.19. Permitir a manutenção de baixas e suspensões de inscrições mobiliária e imobiliárias. | SIM | SIM |
| 3.1.20. Permitir geração de arquivo com dados parametrizados, para envio à gráficas, possibilitando a geração de carnês e outros documentos impressos. | SIM | SIM |
| 3.1.21. Permitir o gerenciamento de carnês de impostos, devolvidos. | SIM | SIM |
| 3.1.22. Permitir o gerenciamento e a manutenção de RCL (Reclamação Contra Lançamento), caso seja feito externamente, possibilitar sua importação, contendo dentre outros campos correlatos, a defesa e recurso, data de suspensão e vários volumes dos PAF, para cada campo referido, podendo ser gerados os respectivos relatórios. | SIM | SIM |
| 3.1.23. Permitir a manutenção de diversos parcelamentos no sistema, de forma parametrizada, contemplando suas baixas, segunda via, emissão de carnê e demais questões correlatas. | SIM | SIM |
| 3.1.24. Permitir a gestão da arrecadação tributária e parcelamentos efetuados de acordo com o regime de recolhimento (Retenção na Fonte, Simples Nacional, Movimento Econômico, Sociedade de Profissionais, Autônomos e Estimativa). | SIM | SIM |
| 3.1.25. Permitir que sejam geradas simulações, cálculos, testes para os impostos municipais e parcelamentos de débito. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.26. Permitir a manutenção de parâmetros utilizados no cadastro de contribuintes. | SIM | SIM |
| 3.1.27. Permitir gerenciamento de tabelas de UFIR (Unidade Fiscal de Referência), UFM (Unidade Fiscal do Município). | SIM | SIM |
| 3.1.28. Permitir que sejam importados ou parametrizados no sistema os códigos de receita e fórmulas de cálculos de multas e juros específicos de cada setor. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 3.1.29. Registrar todas as informações de identificação cadastral do contribuinte, pessoa física e jurídica, suas atividades econômicas por CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) principais e secundárias, os itens da lista de serviços constantes da Lei Municipal 10.630/03 atrelados às atividades, alíquotas, o regime de tributação, benefícios fiscais, parâmetros para cálculo e lançamento dos créditos tributários e não tributários em cada atividade e por período, e demais itens parametrizáveis referentes a cada aspecto do cadastro. | SIM | SIM |
| 3.1.30. Permitir o auto-cadastro de contribuintes via internet, observadas todas as rotinas definidas para o cadastro realizado pelo Município, migrando as informações automaticamente para o sistema caso necessário. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.31. Possuir campos parametrizáveis para diversas questões que influenciam a tributação, como vencimentos, prazos, dias úteis e não úteis, índices de correção monetária, unidades fiscais, etc. | SIM | SIM |
| 3.1.32. Permitir gerenciar e aplicar isenções aos contribuintes, de acordo com parâmetros configuráveis. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.33. Possuir rotina de integração com o sistema informatizado da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) que permita, a partir das inscrições realizadas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, gerar automaticamente o cadastro de contribuinte junto ao Município, viabilizando a inscrição do mesmo no cadastro econômico. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.34. Permitir a emissão, consulta e reimpressão de DAMs (Documento de Arrecadação Municipal) de taxas, diferenças, tributos, autos de infração, dentre outros correlatos de forma parametrizável, à vista ou parcelados. | SIM | SIM |
| 3.1.35. Permitir cancelamentos/estornos de DAMs e suas consultas. (Lei n.º 8.013 de 1991, Art.2º). | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.1.36. Permitir alterações de endereço e observações nos DAMs. | SIM | SIM |
| 3.1.37. Permitir comunicação com sistema interno do PAS (Plano de Assistência à Saúde), para fins de baixa automática (liquidação) de DAMs. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.38. Permitir alteração da data de vencimento na segunda via do DAM. | SIM | SIM |
| 3.1.39. Permitir a importação e exportação de arquivos "txt" dos DAMs emitidos e/ou pagos por período e em lote. | SIM | SIM |
| 3.1.40. Permitir que o nome do contribuinte seja corrigido na emissão do DAM. | SIM | SIM |
| 3.1.41. Permitir emissão de DAM sem julgamento de processo. | SIM | SIM |
| 3.1.42. Não permitir duplicidades de DAMS, sendo a reimpressão liberada e, caso passe do vencimento, seja emitido um novo DAM com as respectivas multas e juros calculados de acordo com os cálculos parametrizados. | SIM | SIM |
| 3.1.43. Permitir a importação das notas fiscais de serviço eletrônicas emitidas pelo sistema responsável. | SIM | SIM |
| 3.1.44. Permitir consulta aos DAMS pagos de contribuintes nas diversas receitas tributárias e não tributárias. | SIM | SIM |
| 3.1.45. Permitir consulta a parcelamentos de débitos (CPD/SSP) e aos DAMS emitidos nessa modalidade. | SIM | SIM |
| 3.1.46. Permitir que seja emitido DAM por código específico, de acordo com o tipo de DAM e/ou sua natureza. | SIM | SIM |
| 3.1.47. Permitir a relação entre o código do DAM e os seus campos relacionados, de modo a exibí-los na emissão. | SIM | SIM |
| 3.1.48. O sistema deverá armazenar o valor original e atual do DAM, exibindo-os na emissão, com as multas por atraso caso existam. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.1.49. O cadastro de restituições/compensações deve conter os campos data do pagamento da restituição, valor pago e demonstrativo de pagamento. | SIM | SIM |
| 3.1.50. Permitir a consulta de restituições/compensações por protocolo. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.51. Permitir realização de cálculos de atualização para fins de restituição/compensação dos impostos e taxas, aplicando correção monetária do valor caso necessário. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.52. Permitir o impedimento do registro de restituições duplicadas. (Lei 05546/1978 Capítulo II – Restituição). | SIM | SIM |
| 3.1.53. Permitir transferência de registro de pagamento em duplicidade entre inscrições vinculadas ao mesmo CPF e exercícios diferentes – Compensação. (Lei 6.667/1984). | SIM | SIM |
| 3.1.54. Permitir a manutenção de órgãos expedidores de identidade. | SIM | SIM |
| 3.1.55. Permitir a emissão de Certidão de Contribuição de Pessoa Física e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica e demais correlatas, com assinatura digital. | SIM | SIM |
| 3.1.56. Permitir consulta a autos de infração emitidos. | SIM | SIM |
| 3.1.57. Permitir consulta a autos de infração emitidos com opção de selecionar por inscrição do contribuinte. | SIM | SIM |
| 3.1.58. Permitir identificar qualquer inscrição vinculada ao CPF/CNPJ do contribuinte. | SIM | SIM |
| 3.1.59. Permitir identificar/informar débitos relativos a inscrições, CPF e CNPJ. | SIM | SIM |
| 3.1.60. Permitir que os débitos do contribuinte, possam ser agrupados por exercício, tributo e situação. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 3.1.61. Permitir que as exclusões, de acordo com o perfil, sejam realizadas pelo CEP, CPF e CNPJ do contribuinte. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.62. Permitir a manutenção de cobranças administrativas e notificações, mantendo as devoluções, sendo registradas, neste caso, o motivo. | SIM | SIM |
| 3.1.63. Permitir que os débitos sejam identificados (protesto, parcelado, quitado, em débito, etc) e agrupados (exercício, tributo, situação, etc). | SIM | SIM |
| 3.1.64. Permitir a identificação de inconsistências nos cadastros que prejudicam ações da PGM (Procuradoria Geral do Município). | SIM | SIM |
| 3.1.65. Permitir que sejam geradas cobranças por lote de acordo com filtro selecionado. | SIM | SIM |
| 3.1.66. Permitir impressão de lotes de cobrança. | SIM | SIM |
| 3.1.67. Permitir exportar base cadastral de contribuintes e importar com novas informações para cobrança de impostos, utilizando o padrão de remessa e retorno, CNAB 750 e CNAB240 da FEBRABAN. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.68. Possibilitar a importação dos arquivos de arrecadação recebidos pelos Bancos e Simples Nacional - SN. | SIM | SIM |
| 3.1.69. Permitir a classificação das receitas a partir do totalizador diário com identificação orçamentária. | SIM | SIM |
| 3.1.70. Permitir que a partir do relatório totalizador de receitas por Fundo Municipal (apura o valor que cada fundo arrecadou), sejam transferidos os valores para a conta de cada fundo. | SIM | SIM |
| 3.1.71. Realizar transferência de parcelas de forma automática para os casos em conformidade com a legislação vigente (Portaria 011/2001 - Disciplina os procedimentos de correção de registros de pagamentos visando a quitação de tributos municipais). | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.1.72. Permitir criar códigos de receita dando sequência à numeração já existente, informando a base legal e o código orçamentário. | SIM | SIM |
| 3.1.73. Ter interface com o financeiro para lançamento do totalizador por banco e SN da arrecadação diária. | SIM | SIM |
| 3.1.74. Permitir a importação do extrato bancário para acompanhamento da conciliação financeira. | SIM | SIM |
| 3.1.75. Permitir que as informações da conciliação financeira tenham interface com o sistema financeiro. | SIM | SIM |
| 3.1.76. Permitir emissão de comprovante de pagamento (ingresso de receita) com assinatura eletrônica. | SIM | SIM |
| 3.1.77. Permitir acompanhar, levantar e controlar a quantidade de documentos para a remuneração aos bancos, referente a tarifa bancária. | SIM | SIM |
| 3.1.78. Permitir cadastro de regras da legislação para acompanhar, levantar e controlar a remuneração aos bancos, referente a tarifa bancária. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.79. Permitir que seja exibido no formato de consulta/relatório a arrecadação diária com totalizados por banco. | SIM | SIM |
| 3.1.80. Permitir o processamento da arrecadação de acordo com dados parametrizáveis. | SIM | SIM |
| 3.1.81. Permitir uma rotina para o fechamento diário das receitas com totalizador e identificação orçamentária e encerrando a inclusão de novas receitas naquele período | SIM | SIM |
| 3.1.82. Permitir que o relatório totalizador de receita por Fundo Municipal apresente a informação de conta bancária e fonte de recurso, previamente cadastradas. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.1.83. Permitir a manutenção dos fundos municipais, sua vinculação aos respectivos códigos de receita, bem como sua inativação se for o caso. (de acordo com a legislação) | SIM | SIM |
| 3.1.84. Permitir transferência de parcelas em duplicidade (Portaria 011/2001 - Disciplina os procedimentos de correção de registros de pagamentos visando a quitação de tributos municipais) dos casos analisados individualmente; | SIM | SIM |
| 3.1.85. Permitir regularização de documentos rejeitados na criação da capa de lote, bem como a exclusão de capa de lote, de acordo com perfis de acesso. | SIM | SIM |
| 3.1.86. Permitir que o código de receita funcione por secretaria. | SIM | SIM |
| 3.1.87. Permitir que sejam realizados procedimentos de inscrição em dívida ativa, de acordo com a legislação, bem como as operações correlatas a inscrição. | SIM | SIM |
| 3.1.88. Relatórios e consultas de débitos de qualquer origem dos contribuintes. | SIM | SIM |
| 3.1.89. Relatório de parcelamentos descumpridos vinculados a determinados processos. | SIM | SIM |
| 3.1.90. Relatório que identifique os auto-cadastros de contribuintes gerados na internet, com filtros parametrizáveis conforme necessidade do Município. | SIM | SIM |
| 3.1.91. Relatório que nos permita conhecer todas as restituições e compensações efetuadas por período ou por nº de petição/processo. | DESEJÁVEL | |
| 3.1.92. Relatório de controle orçamentário, contendo todas as receitas arrecadadas conforme período selecionado, tendo a possibilidade de optar por filtros personalizáveis. | SIM | SIM |
| 3.1.93. Relatório com valores de denúncia espontânea com opção de filtros personalizáveis. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 3.1.94. Relatórios de autos de infração da secretaria da fazenda lavrados e pagos por período e inscrição. | SIM | SIM |
| 3.1.95. Relatórios por CAE, CNAE, período, débitos, situação: ativa/inativa. | SIM | SIM |
| 3.1.96. Relatórios gerenciais de cobrança, bem como de identificação de contribuintes. | SIM | SIM |
| 3.1.97. Relatório de erros dos documentos rejeitados na criação da capa de lote e no processo de baixa dos arquivos de Bancos e SN de forma cumulativa para posterior avaliação das informações. | SIM | SIM |
| 3.1.98. Relatório de baixa diária para controle da arrecadação processada x baixa registrada. | SIM | SIM |
| 3.1.99. Relatório de transferência de parcelas realizadas de forma manual e automática. | SIM | SIM |
| 3.1.100. Relatório de débito diário, após a baixa da arrecadação, por CPF e CNPJ. (Lei 5.546/1978 Capítulo II Penalidades - Art.41). | SIM | SIM |
| 3.1.101. Relatório de baixa manual de parcelas com a identificação de inscrição, nome do contribuinte, exercício/cota, data da baixa, valor, processo e login do usuário. | SIM | SIM |
| 3.1.102. Relatórios de receitas lançadas (lançamentos de impostos), dividido por tipo de tributo, para que a contabilidade possa evidenciar os créditos a receber. | SIM | SIM |

3.2. Sistema de Arrecadação e Fiscalização – Módulo Taxas

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 3.2.1. Permitir a manutenção, gerenciamento/controle, cancelamento e consulta das taxas (licenciamento de eventos, publicidade, mesas e cadeiras, comércio ambulante, bancas de jornal e revistas, feiras, dentre outras correlatas). | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 3.2.2. Permitir consulta do valor das taxas com opção de filtros personalizáveis. | SIM | SIM |
| 3.2.3. Permitir o cálculo automático das taxas, levando em conta as tabelas com faixas de valores por atividade ou grupo de atividades, através de seus respectivos códigos. | SIM | SIM |
| 3.2.4. Permitir registrar e identificar as receitas arrecadadas, através de consultas aos impostos e/ou taxas pagas. | SIM | SIM |
| 3.2.5. Permitir lançamento de ofício de taxas (retroativas ou não), caso o estabelecimento esteja em funcionamento em um dado exercício de financeiro respectivo, consultando dados do sistema da JUCEMG e/ou da RFB. | SIM | SIM |
| 3.2.6. Permitir a emissão de Taxas diversas (incluindo as da Lei 11.131/2006) e multas referentes ao Processo Administrativo Sanitário. | SIM | SIM |
| 3.2.7. Permitir que o valor do DAM da Taxa de Fiscalização Sanitária possa ser lançado pró-rata quando do início e fim das atividades. | SIM | SIM |
| 3.2.8. Permitir que o DAM de taxas e multas, SSP e outros casos que couber, não quitados no prazo legal, sejam inscritos em dívida ativa automaticamente. | SIM | SIM |
| 3.2.9. Permitir vincular códigos de receitas específicas para emissão de DAM da Taxa de Fiscalização Sanitária. | SIM | SIM |
| 3.2.10. Permitir que possa ser associado aos códigos de receita, a natureza do crédito e o tipo de taxa. | SIM | SIM |
| 3.2.11. Permitir que o contribuinte ou seu procurador possa imprimir DAM de multa, parcelamento de multa, taxas e outros casos que couber, podendo optar por renúncia a prazo de defesa/recurso. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|--|------------|------------|
| 3.2.12. Permitir que o parcelamento via SSP (Sistema Simplificado de Pagamento) de uma taxa seja realizado no mesmo exercício financeiro. | SIM | SIM |
| 3.2.13. Utilizar o maior valor de uma taxa, caso as informações de endereço e atividades no lançamento de uma receita, apresentem valores diferentes. | SIM | SIM |
| 3.2.14. Permitir a emissão da taxa e licenças referente ao uso e ocupação do solo público. | SIM | SIM |
| 3.2.15. Permitir que as multas utilizem DAM específico e possam ser parceladas de acordo com os tipos configurados no sistema, devendo seguir os prazos previstos em lei. | SIM | SIM |
| 3.2.16. Permitir a geração de relatório de taxas discriminadas geral ou por secretaria ou podendo selecionar uma única unidade gestora. | SIM | SIM |

3.3.Sistema de Arrecadação e Fiscalização – Módulo Imobiliário

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 3.3.1. Permitir o gerenciamento do IPTU. | SIM | |
| 3.3.2. Permitir manutenção de retroativos de IPTU. | SIM | SIM |
| 3.3.3. Permitir a manutenção da PGVT de IPTU. | SIM | SIM |
| 3.3.4. Permitir consulta aos cadastros do IPTU/TCRS selecionando o período, inscrição ou nome do contribuinte. | SIM | SIM |
| 3.3.5. Permitir emissão de segunda via de IPTU/TCRS. | SIM | SIM |
| 3.3.6. Permitir manutenção do número de coletas de lixo para serem contabilizadas na TCRS e, conseqüentemente, no IPTU. | SIM | |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 3.3.7. Permitir baixa manual dos documentos de arrecadação: parcelas de parcelamento (CPD e/ou SSP), IPTU, ISSQN, Retroativos, ITBI. | SIM | SIM |
| 3.3.8. Permitir cálculos de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e de ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) para fins de revisão de ofício. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.9. Permitir consulta ao cadastro do ITBI por filtros personalizáveis. | SIM | SIM |
| 3.3.10. Permitir a manutenção da PGVT (Planta Genérica de Valores de Terrenos) de ITBI. | SIM | SIM |
| 3.3.11. Permitir que na confirmação do pagamento de um ITBI a titularidade de um imóvel seja alterada automaticamente. | SIM | SIM |
| 3.3.12. Permitir a manutenção do CIM (Cadastro Imobiliário Municipal). | SIM | SIM |
| 3.3.13. Permitir a busca de informações no CAFIR (Cadastro de Imóveis Rurais). | DESEJÁVEL | |
| 3.3.14. Permitir no licenciamento de atividades, a inclusão de situação do imóvel que seja diferente da constante do cadastro imobiliário. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.15. Permitir, no ato de inscrição e alteração do alvará, buscar no cadastro imobiliário o porte, localização, destinação e a situação do imóvel. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.16. Permitir que os cadastros imobiliários sejam encontrados de forma georreferenciada. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.17. Possibilitar o preenchimento do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) com informações georreferenciadas, através de dispositivos móveis. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.18. Permitir a manutenção de logradouros, de forma que seja possível informar, título e nome separados (Ex: Título: "Marechal", Nome: "Deodoro"), número de planta, número de lei, denominação anterior, geolocalização e demais campos relacionados. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 3.3.19. Permitir a manutenção de loteamentos/bairros. | SIM | SIM |
| 3.3.20. Permitir a manutenção das localizações dos logradouros, informando os limites de numeração par e ímpar, além da localização em um ou mais loteamentos/bairros. | SIM | SIM |
| 3.3.21. Permitir a manutenção de CEP, com informações dos limites de numeração par e ímpar. | SIM | SIM |
| 3.3.22. Permitir que na manutenção de logradouros seja por áreas isótimas, limites de numeração (par e ímpar) ou face de quadra, de forma parametrizável. | SIM | SIM |
| 3.3.23. Permitir a integração do Sistema Informações Georreferenciadas do Município com os registros de Lote, bem como obter as informações cadastrais dos imóveis georreferenciados. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.24. Permitir a manutenção de dados cadastrais imobiliários como: nome do proprietário, coproprietário, endereço de correspondência e demais campos relacionados. | SIM | SIM |
| 3.3.25. Permitir a inclusão de diversas inscrições antecedentes para um único imóvel. | SIM | SIM |
| 3.3.26. Permitir que o cadastro imobiliário possua o Lote ID (Chave do polígono do lote no sistema de georreferenciamento). | DESEJÁVEL | |
| 3.3.27. Permitir a criação de inscrições imobiliárias temporárias, de modo a permitir o cadastramento de situações intermediárias ou para atendimento exclusivo de ITBI dos imóveis que estão em obras. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.28. Não permitir que uma inscrição imobiliária seja incluída como lote vago sem o respectivo endereço de correspondência. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.29. Permitir que os dados de registro imobiliários e suas inscrições, possam ser importados de arquivos externos. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 3.3.30. Tornar obrigatório o preenchimento de um campo de observação para cada inclusão, alteração e suspensão de inscrição realizada, de forma que seja possível a geração de um relatório com data e usuário que a cadastrou. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.31. Apresentar as possíveis inconsistências do cadastro imobiliário no momento da inclusão ou alteração do imóvel. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.32. Permitir reaproveitamento de inscrições existentes em novos cadastros. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.33. Permitir anexar arquivos (imagens, textos, tabelas) aos registros de inscrições imobiliárias. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.34. Permitir consultar o histórico de alterações nos registros imobiliários por intervalo de data, número de inscrição e usuário. | SIM | SIM |
| 3.3.35. Permitir a manutenção e execução de alterações de inscrições imobiliárias em lote, com filtragem e parâmetros definidos pelo usuário, caso o mesmo tenha autorização. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.36. Permitir reverter alterações de inscrições imobiliárias em lote. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.37. Permitir que a consulta de inscrições imobiliárias por diversos campos, como número de inscrição, inscrição antecedente, CPF, Lote ID, loteamento, matrícula cartorária, bairro, endereço, nome do contribuinte, por aproximação (parte do campo), nome do proprietário / coproprietário, endereço do imóvel (logradouro, número, complemento) e loteamento e demais campos relacionados. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.38. Permitir que os dados sejam consultados sem a necessidade de mudança de exercício. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.3.39. Permitir consulta ao histórico de alterações dos registros de imóveis através de parâmetros como inscrição, usuário, logradouro, loteamento e proprietário/coproprietário ou qualquer outro parâmetro definido pelo usuário, além de filtragem por data. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.40. Permitir a emissão e exportação de Boletins de Cadastramento Imobiliário em formatos como PDF, XLS, CSV e similares. | SIM | SIM |
| 3.3.41. Permitir que seja possível realizar simulações de cálculos e recálculos para as inscrições imobiliárias selecionadas. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.42. Permitir gerar o cálculo completo de todas as inscrições, simulando o lançamento do IPTU/TCRS-CCSIP para determinada data. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.43. Permitir consultar e visualizar os débitos e pagamentos de qualquer inscrição imobiliária em qualquer exercício através de rotinas ou de forma eventual. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.44. Permitir a emissão de certidões editáveis, como por exemplo, de dados cadastrais imobiliários, de logradouro, de transferência, de localização do imóvel em logradouro, de medidas e confrontações no lote. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.45. Permitir a utilização do cadastro de imóveis dos exercícios anteriores, aproveitando as características dos imóveis para a geração da Certidão de 1º lançamento e/ou Lançamento de Imóveis. | DESEJÁVEL | |
| 3.3.46. Permitir que as consultas a cálculos ou recálculos, dos lançamentos das inscrições imobiliárias possam trabalhar de forma individual. | SIM | SIM |
| 3.3.47. Permitir a manutenção das tabelas de receitas imobiliárias. | SIM | SIM |
| 3.3.48. Permitir que seja consultado/emitida situação de regularidade do imóvel. | SIM | SIM |
| 3.3.49. Permitir que na consulta de um imóvel seja exibido o seu zoneamento em um mapa. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------|------------|
| 3.3.50. Relatório de estatística de pagamento do IPTU, com opção de seleção do período, estratificado contendo valores recolhidos referentes a IPTU e TCRS (Taxa De Coleta De Resíduos Sólidos) separados em pagamento à vista e parcelado. | SIM | |
| 3.3.51. Relatório IPTU/TCRS com os maiores pagadores e devedores. | SIM | SIM |
| 3.3.52. Relatório ITBI pagos ou em aberto, de acordo com filtros personalizáveis. | SIM | SIM |
| 3.3.53. Relatório de inconsistências no cadastro de imóveis, através de rotina agendada ou de forma eventual. | SIM | |
| 3.3.54. Relatórios dos cadastros imobiliários por períodos, contendo: número de unidades cadastradas, área edificada, valor do IPTU, valor TCRS (Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos)/CCSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública). | SIM | SIM |
| 3.3.55. Relatório para verificação dos dados referentes aos imóveis, como características, dimensões, cálculos, quitações de pagamentos, referente aos exercícios anteriores. | SIM | SIM |

3.4. Sistema de Arrecadação e Fiscalização – Módulo Mobiliário

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 3.4.1. Os sistemas deverão ter uma interface 100% WEB em todas as suas rotinas e rodar nos navegadores de internet Firefox, Chrome em suas versões mais recentes; | SIM | SIM |
| 3.4.2. Registrar as atualizações efetuadas sobre cadastros e movimentações, armazenando o código do operador e data da operação; | SIM | SIM |
| 3.4.3. As permissões de acesso aos usuários deverão ser liberadas por item de menu dos sistemas permitindo assim ao administrador definir exatamente quais rotinas o usuário terá ou não acesso. Não será permitido liberação de permissão por perfil de usuário; | SIM | SIM |
| 3.4.4. Registra o log da utilização de transações; | SIM | SIM |
| 3.4.5. Todos os sistemas devem ser integrados entre si, dispensando a necessidade de exportação e/ou importação de dados; | SIM | |
| 3.4.6. Possuir atualização on-line dos dados de entrada, permitindo acesso às informações atualizadas imediatamente após o término da transação; | SIM | |
| 3.4.7. Possuir padronização do uso de teclas e funções, em todos os sistemas, de forma a facilitar o seu aprendizado e operação; | SIM | |
| 3.4.8. Garantir a integridade referencial do banco de dados, não permitindo exclusão de registro que tenha vínculo com outros registros ativos. Ex.: Excluir contribuinte que esteja vinculado a imóvel; | SIM | SIM |
| 3.4.9. Possibilidade de emissão dos DAM a vencer ou vencidos com suas devidas atualizações de valores, possibilitando a emissão individual de parcelas do exercício, e também por exercícios de dívida ou todos; | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.4.10. Permitir o lançamento dos tributos de ofício, ISS Autônomo e ISS Estimativa, e o arbitramento de valores, e possibilitar o gerenciamento de todas as situações que os envolvem, como vencimentos, notificações, parametrização por faixa de valores, atividades ou grupos de atividades, anexação de documentos; | SIM | SIM |
| 3.4.11. Permitir a alteração da situação dos tributos de ofício, ISS Autônomo e ISS Estimativa, e o arbitramento de valores; | | |
| 3.4.12. Permitir a alteração da situação de parcelas do ISSQN; | SIM | |
| 3.4.13. Permitir consulta aos pagamentos efetuados e débitos em aberto, relativos ao ISSQN, filtrando por data e campos correlatos, permitindo comparações com os valores devidos; | SIM | SIM |
| 3.4.14. Permitir cancelamentos de cálculos de lançamentos dos tributos de ofício, ISS Autônomo e ISS Estimativa, e o arbitramento de valores; | SIM | |
| 3.4.15. Permitir que os carnês de ISSQN sejam emitidos em formato PDF; | SIM | SIM |
| 3.4.16. Permitir o cálculo/estimativa para o ISS Autônomo; | DESEJÁVEL | |
| 3.4.17. Permitir a emissão de segunda via para o ISS Autônomo; | SIM | |
| 3.4.18. Permitir a alteração da situação cadastral do cadastro mobiliário de contribuinte, de ofício ou por solicitação, permitindo também sua reativação a qualquer momento; | SIM | SIM |
| 3.4.19. Permitir o registro de diferentes códigos de atividades desempenhadas pelo contribuinte indicando a principal e as secundárias com registro de data de início e término; | SIM | SIM |
| 3.4.20. Possuir tabelas parametrizáveis com as atividades econômicas, estruturadas por códigos, grupos, parâmetros para cálculo e lançamentos dos Tributos em cada atividade; | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 3.4.21. Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária) com destaque para cada item, possibilitando o cálculo diferenciado por tributo de acordo com a legislação; | SIM | SIM |
| 3.4.22. Possuir agenda de vencimentos de tributos; | SIM | SIM |
| 3.4.23. Emitir Documento de Arrecadação Municipal de tributo em um documento único, imprimindo código de barras para leitura ótica de acordo com o padrão bancário, pelo valor total ou em quotas observando restrições para valor mínimo; | SIM | SIM |
| 3.4.24. Permitir simulações dos lançamentos dos tributos; | SIM | |
| 3.4.25. Registrar todos os lançamentos efetuados para o sujeito passivo, detalhando obrigação, valor da obrigação e data de vencimento; | SIM | |
| 3.4.26. Permitir controle de várias atividades por contribuinte, indicando a atividade principal e secundária, utilizando como base os cadastros de atividades municipais e federais; | SIM | |
| 3.4.27. Permitir a emissão de diversas taxas, tributos de um mesmo contribuinte em um único boleto, onde possa também ser definida uma data futura para pagamento; | SIM | |
| 3.4.28. Permitir cadastro de programas de benefícios de descontos para pagamentos de dívidas a vista ou parceladas, com percentuais de descontos diferenciados, por períodos pré-estabelecidos, de acordo com leis municipais, permitindo a configuração dos débitos que irão receber os descontos; | SIM | SIM |
| 3.4.29. Permitir emissão de relatórios de simulações de pagamentos de acordo com descontos concedidos em programas de benefícios; | SIM | SIM |
| 3.4.30. Permitir cadastro e controle de empresas eventuais, tanto do município quanto de fora do município; | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.4.31. Possuir tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas para cálculo de impostos/taxas; | SIM | |
| 3.4.32. Emitir relatório analítico e sintético com quantidade de lançamentos e respectivos valores por tributo e tipo do lançamento; | SIM | SIM |
| 3.4.33. Emitir extrato individualizado do lançamento. | SIM | |
| 3.4.34. Permitir que todos os débitos de contribuinte (pessoa física, jurídica) possam ser agrupados para consulta e emissão de extratos da posição financeira, referente ao exercício corrente e anteriores, informando em que fase da cobrança o débito se enquadra (em cobrança ou dívida ativa); | SIM | SIM |
| 3.4.35. Permitir a manutenção, consulta e emissão de relatórios referentes ao CMC (Cadastro Mobiliário de Contribuinte) ativos e inativos. | SIM | SIM |
| 3.4.36. Permitir a inclusão de inscrição mobiliária. | SIM | SIM |
| 3.4.37. Permitir o cancelamento de um CMC, registrando-se o motivo. | SIM | SIM |
| 3.4.38. Permitir a paralisação temporária ou baixa de uma inscrição mobiliária. | SIM | SIM |
| 3.4.39. Permitir a emissão do certificado de situação cadastral | SIM | SIM |
| 3.4.40. Permitir o restabelecimento de inscrições mobiliárias | SIM | |
| 3.4.41. Permitir o cancelamento de baixas no sistema | SIM | |
| 3.4.42. Permitir a manutenção de CAE (Cadastro de Atividade Econômica) de autônomos | DESEJÁVEL | |
| 3.4.43. Permitir manter o CAE em relação ao código da tributação. | DESEJÁVEL | |
| 3.4.44. Permitir a manutenção dos códigos de tributação. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.4.45. Permitir a manutenção do cadastro de serviços urbanos. | DESEJÁVEL | |
| 3.4.46. Permitir que as tabelas de atividades econômicas sejam parametrizadas. | DESEJÁVEL | |
| 3.4.47. Permitir gerenciar as informações pelo CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas), seguindo o padrão do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e manter equivalência para o CAE (Código de Atividades Econômicas) e com os códigos de tributação. | DESEJÁVEL | |
| 3.4.48. Permitir atribuir atividades econômicas para pessoas físicas ou jurídicas, no lançamento de uma receita. | SIM | |
| 3.4.49. Permitir que as empresas sejam identificadas em seu cadastro como optante pelo simples nacional e SIMEI ou outras classificações correlatas. | SIM | SIM |
| 3.4.50. Permitir que o cadastro de atividade seja identificado automaticamente quanto ao regime de recolhimento e benefício. | SIM | |
| 3.4.51. Permitir manutenção de benefícios fiscais com controle de data inicial e final. | SIM | SIM |
| 3.4.52. Permitir o enquadramento/desenquadramento de empresas por importação de dados da Receita Federal do Brasil. | SIM | SIM |
| 3.4.53. Permitir que a manutenção do Código de Atividades seja de acordo com a Lista de Serviços e Alíquotas Específicas. | SIM | |
| 3.4.54. Permitir consultar por número de inscrição, nome, endereço, atividade econômica ou situação cadastral; | SIM | |
| 3.4.55. Permitir a verificação de ingressos de receitas. | SIM | SIM |
| 3.4.56. Permitir a realização de baixas manuais de pagamentos. | SIM | SIM |
| 3.4.57. Permitir o gerenciamento do cadastro de obrigações principais e acessórias. | SIM | |

| | | |
|--|------------|------------|
| 3.4.58. O módulo deverá permitir o controle do cadastro de auditores fiscais | SIM | SIM |
| 3.4.59. Permitir o controle do cadastro de cronograma de férias dos envolvidos em OS (Ordem de serviço). | SIM | SIM |
| 3.4.60. Permitir a consulta de OS (Ordem de serviço) registrados no sistema através de filtros específicos. | SIM | SIM |
| 3.4.61. Possibilitar o gerenciamento e controle das OS (Ordem de serviço) de maneira que seja possível identificar quais e quantos OS estão em determinada fase e/ou qual é a carga de trabalho de cada auditor fiscal. | SIM | SIM |
| 3.4.62. Possibilitar a visualização de divergências para cada contribuinte a fim de possibilitar a abertura de processos de fiscalização. | SIM | SIM |
| 3.4.63. Gerenciar a carga de trabalho de cada fiscal registrado a fim abrir automaticamente OS (Ordem de serviço) para contribuintes pré-selecionados. | SIM | SIM |
| 3.4.64. Possibilitar a consulta de contribuintes que não foram fiscalizados em determinado período | SIM | SIM |
| 3.4.65. Possibilitar o cadastro manual de OS (Ordem de serviço). | SIM | SIM |
| 3.4.66. Permitir o controle do cadastro de tipos de OS (Ordem de serviço); | SIM | SIM |
| 3.4.67. Permitir o controle do cadastro de tipos de modelos de solicitação de documentos, que serão utilizados nos diferentes processos; | SIM | SIM |
| 3.4.68. Permitir o cadastro de tipos de notificações a fim de diferenciá-las; | SIM | SIM |
| 3.4.69. Permitir ao auditor fiscal a formatação dos textos a serem impressos na notificação, com possibilidade de utilização de campos chaves, para substituição no momento da emissão do documento; | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 3.4.70. Permitir a notificação de contribuintes por diversos motivos inerentes ao OS (Ordem de serviço), controlando prazos, retorno, manifestações e atendimento de solicitações. | SIM | SIM |
| 3.4.71. Permitir o registro manual de histórico para o documento emitido; | SIM | SIM |
| 3.4.72. Permitir anexar ao documento emitido, outros arquivos digitais quaisquer que tenham relação com ação fiscal; | SIM | SIM |
| 3.4.73. Permitir a suspensão do documento emitido, com registro de histórico para o documento; | SIM | SIM |
| 3.4.74. Permitir a emissão em lote de documentos, com possibilidade de escolha dos contribuintes; | SIM | SIM |
| 3.4.75. Permitir o controle do cadastro de tipos de auto de infração a fim de diferenciá-los; | SIM | SIM |
| 3.4.76. Permitir ao auditor fiscal a formatação dos textos a serem impressos no auto de infração, com possibilidade de utilização de campos chaves, para substituição no momento da emissão do documento; | SIM | SIM |
| 3.4.77. Permitir o gerenciamento de autos de infração baseados em multa ou levantamento fiscal por diversos motivos inerentes ao OS (Ordem de Serviço), controlando prazos, retorno, manifestações e atendimento de solicitações; | SIM | SIM |
| 3.4.78. Permitir a constituição de débitos dos documentos emitidos; | SIM | SIM |
| 3.4.79. Permitir o controle de solicitações de prorrogação de prazos de OS (Ordem de Serviços), Notificações, Auto de Infração e Termo de Início de ação fiscal. | SIM | SIM |
| 3.4.80. Permitir o encaminhamento de OS (Ordem de Serviços) entre os usuários registrados no sistema. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 3.4.81. Permitir o encerramento das OS (Ordem de Serviços) de acordo com as situações previstas dentro das rotinas fiscais do município. | SIM | SIM |
| 3.4.82. Permitir o arquivamento das OS (Ordem de Serviços) de acordo com as situações previstas dentro das rotinas fiscais do município. | SIM | SIM |
| 3.4.83. Permitir ao fiscal anexar documentos não gerenciados pelo sistema na OS (Ordem de Serviços). | SIM | SIM |
| 3.4.84. Permitir o gerenciamento das atividades administrativas e fiscais inerentes à função dos auditores fiscais. | SIM | SIM |
| 3.4.85. Realizar o monitoramento de maneira automatizada das atividades necessárias em relação a (controle de retorno de documentos e vencimento de prazos fiscais): Notificações, Autuações, Relatório de fiscalização e Termo de início de ação fiscal. | SIM | SIM |
| 3.4.86. Possibilitar a impressão da OS (Ordem de Serviços) em formato PDF, com identificação de capa, dados da OS (Ordem de Serviços) e carimbo. | SIM | SIM |
| 3.4.87. Permitir a emissão de termos de intimação com ou sem OS (Ordem de serviço). | SIM | SIM |
| 3.4.88. Permitir o registro de recebimento e tramitação notificações e auto de infração; | SIM | SIM |
| 3.4.89. Permitir a consulta de notificações e auto de infrações emitidos por auditor fiscal, situação, data de vencimento, modelo, OS (Ordem de Serviço), número, contribuinte; | SIM | SIM |
| 3.4.90. Permitir a emissão de relatório de notificações e auto de infrações emitidos; | SIM | SIM |
| 3.4.91. Permitir a consulta de OS (Ordem de Serviço) por auditor fiscal, situação, fase, modelo, número, contribuinte; | SIM | SIM |
| 3.4.92. Permitir consulta ao cadastro do SSP (Sistema Simplificado de Pagamento) / ANISTIAS. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 3.4.93. Permitir realização de estimativa de ativos nos cadastros, verificando o quantitativo de contribuintes ativos. | SIM | SIM |
| 3.4.94. Relatório gerencial de serviços ativos no sistema, conforme lei complementar 116/03. | SIM | SIM |
| 3.4.95. Relatório de contribuintes do ISS. | SIM | SIM |
| 3.4.96. Relatório de denúncia espontânea. | SIM | SIM |
| 3.4.97. Relatório de prestadores de serviço. | SIM | SIM |
| 3.4.98. Relatório totalizador de prestadores de serviços e isentos. | SIM | SIM |
| 3.4.99. Relatório emissão de total de contribuintes ativos. | SIM | SIM |
| 3.4.100. Relatório de Inclusões/Alterações/Baixas Cadastrais. | SIM | SIM |
| 3.4.101. Relatório gerencial de isentos. | SIM | SIM |
| 3.4.102. Relatórios de Autos de Infração para cadastro de revelia (quando cliente não paga e entra com defesa do auto de infração). | SIM | SIM |
| 3.4.103. Os sistemas deverão ter uma interface 100% WEB em todas as suas rotinas e rodar nos navegadores de internet Firefox, Chrome em suas versões mais recentes; | SIM | SIM |

3.5.Sistema de Arrecadação e Fiscalização – Módulo Fiscalização

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 3.5.1. Permitir a manutenção de processos de aplicação e execução de penalidades que tenham regras, procedimentos, prazos, julgamentos, recursos e outros definidos pela contratante. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 3.5.2. Permitir a manutenção e cruzamento das tabelas de vinculação fiscal, área de atuação, supervisão e outros a serem definidos pela contratante. | SIM | SIM |
| 3.5.3. Permitir a manutenção de Ordens de Serviço, registrando seu recebimento, encerramento, prorrogações, históricos, andamentos, encaminhamentos e outros a serem definidos pela contratante. | SIM | SIM |
| 3.5.4. Permitir a manutenção de documentos fiscais, possibilitando a consulta do histórico de alterações, destinação de apreensões, vinculação a processos e outras informações a serem definidas pela contratante. | SIM | SIM |
| 3.5.5. Permitir alterar a fundamentação legal de um auto de infração. | SIM | SIM |
| 3.5.6. Permitir a manutenção do licenciamento de atividades e obras. | DESEJÁVEL | |
| 3.5.7. Permitir acesso às funções pertinentes aos órgãos de fiscalização como consultas, relatórios e emissão de documentos fiscais, através de dispositivos móveis. | DESEJÁVEL | |
| 3.5.8. Notificar o contribuinte sobre o julgamento de processos caso o mesmo tenha endereço eletrônico cadastrado. | DESEJÁVEL | |
| 3.5.9. Permitir a manutenção de atividades externas realizadas por fiscais e impressão de relatórios. | DESEJÁVEL | |
| 3.5.10. Permitir o georreferenciamento de informações lançadas em atividades externas realizadas por fiscais. | DESEJÁVEL | |
| 3.5.11. Permitir que o vínculo de uma ordem de serviço ao contribuinte. | DESEJÁVEL | |
| 3.5.12. Permitir a inclusão de arquivos anexos aos documentos fiscais emitidos. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|--|------------|------------|
| 3.5.13. Permitir que as atividades de fiscalização registradas no sistema, possuam campos específicos de vínculo com as publicações das referidas legislações com seu link. | SIM | NÃO |
|--|------------|------------|

3.6.Sistema de Arrecadação e Fiscalização – Módulo Vigilância Sanitária

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 3.6.1. Permitir integração e/ou consulta a dados aos sistemas, ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), SESMG (Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais), bem como aos bancos de dados dos Conselhos de Classe. | DESEJÁVEL | |
| 3.6.2. Permitir a manutenção de prescritores, responsáveis técnicos, serviços autorizados, classificações de risco, estabelecimentos, entre outros no que diz respeito ao controle sanitário. | SIM | SIM |
| 3.6.3. Permitir a emissão de alvará sanitário e sua desobrigação, taxa de fiscalização sanitária, termo de veracidade de informações, termo de responsabilidade técnica, dentre outros correlatos. | SIM | SIM |
| 3.6.4. Permitir importação de dados do sistema interno de vigilância sanitária, seja por CPF ou CNPJ. | SIM | SIM |
| 3.6.5. Permitir que a defesa contra o auto de infração e o recurso contra a Decisão em 1ª Instância, sejam encaminhadas pelo infrator ou responsável legal apenas no prazo legal. | SIM | NÃO |
| 3.6.6. Permitir que as decisões nas instâncias que couber, sejam encaminhadas ao interessado (o infrator ou seu responsável legal) virtualmente com assinatura digital. | SIM | NÃO |
| 3.6.7. Permitir acompanhamento da evolução da análise e aprovação dos projetos de acordo com dados oriundos do sistema de protocolo. | DESEJÁVEL | |
| 3.6.8. Gerar um Processo de Análise de Projeto, assim que o pedido de aprovação de projeto arquitetônico seja recebido. O processo deverá ser mantido por prazos parametrizáveis, após o encerramento das atividades do estabelecimento titular e depois será encerrado. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|---|------------|------------|
| 3.6.9. Permitir que de acordo com o disposto nos dispositivos legais específicos, que os processos administrativos sanitários possam ser encerrados por tempo de prescrição de 5 anos. | SIM | NÃO |
| 3.6.10. Permitir que os documentos oficiais de vigilância sanitária (DOVS), quando devido, sejam anexados ao processo administrativo sanitário respectivo. | SIM | SIM |
| 3.6.11. Permitir que os documentos oficiais de vigilância sanitária (DOVS), quando não relacionados a um PAS, independentemente do tipo de tramitação, tenham rastreabilidade ponto a ponto. | SIM | SIM |
| 3.6.12. Permitir que o Processo Administrativo Sanitário tenha ligações com o sistema de arrecadação. | SIM | SIM |
| 3.6.13. Permitir que o Processo Administrativo Sanitário, independentemente do tipo de tramitação, tenha rastreabilidade ponto a ponto. | SIM | SIM |

3.7.Sistema de Arrecadação e Fiscalização – Módulo Licenciamento

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 3.7.1. Permitir a integração com o portal integrador (junta comercial, receita federal, corpo de bombeiros, vigilância sanitária estadual e prefeituras) de dados referentes a inscrição, alteração, renovação de alvarás, bem como sua emissão e impressão com assinatura digital, se for o caso, além de campos correlatos. | SIM | SIM |
| 3.7.2. Permitir a manutenção de tabelas de licenciamento de atividades, através da integração com a utilizada no CONCLA - Comissão Nacional de Classificação. | SIM | SIM |
| 3.7.3. Permitir a consulta dos licenciamentos de atividades. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.7.4. Permitir a emissão e impressão do cartão de inscrição municipal de acordo com campos correlatos. | SIM | SIM |
| 3.7.5. Permitir a inclusão de códigos para atividades autônomas para pessoas físicas que não possuem CNAE. | SIM | SIM |
| 3.7.6. Permitir a manutenção de observações referentes ao licenciamento de atividades. | SIM | SIM |
| 3.7.7. Permitir a consulta de CNAE no sistema do IBGE, onde sejam retornados a descrição da atividade, classe e subclasses. | SIM | SIM |
| 3.7.8. Permitir a inclusão ou alteração de atividades que não estejam cadastradas no CNAE do IBGE. | SIM | SIM |
| 3.7.9. Permitir a inclusão de observações no registro de emissão de alvarás, independente da relação com as atividades constantes. | SIM | SIM |
| 3.7.10. Permitir acesso ao cadastro municipal de empresas na geração do número de inscrição municipal. | SIM | SIM |
| 3.7.11. Permitir a manutenção dos dados cadastrais na emissão de alvarás e cartões de inscrição. | SIM | SIM |
| 3.7.12. Apresentar os dados cadastrais do contribuinte ao informar o número de inscrição, na emissão do alvará de localização. | SIM | SIM |
| 3.7.13. Permitir na emissão do cartão de inscrição a inclusão ou alteração de dados, se o perfil permitir. | SIM | SIM |
| 3.7.14. No ato de renovação de alvará, emitir um alerta em caso de alteração de algum dado do imóvel que seja relevante para o licenciamento, após a emissão do último alvará, não sendo permitida a continuidade até que seja realizada as atualizações junto a JUCEMG e os dados estejam integrados. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 3.7.15. Permitir que a entrada de dados de atividades e endereços seja única e realizada de acordo com a legislação, e que o sistema possa apenas realizar as devidas consultas as viabilidades de maneira integrada. | SIM | SIM |
| 3.7.16. Permitir busca de informação direta no sistema do Corpo de Bombeiros ou no da JUCEMG, acerca da existência de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e validade do mesmo, para o preenchimento do endereço. | SIM | NÃO |
| 3.7.17. Impedir emissão de documentos para estabelecimentos com status baixado ou paralisação temporária. | DESEJÁVEL | |
| 3.7.18. Após a emissão do alvará, disponibilizá-lo assinado digitalmente para o acesso do contribuinte. | SIM | SIM |
| 3.7.19. Permitir integração com o Portal do Microempreendedor Individual, de modo a confirmar sua condição, buscando dados como o certificado de condição do micro empreendedor individual, cartão de CNPJ da receita federal e outros correlatos. | DESEJÁVEL | |
| 3.7.20. Impedir a impressão de alvarás e cartões sem informações obrigatórias pertinentes aos mesmos. | DESEJÁVEL | |
| 3.7.21. Permitir que caso seja alterada alguma informação, por exemplo natureza jurídica ou razão social o sistema permita que as respectivas datas possam ser alteradas se for o caso. | SIM | SIM |
| 3.7.22. Permitir que os tipos de documentos cadastrados (alvará, cartão de inscrição) possam ser escolhidos antes da emissão. | SIM | SIM |
| 3.7.23. Permitir busca e emissão de relatórios de licenças para colocação de mesas e cadeiras por campos correlatos. | SIM | SIM |
| 3.7.24. Permitir a inclusão de dados e documentos relacionados à autorização para a colocação de mesas e cadeiras. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| 3.7.25. Permitir a emissão do termo de permissão de uso e minuta de decreto para licença de mesas e cadeiras, e bancas de jornais e revistas. | SIM | SIM |
| 3.7.26. Permitir a emissão de licença para comércio ambulante e bancas de jornais e revistas em área de domínio público para contribuintes em situação regular, permitindo a inclusão de local, produtos a serem comercializados, documentos anexos, observações e outros campos relacionados. | SIM | SIM |
| 3.7.27. Permitir a emissão de licenças (mesas e cadeiras, comércio ambulante, bancas de jornais e revistas), autorizações (eventos, feiras, parques, publicidade e propaganda, letreiros e totens) e relacionados, vinculando o decreto e/ou termo de permissão, devendo ser permitida importação do sistema de protocolos da contratante, e, se verificada a regularidade fiscal, permitida a inclusão de parâmetros para cálculo e emissão de taxas, cadastro de observações e georreferenciamento das publicidades. | SIM | NÃO |
| 3.7.28. Permitir a emissão de relatórios de licenciamento de atividades de modo que seja possível verificar de maneira quantitativa e qualitativa a "movimentação" do licenciamento de atividades. | SIM | SIM |
| 3.7.29. Permitir caixas de serviço entre as Secretarias envolvidas no licenciamento. | SIM | SIM |
| 3.7.30. Permitir integração plena de dados com a JUCEMG. | SIM | SIM |
| 3.7.31. Permitir um gerenciamento específico de pessoas autônomas. | SIM | SIM |
| 3.7.32. Permitir que estabelecimentos interditados, com restrições, multas, ou quaisquer impedimentos, sejam barrados de prosseguir com o licenciamento. | SIM | SIM |
| 3.7.33. Permitir que a consulta de viabilidade econômica ocorra de maneira automática e integrada com a JUCEMG de acordo com dados parametrizados. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 3.7.34. Esse sistema deverá conter um mapa para a consulta de viabilidade interativo e online. | SIM | SIM |
| 3.7.35. Esse sistema deverá conter uma consulta prévia de viabilidade. | SIM | SIM |
| 3.7.36. Esse sistema deverá conter um módulo de provação de projetos de construção e parcelamento do solo, que seja parametrizável de acordo com os requisitos da CONTRATANTE. | SIM | SIM |
| 3.7.37. Esse sistema deverá conter um módulo de Licenciamento Ambiental, que seja parametrizável de acordo com os requisitos da CONTRATANTE.. | SIM | SIM |
| 3.7.38. Esse sistema deverá conter um módulo de Fiscalização de Obras e Posturas, que seja parametrizável de acordo com os requisitos da CONTRATANTE. | SIM | SIM |

4. Sistema de Nota Fiscal Eletrônica

4.1. Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--------------------------------------|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| <p>4.1.1. O sistema deverá possuir mecanismo de geração da NFS-e que registre a prestação de serviços por meio de acesso "On-Line" e "Web Service", permitindo o cálculo e o recolhimento do ISSQN de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Deverá, ainda, contemplar as seguintes funcionalidades:</p> <p>Recepção e Processamento de Lotes de RPS;</p> <p>Consulta de Situação de Lote de RPS;</p> <p>Consulta de NFS-e por RPS;</p> <p>Consulta de Lote de RPS;</p> <p>Geração de NFS-e;</p> <p>Consulta de NFS-e;</p> <p>Cancelamento de NFS-e;</p> <p>Substituição de NFS-e;</p> <p>Correção de NFS-e;</p> <p>Consulta de Empresas Autorizadas a Emitir NFS-e;</p> <p>Parametrização de períodos de cancelamento, substituição e correção de NFS-e.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>4.1.2. O sistema da NFS-e deverá atender as condições técnicas de funcionamento, estrutura de dados e esquemas, em conformidade com as especificações do Modelo de Integração da ABRASF, adotando a versão 2.03, ou mais atual, adequando, ainda, as especificidades da Legislação Municipal.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>4.1.3. O sistema da NFS-e deverá também estar integrado para que na emissão da NFS-e seja gerada automaticamente a escrituração no livro fiscal, agilizando o cumprimento das obrigações principal e acessória.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>4.1.4. O sistema deverá garantir que no ato de emissão, cancelamento ou substituição de uma NFS-e seja enviado de forma automatizada, uma correspondência eletrônica (e-mail) ao tomador do serviço.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |



| | | |
|---|------------|------------|
| 4.1.5. O cancelamento e a substituição da nota só poderá ocorrer antes do aceite da nota pelo tomador de serviço, ou após a retirada deste aceite. | SIM | SIM |
| 4.1.6. O sistema deverá possuir a escrituração automática de serviços tomados de prestadores sediados no município de Juiz de Fora. Para os casos em que não haja emissão de nota fiscal por meio eletrônico ou de serviços tomados cujos prestadores são sediados em outro município, o sistema deverá permitir que estas declarações se dêem de forma manual, obedecidas as regras previstas na legislação municipal. | SIM | SIM |
| 4.1.7. O sistema deverá gerar o arquivo eletrônico e exigir a assinatura digital através de certificado digital (e-CNPJ) emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil, do emissor da NFS-e. | SIM | SIM |
| 4.1.8. O sistema ofertado deverá possuir todas as tabelas do código de serviços previstas na Lei nº 10.630/2003, com alterações, bem como a tabela de correspondência dos itens da lista de serviços com o Código de Atividades Econômicas do Município. Essa exigência visa verificar se o sistema possui os parâmetros necessários para a correta geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e a geração e emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM. | SIM | SIM |
| 4.1.9. Os códigos de barras impressos nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) são no padrão FEBRABAN, com 44 posições para o conteúdo. | SIM | SIM |

4.2. Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Eventual – NFS-e Eventual

| Descrição das funcionalidades | Requisito |
|--------------------------------------|------------------|
|--------------------------------------|------------------|



| | Obrigatório | Demonstrável |
|--|-------------|--------------|
| 4.2.1. O sistema deverá permitir ao contribuinte a emissão de notas fiscais eventuais. Entende-se como nota fiscal eventual aquela que o prestador poderá emitir para atividades não cadastradas em sua base de dados junto a Prefeitura de Juiz de Fora. | SIM | SIM |
| 4.2.2. O sistema deverá possuir controle para delimitação de quantitativo de emissões de notas fiscais eventuais a ser definido pela Secretaria da Fazenda. | SIM | SIM |

4.3.Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e por Dispositivos Móveis

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>4.3.1. O sistema deverá disponibilizar páginas especificamente projetadas para serem utilizadas através de smartphones e tablets, além das interfaces disponíveis no próprio site do sistema (versão completa), sendo contempladas, no mínimo, as seguintes funcionalidades:</p> <p>Os contribuintes poderão: emitir, cancelar, substituir e consultar suas NFS-e; gerar guias de recolhimento do ISS;</p> <p>Os tomadores poderão consultar e realizar o aceite/rejeição de NFS-e recebidas; gerar guias de recolhimento do ISS;</p> <p>Os usuários da administração tributária poderão: consultar as NFS-e emitidas, recebidas, canceladas, substituídas e/ou recusadas pelos contribuintes do município; realizar consulta consolidada sobre a emissão de NFS-e no município, permitindo detalhar os valores apresentados por prestador de serviços e relacionar todas as NFS-e de qualquer prestador, tomador ou intermediário de serviços; realizar consulta das Guias atreladas às NFS-e (gerada, cancelada, vencida/em aberto ou quitada).</p> <p>Quando o site for acessado via smartphone ou tablet, deverá ser feito o redirecionamento automático para as interfaces mobile.</p> | SIM | SIM |

4.4.Módulo Cupom Fiscal

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>4.4.1. O sistema deverá permitir a emissão e controle de cupom fiscal de serviços (CPS) por contribuintes de determinadas atividades previamente autorizadas, conforme legislação vigente. Entende por cupom fiscal de serviços um documento fiscal simplificado.</p> <p>Os cupons serão emitidos pelo próprio sistema, não sendo necessário nenhum equipamento específico para emissão.</p> <p>Os contribuintes poderão: emitir, cancelar, substituir e consultar seus cupons fiscais; Os usuários da administração tributária poderão: consultar os cupons fiscais emitidos, cancelados, substituídos pelos contribuintes do município; realizar consulta consolidada sobre a emissão de cupons fiscais no município, permitindo detalhar os valores apresentados por prestador de serviços e relacionar todos os cupons fiscais de qualquer prestador.</p> | SIM | SIM |

4.5.Módulo Cupom Fiscal por Dispositivos Móveis

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>4.5.1. O sistema deverá disponibilizar páginas especificamente projetadas para serem utilizadas através de smartphones e tablets, além das interfaces disponíveis no próprio site do sistema (versão completa), sendo contempladas, no mínimo, as seguintes funcionalidades:</p> <p>Os contribuintes poderão: emitir, cancelar, substituir e consultar seus cupons fiscais; Os usuários da administração tributária poderão: consultar os cupons fiscais emitidos, cancelados, substituídos pelos contribuintes do município; realizar consulta consolidada sobre a emissão de cupons fiscais no município, permitindo detalhar os valores apresentados por prestador de serviços e relacionar todos os cupons fiscais de qualquer prestador.</p> | SIM | SIM |

4.6.Módulo Nota Fiscal Premiada e Cupom Fiscal Premiado:

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.6.1. O sistema deverá ser capaz de registrar créditos de ISSQN referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e válidas e Cupons Fiscais, emitidos pelos prestadores de serviços, tendo em vista a possível implantação pelo Município de programa de educação tributária e conscientização dos tomadores de serviços sobre a importância da exigência de emissão de NFS-e a cada serviço tomado. O sistema deverá ainda registrar os dados do prestador e do tomador dos serviços. | SIM | SIM |
| 4.6.2. O sistema deverá abranger várias modalidades, como a geração de créditos para o IPTU, ITBI, área azul (estacionamento público), em espécie, geração de cupons para prêmios por sorteios, acúmulo de pontos para resgate de prêmios, conforme a Legislação vigente. | SIM | SIM |
| 4.6.3. O sistema deverá permitir que os consumidores consultem o seu estoque de créditos acumulados, em face das NFS-e/cupons relativos aos serviços tomados por eles, demonstrando, quais NFS-e/cupons se encontram pendentes quanto à arrecadação do imposto apurado e quais encontram-se com o imposto devidamente pago pelas empresas contribuintes. | SIM | SIM |
| 4.6.4. O sistema deverá garantir privacidade às informações dos consumidores por meio de autenticação com identificação única (login) e senha, ao acessarem este Módulo. | SIM | SIM |
| 4.6.5. O sistema deverá disponibilizar à contratante relatórios de acompanhamento da aplicação dos créditos para cada uma das possibilidades de distribuição descritas anteriormente. | SIM | SIM |

4.7.Módulo de Retenção na Fonte

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.7.1. A emissão de NFS-e pelo contribuinte, com informação de retenção do imposto, deverá atender a parâmetros estabelecidos pelo município e de acordo com a legislação pertinente, assim como a proibição/bloqueio da emissão de NFS-e com informação de retenção e o cadastramento de retentores obrigatórios e eleitos. | SIM | SIM |
| 4.7.2. O sistema deverá, através de relatórios gerenciais, permitir que a Secretaria da Fazenda consiga identificar os serviços tomados, dentro, fora do município e no exterior, quando esses forem devidos por força da Legislação, por retentor, prestador ou não do serviço. | SIM | SIM |
| 4.7.3. Relatórios deverão levantar as inconsistências entre os documentos declarados pelos prestadores, realizando comparação com os documentos declarados pelos tomadores, apontando as diferenças entre valores retidos, alíquotas, situações tributárias e valores de base de cálculo. | SIM | SIM |
| 4.7.4. Ferramentas de controle gerencial deverão estar disponíveis no sistema, abrangendo as informações mais relevantes para o município acerca do ISS Retido, como a evolução e acompanhamento da arrecadação e inadimplência, mês a mês e ano a ano; arrecadação e inadimplência por atividade econômica; arrecadação e inadimplência por contribuinte, mês a mês e ano a ano; acompanhamento da emissão de documentos fiscais (notas fiscais e guias de pagamento vinculadas ao ISS Retido); consulta de contribuintes que realizaram retenção de ISS a menor (alíquota divergente do encontrado no PGDAS-D do prestador); contribuintes que emitem notas fiscais com retenção para fora do município; notas fiscais tomadas de fora do município, com e sem retenção de ISS. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| <p>4.7.5. No caso de serviços prestados no município por prestadores não estabelecidos ou não inscritos (ou inativos) em Juiz de Fora a tomadores de serviços (pessoa jurídica), o sistema obrigará a retenção do ISSQN, salvo se o prestador não estabelecido no município possuir prévio cadastro no CPOM (Cadastro de Prestadores de Outros Municípios).</p> | SIM | SIM |
| <p>4.7.6. No mínimo deverão ser disponibilizados os seguintes relatórios detalhados:</p> <p>Omissos de recolhimento quanto ao ISS Retido, contendo os Retentores Eleitos relacionados nos Decretos Municipais, separados por categorias de retentores eleitos e legais. Para o enquadramento da competência espera-se que as notas tomadas por esses retentores com "data de pagamento" posterior à competência destacada na nota fiscal sejam consideradas no mês da data de pagamento. Os campos da planilha deverão ser: Razão Social; CMC; CNPJ; ISS Retido Devido (mensal) x ISS Retido Recolhido (mensal).</p> <p>ISS Retido x ISS Retido Recolhido para os demais contribuintes (que não estão nos decretos). Os campos da planilha deverão ser: Razão Social; CMC; CNPJ; ISS Retido Devido (mensal) x ISS Retido Recolhido (mensal).</p> | SIM | SIM |

4.8.Módulo Construção Civil

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.8.1. O sistema deverá controlar as deduções utilizadas pelo Setor de Construção Civil, devendo conter: cadastro das obras para o registro de todas as notas fiscais de materiais empregados; formas de gerenciamento das notas de dedução de materiais empregados através de controle de registros de entrada e saída, bem como através de consultas que permitam a geração de relatórios sobre a variação do saldo de materiais e suas deduções utilizadas; funcionalidade de importação dos dados referentes aos documentos fiscais, possibilitando também a inserção de chave de acesso para verificar a autenticidade da nota. | SIM | SIM |
| 4.8.2. Deverá garantir que o contribuinte só incluirá os valores das deduções referentes aos materiais empregados numa obra, se o mesmo informar, no ato da emissão da NFS-e, a identificação da obra que deverá ter sido previamente cadastrada na Solução. | SIM | SIM |
| 4.8.3. Na modalidade de arbitramento, o sistema deverá ter funcionalidade para limitar o percentual da dedução da base de cálculo de acordo com os critérios estabelecidos pelo fisco. | SIM | SIM |

4.9.Módulo de Cartórios

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.9.1. O sistema deverá ser capaz de receber/importar a mesma declaração dos atos notariais e dos registros praticados pelos Cartórios enviada ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. | SIM | SIM |



| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| <p>4.9.2. A conciliação da declaração deverá ser automática e, a critério do fisco, manual, possibilitando os lançamentos dos atos praticados pelos entes cartorários e notariais, buscando automaticamente o valor do ato constante da Tabela de Emolumentos vigente.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>4.9.3. As funcionalidades da solução deverão abranger as especificidades envolvidas nos serviços cartorários e notariais, possibilitando a segregação por tipo de ato, valor do emolumento, tipo de ato praticado por competência, tipo e quantidade de atos com descontos ou isentos.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>4.9.4. A solução deverá apresentar para o contribuinte, em um mesmo ambiente, as funcionalidades de declaração de atos cartorários descritas acima e de outras receitas de serviços não incluídos no item 21.01 do Art. 1º da Lei Municipal nº 10.630/03, registradas por nota fiscal eletrônica/cupom, com possibilidade de quitação de ambas através da mesma guia de recolhimento.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |

4.10. Módulo Instituições Financeiras

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.10.1. O módulo deverá permitir o registro da Declaração Mensal dos Serviços prestados pelas Instituições Financeiras (DES-IF), bem como suas retificações, contendo todas as contas das instituições regulamentadas pelo Banco Central estabelecidas no município, permitindo o controle dos valores mensais de todas as contas e subcontas, oferecidas à tributação ou não. Ademais, o módulo também deverá disponibilizar: importação dos itens do Plano de Contas Anual Interno com todas as especificações das contas internas de resultado vinculadas aos códigos das contas COSIF; importação do Demonstrativo do Rateio de Resultados Internos; importação das Tarifas e Serviços de Remuneração Variável; importação do Demonstrativo das Partidas dos lançamentos contábeis; importação do Demonstrativo de Apuração das Receitas Tributáveis para fins de apuração mensal da base de cálculo do ISSQN; importação dos Balancetes Mensais, oferecendo ao fisco municipal acesso a todas as movimentações nos saldos de todas as contas das Instituições Financeiras, oferecidas à tributação ou não. | SIM | SIM |
| 4.10.2. O sistema deverá apresentar alertas quando detectar divergências dos seguintes cruzamentos: Atividade não tributada pelo Contribuinte em relação ao que o Fisco entende como passível de tributação; declaração com redução no saldo credor de qualquer conta das Instituições Financeiras; Balancete Mensal divergente do Demonstrativo de Apuração das Receitas Tributáveis do ISSQN; valores cobrados versus valores calculados na arrecadação de tarifas/ pacotes de serviços. | SIM | SIM |

4.11. Módulo Escrituração dos Serviços Prestados e Tomados

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.11.1. O sistema deverá possuir a escrituração automática de serviços tomados de prestadores sediados no município de Juiz de Fora. Para os casos em que não haja emissão de nota fiscal por meio eletrônico, inclusive os prestados por pessoa física, ou de serviços tomados cujos prestadores são sediados em outro município, o sistema deverá permitir que estas declarações se dêem de forma manual, com obrigatoriedade de informação do código de verificação de autenticidade do documento, obedecidas as regras previstas na legislação municipal, bem como as especificações descritas no (Módulo Retenção na Fonte) do presente Termo de Referência. | SIM | SIM |
| 4.11.2. O sistema deverá permitir que os prestadores e tomadores importem arquivos relacionados às notas fiscais, importação do arquivo XML ou TXT. | SIM | SIM |
| 4.11.3. O sistema deverá possuir funcionalidade de modo a permitir o recolhimento do ISS, quando devido ao município, no caso de serviço realizado entre prestador e tomador sediado em outro município, bem como prestado à pessoa física residente, através de geração de guia de recolhimento. | SIM | SIM |

4.12. Módulo Geração de Guias de Recolhimento do ISS

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.12.1. Os contribuintes (prestadores de serviços, tomadores de serviços, solidários ou subsidiários responsáveis pelo recolhimento do ISSQN) deverão emitir guias de recolhimento do ISSQN diretamente no sistema, inclusive aqueles enquadrados no regime diferenciado de tributação do Simples Nacional que ultrapassarem o sublimite de receita. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 4.12.2. O contribuinte deverá selecionar quais NFS-e / NFS (não eletrônicas) e cupons fiscais estarão contemplados na guia. As guias de recolhimento do ISS próprio e do ISS retido serão distintas. | SIM | SIM |
| 4.12.3. A guia deverá ser emitida por competência do fato gerador no caso do ISS próprio. No caso de retenção na fonte a guia deverá possuir data para recolhimento no mês subsequente àquele avençado para o pagamento do serviço tomado. Com base nas notas selecionadas e no vencimento informado pelo contribuinte, o sistema calculará automaticamente o ISS devido e os respectivos acréscimos legais (se houver). | SIM | SIM |
| 4.12.4. Em caso de vencimento da guia, o sistema deverá permitir a emissão de um novo documento para a competência, e deverá calcular automaticamente os devidos encargos. | SIM | SIM |
| 4.12.5. O código de barra da guia deverá estar em conformidade com o padrão municipal, com objetivo de promover integração com sistemas legados. | SIM | SIM |
| 4.12.6. O sistema deverá permitir ao contribuinte gerar relatório (em formato PDF e CSV) detalhando todos os documentos fiscais incluídos em uma dada guia. | SIM | SIM |
| 4.12.7. O sistema deverá permitir ao Fisco e aos contribuintes a geração de guia de recolhimento avulsa, ou seja, sem vinculação às notas fiscais correspondentes, nos casos a serem definidos pela Secretaria da Fazenda. | SIM | SIM |
| 4.12.8. O sistema deverá prover a compensação na emissão das guias, quando houver para o contribuinte créditos de pagamentos a maior ou indevido. O sistema deverá permitir a integração para pagamento com todos os bancos conveniados com o município. | SIM | SIM |

4.13. Módulo Compensação de Créditos

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|-------------------------------|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |

| | | |
|---|------------|------------|
| 4.13.1. O sistema deverá efetuar a compensação automática do pagamento de ISSQN no sistema, em caso de cancelamento/substituição de NFS-e cujo ISSQN já tenha sido recolhido à Fazenda Municipal, creditando ou cobrando a diferença do imposto. | SIM | SIM |
| 4.13.2. O sistema sujeitará o cancelamento/substituição de NFS-e (cujo imposto já tenha sido pago), à aprovação da Secretaria da Fazenda. | SIM | SIM |
| 4.13.3. Uma vez cancelada, a informação constará na visualização da referida NFS-e através da impressão de uma tarja (de fácil identificação visual) contendo a palavra CANCELADA. Esta NFS-e continuará acessível, e a qualquer tempo será consultada e visualizada pelo respectivo tomador e prestador, bem como pela fiscalização fazendária. | SIM | SIM |
| 4.13.4. O sistema deverá possuir funcionalidade para controlar os créditos compensados e a compensar, referenciando as respectivas notas geradoras dos créditos. | SIM | SIM |

4.14. Módulo Gestão do Simples Nacional

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>4.14.1. O sistema deverá permitir o processamento das informações importadas da Receita Federal do Brasil quanto aos contribuintes do Simples Nacional, suas declarações, seus pagamentos, parcelamentos e o histórico dos seus períodos de opção, possibilitando a identificação e controle de no mínimo:</p> <p>Do cadastro de contribuintes optantes pelo Simples Nacional, por meio da importação do arquivo de eventos, vinculando o regime de tributação e receita bruta à emissão de NFS-e;</p> <p>Das declarações do PGDAS, inclusive os contribuintes omissos, por meio da importação dos arquivos PGDAS-D, PGDAS-D 2018 e qualquer outro arquivo que seja pertinente;</p> <p>Das divergências entre as informações declaradas no portal e as apuradas através das NFS-e emitidas, seus valores, bases de cálculo, benefícios, retenções, local de incidência do imposto e outros;</p> <p>Dos pagamentos e parcelamentos, por competência; quer sejam feitos através do DAS ou de guia do sistema (DAM), por meio da leitura dos arquivos de parcelamento, parcelamento especial e senda. e) Dos omissos de recolhimento;</p> <p>Dos contribuintes sem inscrição municipal;</p> <p>Dos contribuintes que excederam o limite de faturamento, inclusive os sublimites;</p> <p>Dos Micro Empreendedores Individuais - MEI, apontando divergências com relação ao cadastro do município, por meio da importação do arquivo PGMEI.</p> <p>Das distribuições de rendimentos dos sócios, por meio da importação do arquivo DEFIS.</p> | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| <p>4.14.2. Quanto a emissão de notas fiscais por optantes pelo Simples Nacional:</p> <p>O sistema deverá permitir a emissão das Notas Fiscais atendendo o que dispõe a legislação, artigo 26, inciso I e § 4º, Lei nº 123/2006 c/c artigo 59, da Resolução CGSN nº 140/2018</p> | SIM | SIM |
| <p>4.14.3. Quanto ao acompanhamento do Sublimite:</p> <p>O sistema deverá verificar se o contribuinte estourou o sublimite levando em consideração o valor faturado em nota ou o declarado em PGDAS, o que for maior, em cada uma das competências utilizadas para o cálculo.</p> | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| <p>4.14.4. Deverá apresentar no mínimo os seguintes relatórios:</p> <p>que apresente por CNPJ, distinguindo matriz de filial, os seguintes dados:</p> <p>Valor não incidente em Juiz de fora: montante declarado em nota e montante declarado em PGDAS;</p> <p>Valor incidente em Juiz de Fora: montante declarado em nota e montante declarado em PGDAS;</p> <p>Isento/Imune/Fixo/ Exigibilidade Suspensa: montante declarado em nota e montante declarado em PGDAS;</p> <p>Base de cálculo do ISS retido pelo tomador: montante declarado em nota e montante declarado em PGDAS;</p> <p>Percentual da diferença do ISS incidente em Juiz de Fora para o total declarado.</p> <p>Exclusão do Simples Nacional, por estouro de limite;</p> <p>MEI com estouro de limite;</p> <p>Estouro de Sublimite;</p> <p>Contribuintes que estão recolhendo DAS, sem estar no regime;</p> <p>Contribuintes por faixa de Faturamento;</p> <p>Contribuintes que emitiram nota e não declararam PGDAS;</p> <p>Contribuintes que declararam PGDAS e não emitiram nota;</p> <p>Montante da base de cálculo das notas fiscais é maior que o declarado em PGDAS;</p> <p>Montante da base de cálculo das notas fiscais é menor que o declarado em PGDAS;</p> <p>Segregação das receitas declaradas no PGDAS, por CNPJ e competência;</p> <p>Alíquota efetiva por competência e por contribuinte;</p> <p>Valores declarados em PGDAS idêntico ao declarado em nota e sem recolhimento;</p> <p>Valores declarados em PGDAS diferente do declarado em nota e sem recolhimento;</p> <p>Valores declarados em PGDAS diferente do declarado em nota e com recolhimento;</p> | SIM | SIM |
|--|------------|------------|



| | | |
|---|------------|------------|
| Contribuintes que realizaram retenção de ISS a menor (alíquota divergente do encontrado no PGDAS-D do prestador – alíquota efetiva) Cruzamento de dados entre DECRED X notas fiscais emitidas x PGDAS. | SIM | SIM |
|---|------------|------------|

4.15. Módulo Relatórios Fiscais

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>4.15.1. O sistema deverá conter relatórios que permitam a análise das escriturações, inserções de informações, consultas e solicitações efetuadas pelos usuários, como cruzamento de dados e relatórios gerenciais.</p> <p>O sistema deverá conter no mínimo, além do descrito no item anterior do presente Termo de Referência, relatórios:</p> <p>Relatórios dos acessos efetuados; Relatório que demonstre escrituração fiscal efetuada pelo prestador, indicando ISSQN a recolher próprio e retido, por alíquota;</p> <p>Relatório que demonstre os dados históricos dos acessos para esclarecimentos de dúvidas e/ou consultas acerca da operacionalização do sistema;</p> <p>Relatório que demonstre a quantidade total de empresas cadastradas, a quantidade de empresas por atividade e por enquadramento;</p> <p>Dispositivo que permita a consulta, por parte da Administração, demonstrando, individualizado por empresa, todos os documentos de arrecadação gerados e sua situação;</p> <p>Relatório que demonstre os maiores contribuintes do Município por valor de receita bruta por período;</p> <p>Relatório que demonstre os maiores contribuintes por atividade;</p> <p>Relatório que demonstre as inconsistências e/ou irregularidades existentes, tais como omissões no recolhimento, apuradas pelo sistema, automática e eletronicamente, por empresa ou por atividade, como prestadora e/ou tomadora;</p> <p>Relatório do imposto retido especificando o prestador, o tomador (retentor), valor do serviço, valor do imposto, alíquota aplicável, número da NFS-e, data da emissão da NFS-e, entre outros;</p> <p>Cruzamento DECRED x notas fiscais emitidas x recolhimentos;</p> <p>Gráficos gerenciais.</p> | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| <p>4.15.2. A Secretaria da Fazenda poderá solicitar relatórios adicionais conforme a necessidade do serviço.</p> <p>Todas as funcionalidades do sistema, identificadas como relatório, devem possuir dispositivos que permitam a exportação dos resultados apresentados nos formatos CSV, PDF e planilha eletrônica, possibilitando o aproveitamento das informações em outros sistemas.</p> <p>Os relatórios deverão possuir, no mínimo, os seguintes filtros, sempre que aplicável:</p> <p>Regime de Tributação;</p> <p>Atividades, de acordo com o Código de Atividades Econômicas do Município;</p> <p>Período Inicial e Final (Dia, mês e Ano);</p> <p>CNPJ;</p> <p>CMC;</p> <p>Imposto próprio, retido, não incidência, tributado fora ou dentro do município;</p> <p>Alíquota;</p> <p>Totalizadores.</p> | SIM | SIM |
|--|------------|------------|

4.16. Módulo Business Intelligence – BI

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>4.16.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramentas que permitam autonomia à Secretaria da Fazenda para geração de relatórios que contenham cruzamentos de dados fiscais e possibilitem a realização de filtros, conforme as necessidades das autoridades fazendárias.</p> | SIM | SIM |
| <p>4.16.2. O sistema deverá permitir a manipulação de uma massa de dados de informações econômico-fiscais, que permita o cruzamento de dados, utilizando metodologia que assegure a precisão da informação, capaz de permitir planejamento, organização e gestão da informação, com o intuito de localizar focos de evasão de receita.</p> | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 4.16.3. O sistema contratado deverá disponibilizar funcionalidades capazes de realizar o cruzamento de dados fiscais dos contribuintes, permitindo, inclusive, trabalhar os dados advindos de outras bases indicadas pela Secretaria da Fazenda, gerando informações relevantes para o processo de planejamento fiscal. | SIM | SIM |
|--|------------|------------|

4.17. Módulo Domicílio Eletrônico Tributário – DET

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.17.1. O sistema deverá contar com canal de comunicação para envio de notificações, autos de infrações e avisos ao contribuinte e seus retornos, atendendo aos preceitos legais pertinentes ao DET. O módulo deverá contar com opções para credenciamento e descredenciamento dos contribuintes do cadastro mobiliário da Prefeitura de Juiz de Fora, por critérios estabelecidos pelo fisco, contendo os meios para anexação de formulários e demais documentos que se mostrarem necessários. Deverá permitir a solicitação de credenciamento de contabilistas, matrizes de empresas, dentre outros autorizados pelo fisco, para o recebimento de notificações, autos de infrações e avisos direcionados a contribuintes sob sua responsabilidade. A autorização para acesso ao DET em nome de terceiros deverá ser feita por Procuração Eletrônica, a ser gerada no ambiente do contribuinte. | SIM | SIM |
| 4.17.2. O módulo deverá registrar o recebimento e leitura dos documentos publicados no DET, possuindo ferramentas de controle de prazos quando houver necessidade de retorno por parte do contribuinte, ajustável à legislação e critérios estabelecidos pelo fisco. | SIM | SIM |
| 4.17.3. O sistema deverá permitir a emissão e gerenciamento de avisos, notificações e intimações, em lote ou individualizada, utilizando o DET. | SIM | SIM |

4.18. Módulo Histórico de Intervenções/Alterações no Sistema

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.18.1. O sistema deverá registrar e possuir relatório de todas as intervenções/alterações realizadas pelos usuários cadastrados, informando, de forma clara, o campo alterado em comparação ao dado original. O histórico das intervenções e/ou alterações deverão estar disponíveis durante toda vigência contratual. | SIM | SIM |

4.19. Módulo Cartão de Crédito/Débito

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.19.1. Este módulo específico voltado para empresas exploradoras das atividades de administração de cartão de crédito/débito deverá fornecer o processamento das declarações simplificadas, com informações mínimas para apuração do ISSQN e seu recolhimento. | DESEJÁVEL | |
| 4.19.2. Deverá disponibilizar instrumentos para o levantamento das receitas do ISSQN incidentes sobre a comissão paga pelos estabelecimentos comerciais instalados no município sede do Contratante às operadoras de cartão, relacionadas as vendas que tiveram seus pagamentos realizados através de cartões de crédito e débito. | DESEJÁVEL | |

4.20. Módulo Leasing

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|-------------------------------|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |



| | | |
|---|------------------|--|
| 4.20.1. Este módulo específico para empresas exploradoras das atividades de leasing deverá permitir que estas realizem as declarações de tomadores domiciliados no município e informem os documentos e/ou contratos de prestações de serviço de maneira individualizada por preenchimento ou através da importação dos respectivos arquivos no sistema. | DESEJÁVEL | |
| 4.20.2. Também será necessário que o sistema forneça a essas empresas o processamento das declarações simplificadas, com informações mínimas para apuração do ISSQN e seu recolhimento. | DESEJÁVEL | |

4.21. Módulo Plano de Saúde

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.21.1. Este módulo específico para empresas prestadoras de serviços de planos de saúde deverá permitir que estas realizem as declarações de tomadores domiciliados no município, e informem os documentos e/ou contratos de prestações de serviço de maneira individualizada por preenchimento ou através da importação dos respectivos arquivos no sistema. | DESEJÁVEL | |
| 4.21.2. Também será necessário que o sistema forneça a essas empresas o processamento das declarações simplificadas, com informações mínimas para apuração do ISSQN e seu recolhimento. | DESEJÁVEL | |

4.22. Módulo Farmácia de Manipulação

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.22.1. É desejável que a empresa possua um módulo específico para fiscalização e controle das farmácias de manipulação. | DESEJÁVEL | |

4.23. Módulo Diversões Públicas (shows e eventos)

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.23.1. É desejável que a CONTRATADA possua módulo específico para atender a Secretaria da Fazenda quanto ao controle de shows e eventos. | DESEJÁVEL | |
| 4.23.2. O sistema deverá permitir o cadastro de cada evento e o envio, por arquivo, de documentos relacionados, tais como borderôs, contratos de prestação de serviços de terceiros, dentre outros. | DESEJÁVEL | |
| 4.23.3. O sistema deverá disponibilizar um campo para preenchimento de todos os dados cadastrais do cedente do espaço ou do organizador do evento de sorte a cumprir os requisitos legais de atribuição de responsabilidade tributária, conforme legislação tributária municipal. | DESEJÁVEL | |
| 4.23.4. O sistema deverá disponibilizar o preenchimento, por parte do organizador, dos dados do evento, tais como a descrição do evento, a estimativa do número de ingressos a serem vendidos e seus respectivos preços, por lote, e a data de sua realização. | DESEJÁVEL | |

4.24. Módulo Instituições de Ensino, Treinamento e Congêneres

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.24.1. Este módulo deverá permitir, a critério do Município, os cadastros das instituições de ensino, treinamento e congêneres, que poderão realizar a emissão da NFS-e de maneira automática em data determinada para a emissão das mesmas. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|--|-------------------------|--|
| <p>4.24.2. A funcionalidade de emissão de notas automáticas poderá ainda ser estendida, a critério da Secretaria da Fazenda, para contribuintes que possuem um grande número de clientes mensalistas fixos. A emissão de notas fiscais em lote, como prevista acima, poderá ser realizada após a autorização do fisco, através da declaração do contribuinte da relação de alunos, cursos/atividades, temporalidade e respectivos valores monetários.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>4.24.3. Além da modalidade em lote, o sistema permitirá a emissão manual de NFS-e, conforme critério do fisco.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |

4.25. Módulo Sociedade de Profissionais

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.25.1. O módulo deverá realizar o cadastramento dos contribuintes declarados como Sociedade Profissional, contendo filtros que mostrem com clareza: todo o histórico dos registros; o nome dos profissionais habilitados (sócios, empregados ou não) com suas respectivas habilitações legais; o nome dos profissionais não habilitados e o período do vínculo destes profissionais; descrição das atividades dos mesmos; tipo societário. | DESEJÁVEL | |
| 4.25.2. O módulo deverá condicionar tanto a emissão de NFS-e como a geração do DAM ao correto enquadramento no cadastro, de forma a impedir que contribuintes não declarados como Sociedades Profissionais possam fazê-lo como tais. | DESEJÁVEL | |
| 4.25.3. O módulo deve conter as restrições legais para enquadramento, conforme a legislação municipal. No caso de não cumprimento dos requisitos legais para enquadramento o sistema deverá permitir que o contribuinte opte por outro regime de tributação. | DESEJÁVEL | |

4.26. Módulo Pedágio

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 4.26.1. O módulo deverá permitir o registro, pelas concessionárias de rodovias, dos seguintes itens: A praça de origem das informações; Tipo e quantidade de veículos; A tarifa do pedágio por tipo ou categoria do veículo. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|--|-------------------------|--|
| <p>4.26.2. O módulo deverá, a partir das informações acima, calcular os valores de base de cálculo e ISS devido. Para o cálculo deverá levar em consideração a participação territorial municipal na rodovia informada pela concessionária.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
|--|-------------------------|--|

4.27. Módulo Transporte Coletivo Municipal

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>4.27.1. É desejável que a empresa participante da licitação possua um módulo específico para fiscalização e controle das atividades das concessionárias de transporte coletivo municipal.</p> <p>Este módulo deverá permitir o registro, pelas concessionárias, dos seguintes itens:</p> <p>Frota de Veículos com indicação de placa, chassi, RENAVAM, capacidade de transporte de pessoas em assentos e em pé;</p> <p>Identificação das roletas/catracas de cada veículo,</p> <p>Valor registrado mensalmente nas catracas (Quantidade de giros);</p> <p>Demanda total de passageiros no mês;</p> <p>Demanda de passageiros tarifados no mês;</p> <p>Total de gratuidades e/ou isenções no mês;</p> <p>Tabela de Tarifas e vigência.</p> | DESEJÁVEL | |

4.28. Módulo Salão Parceiro

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| <p>4.28.1. O módulo deverá permitir o cadastro de parceiros e controle das deduções efetuadas, neste sentido deverá permitir:</p> <p>Ao contribuinte que preste serviço na área de salão de beleza gerenciar o cadastramento de seus parceiros.</p> <p>O sistema deverá apurar a base de cálculo deduzindo os valores das cotas-partes de cada profissional parceiro do salão que participou da operação.</p> | DESEJÁVEL | |

5. Sistema da Procuradoria Municipal
5.1. Características Gerais a Todos Módulos

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 5.1.1. <i>Workflow:</i> padronização do fluxo de trabalho, devendo adaptar-se às demandas da Procuradoria Geral do Município, com entrega de processos por dígito, assunto, ou igualitariamente, além da parametrização de ações a partir da interação do usuário com o sistema. | SIM | SIM |
| 5.1.2. Gestão de Documentos: o sistema deverá registrar todo e qualquer documento salvo pelo usuário em pasta própria, separada por número de processo (judicial ou administrativo) em arquivo editável (.docx ou .odt) e em PDF. A gestão de documentos em PDF deverá ser capaz de permitir as seguintes tarefas, por comando do usuário Compactação em níveis baixo, médio e alto; Divisão por quantidades de MB (megabytes) a ser definido de acordo com a necessidade do usuário; Mesclagem de vários arquivos em um; Conversão de arquivos MS-Office/LibreOffice para PDF e vice-versa; Preenchimento e assinatura; Extração de páginas específicas. | SIM | SIM |
| 5.1.3. Assinatura digital, integrada à gestão de documentos e peticionamento eletrônico | SIM | SIM |
| 5.1.4. Acesso remoto (por web ou por aplicativo em smartphone/tablet) | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.5. Gestão de prazos | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 5.1.6. Criação de modelos de peças pelos Procuradores e autorizados pelos respectivos Gerentes de Departamento. | SIM | SIM |
| 5.1.7. Criação de avisos para os próprios usuários | SIM | SIM |
| 5.1.8. Disponibilização de bots/robôs e Inteligência Artificial que permitam a automação de atividades rotineiras | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.9. Filtros de processos por Departamento, por procurador; por tipo de ação; por liminar ativa, pendente ou indeferida; por Vara Competente; Repartido; Valor da causa; com/sem apenso; suspensão do crédito determinada; existência de penhora nos autos. | SIM | SIM |
| <p>5.1.10. Ferramenta de Controle da Movimentação Processual (histórico do processo) com:</p> <p>Registro de todos os atos praticados, com hora e data e registro do usuário que os praticou;</p> <p>Campo para: Requerente ou Secretaria;</p> <p>Campo para: Assunto;</p> <p>Campo para: Data de entrada e saída do Departamento;</p> <p>Campo para: Data de distribuição;</p> <p>Campo para: Procurador/Assessor/Servidor responsável;</p> <p>Campo para: Localização (Prateleira/mesa/armário);</p> <p>Campo para: Parecer/Diligência Cartorária; e</p> <p>Campo para: Situação do Parecer/Manifestação.</p> | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 5.1.11. Busca de peças, com indexação do texto dentro do documento | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.12. Dashboard (painéis gerenciais e relatório de produtividade, comparador de desempenho, monitorador de prazos e estabelecador de metas) | SIM | SIM |
| 5.1.13. Módulo para gestão de pessoas (usuários e contribuintes). | SIM | SIM |
| 5.1.14. Ferramenta que permite anotar as férias e licenças do procurador, reorganizando automaticamente a distribuição de processos entre seus pares no período de sua ausência, considerando o final de cada processo ou assunto. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.15. Possibilidade de gerenciamento dos Procuradores especializados em determinados assuntos | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.16. Administração de impedimentos de determinados procuradores, seja por assunto, partes ou advogados de parte contrária | SIM | NÃO |
| 5.1.17. Disponibilizar Editor de Texto em MS-Office ou LibreOffice. | SIM | SIM |
| 5.1.18. Banco de Teses (de pareceres, memorandos, ofícios, despachos com filtro para busca) | SIM | SIM |
| 5.1.19. Campo com opções para elaboração automática de memorandos, distribuições e ofícios (Mala Direta). | SIM | SIM |
| 5.1.20. Ferramentas de autopreenchimento | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 5.1.21. Elaboração automática de lista de carga com possibilidade de assinatura eletrônica pelo recebedor. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.22. Possibilidade de “recebido” através de assinatura eletrônica em documentos elaborados de um departamento para outro | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.23. Possibilidade de visualização, pelos demais departamentos da PGM, com opção de baixar arquivo do banco de dados dos pareceres aprovados pela Gerência. | SIM | SIM |
| 5.1.24. Campo para validar o pagamento de RPV recebida. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.25. Campo para busca de Legislação Municipal indexada | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.1.26. Descrição da quantidade de volumes ou registro de qual volume foi encaminhado | SIM | SIM |
| 5.1.27. Redistribuição automática para cumprimento de sentença | SIM | SIM |

5.2. Módulo de Gestão de Processos Judiciais/Contencioso

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 5.2.1. Integração com TJMG e Web Service através do protocolo MNI. | SIM | SIM |
| 5.2.2. Gestão de Audiências com disponibilidade do Procurador com anuência ou recusa do procurador com justificativa | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 5.2.3. Ferramenta de confecção e edição de manifestação processual mediante quota nos autos | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.2.4. Manutenção do processo com o procurador mesmo que o apenso (que determinava a competência do procurador) seja arquivado | SIM | SIM |
| 5.2.5. Contagem de prazo em que o processo ficou em carga para o município | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.2.6. Campo para indicação de testemunhas. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.2.7. Campo para anotação do perito do juízo e eventuais assistentes técnicos | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.2.8. Campo para solicitação de cálculos com remessa dos autos ao servidor responsável | DESEJÁVEL | NÃO |

5.3.Módulo de Gestão de Processos Administrativos/Consultivo

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 5.3.1. Campo para: Diligência Cartorária (1º – 2º – 3º Ofício de Registro de Imóveis) | SIM | SIM |
| 5.3.2. Campo para: Diligência Cartorária Tabelionato de Notas | SIM | SIM |
| 5.3.3. Campo para Usucapião Extrajudicial ou Judicial com data de entrada no Departamento; data de envio para o setor técnico para instrução; destino – qual setor técnico; data do retorno com as diligências técnicas; providência | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 5.3.4. Banco de dados – Jurisprudências (STF; STJ; TCU) | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.3.5. Banco de dados – Provimentos do CNJ e TJMG – Cartórios | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.3.6. Campo para informar se existe suspensão do crédito determinada nos autos | SIM | SIM |
| 5.3.7. Campo para informar se existe penhora de bens móveis ou imóveis e o valor do bem ou da avaliação | SIM | SIM |

5.4.Módulo de Execução Fiscal

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 5.4.1. Integração com TJMG e Web Service através do protocolo MNI. | SIM | SIM |
| 5.4.2. Gestão de Audiências com disponibilidade do Procurador com anuência ou recusa do procurador com justificativa | SIM | SIM |
| 5.4.3. Integração com o Protesto – CRA/MG através de web service | SIM | SIM |
| 5.4.4. Peticionamento automático para extinção, suspensão e exclusão de CDA | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.5. Integração com as Unidades Gestoras que solicitam inscrição em Dívida Ativa | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.6. Gestão da Prescrição de Créditos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.7. Gestão de Pagamentos | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | | |
|----------------|--|------------------|------------|
| 5.4.8. | Extinção de Créditos em Dívida Ativa | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.9. | Alteração de Titularidade | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.10. | Conglobação de Inscrições para Ajuizamento | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.11. | Inclusão automática das custas processuais, taxa judiciária e honorários advocatícios; emissão do termos de transação processual (Termo de Acordo e Confissão de Dívida); emissão de boletos bancários para pagamento da dívida, das custas processuais e honorários advocatícios no padrão Febraban | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.12. | Gestão de Dívida Ativa Não Tributária | SIM | SIM |
| 5.4.13. | Emissão de CDA | SIM | SIM |
| 5.4.14. | Gestão de grandes devedores | SIM | SIM |
| 5.4.15. | Definição e piso de valores de ajuizamento/cobrança administrativa | SIM | SIM |
| 5.4.16. | Módulo de atendimento ao público (geração de senhas em guichês, gerenciamento de tempo de atendimento e espera, relatórios por guichê, nota pelo contribuinte ao atendente) | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.17. | Cadastro de Bens Penhoráveis (Gerenciamento dos bens passíveis de penhoras ou já penhorados – evitando a penhora do mesmo bem). | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 5.4.18. Geração e impressão de relatório e gráfico contendo o volume de pagamento, por intervalo de data, referente à dívida ativa, custas processuais e honorários advocatícios | DESEJÁVEL | NÃO |
| 5.4.19. Envio de SMS e E-mail | SIM | SIM |

5.5. Módulo de Cartório

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 5.5.1. Campo para: Número do processo. | SIM | SIM |
| 5.5.2. Campo para: Nome do autor. | SIM | SIM |
| 5.5.3. Campo para: Quantidade de apensos. | SIM | SIM |
| 5.5.4. Campo para: Valor da Causa | SIM | SIM |
| 5.5.5. Designação do Departamento competente | SIM | SIM |
| 5.5.6. Campo para cadastro em tópicos do pedido | SIM | SIM |
| 5.5.7. Possibilidade de criação de banco de dados de medicamentos, exames, procedimentos, etc | DESEJÁVEL | NÃO |

5.6. Módulo Gestão Administrativa da Dívida Ativa

| Descrição das funcionalidades | Requisito |
|-------------------------------|-----------|
|-------------------------------|-----------|



| | Obrigatório | Demonstrável |
|--|------------------|--------------|
| 5.6.1. Distribuição automática de processos por pastas parametrizadas | SIM | SIM |
| 5.6.2. Obter um Visualizador de Processos | SIM | SIM |
| 5.6.3. Integração com a contabilidade | DESEJÁVEL | |
| 5.6.4. Campos obrigatórios que devem conter o módulo Número do processo, Nome do Autor, Quantidade de Apensos e quantidade, Valor da Causa, Designação do Departamento competente, observações | SIM | SIM |
| 5.6.5. Deve possuir os seguintes os campos: indicação de testemunhas, anotação do perito do juízo e eventuais assistentes técnicos, validar o pagamento de RPV recebida, solicitação de cálculos com remessa dos autos ao servidor responsável, busca de legislação Municipal Indexada, Descrição da quantidade de volumes ou registro de qual volume foi encaminhado | SIM | NÃO |
| 5.6.6. Códigos de barras mediante leitor óptico | DESEJÁVEL | |
| 5.6.7. Integração com o Departamento de Trânsito | DESEJÁVEL | |
| 5.6.8. Integração com Instituições de Negativação de Crédito | DESEJÁVEL | |
| 5.6.9. Integração com a Junta Comercial | DESEJÁVEL | |
| 5.6.10. Parametrização de regras automáticas para o REFIS | DESEJÁVEL | |
| 5.6.11. Definição de Padrões de Cálculos para Dívida Ativa | DESEJÁVEL | |
| 5.6.12. Inclusão automática das custas processuais, taxa judiciária e honorários advocatícios; emissão do termos de transação processual (Termo de Acordo e Confissão de Dívida); emissão de boletos bancários para pagamento da dívida, das custas processuais e honorários advocatícios no padrão Febraban | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 5.6.13. Correção do débito com aplicação de índices e Tabela de Fatores de Atualização Monetária | DESEJÁVEL | |
| 5.6.14. Inscrição na dívida ativa | DESEJÁVEL | |
| 5.6.15. Portal Dívida Ativa para o contribuinte para emissão de boleto para pagamento e parcelamentos | DESEJÁVEL | |
| 5.6.16. Distribuição automática de Processos pelo dígito com campo de Justificativa quando não ocorrer pelo dígito | SIM | SIM |
| 5.6.17. Integração com as Serventias de Notas e de Registros Públicos de Imóveis, de Pessoas Cíveis, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos | DESEJÁVEL | |

6. Sistema de Planejamento e Contabilidade

6.1. Características comuns a todos os módulos contábeis e financeiros:

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.1.1. Permitir a emissão de documentos conforme a legislação vigente. | SIM | NÃO |
| 6.1.2. Permitir a parametrização de informações, amarrando contas, códigos, CNPJs, eventos, etc. | SIM | SIM |
| 6.1.3. Permitir o lançamento da informação referente a meses anteriores até uma data limite após o referido mês. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.4. Permitir anexar arquivos em qualquer formato (texto, imagem, apresentação, animação, áudio, vídeo, etc). | DESEJÁVEL | |
| 6.1.5. Permitir que as informações sejam registradas no momento da sua execução, possibilitando aos gestores extrair informações em tempo real e o gerenciamento tempestivo dos atos | SIM | NÃO |

| | | |
|--|------------------|--|
| 6.1.6. O sistema deverá estar integrado com o Módulo de Convênios/Contratos de Repasse, de modo que o controle de execução de um convênio/contrato de repasse seja possível verificar os percentuais já empenhados, liquidados e pagos e ainda o controle de vigência e checagem com lançamentos de receita de convênios/contratos de repasse por fonte e conta bancária. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.7. Permitir que no cadastro de um Empenho seja possível associá-lo à Autorização de Compra (ou pedido, ou autorização de fornecimento, ou ordem de fornecimento, ou equivalentes) e que, nesta associação, os dados mínimos de: Histórico do Empenho, Dotação Orçamentária, Valor do Empenho e Fornecedor sejam vinculados de forma automática ao mesmo. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.8. O sistema deverá estar integrado com o Módulo de Contratos (ou sistema de contratos), de modo que convênios e contratos ao serem cadastrados pelo município possam ser associados aos respectivos empenhos na Contabilidade. E de modo que no controle da execução de um contrato seja possível verificar os percentuais já empenhados, liquidados e pagos. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.9. Permitir que seja possível a realização de Reservas Orçamentárias a partir da inclusão de processos na licitação. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.10. O sistema deverá estar integrado ao Módulo de Patrimônio (ou sistema de Patrimônio), de modo que a movimentação dos bens (aquisições, incorporações, desincorporações, atualizações, reavaliações, depreciação) sejam lançados no sistema, bem como as notas fiscais correspondentes. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.11. O sistema deverá estar integrado ao Módulo de Almoxarifado (ou sistema de Almoxarifado), de modo que a movimentação de empenhos/liquidações de materiais seja lançada no sistema. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.1.12. O sistema deverá estar integrado ao Módulo de Frotas (ou sistema de Frotas), de modo que os empenhos de aquisição de combustível e peças sejam lançados no sistema. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.13. Permitir que a administração direta e indireta, bem como a câmara municipal acessem um sistema único de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. | SIM | NÃO |
| 6.1.14. Permitir a exportação de dados para o sistema GEICOM. (Saúde) | SIM | NÃO |
| 6.1.15. Permitir integração com o sistema SIOPS. | SIM | NÃO |
| 6.1.16. Permitir integração com o sistema SIOPE. | SIM | NÃO |
| 6.1.17. Permitir interface com o sistema de RH para importação da Folha de Pagamento facilitando os lançamentos constantes nas rotinas de folha e seus desdobramentos. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.18. Permitir que no pagamento de credores que sejam contribuintes do Fisco Municipal, a retenção do ISSQN, implique na geração de guia de lançamento correspondente neste Módulo de Tributos. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.19. Permitir a integração com o Sistema Tributário e GPS para gerar as guias de recolhimento automaticamente e para elaboração do IRRF dos fornecedores. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.20. Permitir a integração com os sistemas de instrumentos de planejamento, visando o atendimento das demandas da parte de planejamento orçamentário. | SIM | SIM |
| 6.1.21. O sistema deverá estar integrado com o Módulo de Orçamento (ou sistema de orçamento) de modo que o orçamento, após sua aprovação pelo Poder Legislativo, possa ser incorporado e executado, bem como todas as alterações orçamentárias. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.22. Permitir a integração com o site de NFSE para busca automática das notas emitidas contra o CNPJ da PJF . | DESEJÁVEL | |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.1.23. Emitir relatório para o portal da transparência conforme layout especificado. | DESEJÁVEL | |
| 6.1.24. Os relatórios do sistema deverão estar no formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou jato de tinta, possibilitando a visualização dos relatórios em tela, bem como salvar os relatórios em arquivo PDF. | SIM | SIM |
| 6.1.25. Permitir inserir informações adicionais no cabeçalho e rodapé do relatório, demonstrando: usuário, data/hora de emissão, comentários adicionais, inclusão do Brasão do Órgão; | SIM | SIM |
| 6.1.26. Permitir inserir campo para a assinatura ao final do relatório com as informações contidas no cadastro do usuário (Ex. Cargo técnico; Registro); | DESEJÁVEL | |
| 6.1.27. Permitir consultar informações dos credores. Consulta pode ser por nome, parte do nome ou CNPJ. A consulta pode ser através de lista de fornecedores por nome (mnemônico). | DESEJÁVEL | |
| 6.1.28. Possibilitar a geração ou cadastramento de código da instituição. | SIM | SIM |
| 6.1.29. Permitir incluir a estrutura administrativa, bem como as unidades gestoras. | SIM | SIM |
| 6.1.30. Permitir descentralizar parte de uma unidade gestora para que a outra possa executar a despesa. | SIM | SIM |
| 6.1.31. O sistema deve estar parametrizado para trabalhar com duas Unidades Gestoras, de modo a executar lançamentos nas duas UG's para uma única transação. | SIM | SIM |
| 6.1.32. Possibilitar a tramitação das solicitações de mudanças institucionais. Ex: mudança de UG. | SIM | SIM |
| 6.1.33. Permitir o cadastro dos ordenadores de despesas informando Ato de Posse e período para exercício do cargo. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.1.34. Permitir o cadastro do liquidante da despesa, informando o período para movimentação. | SIM | SIM |
| 6.1.35. Permitir o cadastro do Contador Responsável, informando o período para movimentação. | SIM | SIM |
| 6.1.36. Permitir o cadastro dos Responsáveis pela Tesouraria, informando o período para movimentação. | SIM | SIM |
| 6.1.37. Permitir o bloqueio de transações no sistema, por UG, usuário, documento, natureza de despesa, natureza de receita, conta contábil e fonte de recurso. | SIM | SIM |
| 6.1.38. Permitir a parametrização de cadastros de usuários substitutos, com a substituição automática de responsabilidades/atividades/funções em caso de ausência do titular (por exemplo: workflow e mensagens de alerta). | DESEJÁVEL | |

6.2. Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Programação Financeira

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.2.1. Permitir a geração da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso a partir do crédito disponível da LOA por fontes/destinação de recursos, conforme o artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com a utilização da sistemática de solicitação e liberação por cotas financeiras. | SIM | SIM |
| 6.2.2. Permitir estabelecer e registrar cotas financeiras por grupo de despesa e fonte/destinação de recurso, limitadas às estimativas de receitas, inclusive seu remanejamento e contingenciamento. | SIM | SIM |
| 6.2.3. Permitir a limitação de empenho a partir da programação financeira, conforme o artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.4. Permitir elaborar a reprogramação financeira. | SIM | SIM |
| 6.2.5. Permitir parametrizações por natureza ou item de despesa que impliquem em regras para direcionamento para a execução orçamentária e financeira. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.6. Permitir um controle financeiro por Unidade Gestora com limites previamente definidos a serem realizados no momento da programação e atualizadas (corrigidas) no momento do efetivo pagamento. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.7. Permitir interface com os sistemas de RH e módulos de dívida fundada e de contratos para estimativa das despesas de folha, contratos e dívida contratual para fins de programação financeira. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.8. Permitir a realização de reservas de dotações ou de saldos orçamentários bem como os seus estornos. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.2.9. Permitir o controle e execução do orçamento em consonância com a disponibilidade financeira do município. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.10. Gerar Relatórios do movimento das cotas financeiras: valor orçado/cota liberada/cota empenhada /cota a empenhar/cota liquidada /cota a fixar por Unidade Gestora, fonte e por período categoria. | SIM | SIM |
| 6.2.11. Gerar Relatório de contrapartidas realizadas. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.12. Gerar Relatório por unidade orçamentária, natureza de despesa, fonte/destinação de recurso, discriminando saldos e valores despendidos por mês, possibilitando antecipar desajustes orçamentários. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.13. Gerar Relatório do movimento das cotas financeiras liberadas/canceladas/roladas por Unidade Gestora, fonte, categoria e por período. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.14. Gerar Relatório de Cotas Financeiras do Tesouro. | DESEJÁVEL | |
| 6.2.15. Gerar Relatório de empenhos, liquidações e quadro de detalhamento da despesa, com as informações do orçamento inicial, orçamento atualizado após adequações orçamentárias, opções de empenhos mensal e anual, saldo disponível do empenho e os valores a liquidar, inclusive com consulta à nível de detalhamento, com UGR e PI, detalhados por dotação orçamentária, fonte e natureza da despesa à nível de subelemento e elemento. | DESEJÁVEL | |

6.3.Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Contas Bancárias

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|-------------------------------|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.3.1. Permitir cadastrar contas bancárias de titularidade do Município, com tabelas de banco, agência e número, com tratamento de operação e dígitos verificadores, e sua vinculação às Unidades Orçamentárias. | SIM | SIM |
| 6.3.2. Permitir classificar as contas bancárias e subcontas a partir de parâmetros definidos em tabelas de sistema. | SIM | SIM |
| 6.3.3. Permitir encerrar e reativar contas bancárias e subcontas. | SIM | SIM |
| 6.3.4. Permitir consultar bancos, agências e contas bancárias e subcontas cadastradas. | SIM | SIM |
| 6.3.5. Permitir consultar e acompanhar as remessas eletrônicas. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.6. Permitir consultar extratos das contas bancárias e subcontas por período. | SIM | SIM |
| 6.3.7. Permitir emissão de comprovante de transferência eletrônica e ordem de pagamento eletrônica. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.8. Disponibilizar consultas à movimentação e saldo de contas de qualquer período dos exercícios incluindo a possibilidade de consulta dos saldos segregados por conta-corrente. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.9. Permitir a inclusão diária de movimentos de aplicações financeiras, resgates e rendimentos nos tipos de aplicação cadastrados. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|-------------------------|-------------------|
| <p>6.3.10. Os recursos liberados pelo Concedente são obrigatoriamente mantidos e geridos na conta bancária específica do convênio ou do contrato de repasse e somente podem ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho. Os recursos, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um (1) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo quando a utilização do mesmo verificar-se em prazos menores que um mês. Permitir lançar alertas para observância destes preceitos legais (Portaria Interministerial 424/16 e Lei 8.666/93);</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.3.11. Permitir o cadastramento de diversas fontes no domicílio bancário pagador, ideal possuir por conta bancária 30 campos de lançamentos de fonte.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>6.3.12. Permitir o cadastramento de campo data de prestação de contas final para posterior encerramento da conta-corrente.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.3.13. Permitir carga das despesas pagas para o fluxo de caixa, com categorias da despesa.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.3.14. Permitir a geração do fluxo de caixa realizado/consolidado com totalizações das entradas/ saídas e transferências de entradas/saídas com controle de saldo inicial e final, com categorias da despesa.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.3.15. Permitir consultar as contas-correntes abertas e encerradas em certo período.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.3.16. Permitir consultar pagamentos de contrapartidas.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.3.17. Permitir a importação das informações dos rendimentos de cada conta do sistema de controle da contratante.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.3.18. Permitir o cadastro de tipos de aplicação financeira (poupança, fundos de investimentos, títulos públicos, CDB, etc.) com vinculação aos bancos cadastrados no sistema.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.3.19. Permitir consulta de informações de domicílio bancário como UG, agência e conta-corrente, fontes. Consulta deve ser por lista de domicílio bancário, por lista de bancos e lista de agências bancárias. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.20. Permitir parametrizar em contas bancárias e subcontas o lançamento de receitas e a movimentação de fontes/destinação de recursos determinados. | SIM | SIM |
| 6.3.21. Permitir a inclusão, por carga ou digitação, de índices econômicos para conferência dos rendimentos de aplicações financeiras e correção dos contratos da dívida pública. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.22. Permitir o cadastro de contratos da Dívida Pública, individualizados, a partir de tabelas pré-existentes com a geração de cronograma de parcelas para pagamento no curto e no longo prazo. | SIM | SIM |
| 6.3.23. Permitir contabilizar automaticamente as movimentações financeiras, aplicações, receitas, por fonte de recursos. | SIM | SIM |
| 6.3.24. Gerar Relatório de conciliação bancária. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.25. Gerar Relatório dos bancos, agências e contas bancárias e financeiras cadastrados. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.26. Gerar Relatório para acompanhamento dos valores de depósitos judiciais tributários e bloqueios judiciais. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.27. Gerar Relatório de transferências realizadas. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.28. Gerar Relatório de Acompanhamento de Domicílios Bancários. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.29. Gerar Relatório de Acompanhamento de Saldos Bancários por Fonte. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.30. Gerar Relatório de Acompanhamento de Saldos Bancários por Fonte TCE. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.3.31. Gerar Relatório que demonstre os saldos em aplicações financeiras e os movimentos de aplicação, resgate, rendimentos, tendo como parâmetro de performance a taxa DI. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.32. Gerar Relatório da posição diária das Contas Bancárias com a consolidação dos saldos de conta corrente e aplicação financeira. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.33. Gerar Relatório de Disponibilidade bancária detalhando, fidedignamente, os recursos disponíveis em cada mês do exercício por UG, nome da UG, fonte de recurso, domicílio bancário, nome do domicílio para atender a questionamentos do TCE/MG e art.42 da LC 101/2001. | SIM | SIM |
| 6.3.34. Gerar Relatório Razão Banco contendo a data da emissão, UG, gestão, conta contábil, domicílio bancário, nº do documento (OB, NL), evento, fonte de recurso, natureza de receita ou despesa, valor creditado, valor debitado, descrição, para atender à questionamentos do TCE/MG e movimentação da conta bancária do Fundeb para atender os requisitos a Lei 14.113/2020. | SIM | SIM |
| 6.3.35. Gerar Relatório de ressarcimentos de bloqueios judiciais. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.36. Gerar Relatório de repasses federais realizados, por fontes, origem, finalidade atender a Lei nº 9452/97. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.37. Gera Relatório de cronograma de parcelas no curto e longo prazo da dívida fundada interna e externa. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.38. Gerar Relatório de parcelas no curto e longo prazo com consolidação da dívida fundada contratual. | DESEJÁVEL | |
| 6.3.39. Gerar Relatório de parcelas da dívida fundada consolidada e por contratos. | DESEJÁVEL | |

6.4. Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Despesa

| Descrição das funcionalidades | Requisito |
|--------------------------------------|------------------|
|--------------------------------------|------------------|

| | Obrigatório | Demonstrável |
|--|------------------|--------------|
| 6.4.1. Permitir o empenhamento/cancelamento/reforço segundo as cotas orçamentárias e de acordo com as definições do Orçamento. | SIM | SIM |
| 6.4.2. Permitir limitar a emissão dos empenhos a partir de liberação de cotas financeiras e aos saldos orçamentários disponíveis. | SIM | SIM |
| 6.4.3. Permitir reservar cota orçamentária na hora de empenhar. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.4. Permitir a visualização das cotas disponíveis enquanto se realiza o empenhamento. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.5. Permitir a inclusão de descontos variados no momento do cadastro de um empenho de despesa. | SIM | SIM |
| 6.4.6. Permitir o cadastro de empenhos de despesa com controle de numeração sequencial e cronológico por Unidade Gestora informando ao usuário o próximo código livre, bem como a data de realização do último empenho na interface do sistema. | SIM | SIM |
| 6.4.7. Permitir anulação de empenho desde que não esteja liquidado. | SIM | SIM |
| 6.4.8. Permitir que o empenho e liquidação sejam realizados de forma descentralizada, pelas próprias secretarias, de acordo com o perfil do usuário. | SIM | SIM |
| 6.4.9. Permitir o cadastro de histórico padrão. | SIM | SIM |
| 6.4.10. Permitir a anulação de saldos de empenhos em lote visando facilitar no encerramento do exercício contábil, com a possibilidade de escolha dos tipos de empenhos. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.4.11. Permitir a inclusão no empenho dos dados de licitação, tais como: número do contrato, número do processo de licitação, tipo de licitação, bem como a vinculação com o número de convênio concedido e recebido, caso tenha. | SIM | SIM |
| 6.4.12. Permitir que todos os dados inseridos no empenho dentro do sistema estejam no formulário impresso. | SIM | SIM |
| 6.4.13. Permitir inserir a fonte TCE e fonte/complemento de fonte STN, bem como complemento adicional de fonte utilizado por esta administração para fins gerenciais (mínimo 6 dígitos). | SIM | SIM |
| 6.4.14. Permitir o cadastro de classificação de Natureza de Despesa, conforme padrões estabelecidos pela legislação vigente, inclusive possibilitando a utilização do mecanismo de DE/PARA para compatibilizar os modelos expedidos pelos órgãos de controle, possibilitando ainda a parametrização de detalhamentos com dígitos adicionais para gerenciamento local. | SIM | SIM |
| 6.4.15. Permitir o cadastro de consignações no sistema e permitir incluir os dados necessários para parametrizar as contas extra-orçamentárias de acordo com o SICOM/TCEMG. | SIM | SIM |
| 6.4.16. Gerar documento extra-orçamentário permitindo informar conta contábil, fonte, tipo de retenção, retenção por fonte, códigos de receita restituída. | SIM | SIM |
| 6.4.17. Permitir que os empenhos sejam gerados pelo valor global, mas com a liberação de cotas podendo ser fracionadas. | SIM | SIM |
| 6.4.18. Ter no sistema um modelo de formulário de empenho que contemple as informações do formulário de empenho da PJF, podendo extinguir o formulário impresso. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.19. Permitir alterar os dados de um empenho antes de realizar a primeira impressão do mesmo. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------------|--|
| 6.4.20. Permitir gerar um PDF do empenho para poder ser enviado para assinatura eletrônica. (conta como impressão). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.21. Permitir o lançamento em série ou importação (csv) dos empenhos de Folha de Pagamento nas várias unidades gestoras existentes da Prefeitura de Juiz de Fora, bem como a liquidação da folha de pagamento mensal. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.22. Permitir a importação das informações dos formulários de autorização de despesa (empenhos, reforços de empenho e anulação) e liquidação – facilitando e minimizando o tempo de digitação. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.23. Ter a opção de cópia de empenho, quando for gerar mais de um de mesmo valor. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.24. Possibilitar inserção de um campo no empenho para digitar o número do instrumento que deu origem ao recurso (Nº Portaria/ Nº Decreto / Nº de Resolução). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.25. Permitir a visualização do nº do contrato no empenho impresso. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.26. Emitir empenhos na modalidade ordinário, global e estimativo, permitindo reforços nas modalidades global e estimativo. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.27. Permitir controle do saldo mensal do empenho por fornecedor, indicando a necessidade ou não de reforço empenho. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.28. Possuir um módulo para gerar os pedidos de empenho/cancelamento/reforço e enviá-los ao Setor Responsável eletronicamente cuja informação possa ser transportada automaticamente para a nota de empenho, permitindo a crítica e correção/adequação quando necessário. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.29. Permitir enviar o empenho para uma área de "homologação" (onde seria acessado por outro servidor que realizaria a conferência antes de liberar efetivamente para a impressão). | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.4.30. Permitir acompanhar o quantitativo dos itens já empenhados. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.31. Permitir pesquisar por número da Nota fiscal para identificação da despesa. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.32. Permitir pesquisar por natureza de despesa (à nível de subelemento). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.33. Permitir pesquisar por Programa de trabalho. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.34. Permitir pesquisar por fonte de recurso. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.35. Permitir pesquisar por Unidade Gestora responsável (UGR) e Plano interno (PI). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.36. Permitir controle de empenho referente a um evento (feira agropecuária, reforma, etc.). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.37. Permitir controle de empenho referente a uma fonte de recurso (saúde, educação, etc.). | SIM | SIM |
| 6.4.38. Possibilitar a digitação e o armazenamento de históricos de tamanhos variados tanto no empenho, quanto nos documentos de liquidação e programação de desembolso. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.39. Permitir controlar os saldos dos empenhos (Controle Individual de Empenho), demonstrando todas as movimentações desde a geração, vinculações às despesas, anulações e pagamentos, em um mesmo relatório. | SIM | SIM |
| 6.4.40. Permitir cancelamento das anulações de empenho. | SIM | SIM |
| 6.4.41. Permitir consultar Empenhos pagos no mês. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.42. Permitir consultar Empenhos por Unidade Orçamentária (UO)/mês. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.4.43. Permitir consulta de empenhos por contrato, ata de registro de preço e processo licitatório | SIM | SIM |
| 6.4.44. Permitir consultar Empenhos e seus pagamentos por plano de trabalho. | SIM | SIM |
| 6.4.45. Permitir consultar Nota de Anulação do Empenho – NAE. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.46. Permitir consultar relação de NAE's por UO. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.47. Permitir consultar movimento de empenhos pagos por ordem bancária e por fornecedor. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.48. Permitir a impressão de notas de empenho por intervalos, por exemplo: impressão da NE 00001 a 00010. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.49. Permitir consultar Empenhos por unidade orçamentária e evento. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.50. Permitir consultar Empenhos e seus pagamentos. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.51. Ter um cronograma financeiro, onde seja possível acompanhar a execução das obrigações constantes no cronograma fixo e variável, com o intuito de controlar e não perder qualquer tipo de obrigação. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.52. Gerar empenhos e liquidações automáticas de folha de pagamento mensal, incluindo as consignações e encargos através de dados importados e configurados de acordo com os centros de custos e departamentos. | SIM | SIM |
| 6.4.53. Permitir a liquidação de empenhos e restos a pagar não processados, seja de forma parcial ou total. | SIM | SIM |
| 6.4.54. Permitir o processamento de liquidações de empenhos de despesa, conforme estabelecido no regramento legal e atualizações previstas. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.4.55. Permitir identificar na liquidação do tipo Restos a Pagar, o tipo (RPP e RPNP) e de qual exercício elas se referem. | SIM | SIM |
| 6.4.56. Permitir anular liquidação parcial ou total, contendo um campo para justificativas. | SIM | SIM |
| 6.4.57. Permitir que na liquidação de empenhos seja possível a inclusão de descontos diversos e informações que comprovem a efetiva liquidação, sendo no mínimo, as seguintes informações: tipo de documento (nota fiscal, fatura, recibo, cupom fiscal, etc.), data da emissão do documento, número do documento e valor do documento. | SIM | SIM |
| 6.4.58. Permitir demonstrar o valor bruto, valor líquido, valor das retenções e abatimentos, por empenho. | SIM | SIM |
| 6.4.59. Permitir que para Empenhos cujas naturezas de despesas sejam de material permanente, possa ser informado o código patrimonial (contábil). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.60. Permitir a inscrição de empenhos, em lote, de forma individual e automática, em restos a pagar. | SIM | SIM |
| 6.4.61. Permitir o cancelamento/anulação e restabelecimentos de restos a pagar de acordo com as regras estabelecidas pela STN e TCEMG. | SIM | SIM |
| 6.4.62. Permitir a acumulação dos registros contábeis por Centro de Custo. | SIM | SIM |
| 6.4.63. Permitir selecionar as liquidações aptas para pagamento. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.64. Ter no sistema um modelo de formulário de liquidação que contemple as informações do formulário de liquidação da PJF, podendo extinguir o formulário impresso. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.65. Não permitir a liquidação acima do valor empenhado mensal. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.66. Permitir informar nas liquidações, os empenhos, títulos (documento comprobatório de realização de despesa) e retenções. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.4.67. Permitir informar no documento de liquidação, instrução para pagamento (conta bancária, guia depósito judicial, etc.). | SIM | SIM |
| 6.4.68. Permitir a criação de históricos de liquidação automáticos de acordo com o tipo de documento, PI e natureza de despesa, portaria, etc, permitindo que se complete os mesmos com as informações específicas. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.69. Permitir aproveitar o histórico do empenho na liquidação, com opção de completar o mesmo. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.70. Permitir a geração de um PDF da liquidação para poder ser enviado para assinatura eletrônica.(conta como impressão). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.71. Permitir a geração em PDF dos formulários de Liquidação, Empenho e Nota de lançamento. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.72. Permitir a conferência das listas de pi, fonte, conta pagadora, portaria, resolução, etc nas liquidações. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.73. Permitir liquidar simultaneamente o valor principal e as retenções classificadas como consignações inclusive demonstrando os números das programações de pagamento na própria nota de liquidação extinguindo a necessidade de formulários extraorçamentários. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.74. Permitir parametrizar nas liquidações, as exigências de retenções por naturezas de despesas. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.75. Ter um campo extenso ou parametrizável para a digitação da descrição da liquidação. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.76. Permitir, que na liquidação tenha em campo específico para informar o período de competência da despesa, inclusive identificar 13º salário. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.77. Realizar a checagem das CND's automaticamente na digitação do empenho/liquidação. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.4.78. Permitir, durante a liquidação, fácil acesso ao empenho no sistema para conferência. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.79. Não permitir a liquidação de um mesmo documento mais de uma vez. | SIM | SIM |
| 6.4.80. Permitir a integração com o Sistema Tributário e GPS para gerar as guias de recolhimento automaticamente ao se informar as retenções na liquidação. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.81. Permitir a integração com o Sistema Tributário para elaboração do IRRF dos fornecedores, para devolução de valores remanescentes e não utilizados nos adiantamentos. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.82. Permitir alterações em um documento de liquidação antes de realizar a primeira impressão do mesmo. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.83. Permitir enviar a liquidação para uma área de "homologação" (onde seria acessado por outro servidor que realizaria a conferência antes de liberar efetivamente para a impressão). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.84. Permitir na liquidação integração com o site de NFSE para busca automática das notas emitidas contra o CNPJ da PJJ e contra o CMC da Secretaria de Saúde. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.85. Ter um módulo de cadastro dos documentos à liquidar, permitindo o cadastro das notas/faturas/recibos pelos setores que as recebem, possibilitando o aceite/recuso" nas notas de acordo com a checagem feita no momento da entrega. e o envio eletrônico dos documentos desejados para o setor de liquidação antes de entregá-los fisicamente. Facilidades contidas neste módulo: | DESEJÁVEL | |
| 6.4.86. Possibilitar o preenchimento automático das liquidações com os dados do empenho. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.4.87. Possibilitar o controle do fluxo de liquidação, mostrando o status da liquidação de um documento (se está aguardando a liquidação, se já foi liquidado e os números dos documentos de liquidação, programação de pagamento, etc). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.88. Possibilitar o gerenciamento do serviço na equipe, podendo ser criado "perfis" os diversos tipos de documento e dispostos na carga de trabalho de determinado servidor que for destacado para aquele perfil naquele mês. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.89. Possibilitar gerar relatórios com status dos documentos esperados (faturas de aluguel, cemig, NFSE de terceirizados etc) , sendo estes status :já chegou, falta chegar, em que passo da liquidação está, possibilitando usar filtros de consulta. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.90. Possibilitar a disponibilização destes dados em um "portal" para o prestador poder verificar o status de sua nota. (ex: inserindo código de barras o prestador verifica se sua nota já chegou na Supervisão de Liquidação, se já foi liquidado, se já foi enviado ao financeiro, nº da OB, etc.) | DESEJÁVEL | |
| 6.4.91. Permitir que na liquidação ao se digitar o número do empenho, sejam preenchidos automaticamente os dados da empresa e do empenho. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.92. Permitir gerar formulário automaticamente no lançamento da liquidação, quando houver a necessidade de gerar o número da despesa extra. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.93. Disponibilizar opção de alteração das descrições, número de processo, dados do pregão e etc., depois da elaboração do Empenho, Liquidação e Nota de Lançamento, evitando o preenchimento de um novo documento e evitando retrabalho. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.94. Permitir a consulta de todas as informações dos documentos de um fluxo de liquidação (empenhos, Notas de liquidação, programação de pagamento, ordens de Pagamento, etc). | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.4.95. Permitir consultar e imprimir a relação do movimento de liquidação. | SIM | SIM |
| 6.4.96. Permitir consulta e impressão de documentos de liquidação e de lançamentos com todas suas características. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.97. Possibilitar a execução das diárias de viagem no sistema com posterior disponibilização automática para o portal da transparência conforme layout TCE especificado. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.98. Gerar relatório de Anulação do Empenho conforme lei autêntica definido pelo Município. | SIM | SIM |
| 6.4.99. Gerar relatório de Notas de Empenho por UO, por Credor, por data de liberação, por natureza de despesa, por vínculos da despesa, controle individual de empenho contendo todas as movimentações. | SIM | SIM |
| 6.4.100. Gerar relatório para consulta de empenho com a opção de selecionar a UG, gestão, doc. original do empenho, evento, documento empenho de reforço, favorecido, esfera, unidade orçamentária, programa de trabalho, natureza, modalidade de aplicação, subprojeto/sub atividade, fonte, data inicial, data final, para atender à questionamentos do TCE/MG e elaboração de audiências públicas atendendo ao §4º do art.9º da LRF. | SIM | SIM |
| 6.4.101. Gerar relatório de controle individual de empenho (demonstrar os movimentos e saldo dos empenhos). | DESEJÁVEL | |
| 6.4.102. Gerar relatório de movimento de empenhos por dotação. | SIM | SIM |
| 6.4.103. Gerar relatório de Empenhos a pagar por fornecedor e data de vencimento. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.104. Gerar relatório de Cronograma de Empenho. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.105. Gerar relatório de Empenho – Anual. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.4.106. Gerar relatório de despesas por adiantamentos com as seguintes categorias: UG, nome da UG, portador do cartão, data do empenho, natureza de despesa, período de aplicação do recurso, valor empenhado, valor cancelado, empenhado líquido, valor liquidado, conforme dispositivo Legal: Art. 53 da Lei nº 8.710/95; Lei nº 12.027/10; Decreto nº 12.212/15; Lei nº 11.785/09 . | SIM | SIM |
| 6.4.107. Gerar relatórios da despesa orçamentária e extra orçamentária, permitindo seleção pelo usuário de opções, isoladas ou combinadas, por número de empenho, data ou período, unidade orçamentária, categoria econômica, órgão, favorecido, grupos de despesas detalhados até o subelemento, fonte de recurso, vencimento e dotação até menor nível de detalhamento:Empenhada, Liquidada, Paga, A pagar, Restos a pagar. | SIM | SIM |
| 6.4.108. Gerar relatório de anulação de liquidação conforme layout definido pelo Município. | SIM | SIM |
| 6.4.109. Gerar relatório de liquidações com o número, valor, programa de trabalho, natureza da despesa e fonte. | DESEJÁVEL | |
| 6.4.110. Gerar relatório de Liquidação podendo selecionar, UG, Gestão, Favorecido, Nome do Favorecido, Fonte, Natureza de Despesa, nº da liquidação, tipo de documento, nº do documento, data do documento, processo, nº do empenho, modalidade de aplicação, subprojeto/subatividade, nº do instrumento contratual, data inicial, data final, para atender à questionamentos do TCE/MG e elaboração de audiências públicas atendendo ao §4º do art.9º da LRF. | SIM | SIM |
| 6.4.111. Gerar relatório de liquidação por UO, por credor, por data de liberação, por natureza de despesa. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| <p>6.4.112. Gerar relatório da despesa contendo UG, Empenho, data do empenho, data das liquidações ou ao menos data última liquidação, data do pagamento ou ao menos data do último pagamento, CPF/CNPJ do credor, nome do credor, UO, programa de trabalho, descrição da ação do programa de trabalho, natureza de despesa, natureza de despesa SICOM, natureza de despesa MSC, Fonte, Fonte TCE, Tipo de Licitação, Referência Legal da Licitação, Modalidade de empenho, nº do processo, UGR, PL Interno, nº do contrato/convênio (termo de colaboração, parceria ou qualquer outro instrumento de contratualização) quando existir, nº de aditivos do instrumento de contratualização), descrição do empenho, valor do empenho original, valor cancelado do empenho original, empenho líquido, valor a liquidar, valor liquidado, valor a pagar, valor pago. Neste relatório deve existir a opção para selecionar a despesa executada no mês e até o mês. Este relatório é de suma importância para atender às legislações que tratam da transparência pública. Ressalta ainda a necessidade de que a geração deste relatório possa integrar o Portal da Transparência de modo a atender o §4º do art.8º da Lei nº 12.527/2011 que trata da divulgação dos dados em tempo real para atender à LC 101/200, LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 no que se refere a divulgação de relatórios de transparência.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
|---|-------------------|-------------------|



| | | |
|--|------------|------------|
| <p>6.4.113. Gerar relatório da despesa contendo UG, nome da UG, UO, nome da UO, Esfera, nome da Esfera, Função, nome da função, subfunção, nome da subfunção, Programa, nome do Programa, Programa de Trabalho, Projeto ou Atividade, fonte de recurso, nome da fonte, natureza de despesa, nome da natureza de despesa, natureza de despesa SICOM, natureza de despesa MSC, Valor fixado no Orçamento, alterações orçamentárias separadas em uma coluna de acréscimo e uma de decréscimo, valor atualizado do orçamento, valor empenhado, valor liquidado, valor pago. Seria importante indicar em cada alteração orçamentária o nº do Decreto ou Portaria. Além disso, é importante a opção de selecionar o mês do exercício para consulta, podendo selecionar a opção no mês e até o mês. Um relatório neste formato seria importante para responder aos possíveis questionamentos que o Município possa receber do TCE/MG para atender a questionamentos do TCE/MG. Acompanhar a Lei 4320/64 e os relatórios de gestão fiscal estabelecidos pela LRF.</p> | SIM | SIM |
| <p>6.4.114. Gerar relatório da despesa prevista em cada mês do exercício por natureza e fonte de recurso e programa de trabalho. Podendo, ainda, ser filtrado por UG ou UO para atender à LC 101/200, LC 131/2009.</p> | SIM | SIM |
| <p>6.4.115. Gerar relatório da despesa prevista em cada mês do exercício por natureza e fonte de recurso e programa de trabalho. Podendo, ainda, ser filtrado por UG ou UO para atender à LC 101/200, LC 131/20</p> | SIM | |
| <p>6.4.116. Relatório das despesas com combustível por UG, UO, Tipo de combustível, nº de veículos, nº de veículos por UG, Tipo (veículo/equipamento), Marca, Modelo, Ano, Placa, quantidade de litros por abastecimento, valor por litro de combustível, valor total do abastecimento, quantidade de litros por UG, valor do abastecimento por UG. Verificar a possibilidade de que o mesmo sistema de controle de abastecimento da PJF seja utilizado pelo DEMLURB e EMPAV visando garantir a padronização e celeridade de divulgação dessas despesas no portal da transparência para atender a legislação de transparência vigente.</p> | SIM | SIM |

6.5. Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Execução Financeira

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.5.1. Permitir limitação de horários para pagamento. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.2. Permitir o cadastro de dias úteis e não úteis de cada ano, delimitando os dias de execução. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.3. Desejável, a utilização das nomenclaturas de documentos de pagamentos de despesas como as utilizadas nesse TR, aqui usadas apenas como definição de tipo de documento onde: Programações de Desembolso (PD = valor de um documento orçamentário ou extra orçamentário a ser pago), Ordem Bancária (OB = ordem de pagamento ou transferência de valores, enviada a uma instituição bancária), Ordem Bancária de Regularização (OBR = documento interno utilizado para regularização de pagamentos realizados), Relação Externas de Ordens Bancárias (RE = conjunto de ordens bancárias de uma mesma UG, dentro de uma mesma data de remessa a uma determinada instituição bancária), Rol de Relações Externas de Ordens Bancárias (RRE = conjunto de Relações Externas de Ordens Bancárias, eletrônicas ou não eletrônicas de todas as UGs dentro de uma mesma remessa em determinada data à uma determinada instituição bancária, assinadas pelos titulares das assinaturas autorizativas), Relação de Ordens Bancárias Internas (RT = Relação de Ordens Bancárias de transferência de saldo de Conta Única entre UGs, documento não enviado às instituições bancárias), Nota de Sistema (NS = Nota de Sistema que informa devolução de ordem bancária eletrônica não cumprida pelo banco, informada via arquivo eletrônico de retorno da instituição bancária, informando ao motivo de devolução da mesma e cancelando a Ordem Bancária não cumprida, restaurando os saldos). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.4. Permitir fazer a Programação de Pagamento ou Desembolso ou equivalente. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|---|------------------|--|
| 6.5.5. Permitir aproveitar os dados da Nota de Empenho, nos documentos subsequentes como Liquidação, Programação de pagamento e Ordem Bancária, não permitindo mais a alteração de certos dados, extinguindo erros nos lançamentos que, muitas vezes, só são vistos quando os documentos já estão prontos para execução. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.6. Permitir um controle de teto financeiro por CPF/CNPJ onde conste os valores limites previamente definidos realizados no momento da programação e atualizadas (corrigidas) no momento do efetivo pagamento. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.7. Ter um campo com no mínimo 15 caracteres para armazenar o número do documento na elaboração da PD (Programação de Pagamento ou Desembolso). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.8. Permitir o preenchimento automático das informações atreladas ao CNPJ de um prestador. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.9. Permitir consultar o número do documento de Programação de Pagamento dentro do documento de Liquidação. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.10. Permitir que na geração de uma Programação de Desembolso avulsa o preenchimento das informações já disponibilizadas no documento de liquidação (LI) seja carregado automaticamente. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.11. Permitir consulta de documentos de programação de desembolso (PD) com todas suas características, assim como ter a opção de listá-los, por UG liquidante, favorecido e período de tempo. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.12. Permitir alterações em Programações de Desembolso (PD) como evento, domicílio bancário pagador e domicílio bancário do favorecido e conta bancária do fornecedor, não devendo nunca alterar o favorecido ou valor (PD é uma autorização de pagamento pós liquidação, anterior ao pagamento por ordem bancária – OB). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.13. Permitir o cancelamento e confecção de Programações de Desembolso (PD). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.14. Permitir programação para execução em lote. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|---|------------------|--|
| 6.5.15. Permitir o levantamento de débitos junto à PJF dos favorecidos da execução de pagamentos do dia, sendo desejável alerta de débito quando um pagamento a um favorecido em débito for programado ou estiver sendo executado (hoje consulta no sistema tributário). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.16. Permitir emissão de documentos de lançamentos. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.17. Permitir a geração de Ordens Bancárias (OB) eletrônicas (emitem arquivo eletrônico aos bancos) e não eletrônicas (não emitem arquivos eletrônicos aos bancos), de acordo com o discriminado na Lista de Domicílios Bancários. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.18. Permitir a execução de Programações de Desembolso (PD), sendo essas transformadas em Ordens Bancárias (OB), após a sua execução. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.19. Permitir a execução de Programações de Desembolso (PD), por Ordens Bancárias de Regularização. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.20. Permitir a transformação das Programações de Desembolso (PD) em Ordens Bancárias (OB) executando por comando de Execução de Programações de Desembolso (PD), podendo ser em Conta Única (CTU) ou Conta Não Única (CTD), por lista ou digitando uma sequência de Programações de Desembolso (PD). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.21. Permitir a execução de diversas Programações de Desembolso (PD) já liberadas e programadas para a execução naquela data. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.22. Permitir execução massificada de Programações de Desembolso (PD). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.23. Permitir a execução de diversas Programações de Desembolso (PD) já liberadas para a execução naquela data, por seleção de várias PDs ou manualmente, digitando o documento desejado. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.24. Permitir execução de Ordens Bancárias (OB) diretamente por digitação, permitindo a transferência de valores entre contas de diversas UGs. As Ordens Bancárias (OB) que seguem para banco, devem ser relacionadas por Relações Externas de Ordens Bancárias (RE). | DESEJÁVEL | |



| | | |
|---|-------------------------|--|
| <p>6.5.25. Permitir a emissão de Ordens Bancárias de Regularização (OBR), documentos internos da PJF, que não são relacionados por Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) e, portanto, não são enviadas para banco.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.26. Permitir na geração de cada Ordem Bancária, seja OB e OBR (Ordens Bancárias ou Ordens Bancárias de Regularização), que contenha a UG e Gestão pagadora e seu domicílio bancário, favorecido (UG/Gestão, CPF ou CNPJ), e seu domicílio bancário, UG liquidante, Liquidação (LI) e PD; histórico, processo, eventos, empenho (se for caso), classificação, natureza, fonte e valores.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.27. Permitir que tanto as Ordens Bancárias (OB) quanto as Ordens Bancárias de Regularização (OBRs) obedeçam um ordenamento sequencial crescente, independente de serem uma OB ou OBR, de acordo com a Unidade Gestora.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.28. Permitir que Ordens Bancárias (OB) emitidas, sejam relacionadas por Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) e permitir que as mesmas sejam transmitidas aos bancos via arquivo eletrônico, no caso de contas eletrônicas ou, caso manuais, gerar suas Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) impressas e assinadas apenas. IM</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.29. Gerar Relações Externas de Ordens Bancárias (RE), compostas pelas Ordens Bancárias (OB) de uma mesma UG impressas imediatamente após sua execução. As Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) devem ser impressas física ou digitalmente para liberar as Ordens Bancárias (OB) para envio de arquivo eletrônico CNAB240, devendo também permitir a inclusão do nome e do CPF dos três titulares das assinaturas autorizativas.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.30. Gerar as Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) sem limitar o número de Ordens Bancárias (OB), observando sempre à separação por Unidade Gestora (UG), Conta Única (CTU), Conta Não Única (CTD) Eletrônica ou Conta Não Única (CTD) Manual.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |



| | | |
|---|-------------------------|--|
| <p>6.5.31. Permitir que cada Relação Externa de Ordens Bancárias (RE) deve relacionar apenas Ordens Bancárias (OB) da mesma Unidade Gestora(UG), devendo ser impressas separadamente as OBs de Conta Única (CTU), as de Contas Não Única Eletrônicas (CTD Eletrônicas) e as de Contas Não Única Não Eletrônicas (CTD Manuais).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.32. Gerar cada Relação Externa de Ordens Bancárias (RE) relacionando apenas Ordens Bancárias (OB) do mesmo banco destinatário.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.33. Deverá cada Relação Externa de Ordens Bancárias (RE) conter seus dados de cabeçalho com data de emissão, emitente e CNPJ (Prefeitura de Juiz de Fora), a nomenclatura RELAÇÃO EXTERNA DE ORDENS BANCÁRIAS ou nomenclatura similar, contendo número sequencial da Relação Externa de Ordens Bancárias (RE) contendo ano de emissão, tipo de documento e sequencial com no mínimo cinco dígitos, Unidade Gestora (UG), Gestão, Nome da Unidade Gestora, banco a que vai ser enviada a RE e tipo da conta. Cada OB deve ter sua linha respectiva, informando o número e tipo das Ordens Bancárias (OB), favorecido (nome), CNPJ, banco do favorecido, agência do favorecido e conta do favorecido e valor. Ao final, deve conter a soma dos valores das OBs (valor total) e seguido das assinaturas autorizativas.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.34. Permitir a consulta e listagem de Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) de determinada data por Unidade Gestora (UG) ou por todas UGs, podendo ser este relatório emitido em PDF, WORD, EXCEL, TXT, CSV para atender a demandas internas.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.35. Permitir a consulta de Ordens Bancárias (OB) podendo também ser elas Ordens Bancárias de regularização (OBR) por meio de comando único de consulta de OB , devendo estar disponíveis todos os dados desta Ordem Bancária, como Unidade Gestora pagadora e seu domicílio bancário, favorecido (UG/Gestão, CPF ou CNPJ) e seu domicílio bancário, Unidade Gestora (UG) liquidante, Liquidação e Programação de Desembolso (PD), histórico, processo, eventos, empenho (se for caso), classificação, natureza, fonte e valores.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |



| | | |
|---|-------------------------|--|
| <p>6.5.36. Permitir a listagem com o agrupamento de Relações Externas em um Rol de Relações Externas de Ordens Bancárias (RRE) por banco destinatário contendo TODAS as Ordens Bancárias dessa determinada Instituição Bancária e conterà as assinaturas autorizativas para a liberação de todo o conjunto de Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) e suas respectivas Ordens Bancárias (OB).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.37. Permitir emitir as Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) em PDF ou impressas em papel, se necessário; permitir listar as relações das mesmas em Rol de Relações Externas de Ordens Bancárias (RRE). Cada RRE deverá conter a data de envio do Movimento à determinada instituição bancária assim como o nome da instituição,, a lista de Ordens Bancárias com seus respectivos favorecidos com seus CNPJ, valor a ser pago, conta pagadora, banco, agência e conta do favorecido, número sequencial da Ordem Bancária, número da Relação Externa de Ordens Bancárias com sua respectiva UG, soma do valor total de cada Relação Externa de Ordens Bancárias, nome, cargos e lotações dos titulares das assinaturas autorizativas e espaço para respectivas assinaturas, podendo estas serem físicas ou digitais.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.38. Permitir em cada Rol de Relações Externas de Ordens Bancárias (RRE), que representa o movimento para cada banco, conter Ordens Bancárias (OB) de Conta Única, de Conta D Eletrônica e de Contas D Manuais, sendo ordenada por ordem de Unidade Gestora executora da Relação Externa, número sequencial da Relação Externa com cada uma de suas Ordens bancárias listadas em ordem sequencial crescente e totalizando o movimento de cada RE, discriminando sua Unidade Gestora, Relação Externa e valor total.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.39. Emitir relatório com o Rol de Relações Externas de Ordens Bancárias (RRE) de cada período, para cada banco destino, permitindo as assinaturas autorizativas eletrônicas nos mesmos.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.40. Permitir iniciar numeração sequencial de Ordens Bancárias (OB), Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) e Relação de Ordens Bancárias Internas (RT) por Unidade Gestora (UG).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |



| | | |
|---|-------------------------|--|
| <p>6.5.41. Deverá ser o formato da numeração de um documento, seja ele Ordem Bancárias (OB) Relação Externa de Ordens Bancárias, Relação de Ordens Bancárias Internas (RT), Nota de Sistema (NS), conforme o formato exemplificado como AAAAXX12345 onde AAAA = ano com 4 dígitos, XX = documento com 2 dígitos, 12345 = sequencial numérico com 5 dígitos no mínimo, dentro de cada UG/Gestão.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.42. Permitir a consulta de movimento de Ordens Bancárias (OB).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.43. Permitir a consulta de Lista de Ordens Bancárias (OB) permitindo filtros de data de emissão, Unidade Gestora (UG) pagadora, favorecido (podendo ser por UG, CNPJ ou CPF), tipo de Ordem Bancária - OB de Conta Única (CTU), OB de Conta Não Única Eletrônica (CTD Eletrônica), OB de Conta Não Única Manual (CTD Manual), OBR (Ordem Bancária de Regularização - Documento Interno da PJF), Ordem Bancária Cancelada ou todas anteriores, podendo ser filtrada por um ou mais tipos. Este relatório pode ser impresso em PDF, WORD, EXCEL, TXT, CSV para atender a demandas internas.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.44. Permitir a consulta de Ordens Bancárias (OB) que foram emitidas no dia e que não foram relacionadas por Relações Externas de Ordens Bancárias (RE), tanto em Conta Única (CTU), quanto em Conta Não Única Eletrônica (CTD Eletrônica ou não eletrônica), podendo ser esta lista por determinada Unidade Gestora (UG) ou por todas as Unidades Gestoras.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.45. Permitir exibir na OB a data de emissão dos documentos de pagamento aos bancos e destacar a data da movimentação na Instituição Bancária.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.46. Permitir transferência de saldo na Conta Única (CTU) entre diferentes Unidades Gestoras via Ordem Bancária de Regularização (OBR), que é um documento interno da PJF. Permitir a listagem destas Ordens Bancárias em Relação de Ordens Bancárias Internas (RT), que não integram o arquivo de envio aos bancos, sendo, como o nome diz, apenas um documento interno. As Relações de Ordens Bancárias Internas (RT) devem ser em ordenamento sequencial, de acordo com a Unidade Gestora (UG).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |



| | | |
|---|-------------------------|--|
| <p>6.5.47. Permitir o cancelamento de Ordens Bancárias (OB) e de Relação Externa de Ordens Bancárias (RE) através de comandos específicos de cancelamento. Para uma ordem Bancária (OB) relacionada no dia seja cancelada, é preciso cancelar primeiro a Relação Externa de Ordens Bancárias (RE) . Após o cancelamento, a Relação Externa de Ordens Bancárias (RE) deve ser reimpressa física ou digitalmente. Se a Ordem Bancária (OB) não for da execução do dia, a Relação Externa de Ordens Bancárias (RE) não pode permitir ser cancelada, pois já foi relacionada e enviada para banco.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.48. Permitir numa mesma Ordem Bancária de transferência (OB que transfere diretamente valores de uma conta para outra da PJF), usar fontes diferentes no mesmo documento (exemplo: transferir um valor dividido entre as fontes 0100, 0101 e 0102).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.49. Permitir assinatura digital de documentos gerados no processo de execução orçamentária e financeira da despesa, com validação a cada estágio da despesa e de transferências financeiras.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.50. Permitir digitalização de assinaturas para a chancela em documentos por Relações Externas de Ordens Bancárias (RE) ou Rol de Relações Externas de Ordens Bancárias (RRE), que é um conjunto de todas as Relações Externas de Ordens Bancárias (RE).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.51. Permitir cadastro de assinaturas/chancelas ou assinaturas digitais para assinaturas autorizativas, de titulares e substitutos, para assinar o Rol de Relações Externas (RRE = conjunto de Relações Externas - REs) ou a Relação Externa de Ordens Bancárias (RE), que são documentos assinados ou chancelados, enviados aos bancos para autorizar os pagamentos, eletrônicos ou não.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.52. Permitir a leitura de um código de barras via digitação ou leitora, validando as informações de acordo com os parâmetros de códigos pré-cadastrados.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.53. Permitir o cadastro de códigos de barras a serem associados a uma PD.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.54. Permitir a consulta desses códigos e o status do momento (se bloqueado, liberado, associado a uma PD, associado a uma OB, enviado ao banco, pago, rejeitado, canceladas pelo banco ou excluído).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |



| | | |
|--|-------------------------|--|
| <p>6.5.55. Permitir a consulta de códigos de barras e as listagens de todos os códigos numa UG de um mesmo favorecido no CNPJ por Unidade Gestora (UG), devendo ser permitido acessar informações como Programação de Desembolso (PD), Ordem Bancária (OB), data de envio ao banco, data de pagamento, autenticação, ou, se for o caso, o motivo da devolução com as respectivas datas.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.56. Permitir acesso às informações como Programação de Desembolso (PD), Ordem Bancária (OB), data de envio ao banco, data de pagamento, autenticação, ou, se for o caso, o motivo da devolução com as respectivas datas, ao digitar um código de barras.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.57. Permitir pagamento de GRU, de acordo com os parâmetros pré-cadastrados (pagamento exclusivo no BB).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.58. Permitir inserir cedentes de bloqu岸os bancários, inserindo banco dos bloqu岸os, adicionando ou modificando bancos do cedente.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.59. Permitir inserção de concessionárias de faturas e de códigos FEBRABAN.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.60. Permitir integrar órgãos governamentais com o mesmo código FEBRABAN com CNPJs diferentes (segundo dígito da fatura "5").</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.61. Realizar a emissão de arquivos eletrônicos para cada banco, contendo o movimento do dia.</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |
| <p>6.5.62. Permitir conciliação bancária através de arquivo retorno dos bancos, atribuindo o status a uma Ordem Bancária (OB) e o cancelamento de Ordens Bancárias (OB) comunicadas através desse retorno como PAGAS, por Nota de Sistema (NS). Através do arquivo bancário, as OBs mudam seu status para PAGA EM "DATA" (desejável no formato: DDMMMAAAA, onde dia 2 dígitos, mês 3 dígitos e ano 4 dígitos). Da mesma forma que se for cancelada por Nota de Sistema (NS) deve figurar o status CANCELADA PELA NS (desejável no formato 2121NS123450). O número das Notas de Sistema (NS) devem ser sequenciais por Unidades Gestoras (UG). A conciliação deve trazer também autenticações de códigos de barras eletronicamente, com as respectivas datas de pagamento ou, se for o caso, data e motivo da rejeição bancária, devendo gerar as Notas de Sistema (NS).</p> | <p>DESEJÁVEL</p> | |



| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.5.63. Permitir que seja feita a conciliação dos retornos bancários, através de comandos próprios que permitam verificar o cumprimento do pagamento de todas Ordens Bancárias e retificar as que não foram cumpridas para nova execução. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.64. Não permitir o envio de ordens bancárias canceladas aos bancos por meio de arquivos eletrônicos. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.65. Permitir geração de mais de um arquivo por dia via CNAB240 e alternativamente o OBN600 ou mesmo permitindo ambos arquivos de remessa, de acordo com a conveniência do usuário. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.66. Permitir agendamento de envio eletrônico de ordens bancárias emitidas. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.67. Permitir gerar PDF das Ordens de Pagamento para solicitar a assinatura eletrônica das mesmas. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.68. Permitir demonstrar o status dos documentos (pago, cancelado, anulado, parcialmente pago, parcialmente liquidado, parcialmente anulado). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.69. Permitir consulta de Movimento de Conta Única e de Movimento de Conta Não Única, trazendo as OBs pagas, devolvidas e outras informações, constantes no arquivo retorno dos bancos. IM | DESEJÁVEL | |
| 6.5.70. Permitir a inclusão de Código de Finalidade em Programações de Desembolso (PD) e Ordens Bancárias (OB) de Transferência do FUNDEB, com o envio do referido código junto com a Ordem Bancária (OB) em arquivo remessa, de acordo com a (PORTARIA CONJUNTA STN/FNDE Nº 02/2018) e TAC entre o MP e o BB (http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/tac_banco_brasil.pdf). | SIM | SIM |
| 6.5.71. Permitir exportação dos dados necessários para o programa gerador da DIRF, de acordo com a natureza de despesa e evento utilizados nas liquidações e ordens bancárias, bem como o código a ser utilizado dentro da DIRF. | DESEJÁVEL | |



| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.5.72. Permitir uma validação junto às instituições financeiras, dos dados bancários dos favorecidos permitindo enxergar contas bancárias que já tenham dado problema no pagamento alguma vez, possibilitando menores erros na confecção dos documentos de pagamento. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.73. Permitir o controle de fornecedores com pedidos de bloqueios judiciais, com valores a cumprir e cumprido, para melhor controle de valores e fornecedores bloqueados. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.74. Permitir a geração de transferência automática de recolhimento de valores de receitas municipais retidas na fonte (ISSQN e IRRF) nos pagamentos a credores/fornecedores emitidos pelos órgãos e entidades. Além de integração com o sistema de notas fiscais, para crítica com relação à necessidade de haver retenção de ISSQN, por exemplo. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.75. Permitir listar retenções de impostos tais como: IRRF, INSS, ISS. | SIM | SIM |
| 6.5.76. Permitir o cálculo do IR de pessoa física, utilizando a tabela de IR vigente para cálculo do valor retido de pessoa física, bem como o cálculo do que já foi retido no mês (competência) para aqueles prestadores de serviço, visando uma correta retenção. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.77. Permitir a emissão de Notas de Lançamentos Contábeis. | SIM | SIM |
| 6.5.78. Permitir o lançamento do nº da portaria e resolução na Nota de Lançamento. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.79. Permitir consulta de Nota de Lançamento no sistema. Necessário também comando com a listagem destas. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.80. Gerar Relatório de pagamentos efetuados, bem como pagamentos em aberto de acordo com parâmetros informados pelo usuário, com opção de detalhar, inclusive à nível de Unidade gestora responsável (UGR) e Plano interno (PI). | DESEJÁVEL | |
| 6.5.81. Gerar Relatório de Programação de Desembolso Pagas. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.82. Gerar Relatório de Programação de Desembolso Não Pagas. | DESEJÁVEL | |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 6.5.83. Gerar Relatório de Programação de Desembolso Não Pagas de exercícios anteriores. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.84. Gerar Relatório de acompanhamento das ordens bancárias contendo UG Pagadora, UG Liquidante, Gestão, documento NE, documento OB, Documento PD, Documento, LI, Documento RE, Credor, Nome do Credor, Espécie, nº espécie, banco, agência, conta corrente, processo, evento, fonte, data inicial e data final, para atender à questionamentos do TCE/MG e elaboração de audiências públicas atendendo ao §4º do art.9º da LRF. | SIM | NÃO |
| 6.5.85. Gerar Relatório de Execução da Despesa por vários filtros como Subelementos, UGR, Plano Interno, Fonte,etc. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.86. Gerar Relatório de Controle de Disponibilidade por UG. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.87. Gerar Relatório de Acompanhamento de Ordens Bancárias por UG. | DESEJÁVEL | |
| 6.5.88. Gerar Relatório da despesa contendo os valores empenhados, liquidados e pagos em cada mês com totais por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, elemento de despesa e subelemento. Podendo, ainda, ser filtrado por UG ou UO., para atender a questionamentos do TCE/MG e elaboração de audiências públicas atendendo ao §4º do art.9º da LRF. | SIM | SIM |

6.6.Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Receita

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.6.1. Registrar a arrecadação da Receita por UG conforme recebimento em conformidade com os procedimentos específicos estabelecidos no MCASP. | SIM | SIM |
| 6.6.2. Permitir o lançamento da dedução da receita. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 6.6.3. Permitir o cadastro de classificação da Natureza de Receita, conforme padrões estabelecidos pela legislação vigente, inclusive possibilitando a utilização do mecanismo de DE/PARA para compatibilizar os modelos expedidos pelos órgãos de controle, possibilitando ainda a parametrização de detalhes para gerenciamento local. | SIM | SIM |
| 6.6.4. Permitir o estorno do lançamento. | SIM | SIM |
| 6.6.5. Permitir a correção do lançamento no que se refere a classificação de rubrica. | SIM | SIM |
| 6.6.6. Permitir a contabilização da receita com baixa da dívida ativa em conformidade com os procedimentos específicos estabelecidos no MCASP. | SIM | SIM |
| 6.6.7. Permitir o cadastro de guias de receita orçamentária e extra-orçamentária, com controle de numeração sequencial e cronológico por Unidade Gestora, informando ao usuário o próximo código livre na interface do sistema. | SIM | SIM |
| 6.6.8. Permitir que no cadastro de uma guia de receita orçamentária ou extra-orçamentária seja obrigatória a inclusão de fonte de recurso. | SIM | SIM |
| 6.6.9. Gerar Relatório da receita prevista e realizada, com a possibilidade de filtros até o menor nível de detalhamento. | SIM | SIM |
| 6.6.10. Gerar Relatório de Consolidado por Natureza de Receita contendo fonte de recurso, previsão inicial, previsão atualizada, valor arrecadado no mês e até o mês selecionado e receita a realizar. Ressaltamos ainda a necessidade de que a geração deste relatório possa integrar o Portal da Transparência de modo a atender o §4º do art.8º da Lei nº 12.527/2011 que trata da divulgação dos dados em tempo real. | SIM | NÃO |

| | | |
|---|------------|------------|
| 6.6.11. Gerar Relatório de receita Mensal contendo UG, Natureza de Receita, nome da natureza de receita, Natureza de Receita no SICOM, Natureza de Receita MSC, fonte de recursos, nome da fonte de recursos, receita inicialmente prevista, receita prevista atualizada, receita realizada em cada um dos 12 meses do exercício e total da receita realizada durante o ano. | SIM | SIM |
| 6.6.12. Gerar Relatório de Receita mensal contendo a receita realizada em cada mês do exercício com totais por categoria econômica, origem, espécie, desdobramento para identificação de peculiaridades e tipo. Podendo, ainda, ser filtrado por UG ou UO para elaboração de audiências públicas atendendo ao §4º do art.9º da LRF. | SIM | SIM |
| 6.6.13. Gerar Relatório de receita contendo natureza, fonte, número da nota de lançamento (NL), data da NL e descrição da NL. Podendo, ainda, ser filtrado por UG ou UO para elaboração de audiências públicas atendendo ao §4º do art.9º da LRF. | SIM | NÃO |
| 6.6.14. Gerar Relatório do controle de Disponibilidade por Destinação de Recursos DDR contendo o período, ativo financeiro, consignações, órgão, UG, Gestão por Fonte para atender à Lei 4.320/64, elaboração de audiências públicas e prestação de contas anual. | SIM | NÃO |
| 6.6.15. Gerar Relatório da receita prevista em cada mês do exercício por natureza e fonte de recurso. Podendo, ainda, ser filtrado por UG ou UO para atender à LC 101/200, LC 131/2009. | SIM | NÃO |

6.7.Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Relatórios Contábeis

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.7.1. Gerar Relatório de notas de lançamento, diário, razão com conta corrente e data móvel. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 6.7.2. Gerar Relatórios gerenciais básicos que refletem a movimentação orçamentária, execução das despesas, acompanhamento das receitas e dos RP's, bem como relatórios mais complexos de acompanhamento da DDR(Disponibilidade por Destinação de Recursos) e controle de cotas orçamentárias e financeiras | SIM | NÃO |
| 6.7.3. Gerar Relatório de Restos a pagar que apresente, por exercício, os restos a pagar processados, os restos a pagar não processados, por credor e/ou por dotação e/ou por fonte de recursos e/ou por ND detalhada até o subelemento, totalizando a cada quebra. | SIM | NÃO |
| 6.7.4. Gerar Relatório sobre as despesas de restos a pagar processados e não processados detalhando o beneficiário da despesa e os documentos gerados da inscrição (Nota de empenho, Liquidação). | SIM | SIM |
| 6.7.5. Gerar Relatório de Anulação de Restos a Pagar conforme lei autêntica definido pelo Município. | SIM | SIM |
| 6.7.6. Gerar Relatório de Restos a Pagar que apresente cancelamentos efetuados de restos a Pagar não processados por período, exercício, fonte e unidade gestora. | SIM | SIM |

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| <p>6.7.7. Gerar Relatório de Restos a Pagar por UG, UGR, Doc. Original NE, CPF/CNPJ, Nome do Credor, Fonte, Natureza de Despesa, Natureza SICOM, Natureza MSC, PTRES, UO, Programa de Trabalho, nº instrumento contratual (contrato, convênio, termo de colaboração, parceria ou qualquer outro instrumento de contratualização) quando existente, nº de aditivos do instrumento contratual, nº processo, descrição do empenho que originou o resto a pagar, Restos a Pagar Processados (RPP) Inscritos, RPP Pagos, RPP Cancelado, RPP a pagar, Restos a Pagar Não Processados (RPNP) Inscritos, RPNP a liquidar, RPNP a pagar, RPNP Pago, RPNP cancelado, data da liquidação (ou pelo menos da última LI), data do pagamento (ou pelo menos do último). Ressaltamos ainda a necessidade de que a geração deste relatório possa integrar o Portal da Transparência para atender à LC 101/200, LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 no que se refere a divulgação de relatórios de transparência.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>6.7.8. Gerar Relatório de restos a pagar liquidados contendo UG, gestão, empenho, liquidação, data da liquidação, favorecido, nome do favorecido, natureza de despesa, programa de trabalho, valor liquidado, descrição da liquidação para atender à questionamentos do TCE/MG e elaboração de audiências públicas atendendo ao §4º do art.9º da LRF.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>6.7.9. Gerar Relatório de natureza da receita por exercício para atender à normas da STN e TCE-MG para a correta classificação da receita.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>6.7.10. Gerar Relatório de natureza da despesa por exercício para atender à normas da STN e TCE-MG para a correta classificação da despesa.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>6.7.11. Gerar Relatório da Receita e Despesa prevista por fontes de recursos em cada exercício, podendo ser filtrada por UG/Fonte, UO para atender à LC 101/200. Realizar projeções da despesa mensal com pessoal.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |
| <p>6.7.12. Gerar Relatório de Excesso de Arrecadação x Previsão Adicional da Receita.</p> | <p>SIM</p> | <p>SIM</p> |



| | | |
|--|------------|------------|
| 6.7.13. Gerar Relatório do DCASP - Demonstração das Variações Patrimoniais. | SIM | SIM |
| 6.7.14. Gerar Relatório do DCASP - Balanço Orçamentário. | SIM | SIM |
| 6.7.15. Gerar Relatório do DCASP - Balanço Financeiro. | SIM | SIM |
| 6.7.16. Gerar Relatório do DCASP - Balanço Patrimonial | SIM | SIM |
| 6.7.17. Gerar Relatório do DCASP - Demonstração dos Fluxos de Caixa. | SIM | SIM |
| 6.7.18. Gerar Relatório de Despesas por Função/SubFunção. | SIM | SIM |
| 6.7.19. Gerar Relatório de Quadro Consolidado das Despesas Por Categoria Econômica. | SIM | SIM |
| 6.7.20. Gerar Relatório de Receita Anual Bruta. | SIM | SIM |
| 6.7.21. Gerar Relatório de Despesa por Função e SubFunção. | SIM | SIM |
| 6.7.22. Gerar Relatório de Despesa por Natureza. | SIM | SIM |
| 6.7.23. Gerar Relatório de Razão Contábil. | SIM | SIM |
| 6.7.24. Gerar Relatório de Acompanhamento de Deduções da Receita. | SIM | SIM |
| 6.7.25. Gerar Relatório de QDR - Consolidado por Fonte. | SIM | SIM |
| 6.7.26. Gerar Relatório de Deve ter um relatório de QDR - Consolidado por Natureza. | SIM | SIM |
| 6.7.27. Gerar Relatório de QDR - Quadro de Detalhamento da Receita. | SIM | SIM |
| 6.7.28. Gerar Relatório de Receita Geral Analítico. | SIM | SIM |
| 6.7.29. Gerar Relatório de Movimentação Orçamentária. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| 6.7.30. Gerar Relatório de QDD – Anual. | SIM | SIM |
| 6.7.31. Gerar Relatório de QDD - Anual (final da ug). | SIM | SIM |
| 6.7.32. Gerar Relatório de QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa (Analítico). | SIM | SIM |
| 6.7.33. Gerar Relatório de QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa (final da ug). | SIM | SIM |
| 6.7.34. Gerar Relatório de Ativo Financeiro por Fonte. | SIM | SIM |
| 6.7.35. Gerar Relatório de Comparativo de DDR . | SIM | SIM |
| 6.7.36. Gerar Relatório de Controle de DDR Consolidado. | SIM | SIM |
| 6.7.37. Gerar Relatório de Controle de DDR - Fonte TCE. | SIM | SIM |
| 6.7.38. Gerar Relatório de Controle de Disponibilidade por UG . | SIM | SIM |
| 6.7.39. Gerar Relatório Diário, Demonstrativo de Lançamento Contábil, Razão e Razão Auxiliar por período com data móvel. | SIM | SIM |
| 6.7.40. Balancetes, com opção de escolha do nível de conta contábil de lançamento, informando o saldo anterior, o total a débitos até o mês, a créditos até o mês e saldo atual OU saldo anterior, débitos no mês, créditos no mês e saldo atual. | SIM | SIM |
| 6.7.41. Balancete contábil com a opção de escolher mês, UG, UO, Órgão Sicom, valor acumulado ou mensal, saldo inicial, valor debitado no mês ou até o mês, saldo final para elaborar os Gerar Relatórios de execução orçamentária e fiscal da LC 101/2001. | SIM | SIM |
| 6.7.42. Gerar Balancetes mensais, de forma consolidada, isolada ou agrupada por Órgãos (PJF, SICOM e MSC) e por Unidades Gestoras. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 6.7.43. Gerar Relatório de conciliação das contas de consignações por fonte de recursos. | SIM | SIM |
| 6.7.44. Gerar Relatório das despesas extra orçamentárias (retenção de INSS, devolução de recurso de convênio, etc). | SIM | SIM |
| 6.7.45. Gerar Relatório de despesas por adiantamento com as seguintes categorias: UG, nome da UG, portador do cartão, CPF do portador do cartão, número do cartão, número do empenho, data do empenho, natureza de despesa, número do processo de adiantamento, período de aplicação do recurso, número da OB, número da LI, valor empenhado, valor cancelado, empenhado líquido, valor liquidado. | SIM | SIM |

6.8.Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Procedimentos Contábeis

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.8.1. O sistema integrado de gestão para o setor público deve preencher os requisitos indispensáveis para atingir o padrão mínimo de qualidade estabelecido no Parágrafo Único, Inc. III do art. 48 da LC 101 de responsabilidade fiscal e, regulamentado pela União através do Decreto nº 7185/2010, com a complementação da Portaria nº 548 de 22/11/2010 do Ministro da Fazenda e Decreto nº 10540/2020 do Governo Federal – SIAFIC, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. | SIM | NÃO |
| 6.8.2. É indispensável que o Sistema seja aderente às NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) ao MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), ao MDF (Manual de Demonstrativos Fiscais), aos Órgãos do Controle Externo, a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, bem como a Lei 4.320/1964 com as constantes atualizações e alterações na Legislação aplicável. | SIM | NÃO |



| | | |
|---|------------|------------|
| 6.8.3. O sistema deverá observar as normas para o envio de informações via SICOM – Sistema Informatizado de Contas Municipais instituído pela Resolução nº 07/2011 pelo TCE/MG e alterações posteriores e, via SICONFI, instituído pela Portaria STN nº 841/2016, e alterações posteriores, sobre regras para o recebimento de dados contábeis e fiscais pela STN em nível nacional. | SIM | NÃO |
| 6.8.4. O sistema deve vir configurado com os Procedimentos Contábeis Padrão conforme MCASP, MDF, as NBCASP e Template MSC, bem como permitir as atualizações em decorrência da alteração dos normativos. | SIM | SIM |
| 6.8.5. Utilizar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público PCASP. | SIM | SIM |
| 6.8.6. Utilizar calendário de encerramento contábil para os diferentes meses, para a apuração do resultado e para a apropriação do resultado, não permitindo lançamentos nos meses já encerrados. | SIM | NÃO |
| 6.8.7. Permitir elaborar equações para conferências de saldos de contas contábeis | SIM | SIM |
| 6.8.8. Permitir fechamento contábil diário, mensal e anual. | SIM | NÃO |
| 6.8.9. Permitir gerar “checklist” contábil (regras de validação de integridade e de consistências do MCASP/STN) com periodicidade mensal, encerramento, e abertura de exercício com gravação dos mesmos que ficarão disponíveis em relatórios durante a execução da contabilidade e após o fechamento de cada etapa especificada. | SIM | NÃO |
| 6.8.10. Deve ter um Classificador da Despesa informando como classificar a despesa de acordo com as referências legais vigentes em cada exercício, para auxiliar na correta classificação da despesa de acordo com as normas estabelecidas pela STN. | SIM | NÃO |
| 6.8.11. Permitir a criação de contas com no mínimo nove (9) níveis de desdobramento e considerar possibilidade de ampliação (Classe, Grupo, Subgrupo, Título, Subtítulo, Item e subitem). | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 6.8.12. Permitir a inclusão de documento para viabilizar a contabilização automática dos valores de bloqueio judicial e de baixa. | SIM | NÃO |
| 6.8.13. Permitir o registro contábil das movimentações em conta única do tesouro, separando as movimentações das disponibilidades por fonte. | SIM | SIM |
| 6.8.14. Efetuar o registro contábil das informações dos cadastros, cronogramas de pagamento e execução orçamentária dos contratos da dívida por credor. | SIM | NÃO |
| 6.8.15. Permitir consulta de detalhamento de Conta Contábil | SIM | SIM |
| 6.8.16. Permitir a geração de relatórios que liguem o recurso à sua respectiva despesa. | SIM | NÃO |
| 6.8.17. Permitir a definição e impressão do plano de contas estruturado de forma a atender a especificação dos vários sistemas de contas requeridos na Contabilidade Pública vigente no país. | SIM | SIM |
| 6.8.18. Permitir que o Plano de Contas, tabelas de Naturezas de Receitas, Despesas e Fontes sejam modificadas pelo Gestor do sistema sem a necessidade de intervenções da equipe de manutenção de sistemas. | SIM | SIM |
| 6.8.19. Permitir a existência de um “de para” de plano de contas de forma a subsidiar a prestação de contas para os Órgãos externos (STN e TCE). | SIM | SIM |
| 6.8.20. Assegurar que as contas só recebam lançamentos no último nível de desdobramento do plano de contas utilizado. | SIM | SIM |
| 6.8.21. Utilizar os conceitos de Contas Correntes. | SIM | SIM |
| 6.8.22. Permitir a crítica de eventos do ano x restos a pagar. | SIM | NÃO |

| | | |
|--|------------|------------|
| 6.8.23. Possuir tela específica de Consolidação, na qual seja possível demonstrar todas as despesas (orçamentárias, extra orçamentárias e restos a pagar) relativas a um determinado fornecedor exibindo: valores empenhados, liquidados, pagos e saldos restantes em relação ao mesmo. Extrato do Credor com dados do exercício e de restos a pagar. | SIM | SIM |
| 6.8.24. Permitir o controle por contas do PCASP e Conta Correntes. | SIM | SIM |
| 6.8.25. Permitir contabilização que disponibilize o gerenciamento por "conta-corrente" (Exemplo: extração de dados por conta-corrente de credor, banco, dotação orçamentária, fonte de recursos, atributos P e F, etc.). | SIM | SIM |
| 6.8.26. Permitir parametrização e criação de conta-corrente (informação complementar) por conta contábil de acordo com a necessidade do órgão. | SIM | SIM |
| 6.8.27. Utilizar o conceito de eventos associados a roteiros contábeis e partidas dobradas para a contabilização. | SIM | SIM |
| 6.8.28. Permitir a visualização do espelho contábil do documento. | SIM | SIM |
| 6.8.29. O sistema deve permitir configurar os roteiros contábeis para as transações. | SIM | SIM |
| 6.8.30. As transações devem ser organizadas em partidas dobradas de primeira fórmula: para cada débito, um crédito, de segunda fórmula: uma conta devedora para várias credoras, de terceira fórmula: várias contas credoras para uma credora associadas no roteiro contábil. | SIM | SIM |
| 6.8.31. Permitir atribuir um código de controle para todos os documentos (eventos, registros, etc) que geram os lançamentos contábeis. | SIM | SIM |
| 6.8.32. Permitir consulta das tabelas de parametrização do Sistema. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| 6.8.33. Consistir valores para uma correta contabilização de restos a pagar inscritos na virada de exercícios, mesmo que haja movimentação em exercícios anteriores até o encerramento definitivo. | SIM | SIM |
| 6.8.34. Permitir parametrização de regras de validação contábil (processo de validação de consistência) pelo gestor. | SIM | NÃO |
| 6.8.35. Permitir parametrização de regras de validação compatíveis com as regras da MSC para as Informações Complementares. | SIM | NÃO |
| 6.8.36. Exibir crítica para registros contábeis que não preencham todas as informações de conta corrente por conta contábil. | SIM | NÃO |
| 6.8.37. Permitir rastreamento de todas as movimentações que originaram os lançamentos. | SIM | SIM |
| 6.8.38. Permitir o registro contábil que instrumentalize o controle da movimentação e saldos de contas contábeis por fonte de recursos; Exemplos: Conta de Disponibilidade de Recursos, Contas Bancárias, Consignações, Receita Realizada, despesas do exercício e Restos a Pagar. | SIM | SIM |
| 6.8.39. Permitir controle da despesa e restos a pagar por conta-corrente, conforme parametrizado. | SIM | SIM |
| 6.8.40. Permitir a execução e o controle de restos a pagar processados e não processados. | SIM | SIM |
| 6.8.41. Permitir controle da movimentação e dos saldos das contas extra-orçamentárias, por fonte de recursos. | SIM | SIM |
| 6.8.42. Permitir controle das contas contábeis por conta-corrente e fonte, conforme parametrizado. | SIM | NÃO |
| 6.8.43. Efetuar automaticamente os registros contábeis dos documentos da receita e despesa mediante aplicação dos roteiros contábeis. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| 6.8.44. Permitir o registro contábil das movimentações em conta única do tesouro, separando as movimentações das disponibilidades por fonte e por órgão através da segregação dos recursos por conta financeira/escritural. | SIM | SIM |
| 6.8.45. Permitir a identificação das operações intragovernamentais, para fins de exclusão de duplicidades na apuração de limites mínimos e máximos e na consolidação das contas públicas. | SIM | SIM |
| 6.8.46. Permitir a contabilização das retenções nos respectivos fatos geradores, Conforme IPC 11 da Secretaria do Tesouro Nacional. | SIM | SIM |
| 6.8.47. Permitir o lançamento de estornos, assegurando a inalterabilidade das informações originais incluídas após sua contabilização, de forma a preservar o registro histórico de todos os atos, não permitindo a exclusão ou cancelamento de lançamentos contábeis. | SIM | SIM |
| 6.8.48. Permitir a parametrização da tabela de eventos com acesso às rotinas de inclusão, exclusão ou alteração de eventos, observado o Plano de Contas adotado – PCASP. | SIM | SIM |
| 6.8.49. Possibilitar a contabilização sob o enfoque orçamentário e sob o enfoque patrimonial de forma integrada, e ao mesmo tempo, independente. | SIM | SIM |
| 6.8.50. Permitir a digitação manual de lançamentos contábeis independentes da execução orçamentária de forma que os mesmos possam ser automaticamente incorporados aos resultados que lhe estejam relacionados, de forma a consolidar os dados contábeis. | SIM | NÃO |
| 6.8.51. Permitir estabelecer parâmetros para que seja automatizado o processo de transferência de saldos para exercícios seguintes. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 6.8.52. Permitir criação do “mês 13”, ou outro formato, para encerramento do exercício que permita evidenciar o encerramento do ano separadamente do mês de dezembro. | SIM | SIM |
| 6.8.53. Permitir bloquear o lançamento de movimentação contábil em meses já encerrados. | SIM | SIM |
| 6.8.54. Permitir a parametrização do sistema para que seja automatizado o processo de encerramento (geração de balancetes, balanços e demonstrações). | SIM | SIM |
| 6.8.55. Permitir a geração dos lançamentos de abertura do exercício e verificação das inconsistências. | SIM | SIM |
| 6.8.56. Permitir iniciar mês ou ano, mesmo que não tenha ocorrido o fechamento contábil do anterior, atualizando e mantendo a consistência dos dados. | SIM | SIM |
| 6.8.57. Permitir a inserção/importação de dados de Consórcios Públicos, conforme Portaria 72 STN e para fins de Prestação de Contas, no que couber e legislações posteriores. | SIM | NÃO |
| 6.8.58. Permitir os lançamentos de Dívida Fundada: inscrição, cancelamento, atualização e restabelecimento. Distingão de dívida de curto e longo prazo. | SIM | SIM |
| 6.8.59. Permitir o controle de contratos de dívida fundada firmados entre órgãos públicos e credores/fornecedores. | SIM | SIM |
| 6.8.60. Permitir registrar o reconhecimento da receita por competência. | SIM | SIM |
| 6.8.61. Permitir registrar os lançamentos contábeis de depreciação. | SIM | SIM |
| 6.8.62. Permitir registrar as provisões da folha de pagamento. | SIM | SIM |
| 6.8.63. Permitir a consulta de lançamentos contábeis no mínimo por valores e datas. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 6.8.64. Permitir lançamentos contábeis identificando o atributo "P" e "F", (permanente, financeiro). | SIM | SIM |
| 6.8.65. Permitir consulta do RAZAO por UG/Gestão, conta contábil, conta-corrente e período. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 6.8.66. Permitir consulta de saldo por UG. | SIM | NÃO |
| 6.8.67. Permitir consulta de fontes e seus detalhamentos. | SIM | NÃO |
| 6.8.68. Possibilitar extração de informações contábeis de Disponibilidade de Caixa e sua vinculação com os Restos a Pagar e demais passivos financeiros por fonte de recursos. | SIM | SIM |
| 6.8.69. Permitir controle da movimentação e saldos de contas contábeis patrimoniais por fonte de recursos. | SIM | SIM |
| 6.8.70. Permitir a consolidação das contas de outros Órgãos, tais como, Câmara Municipal e demais Autarquias e Fundações. | SIM | SIM |
| 6.8.71. Possibilitar a parametrização e gerar o demonstrativo da Base de Cálculo do PASEP. | SIM | SIM |
| 6.8.72. O Módulo de Contabilidade deverá estar integrado ao sistema de recursos humanos, de modo que a Provisão Mensal de Folhas de Pagamento seja lançada automaticamente nas contas correspondentes em cada encerramento do movimento contábil mensal. | DESEJÁVEL | NÃO |

6.9.Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Demonstrativos Contábeis

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.9.1. Emitir Demonstrativos Contábeis DCASP conforme MCASP/STN. | SIM | NÃO |
| 6.9.2. Gerar os anexos da Lei 4320/64 com possibilidade de seleção de períodos. | SIM | NÃO |

| | | |
|---|------------|------------|
| 6.9.3. Gerar demonstrativos conforme TCEMG: RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária, RGF - Relatório Gestão Fiscal e demais demonstrativos obrigatórios constantes do Fiscalizando com o TCE. | SIM | NÃO |
| 6.9.4. Gerar demonstrativos, em conformidade com o constante do Mapeamento STN, sendo: | SIM | SIM |
| 6.9.4.1. Gerar RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária: | SIM | SIM |
| 6.9.4.2. Gerar Anexo 1 - Balanço Orçamentário | SIM | SIM |
| 6.9.4.3. Gerar Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função /Subfunção | SIM | SIM |
| 6.9.4.4. Gerar Anexo 3 - Demonstrativo Receita Corrente Líquida | SIM | SIM |
| 6.9.4.5. Gerar Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias | SIM | SIM |
| 6.9.4.6. Gerar Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal | SIM | SIM |
| 6.9.4.7. Gerar Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão | SIM | SIM |
| 6.9.4.8. Gerar Anexo 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | SIM | SIM |
| 6.9.4.9. Gerar Anexo 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência | SIM | SIM |
| 6.9.4.10. Gerar Anexo 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 6.9.4.11. Gerar Demonstrativo Público-Privadas Anexo das Parcerias 13 - | SIM | SIM |
| 6.9.4.12. Gerar Demonstrativo RREO Anexo Simplificado do 14 - | SIM | SIM |
| 6.9.5. Gerar RGF - Relatório Gestão Fiscal: | SIM | SIM |
| 6.9.5.1. Gerar Demonstrativo da Despesa com Pessoal Anexo 01 - | SIM | SIM |
| 6.9.5.2. Gerar Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL Anexo 02 - | SIM | SIM |
| 6.9.5.3. Gerar Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores Anexo 03 - | SIM | SIM |
| 6.9.5.4. Gerar Demonstrativo das Operações de Crédito Anexo 04 - | SIM | SIM |
| 6.9.5.5. Gerar Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar Anexo 05 - | SIM | SIM |
| 6.9.5.6. Gerar Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal. Anexo 06 - | SIM | SIM |
| 6.9.6. Gerar DCA - Declaração de Contas Anuais: | SIM | SIM |
| 6.9.6.1. Gerar Anexo I AB - Balanço Patrimonial | SIM | SIM |
| 6.9.6.2. Gerar Demonstrativo de Receitas Orçamentárias Anexo I C - | SIM | SIM |
| 6.9.6.3. Gerar Demonstrativo de Despesas Orçamentárias por Natureza Anexo I D - | SIM | SIM |
| 6.9.6.4. Gerar Demonstrativo de Despesas Orçamentárias por Função Anexo I E - | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 6.9.6.5. Gerar Anexo I F - Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar – Despesas Orçamentárias por Natureza | SIM | SIM |
| 6.9.6.6. Gerar Anexo I G - Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar – Despesas Orçamentárias por Função | SIM | SIM |
| 6.9.6.7. Gerar Anexo I HI - Demonstrativo das Variações Patrimoniais | SIM | SIM |
| 6.9.7. Permitir a geração de Demonstrativo da Receita e da Despesa segundo a Categoria Econômica e Fonte de Recurso. | SIM | SIM |
| 6.9.8. Permitir geração de Demonstrativos e Relatórios por órgão (Ex. Secretarias, Fundos Municipais, Autarquias, Fundações, Sociedades de Economia Mista dependentes, Legislativo e consolidados. | SIM | SIM |

6.10. Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Prestação de Contas

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.10.1. Permitir geração de arquivos por órgão em formato CSV dos módulos Balancete, Inclusão de Programas, Acompanhamento Mensal e DCASP do SICOM, conforme layouts estabelecidos no referido Manual disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e suas alterações, inclusive com Relatórios para conferências. | SIM | SIM |
| 6.10.2. Gerar Matriz de Saldos Contábeis – MSC, conforme regras e formatos estabelecidos pela STN (MSC mensais e MSC de Encerramento), bem como Balancetes por Órgão MSC, inclusive demais relatórios para conferências. | SIM | SIM |
| 6.10.3. Permitir geração de dados para disponibilização no Portal Transparência do Município, conforme determinação da LC 131/2009. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 6.10.4. Permitir a geração de relatórios da receita e da despesa corrente por natureza, conforme leiautes do Portal Transparência Pública (Contas Públicas). | | |
| 6.10.5. Permitir a geração de informações por meio de procedimentos de importação/exportação e relatórios que sirvam de base para extração de dados visando o preenchimento das exigências obrigatórias do SIOPS. Pastas: Receita, Despesa, Disponibilidade de caixa, Restos a Pagar. | SIM | SIM |
| 6.10.6. Permitir a geração de informações por meio de procedimentos de importação/exportação e relatórios que sirvam de base para extração de dados visando o preenchimento das exigências obrigatórias do SIOPE. | SIM | SIM |

6.11. Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Conciliação Bancária e Contábil

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|------------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.11.1. Possuir conciliação bancária e contábil diária que permita conciliar automaticamente os saldos das contas bancárias a partir de arquivo enviado pela(s) instituição(ões) financeira(s). | SIM | NÃO |
| 6.11.2. Permitir a inclusão, acompanhamento e exclusão de lançamentos provisórios não identificados pelo processo automático de conciliação bancária. | SIM | NÃO |
| 6.11.3. Permitir inclusão automática das informações dos bloqueios, desbloqueios e transferências judiciais realizados nas contas bancárias via sistema BACENJUD a partir de arquivo enviado por instituição financeira. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 6.11.4. Permitir o cadastro de débitos e créditos a regularizar referentes a lançamentos não identificados pela administração e que estejam contidos nos extratos bancários devendo ser devidamente apurados antes de sua efetiva contabilização. | SIM | NÃO |

| | | |
|---|------------|------------|
| 6.11.5. Permitir a emissão de relatório Razão da conta Bancos, possibilitando a emissão de todas as contas, de grupos de contas desejadas ou ainda contas específicas. | SIM | SIM |
|---|------------|------------|

6.12. Sistema de Planejamento e Contabilidade – Módulo Orçamentário

6.12.1. Em relação a elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual, o sistema deve:

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.12.2. Permitir o cadastro de eixos temáticos, que são estratégias de governo, possuindo código, nome e descrição. | SIM | SIM |
| 6.12.3. Permitir o cadastro de objetivos estratégicos, possuindo código, nome e descrição. | SIM | SIM |
| 6.12.4. Permitir o cadastro de programas, vinculados aos eixos e objetivos estratégicos, contendo código, nome, objetivo do programa, público-alvo, justificativa, responsáveis (unidades gestoras ou pessoas), horizonte temporal (temporário ou contínuo), indicadores, unidade de medida, data de referência, periodicidade da apuração, índices esperados ao longo da execução do PPA, fonte de financiamento, tipo de programa (finalístico, de serviços de estado, de gestão pública e apoio administrativo), coordenação e pendências de cadastramento por parte do usuário. | SIM | SIM |
| 6.12.5. Permitir o cadastro de ações vinculadas aos programas, contendo código, nome, descrição, produto, unidade de medida, metas físicas, dados financeiros, tipo ou origem de recursos, agente financiador, e dados relativos ao planejamento orçamentário, permitindo neste instante a criação dos programas de trabalho e sua exportação automática para os demais módulos orçamentários, sistema contábil e de prestação de contas. | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------|------------|
| 6.12.6. Permitir o acompanhamento da execução física de forma mensal, bimestral, quadrimestral, semestral ou anual das ações, permitindo aos usuários justificarem sua execução ou não execução dentro dos valores constantes de cada ação do PPA, sendo facultativo o acompanhamento das ações de cunho administrativo e de operações especiais. | SIM | SIM |
| 6.12.7. Permitir o cadastro prévio dos produtos vinculados às ações, possibilitando ao usuário selecioná-los através de lista previamente estabelecida, permitindo assim maior padronização. | SIM | SIM |
| 6.12.8. Permitir a configuração dos períodos a que se referem o PPA. | SIM | SIM |
| 6.12.9. Permitir a revisão anual do PPA, a qualquer época, obedecendo às etapas e critérios de revisão constantes da legislação em vigor. | SIM | SIM |
| 6.12.10. Permitir a emissão de relatórios parametrizáveis, legais e gerenciais, podendo os mesmos ser exportados para formatos diversos (PDF, DOC, XLS, etc.). | SIM | NÃO |
| 6.12.11. Permitir a importação e exportação dos dados mediante formatos a serem definidos; | SIM | NÃO |
| 6.12.12. Após o envio ao legislativo o usuário ou administrador não poderá mais excluir os programas ou ações, cabendo ao sistema tão somente permitir ao usuário durante os processos de revisão a inibição dos mesmos. | SIM | SIM |
| 6.12.13. Possibilitar ao gestor/administrador estabelecer prazos de utilização do sistema pelos usuários segundo perfis pré-definidos. | SIM | SIM |
| 6.12.14. Possibilitar os usuários previamente definidos pelo poder legislativo de promover alterações no projeto enquanto o mesmo estiver em tramitação naquela casa – processo de apresentação de emendas | SIM | NÃO |

6.12.15. Em relação a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o sistema deve:

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.12.15.1. Bloquear alterações por parte dos usuários, dos dados relativos aos exercícios anteriores (realizado) e a proposta orçamentária (orçado no exercício), os quais serão importados automaticamente. | SIM | NÃO |
| 6.12.15.2. Permitir a definição de períodos e fases de elaboração da LDO. | SIM | NÃO |
| 6.12.15.3. Permitir aos responsáveis pelos programas e ações definirem as metas e prioridades das ações constantes do PPA, podendo somente alterar os dados relativos às metas físicas previstas para o exercício a que se refere, informando ainda, o resultado esperado com a priorização daquela ação. | SIM | SIM |
| 6.12.15.4. Permitir o cadastramento e controle da evolução das metas de receita e despesas, manualmente e/ou automaticamente, a partir da definição de um índice oficial previamente estabelecido, e ainda a metodologia de cálculo utilizada para se projetar as mesmas, seja individualmente ou de forma genérica. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 6.12.15.5. Permitir o cadastramento das renúncias fiscais e a emissão do relatório correspondente. | SIM | SIM |
| 6.12.15.6. Permitir a avaliação da execução das metas de resultado primário e nominal do exercício anterior. | SIM | SIM |
| 6.12.15.7. Permitir a revisão da projeção das receitas. | SIM | SIM |
| 6.12.15.8. Emitir relatórios de metas fiscais, de receitas e despesas através do realizado dos últimos três exercícios, o exercício corrente e a projeção dos três subsequentes. | SIM | SIM |
| 6.12.15.9. Permitir o cadastramento, manual e/ou automático do controle e da variação patrimonial (ativos alienados x utilização dos recursos) dos últimos três anos. | SIM | SIM |
| 6.12.15.10. Permitir o cadastramento e controle dos dados que calcularão os resultados primário e nominal dos exercícios a que se referem. | SIM | SIM |
| 6.12.15.11. Permitir o cadastramento, manual e/ou automático da evolução do patrimônio líquido, diferenciando o relacionado ao Regime Próprio de Previdência dos servidores. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 6.12.15.12. Emitir relatórios relativos as metas fiscais, segundo padronização definida pela STN, TCE-MG, e relatórios demonstrando as memórias de cálculo utilizadas. | SIM | NÃO |
| 6.12.15.13. Permitir o cadastramento, controle e emissão de relatórios referentes as obras iniciadas e em andamento, durante o processo de elaboração da LDO. | SIM | SIM |
| 6.12.15.14. Permitir o cadastramento e controle da aplicação dos recursos financeiros oriundos da alienação de ativos (bens alienados). | SIM | SIM |
| 6.12.15.15. Permitir a emissão de relatórios parametrizáveis, legais e gerenciais, podendo os mesmos ser exportados para formatos diversos (PDF, DOC, XLS, etc.). | SIM | SIM |
| 6.12.15.16. Permitir a importação e exportação dos dados mediante formatos a serem previamente definidos. | SIM | NÃO |
| 6.12.15.17. Possibilitar os usuários previamente definidos pelo poder legislativo de promover alterações no projeto enquanto o mesmo estiver em tramitação naquela casa – processo de apresentação de emendas. | SIM | SIM |

6.12.16. Em relação a elaboração da Lei Orçamentárias Anual, o sistema deve:

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.12.17. Permitir o cadastramento e controle do período e do exercício a que se refere. | SIM | SIM |
| 6.12.18. Permitir a importação e/ou o cadastramento das categorias de programação a serem utilizadas na elaboração da LOA. | SIM | SIM |
| 6.12.19. Permitir a importação e/ou o cadastramento das naturezas e dos subelementos de despesa, segundo classificador oficial adotado pelo município ou definido pelo Tribunal de Contas. | SIM | SIM |
| 6.12.20. Permitir o cadastro e controle das fontes de recursos e destinação de gastos, segundo definição da STN ou do TCE-MG. | SIM | SIM |
| 6.12.21. Permitir a importação e/ou exportação de dados, mediante formato a ser definido. | SIM | SIM |
| 6.12.22. Permitir o cadastramento das receitas e despesas combinadas com as diversas fontes de financiamento, de forma mensal, facilitando desta maneira a confecção dos relatórios referentes as metas bimestrais de arrecadação e um provável fluxo financeiro. | SIM | SIM |
| 6.12.23. Permitir a exportação dos dados em formato utilizado pelo sistema contábil e no sistema de prestação de contas adotado pelo TCE-MG. | SIM | NÃO |

6.12.24. Em relação às modificações da Lei Orçamentária Anual (créditos adicionais):

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.12.25. Trabalhar de forma integrada com o módulo de elaboração da LOA e o sistema contábil, permitindo a aferição dos dados e saldos disponíveis. | SIM | SIM |

| | | |
|--|------------|------------|
| 6.12.26. Permitir a definição de parâmetros que o sistema deverá usar quando da solicitação do usuário e que caracterizarão os remanejamentos. | SIM | SIM |
| 6.12.27. Permitir a definição dos eventos de integração do módulo com o sistema de contabilidade adotado. | SIM | SIM |
| 6.12.28. Permitir a definição das modalidades e das transações correspondentes. | SIM | SIM |
| 6.12.29. Permitir que o administrador insira manualmente as informações do sistema contábil em qualquer momento que se fizer necessário. | SIM | SIM |
| 6.12.30. Permitir a definição das descrições dos campos permanentes das minutas de decreto a serem geradas e enviadas para publicação. | SIM | SIM |
| 6.12.31. Permitir a definição da relação da codificação da esfera (tipo de orçamento) com o código de ação adotado pelo município. | SIM | SIM |
| 6.12.32. Permitir o cancelamento do saldo da cota financeira já liberada de forma automática, permitindo assim a carga automática do crédito adicional. | SIM | SIM |

6.12.33. Em relação à avaliação do Plano Plurianual, o sistema deve:

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 6.12.34. Possibilitar o monitoramento da execução dos Programas, ações e subação (etapas), de forma setorial e/ou central, com a geração de consultas e relatórios parametrizados relativos à situação dos Programas, ações e subações - acompanhamento das metas físicas; permitir a consulta dos dados de percentual de execução e a executar de um Programa, por período (bimestral, quadrimestral e anual). | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 6.12.35. Permitir monitoramento mensal por ação; gerar índices de eficácia e eficiência a serem definidos; relatórios por período (bimestral, quadrimestral e anual). | SIM | NÃO |
| 6.12.36. Permitir o registro bimestral, quadrimestral e anual das metas físicas executadas em cada ação, permitir que todas as metas com execução abaixo do previsto seja obrigatório a inclusão de justificativa. | SIM | SIM |
| 6.12.37. Permitir o acompanhamento dos indicadores dos Programas do PPA. | SIM | SIM |
| 6.12.38. Possibilitar fazer um "de/para" em caso de redistribuição de programas/ações na situação de reforma administrativa. | SIM | SIM |
| 6.12.39. Permitir atualizar os dados exigidos para atender às normas legais estabelecidas pelos órgãos externos de controle das esferas Federal, Estadual e Municipal, em especial ao TCE-MG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais), bem como fornecer relatórios segundo os layouts dos órgãos de controle acima citados. | SIM | SIM |
| 6.12.40. Permitir a elaboração de relatórios para atender a Lei de Transparência e demais órgãos de controle social (OSCIP). | SIM | SIM |

7. Sistema de Gestão Escolar

Principais Módulos

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 7.1. Gestão Acadêmica 7.1.1. Sub-módulo Gestão de Educação Infantil; 7.1.2. Sub-módulo Gestão de Educação Fundamental; 7.1.3. Sub-módulo Gestão de EJA; 7.1.4. Sub-módulo Gestão e execução EAD; 7.1.5. Sub-módulo de Acompanhamento Educacional Especializado; | SIM | SIM |



| | | |
|--|------------------|------------|
| <p>7.2.Gestão de Anos Letivos</p> <p>7.2.1. Gestão de Anos Letivos Ativos;</p> <p>7.2.2. Gestão de Anos Letivos Finalizados;</p> | SIM | SIM |
| <p>7.3.Módulo Gerador de Relatórios</p> | SIM | SIM |
| <p>7.4.Módulo Machine Learning</p> <p>Permitir que o sistema tenha “aprendizado de máquina” (Machine Learning), onde permitirá que as escolas tenham, logo no primeiro bimestre, uma previsão sobre quais alunos estão propensos a evadir ou a reprovar no fim do ano letivo. A ferramenta permitirá emitir uma notificação assim que identificar o perfil do estudante em questão, possibilitando aos professores uma ação imediata e o acompanhamento durante todo o período escolar.</p> | DESEJÁVEL | NÃO |
| <p>7.5.Diário de Classe – Diário Eletrônico online</p> | SIM | SIM |
| <p>7.6.Módulo de Comunicação Escolar</p> <p>7.6.1. Sub-módulo para dispositivos móveis para comunicação entre escolas e famílias;</p> <p>7.6.2. Sub-módulo de conectividade (comunicação) entre candidatos (alunos e /ou profissionais) e Secretaria de Educação/ Escola;</p> | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 7.7.Gestão Administrativa 7.7.1. Sub-módulo administração 7.7.2. Sub-módulo de Secretária 7.7.3. Sub-módulo gestão de Transporte Escolar 7.7.4. Sub-módulo gestão de Matrículas (Matrículas online) com processos de admissão parametrizáveis; 7.7.5. Sub-módulo registros Escolares 7.7.6. Sub-módulo programas sociais e educacionais; 7.7.7. Sub-módulo de conselhos escolares; 7.7.8. Sub-módulo gestão de merenda escolar; 7.7.9. Sub-módulo gestão financeira (integrado e independente dos sistemas administrativos da Prefeitura); | SIM | SIM |
| 7.8. Módulo integrador (integração com sistemas de regulação, prestação de contas e outras esferas do governo) | SIM | SIM |

8. Sistema de Controladoria

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 8.1. Permitir cadastro estrutura administrativa da Prefeitura. | SIM | SIM |
| 8.2. Possuir integração automática com sistema contábil, compras, recursos humanos. | SIM | NÃO |
| 8.3. Permitir a emissão de relatório gerencial mensal e anual com índices constitucionais, legais e gerencias consolidado ou por entidade gestora. (educação, FUNDEB, saúde, pessoal, execução orçamentária, etc). | SIM | NÃO |

| | | |
|---|------------|------------|
| 8.4. Possibilitar a emissão de relatório de gestão com gráficos dos principais índices constitucionais, receitas, despesas. | SIM | SIM |
| 8.5. Permitir a emissão do relatório Controle Interno Mensal e Bimestral. | SIM | NÃO |
| 8.6. Permitir a geração do relatório de prestação de contas Anual (PCA). | SIM | SIM |
| 8.7. Permitir a emissão do relatório Circunstanciado. Parecer de Balanço. | SIM | SIM |
| 8.8. Permitir Cadastro de Verificações. (check List). | SIM | SIM |
| 8.9. Permitir execução de Auditorias com base em Check List. | SIM | SIM |
| 8.10. Permitir geração de Notificações, Comunicados, Ofícios, Pareceres, Solicitações, Instruções Normativas; | SIM | SIM |
| 8.11. Permitir encaminhar alertas para central de ações e e-mail (Correio Eletrônico) para o responsável da área setorial quando encerrar as respostas de todos quesitos de exame da área, para que possa proceder averiguação dos itens e digitar o parecer setorial. | SIM | NÃO |
| 8.12. Possuir na avaliação dos controladores, recurso para visualizar o histórico das ocorrências anteriores dos quesitos de exame. | SIM | NÃO |
| 8.13. Possuir painel para exibir as informações da avaliação do controle interno segregado por área setorial, fornecendo dados estatísticos como: total de verificações no exercício, no mês, total regulares, irregulares, ressalva e etc. | SIM | SIM |
| 8.14. Permitir a importação de documentos digitalizados, relatórios, planilhas entre outros. | SIM | NÃO |
| 8.15. Permitir cadastro de Agenda de Obrigações. | SIM | SIM |
| 8.16. Possuir rotina de lançamentos para acompanhamento da agenda de obrigações; | SIM | NÃO |



| | | |
|---|------------|------------|
| 8.17. Disponibilização de uma base de dados de Verificações pré-cadastradas no sistema. | SIM | NÃO |
| 8.18. Permitir geração de pareceres diversos. (atos de pessoal, compras, transferências de recursos, etc); | SIM | SIM |
| 8.19. Possuir anexos possibilitando a emissão mensal para acompanhamento da administração: | SIM | NÃO |
| 8.20. Resumo Geral da Despesa; | SIM | NÃO |
| 8.21. Acompanhamento físico e financeiro dos projetos/atividades previstas na LDO; | SIM | NÃO |
| 8.22. Acompanhamento das Metas de Arrecadação; | SIM | NÃO |
| 8.23. Acompanhamento do Cronograma de Desembolso; | SIM | NÃO |
| 8.24. Demonstrativo Despesas por Funções, Subfunções; | SIM | SIM |
| 8.25. Demonstrativo da Despesa por Órgãos; | SIM | SIM |
| 8.26. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada; | SIM | SIM |
| 8.27. Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada; | SIM | SIM |
| 8.28. Demonstrativo de gasto de Pessoal – Executivo, Legislativo – Consolidado; | SIM | SIM |
| 8.29. Demonstrativo de gasto de Pessoal por Órgão de Governo; | SIM | NÃO |
| 8.30. Demonstrativo de Gasto com Saúde; | SIM | NÃO |
| 8.31. Demonstrativo de Gasto com Educação; | SIM | NÃO |
| 8.32. Demonstrativo de Gasto com FUNDEB 70%; | SIM | NÃO |



| | | |
|---|------------|------------|
| 8.33. Demonstrativo de Gasto com FUNDEB 100%; | SIM | NÃO |
| 8.34. Demonstrativos diversos do Poder Legislativo; | SIM | NÃO |
| 8.35. Balanço Orçamentário; | SIM | SIM |
| 8.36. Balanço Financeiro; | SIM | SIM |
| 8.37. Balanço Patrimonial; | SIM | SIM |
| 8.38. Demonstração das Variações Patrimoniais; | SIM | SIM |
| 8.39. Demonstrativo da Dívida Fundada Interna; | SIM | SIM |
| 8.40. Demonstração da Dívida Flutuante. | SIM | NÃO |
| 8.41. Demonstração de Fluxo de Caixa | SIM | NÃO |
| 8.42. Permitir o acompanhamento da execução orçamentária por Fonte de Recurso | SIM | NÃO |
| 8.43. Possibilidade de geração dos relatórios do sistema em diversas extensões (ex.: PDF, Word). | SIM | NÃO |
| 8.44. Possuir Módulo de Audiência Pública com apresentação em modo texto e gráficos com no mínimo os seguintes anexos: | SIM | SIM |
| 8.45. Acompanhamento da Evolução da Execução Orçamentárias dos últimos 5 anos; | SIM | SIM |
| 8.46. Acompanhamento da Evolução da Receita Corrente Líquida dos últimos 5 anos; | SIM | SIM |
| 8.47. Acompanhamento das Metas de Arrecadação; | SIM | SIM |
| 8.48. Acompanhamento do Cronograma de Desembolso; | SIM | NÃO |
| 8.49. Acompanhamento do Resultado Nominal e Primário; | SIM | NÃO |
| 8.50. Acompanhamento dos Índices e Educação, Saúde, Fundeb; | SIM | NÃO |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 8.51. Acompanhamento dos Gastos de Pessoal. (Executivo, Legislativo e Consolidado); | SIM | NÃO |
| 8.52. Acompanhamento dos Restos a Pagar, Alienação de Ativos; | SIM | NÃO |
| 8.53. Acompanhamento das Ações previstas na LDO. | SIM | SIM |
| 8.54. Possuir a geração de ATA; | SIM | SIM |
| 8.55. Possuir a geração de Convite; | Desejável | NÃO |
| 8.56. Possuir a geração de lista de presença. | Desejável | NÃO |

9. Sistema de Protocolo

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 9.1. O sistema deve ser integrável ao Prefeitura Ágil – 1DOC – via APIs REST FULL (Get, Post, Put e DELETE); | SIM | NÃO |
| 9.2. A empresa vencedora deve ser responsável por realizar o trabalho de integração com o Prefeitura Ágil – 1DOC; | SIM | NÃO |
| 9.3. A empresa também deve possuir um módulo similar ao Prefeitura Ágil e ofertá-lo em caso de necessidade da PJF; | SIM | SIM |

10. Sistema de Informações Gerenciais

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 10.1. Permitir ao gestor público a seleção de indicadores de sua preferência possibilitando que os mesmos sejam visualizados de forma conjunta formando um painel especial para compor os indicadores de sua preferência. | SIM | SIM |
| 10.2. Permitir a visualização da fonte de informação em cada indicador, para que o gestor municipal saiba qual é origem dos dados, garantindo assim a confiabilidade necessária para a tomada de decisão. | SIM | SIM |
| 10.3. Permitir a personalização de um gráfico através de um modelo pré-estabelecido. | SIM | SIM |
| 10.4. Permitir que o usuário realize a ordenação de disposição visual de sua preferência nos indicadores de uma aba temática | SIM | SIM |
| 10.5. Permitir ao gestor público a visualização do quadro societário referente a uma pessoa Jurídica contribuinte do município. A visualização conterá uma listagem de sócios da Pessoa Jurídica exibindo detalhes sobre o nome, CPF/CNPJ e percentual de participação e situação do sócio. | SIM | NÃO |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 10.6. Possibilitar que o gestor público verifique a posição de sua entidade no ranking referente o resultado da apuração dos custos gerados pelos objetos de custos apurados pelo município comparando o resultado com outros municípios da mesma microrregião, mesmo estado e do país. | SIM | NÃO |
| 10.7. O gestor público somente saberá sua posição do ranking, sem saber os resultados dos demais municípios. Da mesma forma, os demais municípios não saberão os resultados do Município visualizado. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.8. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente os 10 menores custos unitários médios da merenda escolar gerados por unidades escolares no município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.9. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise do custo médio unitário da iluminação pública por habitante no exercício atual. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.10. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise do custo médio unitário da iluminação pública por Imóvel no exercício atual. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.11. Possibilitar ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise do custo médio unitário da merenda escolar por aluno realizada nos exercícios atual. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.12. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise do custo médio unitário da coleta de lixo por imóvel realizada nos exercícios atual. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.13. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente ao valor dos investimentos em obras públicas realizado pelo Município no exercício corrente. | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 10.14. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente ao valor do Patrimônio público gerido pelo Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.15. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de veículos da frota gerida pelo Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.16. Possibilitar ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise dos 10 maiores valores investidos em patrimônio municipal detalhados com base na classificação de tipo de Patrimônio. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.17. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise da quantidade de veículos pertencentes a frota municipal classificados conforme o tipo de veículo. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.18. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores dotações orçamentárias bloqueadas no município considerando os valores envolvidos | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.19. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores dotações orçamentárias bloqueadas no município considerando os valores envolvidos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.20. Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra o saldo atual do valor total das dotações orçamentárias bloqueadas | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.21. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores licitações em andamento no município considerando os valores envolvidos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.22. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores licitações em andamento no município considerando os valores envolvidos. | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 10.23. Possibilitar ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra a valor total das licitações em andamento do município | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.24. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 grupos de materiais que possuem os maiores valores em estoque no município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.25. Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra a valor da posição atual dos estoques armazenados pelo município | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.26. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a avaliação média da nota de avaliação do IDEB obtida pela rede municipal de Educação do Município | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.27. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de alunos abrangidos pela rede municipal de ensino cadastrados no sistema de educação do município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.28. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 creches da rede municipal que mais possuem crianças aguardando em fila de espera | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.29. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 creches da rede municipal que mais possuem vagas livres | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.30. Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra a quantidade de crianças aguardando na fila de espera das creches da rede municipal | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.31. Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra a quantidade de vagas livres nas creches da rede municipal | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 10.32. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre as vagas de creches ocupadas com as vagas de creches livres disponibilizadas pela rede pública Municipal. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.33. Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que possibilite a análise de quantidade de alunos matriculados no 1º ao 5º ano e a quantidade de alunos matriculados no 6º ao 9º ano | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.34. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores notas médias geradas por alunos do 6º ao 9º ano por estabelecimento de ensino do Município | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.35. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre as notas médias previstas com as notas médias dos últimos 3 anos obtidas pelos alunos do 6º ao 9º ano da rede pública Municipal. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.36. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 Maiores notas médias por disciplina de ensino gerados por alunos do 1º ao 5º ano do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.37. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores notas médias geradas por alunos do 1º ao 5º ano por estabelecimento de ensino do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.38. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores notas médias geradas por alunos do 1º ao 5º ano por estabelecimento de ensino do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.39. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a nota média prevista com as notas médias dos últimos 3 anos obtidas pelos alunos do 1º ao 5º ano da rede pública Municipal. | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 10.40. Possibilitar ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores notas médias por disciplina de ensino do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.41. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores notas médias por estabelecimento de ensino do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.42. Possibilitar ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores notas médias por estabelecimento de ensino do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.43. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre as notas médias previstas com as notas médias dos últimos 3 anos obtidas pelos alunos da rede pública Municipal. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.44. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise das despesas com educação já efetivamente comprometidas pelo Município, dividindo em valores já vencidos e não quitados e valores com vencimento para as competências futuras. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.45. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa mensal entre a despesa com educação realizada com o percentual da meta constitucional de gastos com educação referente ao exercício atual. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.46. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a despesa com educação prevista com o valor efetivamente gasto pelo Município no exercício financeiro atual. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.47. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de servidores do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 10.48. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise da série histórica mensal do exercício referente a quantidade de afastamento dos servidores em números de dias afastados. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.49. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores valores de gastos com funções gratificadas por órgão do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.50. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa da proporção de gastos com funções gratificadas em relação aos demais gastos com pessoal. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.51. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores valores de gastos com horas extras por órgão do município | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.52. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa da proporção de gastos com horas extras em relação aos demais gastos com pessoal. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.53. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores valores de gastos com cargos comissionados por órgão do município | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.54. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa da proporção de gastos com pessoal em cargo comissionado em relação aos demais gastos com pessoal. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.55. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa mensal entre a despesa com pessoal realizada com o percentual da meta de gastos de pessoal estipulada pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente ao exercício atual. | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 10.56. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a despesa com pessoal prevista com o valor efetivamente gasto pelo Município no exercício financeiro atual. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.57. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de Empresas cadastradas pela arrecadação do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.58. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de Imóveis cadastrados pela arrecadação do Município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.59. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores devedores com dívida protestada pelo município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.60. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores arrecadadores de outros tributos no município | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.61. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a evolução mensal acumulada da arrecadação com outros tributos realizado com o valor previsto. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.62. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a receita prevista para arrecadação dos outros tributos com o valor efetivamente arrecadado | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.63. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores arrecadadores de alvará no município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.64. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a evolução mensal acumulada da arrecadação com alvará realizado com o valor previsto. | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 10.65. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a receita prevista para arrecadação de Alvarás com o valor efetivamente arrecadado. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.66. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores pagadores de ISS no município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.67. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a evolução mensal acumulada do ISS realizado com o valor previsto. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.68. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a receita prevista para ISS com o valor efetivamente arrecadado. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.69. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores pagadores de IPTU no município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.70. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a evolução mensal acumulada do IPTU realizado com o valor previsto. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.71. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a receita prevista para IPTU com o valor efetivamente arrecadado. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.72. Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores devedores cadastrados em dívida ativa no município. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.73. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente a situação mensal da dívida ativa demonstrando o saldo do valor ao final de cada mês. | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|--|------------------|------------|
| 10.74. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente a situação atual da dívida ativa demonstrando os valores que foram encaminhados a protesto comparando com os que ainda não foram enviados para protesto. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.75. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente ao saldo atual referente ao valor do saldo das contas, ao valor comprometido do orçamento e o valor disponível para empenhos do município para o exercício corrente | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.76. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica referente ao valor do orçamento total do município para o exercício corrente. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.77. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente ao valor histórico mensal acumulado da despesa realizada apresentando o detalhamento conforme a fonte de recursos livres ou vinculados. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.78. Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que possibilite a análise referente ao saldo atual das contas apresentando também a divisão do saldo em recursos livres e vinculados | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.79. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico possibilite a análise referente ao valor histórico mensal acumulado da despesa realizada em comparação ao valor previsto | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.80. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente a situação atual da despesa em comparação ao valor previsto | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.81. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente ao valor histórico mensal acumulado da receita realizada em comparação ao valor previsto. | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|---|------------------|------------|
| 10.82. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico possibilite a análise referente a situação atual da receita em comparação ao valor previsto. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.83. Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente ao número de habitantes do Município conforme informações divulgadas pelo IBGE. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.84. Permitir ao gestor público a criação de novos relatórios, filtros, cards, gráficos e organização das informações de acordo com suas necessidades e demanda do momento; | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.85. O gestor publico deve ter a sua disposição todas as ferramentas necessárias para organização de informações, geração de relatórios e gráficos, extração de dados e criação de cards e dashboard; | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.86. Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico possibilite a análise referente a situação atual da execução dos recursos captados e relativos a contratos assinados pela administração direta e indireta, informando sua situação de execução ou paralização. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 10.87. Possuir um gerador de relatórios de acordo com parâmetros definidos pela contratante | SIM | SIM |
| 10.88. Possibilitar ao gestor a visualização em formato gráfico dos custos gerados pelos elementos de custos distribuídos conforme proporção de alocação aos objetos de custos | SIM | SIM |
| 10.89. Permitir que o gestor de custos defina quais serão os objetos de custos que a entidade possui como objetivo realizar o seu cálculo bem como a parametrização em relação ao tipo de acumulação de custos para cada um dos objetos de custos definidos. | SIM | NÃO |



| | | |
|--|-----|-----|
| 10.90. Permitir que o usuário responsável pela apuração de custos realize o fechamento para cálculo de uma visão para um período. Neste caso, sempre que acionado o fechamento de cálculo de uma visão e solicitado um processamento para aquele período, a visão de custos fechada não será mais alterada. | SIM | NÃO |
| 10.91. Possibilitar a interação de dados com sistemas de gestão de compras, patrimônio, almoxarifado, contabilidade e folha de pagamento. | SIM | NÃO |
| 10.92. Possibilitar ao gestor de custos o cadastro de uma ou mais opções de metodologia de custeio para uma mesma entidade. | SIM | SIM |
| 10.93. Possibilitar o gerenciamento da definição dos critérios que compõem o fato gerador de custos para cada sistema estruturante integrado ao sistema custos | SIM | SIM |
| 10.94. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados dos custos unitários acumulados no período, detalhados para cada um dos objetos de custos calculados pela entidade | SIM | NÃO |
| 10.95. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados de custos fixos, variáveis, diretos e indiretos, detalhados a nível de centro de custos. | SIM | NÃO |
| 10.96. Permitir a recepção de dados referente as variáveis financeiras geradas por outros sistemas, desde que atendidos os formatos pré estabelecidos pelo leiaute de importação de dados. | SIM | NÃO |
| 10.97. Possibilitar ao gestor a visualização em formato gráfico dos custos gerados pelos objetos de custos organizados conforme classificação Institucional, Funcional e Programática. | SIM | NÃO |
| 10.98. Possibilitar ao gestor a visualização em formato gráfico dos custos gerados pelos centros de custos organizados conforme classificação Institucional, Funcional e Programática. | SIM | SIM |
| 10.99. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados dos elementos de custos, detalhados a nível de centro de custos. | SIM | NÃO |

| | | |
|---|-----|-----|
| 10.100. Possibilitar aos responsáveis e gestores da informação de custos, por meio da utilização de filtros de delimitação de cenários, verificar quais foram os lançamentos realizados pelo sistema de origem bem como o vínculo realizado no sistema de custos, que geraram os resultados de custos da entidade. | SIM | SIM |
| 10.101. Possibilitar ao gestor a visualização em formato gráfico dos custos gerados pelos elementos de custos organizados conforme classificação Institucional e Programática. | SIM | NÃO |
| 10.102. Possibilitar a elaboração de notas explicativas visando estabelecer o esclarecimento de detalhes na divulgação dos resultados da apuração de custos. | SIM | SIM |
| 10.103. Possibilitar realizar uma consulta rápida para visualizar se um vínculo com sistema estruturante já foi utilizado na arquitetura da visão de custos. | SIM | NÃO |
| 10.104. Possibilitar definir quais fundos públicos administrados pela entidade principal terão suas informações consolidadas na mesma visão de custos. | SIM | NÃO |
| 10.105. Possibilitar ao gestor a visualização da série histórica por competência em formato gráfico dos custos gerados pelos objetos de custos. | SIM | NÃO |
| 10.106. Possibilitar ao gestor de custos parametrizar o cálculo dos elementos de custos por meio da geração de vínculos entre os elementos de custos com a(s) respectiva(s) variável(is) utilizadas no sistema estruturante de origem. | SIM | SIM |
| 10.107. Permitir ao gestor de custos da entidade gerar o relatório de Demonstração do Resultado Econômico com comparativo entre períodos. | SIM | SIM |
| 10.108. Possibilitar ao gestor a visualização da série histórica por competência em formato gráfico dos custos gerados pelos elementos de custos. | SIM | NÃO |
| 10.109. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados dos elementos de custos, detalhados a nível de objetos de custos. | SIM | NÃO |



| | | |
|--|-----|-----|
| 10.110. Permitir ao gestor de custos definir quais serão os elementos de custos que a entidade possui com o objetivo de realizar o seu cálculo e parametrizar de acordo com a função analítica ou sintética e também a classificação dos custos fixos ou variáveis. | SIM | NÃO |
| 10.111. Permitir que o gestor de custos parametrize o cálculo do custo dos centros de custos por meio das da geração de vínculos entre os centros de custos com a(s) respectiva(s) variável(is) utilizadas no sistema estruturante de origem. O gestor de custos também parametrizará o enquadramento do centro de custos na classificação Instituição, Funcional e Programática para o exercício financeiro. | SIM | NÃO |
| 10.112. Permitir ao responsável da apuração de custos da entidade gerar o relatório de Demonstração do Resultado Econômico conforme regras exigidas pela NBCT. | SIM | NÃO |
| 10.113. Permitir que o gestor realize a atualização dos critérios de alocação uma única vez, atualizando automaticamente os critérios de alocação dos centros de custos vinculados ao respectivo alocador de custos. | SIM | NÃO |
| 10.114. Possibilitar que o usuário identifique o percentual concluído da elaboração da arquitetura de uma visão de custos. | SIM | NÃO |
| 10.115. Permitir que o gestor de custos e o responsável pela apuração dos custos gerenciem processamento referente aos cálculos de custos podendo iniciar o processamento no momento que for conveniente. No momento de iniciar o processamento o usuário ainda pode determinar a periodicidade do cálculo, visões de custos a serem processadas, bem como os sistemas estruturantes desejados. | SIM | NÃO |
| 10.116. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados da alocação dos custos direcionados para os objetos de custos. | SIM | NÃO |



| | | |
|--|-----|-----|
| 10.117. Permitir ao gestor de custos a criação de visões diferenciadas de custos, que permitirão a obtenção de resultados mediante a verificação de possíveis cenários que afetam a apuração do custo unitário dos objetos de custos. | SIM | SIM |
| 10.118. Permitir que o gestor da informação de custos realize o download das informações referentes aos custos em formato xls (planilha excel) quando a informação estiver disposta em formato tabela. | SIM | SIM |
| 10.119. Permitir que o usuário responsável pela apuração de custos acompanhe o andamento do processamento e seu resultado quando gerado, verificando se o processamento ocorreu com sucesso, ou em caso de falha no processamento, os possíveis motivos que não permitiram a sua finalização com sucesso. | SIM | SIM |
| 10.120. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados do custo unitário mensal e também a | SIM | SIM |
| 10.121. média dos custos unitários por período, detalhados para cada um dos objetos de custos calculados pela entidade. | SIM | NÃO |
| 10.122. Possibilitar ao gestor a visualização da série histórica por competência em formato gráfico dos custos gerados pelos centros de custos. | SIM | NÃO |
| 10.123. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados de custos fixos, variáveis, diretos e indiretos, detalhados a nível de objetos de custos. | SIM | NÃO |
| 10.124. Possibilitar ao gestor a visualização em formato gráfico dos custos gerados pelos elementos de custos distribuídos conforme proporção de alocação aos centros de custos. | SIM | NÃO |
| 10.125. Possibilitar realizar consulta referente a composição de centro de custos de origem dos objetos de custos. | SIM | NÃO |



| | | |
|--|-----|-----|
| 10.126. Permitir que o gestor de custos defina quais serão os centro de custos que a entidade possui com o objetivo realizar o seu cálculo bem como a parametrização em relação a classificação de de custos diretos ou indiretos para cada um dos objetos de custos definidos. | SIM | SIM |
| 10.127. Permitir que o gestor de custos realize o download dos gráficos exibidos visualmente em formatos PDF, JPEG, PNG e SVG. | SIM | NÃO |
| 10.128. Permitir ao gestor de custos parametrizar a metodologia de custeio a ser adotada individualmente a cada um dos centros de custos, por meio definição de centro de custos e método de custeio, juntamente com o critério de alocação estipulado pelo método de custeio. | SIM | NÃO |
| 10.129. Permitir que o usuário responsável pela apuração de custos realize cópia integral de uma visão de custos já cadastrada pela entidade | SIM | NÃO |
| 10.130. Permitir ao gestor de custos parametrizar o enquadramento do objeto de custos na classificação Institucional, Funcional e Programática para o exercício financeiro, a definição da periodicidade e da quantidade de variáveis físicas e a definição da periodicidade e do valor econômico para o cálculo dos objetos de custos da entidade. | SIM | NÃO |
| 10.131. Permite que o usuário responsável pela apuração de custos realize a exclusão da arquitetura de custos em uma visão de custos. | SIM | NÃO |

11. Sistema de Gestão de Custos

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 11.1. Possibilitar ao gestor a visualização em formato gráfico dos custos gerados pelos elementos de custos distribuídos conforme proporção de alocação aos objetos de custos | DESEJÁVEL | NÃO |

| | | |
|---|-----------|-----|
| 11.2. Permitir que o gestor de custos defina quais serão os objetos de custos que a entidade possui como objetivo realizar o seu cálculo bem como a parametrização em relação ao tipo de acumulação de custos para cada um dos objetos de custos definidos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.3. Permitir que o usuário responsável pela apuração de custos realize o fechamento para cálculo de uma visão para um período. Neste caso, sempre que acionado o fechamento de cálculo de uma visão e solicitado um processamento para aquele período, a visão de custos fechada não será mais alterada. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.4. Possibilitar a interação de dados com sistemas de gestão de compras, patrimônio, almoxarifado, contabilidade e folha de pagamento. | SIM | NÃO |
| 11.5. Possibilitar ao gestor de custos o cadastro de uma ou mais opções de metodologia de custeio para uma mesma entidade. | SIM | NÃO |
| 11.6. Possibilitar o gerenciamento da definição dos critérios que compõem o fato gerador de custos para cada sistema estruturante integrado ao sistema custos | SIM | NÃO |
| 11.7. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados dos custos unitários acumulados no período, detalhados para cada um dos objetos de custos calculados pela entidade | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.8. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados de custos fixos, variáveis, diretos e indiretos, detalhados a nível de centro de custos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.9. Permitir a recepção de dados referente as variáveis financeiras geradas por outros sistemas, desde que atendidos os formatos pré estabelecidos pelo leiaute de importação de dados. | SIM | NÃO |
| 11.10. 1.1. Possibilitar ao gestor a visualização em formato gráfico dos custos gerados pelos objetos/centros/elementos de custos organizados conforme classificação Institucional, Funcional e Programática. | SIM | SIM |



| | | |
|--|-----------|-----|
| 11.11. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados dos elementos de custos, detalhados a nível de centro de custos. | SIM | SIM |
| 11.12. Possibilitar aos responsáveis e gestores da informação de custos, por meio da utilização de filtros de delimitação de cenários, verificar quais foram os lançamentos realizados pelo sistema de origem bem como o vínculo realizado no sistema de custos, que geraram os resultados de custos da entidade. | SIM | NÃO |
| 11.13. Possibilitar a elaboração de notas explicativas visando estabelecer o esclarecimento de detalhes na divulgação dos resultados da apuração de custos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.14. Possibilitar realizar uma consulta rápida para visualizar se um vínculo com sistema estruturante já foi utilizado na arquitetura da visão de custos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.15. Possibilitar definir quais fundos públicos administrados pela entidade principal terão suas informações consolidadas na mesma visão de custos. | SIM | SIM |
| 11.16. Possibilitar ao gestor a visualização da série histórica por competência em formato gráfico dos custos gerados pelos objetos de custos. | SIM | SIM |
| 11.17. Possibilitar ao gestor de custos parametrizar o cálculo dos elementos de custos por meio da geração de vínculos entre os elementos de custos com a(s) respectiva(s) variável(is) utilizadas no sistema estruturante de origem. | SIM | NÃO |
| 11.18. Permitir ao gestor de custos da entidade gerar o relatório de Demonstração do Resultado Econômico com comparativo entre períodos. | SIM | SIM |
| 11.19. Possibilitar ao gestor a visualização da série histórica por competência em formato gráfico dos custos gerados pelos elementos de custos. | SIM | SIM |
| 11.20. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados dos elementos de custos, detalhados a nível de objetos de custos. | SIM | SIM |



| | | |
|---|-----------|-----|
| 11.21. Permitir ao gestor de custos definir quais serão os elementos de custos que a entidade possui com o objetivo de realizar o seu cálculo e parametrizar de acordo com a função analítica ou sintética e também a classificação dos custos fixos ou variáveis. | SIM | SIM |
| 11.22. Permitir que o gestor de custos parametrize o cálculo do custo dos centros de custos por meio das da geração de vínculos entre os centros de custos com a(s) respectiva(s) variável(is) utilizadas no sistema estruturante de origem. O gestor de custos também parametrizará o enquadramento do centro de custos na classificação Instituição, Funcional e Programática para o exercício financeiro. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.23. Permitir ao responsável da apuração de custos da entidade gerar o relatório de Demonstração do Resultado Econômico conforme regras exigidas pela NBCT. | SIM | SIM |
| 11.24. Permitir que o gestor realize a atualização dos critérios de alocação uma única vez, atualizando automaticamente os critérios de alocação dos centros de custos vinculados ao respectivo alocador de custos. | SIM | SIM |
| 11.25. Possibilitar que o usuário identifique o percentual concluído da elaboração da arquitetura de uma visão de custos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.26. Permitir que o gestor de custos e o responsável pela apuração dos custos gerenciem processamento referente aos cálculos de custos podendo iniciar o processamento no momento que for conveniente. No momento de iniciar o processamento o usuário ainda pode determinar a periodicidade do cálculo, visões de custos a serem processadas, bem como os sistemas estruturantes desejados. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.27. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados da alocação dos custos direcionados para os objetos de custos. | SIM | SIM |
| 11.28. Permitir ao gestor de custos a criação de visões diferenciadas de custos, que permitirão a obtenção de resultados mediante a verificação de possíveis cenários que afetam a apuração do custo unitário dos objetos de custos. | SIM | SIM |



| | | |
|---|-----------|-----|
| 11.29. Permitir que o gestor da informação de custos realize o download das informações referentes aos custos em formato xls (planilha excel) quando a informação estiver disposta em formato tabela. | SIM | NÃO |
| 11.30. Permitir que o usuário responsável pela apuração de custos acompanhe o andamento do processamento e seu resultado quando gerado, verificando se o processamento ocorreu com sucesso, ou em caso de falha no processamento, os possíveis motivos que não permitiram a sua finalização com sucesso. | SIM | NÃO |
| 11.31. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados do custo unitário mensal | SIM | SIM |
| 11.32. Permitir visualizar a média dos custos unitários por período, detalhados para cada um dos objetos de custos calculados pela entidade. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.33. Possibilitar ao gestor a visualização da série histórica por competência em formato gráfico dos custos gerados pelos centros de custos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.34. Possibilitar ao gestor visualizar em formato gráfico os resultados de custos fixos, variáveis, diretos e indiretos, detalhados a nível de objetos de custos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.35. Possibilitar ao gestor a visualização em formato gráfico dos custos gerados pelos elementos de custos distribuídos conforme proporção de alocação aos centros de custos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.36. Possibilitar realizar consulta referente a composição de centro de custos de origem dos objetos de custos. | SIM | SIM |
| 11.37. Permitir que o gestor de custos defina quais serão os centro de custos que a entidade possui com o objetivo realizar o seu cálculo bem como a parametrização em relação a classificação de custos diretos ou indiretos para cada um dos objetos de custos definidos. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.38. Permitir que o gestor de custos realize o download dos gráficos exibidos visualmente em formatos PDF, JPEG, PNG e SVG. | SIM | NÃO |

| | | |
|---|-----------|-----|
| 11.39. Permitir ao gestor de custos parametrizar a metodologia de custeio a ser adotada individualmente a cada um dos centros de custos, por meio definição de centro de custos e método de custeio, juntamente com o critério de alocação estipulado pelo método de custeio. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.40. Permitir que o usuário responsável pela apuração de custos realize cópia integral de uma visão de custos já cadastrada pela entidade | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.41. Permitir ao gestor de custos parametrizar o enquadramento do objeto de custos na classificação Institucional, Funcional e Programática para o exercício financeiro, a definição da periodicidade e da quantidade de variáveis físicas e a definição da periodicidade e do valor econômico para o cálculo dos objetos de custos da entidade. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 11.42. Permite que o usuário responsável pela apuração de custos realize a exclusão da arquitetura de custos em uma visão de custos. | SIM | SIM |

12. Sistema de Gestão de Recursos Humanos

12.1. Módulo Geral

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 12.1.1. Permitir registrar todas as informações referentes aos atos legais associados às movimentações cadastrais do servidor público. Os registros desse cadastro poderão ser gerados automaticamente pelo sistema, caso seja informado o código do ato durante o cadastramento de uma movimentação (admissão, alteração de cargo, alteração salarial, demissão/exoneração, etc). Esse cadastro, também, pode ser feito manualmente, bastando para isso, cadastrar a movimentação de pessoal no próprio cadastro. | SIM | SIM |
| 12.1.2. Permitir a configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo. | SIM | SIM |
| 12.1.3. Permitir o cadastro e manutenção de eventos dos tipos: proventos, descontos e eventos informativos que servem somente para realizar o cálculo interno não havendo crédito ou débito do salário pago ao funcionário. | SIM | SIM |
| 12.1.4. Possuir rotina de configuração de parâmetros da Previdência Social (RGPS) assim como códigos e os percentuais que são utilizados na geração de valores. | SIM | NÃO |
| 12.1.5. Flexibilizar as configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pela prefeitura Municipal de (cidade). | SIM | SIM |
| 12.1.6. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas. | SIM | SIM |
| 12.1.7. Permitir cadastrar e vincular dependentes no cadastro de pessoas informando o tipo de dependência, data inicial e final. | SIM | SIM |

| | | |
|---|-----|-----|
| 12.1.8. Permitir mais de um vínculo para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário. | SIM | SIM |
| 12.1.9. Controlar a lotação e localização física dos servidores. | SIM | SIM |
| 12.1.10. Permitir registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a admissão do funcionário, através da informação do ato. | SIM | NÃO |
| 12.1.11. Permitir indicar para cada funcionário substituto, quem este está substituindo. | SIM | SIM |
| 12.1.12. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato. | SIM | NÃO |
| 12.1.13. Permitir o controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano. | SIM | SIM |
| 12.1.14. Permitir registrar os vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdenciário ou assistencial ao qual o funcionário está vinculado. | SIM | SIM |
| 12.1.15. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio. | SIM | SIM |
| 12.1.16. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado, permitindo informar seus dependentes para desconto no IRRF. | SIM | SIM |
| 12.1.17. Ter o controle dos períodos aquisitivos de férias, controle dos lançamentos, suspensões e cancelamentos por funcionário conforme configuração. | SIM | SIM |

| | | |
|--|-----|-----|
| 12.1.18. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias. | SIM | SIM |
| 12.1.19. Permitir visualizar as faltas e os descontos de faltas que o funcionário teve dentro do período aquisitivo de férias e propiciar o lançamento destas faltas. | SIM | SIM |
| 12.1.20. Permitir a criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos, suspensões dos períodos ou manutenção manual dos períodos aquisitivos. | SIM | SIM |
| 12.1.21. Permitir cadastrar grupos funcionais visando a flexibilização no controle de funcionários, já que dentro do organograma da entidade não se permitem controles adicionais por espécie de contratação ou características comuns de determinado grupo. | SIM | NÃO |
| 12.1.22. Permitir diferentes configurações de férias por cargo. | SIM | SIM |
| 12.1.23. Cadastrar níveis salariais, permitindo definir a ordem de progressão das classes e referências, informar uma classe ou referência com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial. | SIM | NÃO |
| 12.1.24. Manter as respectivas informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira. | SIM | SIM |
| 12.1.25. Permitir o cadastro dos tipos de movimentação de pessoal. Estas movimentações servem para alimentar o registro funcional, e também, para gerar informações necessárias ao TCE. De maneira geral, cada alteração cadastral - alterações salariais, de cargo, de lotação, admissão, exoneração ou demissão, aposentadoria, falecimento, transferências, etc - sofrida pelo funcionário, pode ser considerada um tipo de movimentação de pessoal. | SIM | SIM |

| | | |
|--|-----|-----|
| 12.1.26. Permitir a configuração das tabelas de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras). | SIM | SIM |
| 12.1.27. Permitir copiar os dados de uma outra tabela para que sejam realizadas as devidas alterações, conforme legislação. | SIM | NÃO |
| 12.1.28. Permitir a configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com as legislações vigentes da entidade. | SIM | SIM |
| 12.1.29. Permitir a inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS. | SIM | SIM |
| 12.1.30. Permitir configurar o cálculo da provisão de férias e 13º salário, adicionando novos eventos que incidam no cálculo da entidade, ou alterar o processo de provisionamento para tratar os eventos principais como médias e/ou vantagens. | SIM | SIM |
| 12.1.31. Permitir a configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores. | SIM | SIM |
| 12.1.32. Permitir estipular as regras para "cancelamento" dos períodos aquisitivos de férias conforme as normas previstas em estatuto e/ou lei regulamentada. Motivos que o funcionário perde o direito às férias. | SIM | NÃO |
| 12.1.33. Permitir estipular as regras para "suspensão" do período aquisitivo de férias conforme normas previstas em estatuto e/ou lei, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado a data final. | SIM | NÃO |

| | | |
|--|-----|-----|
| 12.1.34. Permitir a configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo. | SIM | SIM |
| 12.1.35. Permitir cadastrar tipos de diárias e o seu respectivo valor conforme o cargo. | SIM | SIM |
| 12.1.36. Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato. | SIM | NÃO |
| 12.1.37. Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais, férias coletivas e férias programadas. | SIM | SIM |
| 12.1.38. Permitir o desconto de faltas no pagamento das férias. | SIM | SIM |
| 12.1.39. Permitir o pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias. | SIM | NÃO |
| 12.1.40. Permitir calcular individualmente para o funcionário as verbas rescisórias e também excluir rescisões. | SIM | SIM |
| 12.1.41. Permitir calcular para vários funcionários, as verbas rescisórias. | SIM | SIM |
| 12.1.42. Permitir calcular uma rescisão complementar para funcionários que tiverem a rescisão calculada. | SIM | SIM |
| 12.1.43. Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura. Não permitir a emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado. | SIM | SIM |
| 12.1.44. Controlar os afastamentos do funcionário. | SIM | SIM |
| 12.1.45. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato. | SIM | SIM |

| | | |
|--|-----|-----|
| 12.1.46. Registrar todo o histórico salarial do servidor, registrando a automaticamente a movimentação de pessoal referente as alterações salariais do servidor, através da informação do ato. | SIM | SIM |
| 12.1.47. Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos. | SIM | SIM |
| 12.1.48. Propiciar a adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais. | SIM | SIM |
| 12.1.49. Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cadastro de níveis salariais conforme a sua necessidade. | SIM | SIM |
| 12.1.50. Emitir o resumo da folha por período com todos os tipos de proventos e descontos gerados na folha, mostrando o valor total e a quantidade total de funcionários. Além disso, permitir selecionar as informações, assim como agrupar os dados, e também ordená-los. | SIM | SIM |
| 12.1.51. Permitir a emissão de guia de recolhimento do IRRF (Imposto de Renda dos Funcionários). Ao emití-la, poderá escolher o modelo, o tipo de impressão e fazer a seleção das informações. | SIM | SIM |
| 12.1.52. Permitir a emissão da guia para fins de recolhimento rescisório do FGTS e da Contribuição Social para funcionários que não possuem rescisão por motivo de morte, pois as informações referentes à rescisão são geradas automaticamente pelo processo da SEFIP. | SIM | SIM |
| 12.1.53. Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes. | SIM | SIM |
| 12.1.54. Permitir a configuração dos eventos que comporão os valores de alguns campos do arquivo da Rais. | SIM | SIM |
| 12.1.55. Permitir a visualização de empréstimos consignados. Consultar os cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário. | SIM | SIM |

| | | |
|---|-----|-----|
| 12.1.56. Permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro através da mudança de organogramas. | SIM | NÃO |
| 12.1.57. Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual. | SIM | SIM |
| 12.1.58. Permitir a integração com o sistema de contabilidade para geração dos empenhos e ordens de pagamentos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais. | SIM | NÃO |
| 12.1.59. Permitir consultar os cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário. | SIM | SIM |
| 12.1.60. Permitir consultar os contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados. | SIM | SIM |
| 12.1.61. Permitir cadastrar as informações: de pessoal de contato com o eSocial, dados da entidade, para serem enviado para eSocial. | SIM | SIM |
| 12.1.62. Permitir informar qual a empresa que fornece o software para a entidade. Podendo ser de diferentes Software house, sendo essas informações enviadas para o eSocial. | SIM | NÃO |
| 12.1.63. Permitir o cadastro dos dados estrangeiros da pessoa. | SIM | NÃO |
| 12.1.64. Permitir registrar casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave. | SIM | SIM |
| 12.1.65. Ter cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007. | SIM | SIM |

| | | |
|---|-----|-----|
| 12.1.66. Registrar os atos e todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos conforme a solicitações do TCE. | SIM | SIM |
| 12.1.67. Permitir importar o arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais do Identificar as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas. | SIM | NÃO |
| 12.1.68. Permitir cadastrar informações de alguns tipos de afastamentos para atender a exigências do eSocial. | SIM | SIM |
| 12.1.69. Permitir as Entidades uma forma de identificar possíveis divergências entre os cadastros internos das empresas, o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, a fim de não comprometer o cadastramento inicial ou admissões de trabalhadores no eSocial, através da extração dos dados conforme layout disponibilizado pelo eSocial. | SIM | NÃO |
| 12.1.70. Gerar em arquivo as informações referentes a GRRF. | SIM | NÃO |
| 12.1.71. Gerar a GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD). | SIM | NÃO |
| 12.1.72. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos na competência ou dia informado (CAGED). | SIM | NÃO |
| 12.1.73. Emitir informações que comprovem o rendimento e retenção de imposto de renda retido na fonte. | SIM | SIM |
| 12.1.74. Gerar o arquivo com a relação dos funcionários para a Dirf, conforme exigências da Receita Federal. | SIM | NÃO |
| 12.1.75. Gerar o arquivo com a relação dos funcionários para Rais, Além disso, pode-se selecionar outras entidades para gerar dados para o arquivo e informar o mês base para a remuneração dos funcionários. | SIM | NÃO |

| | | |
|---|-----|-----|
| 12.1.76. Permitir a visualização de possíveis inconsistências na base de dados na entidade, que são exigidas para a validação do eSocial, selecionando competência, modelos, agrupando informações. | SIM | SIM |
| 12.1.77. Permitir gerar informações de dados cadastrados no sistema para atendimento das exigências legais do TCE. | SIM | NÃO |
| 12.1.78. Gerar os arquivos com dados e informações de pessoal exigidos pelo TCEMG por meio do SICOM. | SIM | NÃO |
| 12.1.79. Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu holerite no Município consultado | SIM | SIM |
| 12.1.80. Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu Informe de rendimentos para IRPF no Município consultado. | SIM | SIM |
| 12.1.81. Permitir configurar o cálculo de projeção mensal e 13º salário, para fins elaboração da proposta orçamentária, adicionando novos eventos que incidam no cálculo da entidade, ou alterar o processo de provisionamento para tratar os eventos principais como médias e/ou vantagens. | SIM | SIM |
| 12.1.82. Permitir o controle de empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal ou na rescisão. | SIM | SIM |
| 12.1.83. Permitir a limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios. | SIM | SIM |
| 12.1.84. Propiciar o lançamento de históricos do tempo de serviço anterior, permitindo averbar esses períodos anteriores como: | SIM | NÃO |
| 12.1.85. Tempo para a aquisição de licença-prêmio; | SIM | NÃO |
| 12.1.86. Tempo para a aquisição de adicional; | SIM | NÃO |
| 12.1.87. Tempo válido para a contagem de tempo de serviço. | SIM | NÃO |

| | | |
|---|-----|-----|
| 12.1.88. Permitir o registro de salários de contribuição das experiências anteriores a admissão nesta entidade, informando a competência, valor da contribuição e o tipo de previdência. | SIM | NÃO |
| 12.1.89. Registrar atos de elogio, advertência e punição. | SIM | SIM |
| 12.1.90. Propiciar a geração de afastamento. | SIM | SIM |
| 12.1.91. Propiciar que seja informado o responsável pelo ato. | SIM | SIM |
| 12.1.92. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrado algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido. | SIM | SIM |
| 12.1.93. Permitir o controle de níveis salariais do cargo. | SIM | SIM |
| 12.1.94. Propiciar as informações dos processos de aposentadorias e pensões integrado com a folha de pagamento. | SIM | SIM |
| 12.1.95. Registrar os históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões. | SIM | SIM |
| 12.1.96. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões. | SIM | SIM |
| 12.1.97. Propiciar o cadastro de pensionistas integrado com a folha de pagamento. | SIM | SIM |
| 12.1.98. Propiciar o controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial. | SIM | SIM |
| 12.1.99. Permitir a inserção de representante legal do beneficiário menor ou incapaz. | SIM | SIM |
| 12.1.100. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão. | SIM | SIM |

| | | |
|--|-----|-----|
| 12.1.101. Permitir o cadastro de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas de cargos públicos por meio de editais e critérios de aplicação de provas na área de conhecimento. | SIM | SIM |
| 12.1.102. Permitir a separação dos candidatos por região, área, avaliações, candidatos, perfil do cargo concorrido a vaga. | SIM | SIM |
| 12.1.103. Permitir o cadastro da forma como serão informados os resultados finais (aprovação e classificação) das avaliações do concurso público. | SIM | SIM |
| 12.1.104. Permitir o cadastro de comissões avaliadora dos concursos e seus membros que irão participar sendo presidente, secretário ou membro. | SIM | SIM |
| 12.1.105. Permitir o cadastro de atestados com informação do CID (Classificação Internacional de Doenças). | SIM | SIM |
| 12.1.106. Permitir o controle dos atestados através de laudos médicos. | SIM | SIM |
| 12.1.107. Propiciar o controle por meio do laudo médico se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Classificação Internacional de Doenças) do atestado. | SIM | SIM |
| 12.1.108. Permitir no deferimento do laudo médico a geração automática de afastamentos. | SIM | SIM |
| 12.1.109. Permitir o cadastro de responsáveis pelos PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário | SIM | SIM |
| 12.1.110. Propiciar o cadastro de acidentes de trabalho com registro dos dados do acidente, utilização ou não de equipamento de segurança, entrevista com o funcionário e testemunhas do acidente. | SIM | SIM |
| 12.1.111. Propiciar o cadastramento da ficha de avaliação médica "Anamnese", para fazer a entrevista de saúde do candidato à vaga da função na entidade. | SIM | SIM |
| 12.1.112. Permitir o cadastro de médicos que farão parte da junta médica podendo ser composta por um ou vários médicos. | SIM | SIM |

| | | |
|--|-----|-----|
| 12.1.113. Permitir o cadastro ou vinculação pessoa jurídica como instituição médica | SIM | SIM |
| 12.1.114. Permitir o cadastro de acompanhamento das informações da avaliação da situação de saúde do funcionário, podendo ser submetido a exames, devido ao seu trabalho ou qualquer outro fator que o leve a ser examinado. Essas informações servem para gerar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) | SIM | SIM |
| 12.1.115. Permitir o cadastro dos fatores de risco a que se expõe um funcionário, servindo para a geração do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). | SIM | SIM |
| 12.1.116. Permitir o registro das informações referentes às exposições a fatores de risco, que possam causar danos a saúde ou integridade dos funcionários, servindo para a geração do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). | SIM | SIM |
| 12.1.117. Permitir o cadastro dos requisitos do Ministério do Trabalho para EPI (Equipamento de Proteção Individual). Essas informações servem para gerar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). | SIM | SIM |
| 12.1.118. Permitir o cadastro de período em que o funcionário desempenhou a função, ou seja, sua atividade profissional. | SIM | SIM |
| 12.1.119. Permitir o cadastro de aquisição pela entidade de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamento de Proteção Coletiva - EPC. | SIM | SIM |
| 12.1.120. Permitir o planejamento e execução de cursos de aperfeiçoamento com as seguintes características: | SIM | SIM |
| 12.1.121. Definir cronograma, carga horária e data da emissão de certificado; | SIM | SIM |
| 12.1.122. Propiciar a informação do ministrante; | SIM | SIM |
| 12.1.123. Permitir identificar se o curso foi por iniciativa da empresa ou por solicitação dos próprios servidores. | SIM | SIM |

| | | |
|--|-----|-----|
| 12.1.124. Permitir o cadastro das comissões avaliadoras e os membros que irão participar dentro do período vigente informado. | SIM | SIM |
| 12.1.125. Permitir a configuração do uso de tempos anteriores averbados, para cada período de adicional do funcionário. | SIM | SIM |
| 12.1.126. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a concessão de adicional ao servidor, através da informação do ato. | SIM | SIM |
| 12.1.127. Propiciar a identificação o tipo da transferência entre cedência ou recebimento do servidor. | SIM | NÃO |
| 12.1.128. Permitir as configurações de diferentes formas de contagem de períodos de licença-prêmio por cargo. | SIM | SIM |
| 12.1.129. Permitir a configuração do período para a aquisição da licença-prêmio em anos ou em dias. | SIM | SIM |
| 12.1.130. Permitir a configuração do período de gozo da licença ao ser lançado como um afastamento e qual o tipo do afastamento. | SIM | SIM |
| 12.1.131. Propiciar a configuração de quais afastamentos e qual a quantidade de dias afastados que fará com que o período de aquisição de licença-prêmio do funcionário seja cancelado ou postergado. | SIM | SIM |
| 12.1.132. Permitir as configurações de diferentes formas de contagem de períodos para a aquisição de adicionais. | SIM | NÃO |
| 12.1.133. Permitir a utilização dos tempos de experiências anteriores para mais de uma matrícula atual do servidor. | SIM | NÃO |
| 12.1.134. Permitir a utilização dos tempos ainda não averbados de contratos anteriores para mais de uma matrícula atual do servidor. | SIM | NÃO |
| 12.1.135. Propiciar a configuração de quais afastamentos e qual a quantidade de dias afastados que fará com que o período de aquisição de adicional do funcionário seja cancelado ou postergado. | SIM | SIM |

| | | |
|---|-----|-----|
| 12.1.136. Propiciar a configuração de quais motivos de faltas e qual a quantidade de faltas que fará com que o período de aquisição de adicional do funcionário seja cancelado ou postergado. | SIM | SIM |
| 12.1.137. Proporcionar o controle automático dos períodos de aquisição de adicionais conforme as configurações. | SIM | NÃO |
| 12.1.138. Proporcionar o controle dos períodos de aquisição de licenças-prêmio conforme as configurações da licença-prêmio. | SIM | SIM |
| 12.1.139. Oportunizar o controle dos afastamentos do funcionário, integrado com a folha de pagamento do mesmo. | SIM | SIM |
| 12.1.140. Propiciar o registro automático da movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, por meio da informação do ato. | SIM | SIM |
| 12.1.141. Propiciar o encerramento do concurso para não ocorrer alterações das informações e candidatos que participaram a fim de serem admitidos como funcionários. | SIM | SIM |
| 12.1.142. Permitir o controle do nível de escolaridade do servidor. | SIM | SIM |
| 12.1.143. Viabilizar a efetuação do encerramento dos cursos oferecidos pela entidade aos funcionários. | SIM | SIM |
| 12.1.144. Permitir os registros dos tempos referentes a contratos rescindidos anteriormente, experiências anteriores e averbações que devem ser contados para adicionais, licenças-prêmio ou tempo de serviço. | SIM | SIM |
| 12.1.145. Permitir o registro dos históricos salariais do servidor. | SIM | SIM |
| 12.1.146. Propiciar o registro automático da movimentação de pessoal referente as alterações salariais do servidor por meio da informação do ato. | SIM | SIM |
| 12.1.147. Propiciar o registro do histórico de alterações de cargo do servidor. | SIM | SIM |



| | | |
|---|-----|-----|
| 12.1.148. Permitir a geração das despesas referentes aos planos de saúde no período informado cadastrando nas despesas do funcionário. | SIM | SIM |
| 12.1.149. Permitir a emissão de relatórios cadastrais por pessoa, dependentes, experiências anteriores, averbações e bolsas de estudo. | SIM | SIM |
| 12.1.150. Propiciar a emissão de relatórios referente a pessoa, compreendendo as informações de dependentes, experiências anteriores, averbações para aposentadoria, licença-prêmio, adicionais de tempo de serviço e bolsa de estudo. | SIM | SIM |
| 12.1.151. Propiciar a emissão da ficha de avaliação médica "Anamnese", preenchendo a entrevista de saúde do candidato à vaga da função na entidade. | SIM | NÃO |
| 12.1.152. Propiciar o cadastro de comunicação de acidente de trabalho para posterior emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT para o INSS. | SIM | SIM |
| 12.1.153. Propiciar a emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, baseado no histórico do servidor, conforme o layout da Previdência Social. | SIM | SIM |

12.2. Módulo Atendimento ao Servidor Público

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 12.2.1. Permitir o acesso via internet das informações dos servidores | SIM | SIM |
| 12.2.2. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de alterações cadastrais pessoais. | SIM | SIM |
| 12.2.3. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade comprovem a necessidade das solicitações de alterações cadastrais pessoais anexando documentos no formato de imagem. | SIM | SIM |



| | | |
|--|-----|-----|
| 12.2.4. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de cursos de aperfeiçoamento, seminários, graduações, palestras, dentre outros; | SIM | SIM |
| 12.2.5. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade façam solicitações de programação de férias. | SIM | SIM |
| 12.2.6. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de licença adoção, comprovando a sua necessidade por meio de anexação de documento em formato de imagem. | SIM | SIM |
| 12.2.7. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade façam solicitações de licença casamento, comprovando sua necessidade anexando documento em formato de imagem. | SIM | SIM |
| 12.2.8. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de licença maternidade, comprovando sua necessidade anexando documentos em formato de imagem. | SIM | SIM |
| 12.2.9. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de licença prêmio e licença sem vencimento. | SIM | SIM |
| 12.2.10. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de adiantamento de 13º salário, adiantamento de férias e adiantamento salarial. | SIM | SIM |
| 12.2.11. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de benefício, como plano de saúde e como plano odontológico. | SIM | SIM |
| 12.2.12. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de benefício de vale transporte, vale alimentação e vale refeição. | SIM | SIM |
| 12.2.13. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de benefício de seguro de vida próprio, bem como, para seus dependentes. | SIM | SIM |
| 12.2.14. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade façam solicitações de folga, tipo: banco de horas, desconto em folha e compensação de horas extras. | SIM | SIM |



| | | |
|---|-----------|-----|
| 12.2.15. Possibilitar aos usuários por meio e cada matrícula e entidade realizem solicitações de dúvidas sobre qualquer assunto. | SIM | SIM |
| 12.2.16. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade consultem os recibos referentes aos pagamentos efetuados por meio da folha de pagamento. | SIM | SIM |
| 12.2.17. Possibilitar aos usuários a emissão de relatórios com todas as informações que comprovem o rendimento e retenção de IRRF de funcionários. | SIM | SIM |
| 12.2.18. Possibilitar aos usuários visualizarem todo o seu histórico financeiro. | DESEJÁVEL | NÃO |
| 12.2.19. Permitir a emissão de relatórios da movimentação dos funcionários em determinado exercício, detalhando as bases de cálculo e apresentando as informações mensalmente. | SIM | SIM |
| 12.2.20. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula consultarem as informações pessoais do servidor. | SIM | SIM |
| 12.2.21. Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula consultarem as informações contratuais, possibilitando visualizar detalhes do cargo, salário, organograma, férias, alterações de salário e cargos. | SIM | SIM |
| 12.2.22. Possibilitar aos usuários consultarem as marcações de ponto selecionando o ano e período de apuração. | SIM | SIM |
| 12.2.23. Possibilitar aos usuários a emissão por meio de relatório as marcações de ponto selecionando o ano e período de apuração. | SIM | SIM |
| 12.2.24. Permitir a realização de pesquisa avançada por critérios e por campos das solicitações. | SIM | SIM |
| 12.2.25. Possibilitar ao administrador configurar as permissões de acesso dos usuários. | SIM | SIM |
| 12.2.26. Possibilitar aos usuários a visualização dos status das solicitações cadastradas. | SIM | SIM |
| 12.2.27. Permitir a geração e o envio do código token de vinculação do usuário com o servidor por e-mail. | SIM | |

| | | |
|--|-----|-----|
| 12.2.28. Permitir a impressão em documento no formato PDF do código token de vinculação do usuário com o servidor. | SIM | |
| 12.2.29. Possibilitar aos usuários com permissão em um único ambiente aprovarem ou reprovarem as solicitações realizadas pelos servidores. | SIM | SIM |
| 12.2.30. Possibilitar aos usuários com perfil administrador adicionarem e concederem permissões por funcionalidades para usuários e grupos de usuários. | SIM | SIM |
| 12.2.31. Possibilitar aos usuários com perfil administrador criarem usuário e senha automaticamente de forma individual ou em lote. | SIM | SIM |
| 12.2.32. Possibilitar aos usuários com perfil administrador personalizarem o formato do usuário e senha. | SIM | SIM |
| 12.2.33. Possibilitar aos usuários com perfil administrador alterarem a senha dos usuários adicionados a partir do sistema. | SIM | SIM |
| 12.2.34. Permitir a geração e o envio dos dados de usuário e senha do servidor criados a partir do sistema por e-mail. | SIM | NÃO |
| 12.2.35. Permitir a impressão em documento no formato PDF dos dados de usuário e senha do servidor criados a partir do sistema. | SIM | SIM |
| 12.2.36. Possibilitar aos usuários redefinirem a senha de acesso em qualquer momento. | SIM | NÃO |
| 12.2.37. Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu holerite no Município consultado, bem como o informe de rendimentos para o IRPF; | SIM | SIM |
| 12.2.38. Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta das marcações e ocorrências de ponto realizadas. | SIM | SIM |

12.3. Módulo Atendimento ao Esocial

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|-------------------------------|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |



| | | |
|---|-----|-----|
| 12.3.1. Permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com o sistema de Folha de Pagamento. | SIM | NÃO |
| 12.3.2. Permitir o cadastro e manutenção de Schemas, que representam os layouts de cada arquivo. | SIM | SIM |
| 12.3.3. Permitir o cadastro e manutenção de scripts de validação, vinculando ao layout, que por sua vez estará vinculado a um arquivo. | SIM | SIM |
| 12.3.4. Permitir a vinculação da API (Interface de Programação de Aplicativos) com um layout do arquivo. | SIM | SIM |
| 12.3.5. Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações. | SIM | SIM |
| 12.3.6. Permitir a consulta dos dados integrados entre o software de gestão ofertado e o sistema eSocial para ajustes posteriores. | SIM | NÃO |

12.4. Módulo Concursos e Processos Seletivos

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|--|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 12.4.1. Permitir registrar todas as informações referentes aos atos legais associados aos concursos públicos e processos seletivos simplificados (internos e externos). | SIM | SIM |
| 12.4.2. Permitir abertura de concurso público ou processo seletivo simplificado, proporcionando geração automática de edital, controle de etapas, parametrização de provas, cálculos e resultados. | SIM | SIM |
| 12.4.3. Permitir correção automática de provas objetivas aplicadas nos concursos públicos do município. | SIM | SIM |
| 12.4.4. Permitir gerenciamento de certames organizados pelas empresas licitadas, proporcionando acompanhamento de todas as etapas, assim como guarda das listagens de aprovados/classificados nos concursos públicos. | SIM | SIM |



| | | |
|---|-----|-----|
| 12.4.5. Permitir controle de convocação de aprovados no concurso público e vinculação dos convocados ao módulo de admissão (exigência e-Social) | SIM | SIM |
| 12.4.6. Permitir controle da ordem de convocação respeitando os percentuais destinados às cotas de PcD, Negros e Índios, etc. | SIM | SIM |
| 12.4.7. Permitir inscrição de candidatos em processo seletivo interno com possibilidade de anexação de documentos comprobatórios para avaliação de títulos. | SIM | SIM |
| 12.4.8. Permitir controle total dos processos seletivos, internos e externos, no que diz respeito a todas as fases do certame desde as inscrições até a homologação. | SIM | SIM |
| 12.4.9. Manter histórico de processos seletivos internos e externos. | SIM | SIM |
| 12.4.10. Gerador de relatórios personalizados e parametrizados. | SIM | SIM |
| 12.4.11. Permitir que o sistema funcione em múltiplos órgãos. | SIM | SIM |
| 12.4.12. Permitir customizações de telas, regras e relatórios de acordo com a necessidade da contratante. | SIM | SIM |
| 12.4.13. Permitir que sejam seguidos os aspectos legais, e suas respectivas alterações, pertinentes à área. | SIM | NÃO |

12.5. Módulo Avaliação de Desempenho

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 12.5.1. Identificar servidores em estágio probatório da administração direta (período de 3 anos a partir da data de admissão) | SIM | SIM |
| 12.5.2. Calcular os prazos de avaliação de desempenho, conforme período previsto no Decreto (1ª- ao completar 7 meses de efetivo exercício, 2ª - 13 meses, 3ª - 19 meses, 4ª - 25 meses, 5ª - 31 meses). | SIM | SIM |
| 12.5.3. Possibilitar o cadastro automático do avaliador do servidor em estágio probatório. | SIM | SIM |



| | | |
|--|-----|-----|
| 12.5.4. Possibilitar gerar senha de acesso para o avaliado e avaliador. | NÃO | |
| 12.5.5. Possibilitar a abertura mensal do sistema para a realização da avaliação de desempenho, possibilitando o preenchimento do formulário, com senha do avaliado e do avaliador. | SIM | SIM |
| 12.5.6. Formulário deverá ser composto de 5 fatores de avaliação: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. | SIM | SIM |
| 12.5.7. O fator de avaliação deverá ser estruturado em quesitos, subdivididos em níveis que indicarão a pontuação do servidor. | SIM | SIM |
| 12.5.8. O resultado obtido deverá corresponder ao número de pontos alcançados pelo servidor, multiplicado pelos pesos atribuídos a cada um deles. | SIM | SIM |
| 12.5.9. Calcular as notas recebidas pelo servidor, conforme pesos definidos no Decreto - 1ª avaliação - peso 10, 2ª avaliação - peso 15, 3ª avaliação peso 20, 4ª avaliação peso 25, 5ª avaliação peso 30). | SIM | SIM |
| 12.5.10. O resultado final deverá ser calculado pela média ponderada das etapas de avaliação. | SIM | SIM |
| 12.5.11. Identificar e sinalizar servidor com média abaixo de 70% | SIM | SIM |
| 12.5.12. Disponibilizar formulário em PDF após a realização da avaliação. | SIM | SIM |
| 12.5.13. Possibilitar consulta às datas de avaliação do servidor. | SIM | SIM |
| 12.5.14. Possibilitar consulta de quem deve realizar avaliação no mês corrente. | SIM | SIM |
| 12.5.15. Possibilitar consulta às avaliações realizadas com datas de realização e notas. | SIM | SIM |
| 12.5.16. Identificar servidores com 4 meses para o fim do estágio probatório. | SIM | SIM |
| 12.5.17. Consultar lista dos servidores que concluíram a 5ª avaliação no mês corrente, informando data de admissão, média, unidade gestora e matrícula. | SIM | SIM |
| 12.5.18. Verificar e apontar servidores que não realizaram avaliação no mês de referência com reprogramação automática. | SIM | SIM |



| | | |
|--|-----|-----|
| 12.5.19. Bloquear o acesso a avaliação caso a anterior não tenha sido realizada. | NÃO | |
| 12.5.20. Campo para registro de ocorrências que impossibilitem a realização da avaliação como licença médica, licença maternidade, etc. | NÃO | |
| 12.5.21. Campo para registro de cessão e novo local de trabalho do servidor em estágio probatório. | NÃO | |
| 12.5.22. Gerar relatório de todas as consultas em Excel (ou Calc). | SIM | SIM |
| 12.5.23. Unificar as informações | NÃO | |
| 12.5.24. Gerar avaliação de desempenho além do estágio probatório. | NÃO | |

12.6. Módulo Ponto Biométrico

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 12.6.1. Cadastramento em geral; criação e impressão de relatórios; monitoração multi-site, em tempo real, de ocorrências do Acesso e Ponto com possibilidade de inserção de planta baixa para rastreamento de pessoas, veículos e objetos. | SIM | SIM |
| 12.6.2. : Tempo de resposta inferior a 30ms; monitoração de equipamentos em tempo real onde, integrado com CFTV, é possível a captura de imagens simultâneas e o sincronismo com os eventos das câmeras; integrado com Alarme, Incêndio, Elevador, RFID e Display é possível o envio e recebimento de dados indicando e executando ações pré-cadastradas ou não; integrado com SMS é possível o envio de alertas para dispositivos móveis em aproximadamente 700 operadores em todo o mundo. | SIM | SIM |
| 12.6.3. Deverá possuir softwares integrados suficientes para gerenciar todos os dispositivos | SIM | SIM |
| 12.6.4. O cadastro dos usuários, senhas e perfis deverá ser on-line. | SIM | SIM |



| | | |
|---|-----|-----|
| 12.6.5. O perfil de cada usuário deverá definir: Usuário "Master" deverá ter permissão para auto-abono e/ou auto-gerenciamento dos códigos justificados no ponto para qualquer tipo de usuário cadastrado no sistema de biometria | SIM | SIM |
| 12.6.6. Para as consultas de frequência e aprovações dos eventos relativos às licenças médicas, deverão existir alternativas que poderão ser selecionadas pelo usuário responsável por tais eventos (Seleção de filtros como mês e evento a ser aprovado por secretaria) dependendo do nível de segurança estabelecido | SIM | SIM |
| 12.6.7. Deve ser "MultiEmpresa", isto é, capacidade de cada unidade administrativa ter cadastrado sua própria estrutura de cargos, lotação, jornadas e apuração de ponto. | SIM | SIM |
| 12.6.8. O sistema deve ser adequado para cumprir integralmente às Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e instruções normativas que disciplinem as normas de apuração de ponto. | SIM | NÃO |
| 12.6.9. A identificação e o cálculo de ocorrências do ponto deverão ser feitos de acordo com regras definidas e parametrizadas pelo usuário do sistema conforme perfil de cada funcionário | SIM | SIM |
| 12.6.10. Apuração de horas normais. | SIM | SIM |
| 12.6.11. Apuração de horas extras em dias normais e feriados, pontos facultativos ou de folga | SIM | SIM |
| 12.6.12. Apuração de horas extras com percentuais diferenciados. | SIM | SIM |
| 12.6.13. Apuração de horas extras em períodos de refeições | SIM | SIM |
| 12.6.14. Apuração de horas noturnas | SIM | SIM |
| 12.6.15. Apuração automática dos atrasos incluindo a tolerância de atrasos. | SIM | SIM |
| 12.6.16. Apuração de entradas e saídas antecipadas de forma automática desde que tenha anuência da respectiva chefia. | SIM | SIM |
| 12.6.17. Apuração de saídas antecipadas de forma automática. | SIM | SIM |



| | | |
|---|-----|-----|
| 12.6.18. Apuração de intrajornadas. | SIM | SIM |
| 12.6.19. Tolerância nas marcações. | SIM | SIM |
| 12.6.20. Alocação das ocorrências no dia da jornada ou nos dias em que realmente aconteceram. | SIM | SIM |
| 12.6.21. Reconhecimento do dia da jornada pelo dia de entrada ou pelo dia de saída. | SIM | SIM |
| 12.6.22. Determinação de períodos de afastamento integral. | SIM | SIM |
| 12.6.23. Determinação de períodos de afastamento parcial | SIM | SIM |
| 12.6.24. Arredondamento das horas calculadas | SIM | SIM |
| 12.6.25. Compensação automática dos atrasos e saídas antecipadas, com limite de ocorrências e/ou de tempo em um determinado período | SIM | SIM |
| 12.6.26. Geração de saldo sem compensação para os servidores que possuírem apenas uma das marcações diárias – Saldo automático sem compensação de forma automática. | SIM | SIM |
| 12.6.27. O sistema deve ter recursos para customizar as regras com apuração de ponto e dados para exportação de arquivos para geração junto a folha de pagamento conforme a necessidade do usuário com perfil | SIM | SIM |
| 12.6.28. Apuração de ausências (FALTAS). | SIM | SIM |
| 12.6.29. Ter recurso que permita configurar atividades automatizadas, como por exemplo: Importação/exportação de dados, cálculos, relatórios, emails etc | SIM | SIM |
| 12.6.30. O sistema deverá possuir integração, via software, com o sistema de folha de pagamento da administração direta e indireta do Município, possibilitando, também, a geração de arquivos para exportação | SIM | SIM |
| 12.6.31. O sistema não poderá ter limite de usuários para acesso | SIM | SIM |

13.Sistema de Gestão de Cemitérios

| Descrição das funcionalidades | Requisito |
|-------------------------------|-----------|
|-------------------------------|-----------|



| | Obrigatório | Demonstrável |
|--|-------------|--------------|
| 13.1. Permitir realizar cadastros de cemitérios | SIM | SIM |
| 13.2. Permitir realizar cadastros de lotes. | SIM | SIM |
| 13.3. Permitir realizar cadastros de sepulturas. | SIM | SIM |
| 13.4. Permitir realizar cadastros de capelas mortuárias. | SIM | SIM |
| 13.5. Permitir realizar cadastros de causas das mortes. | SIM | SIM |
| 13.6. Permitir realizar cadastros de funerárias. | SIM | SIM |
| 13.7. Permitir realizar cadastros de ossários. | SIM | SIM |
| 13.8. Permitir realizar cadastros de coveiros. | SIM | SIM |
| 13.9. Permitir realizar cadastros de horário de trabalho para cada coveiro. | SIM | SIM |
| 13.10. Permitir realizar cadastros de declarantes responsáveis pelos falecidos. | SIM | SIM |
| 13.11. Permitir realizar cadastros de médicos responsáveis pelos falecidos. | SIM | SIM |
| 13.12. Permitir realizar cadastros de falecidos. | SIM | SIM |
| 13.13. Permite realizar cadastros de usuários. | SIM | SIM |
| 13.14. Permite realizar o cadastro de tarifas/taxas de cemitério. | SIM | SIM |
| 13.15. Permite realizar cadastros de contas contábeis. | SIM | SIM |
| 13.16. Permitir agendar e registrar sepultamentos. | SIM | SIM |
| 13.17. Permitir registrar exumações. | SIM | SIM |
| 13.18. Permitir registrar transferências para ossários. | SIM | SIM |
| 13.19. Permitir registrar mudanças de cemitérios. | SIM | SIM |
| 13.20. Permitir registrar mudanças de cidades. | SIM | SIM |

| | | |
|---|------------|------------|
| 13.21. Permitir registrar transferências para outros lotes. | SIM | SIM |
| 13.22. Permitir registrar outras transferências. | SIM | SIM |
| 13.23. Permitir registrar desapropriações. | SIM | SIM |
| 13.24. Permitir registrar logs de atividades para auditoria. | SIM | SIM |
| 13.25. Permitir registrar túmulos tombados pelo município. | SIM | SIM |
| 13.26. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de cemitérios. | SIM | SIM |
| 13.27. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de lotes. | SIM | SIM |
| 13.28. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de sepulturas. | SIM | SIM |
| 13.29. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de capelas mortuárias. | SIM | SIM |
| 13.30. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de funerárias. | SIM | SIM |
| 13.31. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de agendamento de sepultamentos. | SIM | SIM |
| 13.32. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de sepultamentos. | SIM | SIM |
| 13.33. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de exumações. | SIM | SIM |
| 13.34. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de transferências. | SIM | SIM |
| 13.35. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de desapropriações e mudanças de cidade/cemitério. | SIM | SIM |
| 13.36. Possibilitar emissão de relatório contendo quantidade de sepultamentos para cada funerária, de acordo com o mês solicitado pelo usuário. | SIM | SIM |
| 13.37. Possibilitar emissão de relatório contendo nome do falecido, funerária e dia do falecimento, de acordo com o mês solicitado pelo usuário. | SIM | SIM |



| | | |
|---|------------|------------|
| 13.38. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes ao agendamento de sepultamento. | SIM | SIM |
| 13.39. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes ao sepultamento. | SIM | SIM |
| 13.40. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes às exumações. | SIM | SIM |
| 13.41. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes às transferências. | SIM | SIM |
| 13.42. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes às desapropriações. | SIM | SIM |
| 13.43. Possibilitar emissão de título de aforamento perpétuo e boleto para pagamento. | SIM | SIM |
| 13.44. Possibilitar emissão de termo de isenção para taxa de abertura de uma sepultura. | SIM | SIM |
| 13.45. Possibilitar emissão de dados de localização de sepultados. | SIM | SIM |
| 13.46. Possibilitar emissão de relatório de sepultamentos por causa mortis. | SIM | SIM |
| 13.47. Possibilita emissão de títulos bancários para pagamento de tarifas/taxas. | SIM | SIM |
| 13.48. Possibilita geração de remessa bancária para registro de títulos. | SIM | NÃO |
| 13.49. Possibilita leitura da remessa de retorno para baixa de títulos. | SIM | NÃO |
| 13.50. Possibilita exportação/integração de dados relacionados às receitas e taxas de cemitério. | SIM | NÃO |
| 13.51. Possibilitar emissão de relatórios personalizados. | SIM | SIM |

14. Sistema de Gestão de Saúde

Tem-se como justificativa os seguintes aspectos: prover a Gestão Municipal de Saúde de uma solução tecnologicamente atual e homogênea, integrando as informações de saúde na Atenção Primária em Saúde, Vigilância em Saúde e a rede assistencial SUS e complementar; organizar o acervo disponível de informações existentes, numa base de dados integrada e estruturada;

Criar mecanismos de integração baseado nas informações do sistema para ampla socialização do conhecimento, como também realizar ações de monitoramento e avaliação da gestão;

Promover a melhoria da execução de atividades e gerenciamento de informações da área da saúde do Município;

Promover a economia de recursos públicos e a redução de retrabalho, contribuindo para o aumento da produtividade dos servidores envolvidos;

Consolidar relatórios de dados entre todas as unidades assistenciais de saúde do município possibilitando um melhor planejamento das ações;

Desenvolver a prática da análise, avaliando o custo-benefício dos investimentos da saúde;

Permitir a mobilidade e rastreabilidade dos dados coletados;

Agilizar o acesso às informações pelos órgãos de controle e pela sociedade em geral;

Reduzir o consumo de papel, com isso reduzir os custos operacionais de cada unidade e serviço de saúde, bem como colaborar de forma indireta com o meio ambiente;

14.1. Características Gerais

| Descrição das funcionalidades | Requisito | |
|-------------------------------|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |

| | | |
|---|-----|-----|
| <p>14.1.1. Deve possuir integração com os sistemas/programas disponibilizados, obrigatórios e vigentes do Ministério da Saúde e SES MG, como por exemplo:</p> <p>14.1.2. CNES: dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;</p> <p>14.1.3. SIASUS (Ministério da Saúde): dados de instrumentos de cobranças ambulatoriais (BPA, APAC, etc);</p> <p>14.1.4. SISAIH01 (Ministério da Saúde): dados de AIH- dados do sistema de registro de produção hospitalar referente às internações realizadas pelo SU;</p> <p>14.1.5. SIHD (Ministério da Saúde) - dados do sistema de informação hospitalar descentralizado;</p> <p>14.1.6. FPO: dados do sistema de programação físico-orçamentário;</p> <p>14.1.7. BPA (Boletim de produção ambulatorial)</p> <p>14.1.8. RAAS (Registro de atendimento ambulatorial de saúde mental / Atendimento Psicossocial) CIHA01 (Coleta de comunicação de informação hospitalar e ambulatorial;</p> <p>14.1.9. CIHA02 (Processamento da comunicação de informação hospitalar e ambulatorial)</p> <p>14.1.10. Sistema Susfácil</p> <p>14.1.11. Interoperabilidade com a sua base nacional do Cartão Nacional de Saúde – Cartão SUS.</p> <p>14.1.12. Georreferenciamento (Gestão do Território)</p> <p>14.1.13. TABNet, TABWin e SIGTAP</p> | SIM | SIM |
| <p>14.1.14. O sistema deve oferecer, no mínimo, todas as funcionalidades da Estratégia e-SUS APS PEC e CDS e do SISAB. Inclui a possibilidade do administrador ter acesso a redefinição das senhas dos profissionais, assim como é no e-SUS APS, uma vez que a perda da senha pelos profissionais é algo que acontece recorrente.</p> | SIM | SIM |
| <p>14.1.15. O sistema deve possuir integração/ Interoperabilidade com o Sistema e-SUS APS (Importação Arquivos Thrift/XML; Relatórios de Inconsistências e Controle de Transmissão)</p> | SIM | SIM |
| <p>14.1.16. O sistema deve importar o Banco de Dados da instalação atual do e-SUS APS PEC do Município garantindo a manutenção e utilização de todos os cadastros e prontuários existentes.</p> | SIM | NÃO |

14.2. Principais Módulos

| Descrição dos módulos e sub-módulos | Requisito | |
|--|-------------|--------------|
| | Obrigatório | Demonstrável |
| 14.2.1. Módulo Cadastros Gerais | SIM | SIM |
| 14.2.2. Módulo de Cadastro Profissionais | SIM | SIM |
| 14.2.3. Módulo de Cadastro de Anamnese | SIM | SIM |
| 14.2.4. Módulo de Cadastro de Pacientes | SIM | SIM |
| 14.2.5. Módulo de Comunicação | SIM | SIM |
| 14.2.6. Módulo de Processamento Ambulatorial Hospitalar | SIM | SIM |
| 14.2.7. Módulo Recepção de Pacientes | SIM | SIM |
| 14.2.8. Módulo Acolhimento e classificação de risco | SIM | SIM |
| 14.2.9. Módulo Atendimento de enfermagem | SIM | SIM |
| 14.2.10. Módulo Atendimento Médico | SIM | SIM |

| | | |
|---|-----|-----|
| 14.2.11. Módulo Atendimento Odontológico | SIM | SIM |
| 14.2.12. Módulo Registro de Outros Procedimentos | SIM | SIM |
| 14.2.13. Módulo Prontuário | SIM | SIM |
| 14.2.14. Módulo Agendamento de Consultas | SIM | SIM |
| 14.2.15. Módulo Agendamento de Exames 14.2.15.1. Submódulo funcionalidades gerais 14.2.15.2. Submódulo APAC (AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE ALTA COMPLEXIDADE) | SIM | SIM |
| 14.2.16. Módulo Agendamento de Procedimentos | SIM | SIM |
| 14.2.17. Módulo Resultado de Exames | SIM | SIM |
| 14.2.18. Módulo Recepção Resultado de Exames | SIM | SIM |
| 14.2.19. Módulo Regulação – Funcionalidades gerais | | |
| 14.2.20. Módulo Controle e Avaliação | SIM | SIM |
| 14.2.21. Módulo TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) | SIM | SIM |

| | | |
|--|-----|-----|
| 14.2.22. Módulo Vacinas/Imunobiológicos | SIM | SIM |
| 14.2.23. Módulo Vigilância em Saúde 14.2.23.1. Submódulo Cadastro de Entidades 14.2.23.2. Submódulo Cadastros Fiscais 14.2.23.3. Submódulo Roteiros de Inspeção | SIM | SIM |
| 14.2.24. Módulo Emissão de Autos e/ou Termos 14.2.24.1. Submódulo Termo de Intimação 14.2.24.2. Submódulo Auto de Infração Submódulo Outros Termos 14.2.24.3. Submódulo Penalidades | SIM | SIM |
| 14.2.25. Módulo Processo Administrativo | SIM | SIM |
| 14.2.26. Módulo Denúncias | SIM | SIM |
| 14.2.27. Módulo Emissão de Taxas e Multas | SIM | SIM |
| 14.2.28. Módulo Acesso Mobile Offline | SIM | SIM |
| 14.2.29. Módulo Acesso Externo Vigilância - Cidadão | SIM | SIM |
| 14.2.30. Módulo Acesso Externo – Validação de Usuário | SIM | SIM |

| | | |
|--|-----|-----|
| 14.2.31. Módulo Acesso Externo - Contabilistas | SIM | SIM |
| 14.2.32. Módulo Vigilância Epidemiológica | SIM | SIM |
| 14.2.33. Módulo Vigilância Ambiental 14.2.33.1. Módulo Vigilância Ambiental – Submódulo – Acesso Externo Cidadão. | SIM | SIM |
| 14.2.34. Módulo Controle de Endemias | SIM | SIM |
| 14.2.35. Módulo Controle de Saneamento | SIM | SIM |
| 14.2.36. Módulo Acesso Mobile Offline | SIM | SIM |
| 14.2.37. Módulo Vigilância Sanitária | SIM | SIM |
| 14.2.38. Módulo Vigilância em Saúde do Trabalho | SIM | SIM |
| 14.2.39. Módulo Laboratório Municipal | SIM | SIM |
| 14.2.40. Módulo Controle de Materiais | SIM | SIM |
| 14.2.41. Módulo Entradas | SIM | SIM |



| | | |
|--|-----|-----|
| 14.2.42. Módulo Acertos e Inutilizações | SIM | SIM |
| 14.2.43. Módulo Interfaceamento | SIM | SIM |
| 14.2.44. Módulo Soroteca | SIM | SIM |
| 14.2.45. Módulo Programa de Saúde | SIM | SIM |
| 14.2.46. Módulo Controle De Estoque E Assistência Farmacêutica | SIM | SIM |
| 14.2.47. Módulo Controle De Estoque E Assistência Farmacêutica - Entradas | SIM | SIM |
| 14.2.48. Módulo Controle De Estoque E Assistência Farmacêutica – Acertos e Inutilizações | SIM | SIM |
| 14.2.49. Módulo Controle De Estoque E Assistência Farmacêutica – Assistência Farmacêutica | SIM | SIM |
| 14.2.50. Módulo Requisições e Transferências | SIM | SIM |
| 14.2.51. Módulo Processos Judiciais | SIM | SIM |
| 14.2.52. Módulo Demanda Reprimida | SIM | SIM |



| | | |
|---|-----|-----|
| 14.2.53. Módulo Coletor de Dados | SIM | SIM |
| 14.2.54. Módulo Integrações | SIM | SIM |
| 14.2.55. Módulo HÓRUS/QUALIFAR/BNAFAR | SIM | SIM |
| 14.2.56. Módulo SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) | SIM | SIM |
| 14.2.57. Módulo Transporte de Paciente | SIM | SIM |
| 14.2.58. Módulo UPA 24 horas | SIM | SIM |
| 14.2.59. Módulo Internação hospitalar | SIM | SIM |
| 14.2.60. Módulo Autorização de Internação Hospitalar (Estabelecimento) | SIM | SIM |
| 14.2.61. Módulo Faturamento (Subsecretaria) | SIM | SIM |
| 14.2.62. Módulo Relatórios | SIM | SIM |
| 14.2.63. Módulo Controle das Internações | SIM | SIM |

| | | |
|---|-----|-----|
| 14.2.64. Módulo Recepção Internação | SIM | SIM |
| 14.2.65. Módulo Agendamentos/Atendimentos | SIM | SIM |
| 14.2.66. Módulo Paineis de Chamadas | SIM | SIM |
| 14.2.67. Módulo Business Intelligence (BI) | SIM | SIM |
| 14.2.68. Módulo Indicadores de Gestão de Saúde | SIM | SIM |
| 14.2.69. Módulo Acesso Externo Cidadão | SIM | SIM |
| 14.2.70. Módulo Cadastros | SIM | SIM |
| 14.2.71. Módulo Agendamento | SIM | SIM |
| 14.2.72. Módulo Vacinas | SIM | SIM |
| 14.2.73. Módulo Medicamentos | SIM | SIM |
| 14.2.74. Módulo Exames | SIM | SIM |



| | | |
|--|-----|-----|
| 14.2.75. Módulo Histórico de Atendimentos Médicos/Odontológicos/Enfermagem | SIM | SIM |
| 14.2.76. Módulo Acesso Cidadão Via Totem | SIM | SIM |
| 14.2.77. Módulo Acesso Administrador Via WEB | SIM | SIM |
| 14.2.78. Módulo Acesso Estatísticas – Via Totem/Web/Mobile | SIM | SIM |
| 14.2.79. Módulo Acesso Agente Comunitários De Saúde - Acesso Mobile Offline | SIM | SIM |
| 14.2.80. Módulo Pesquisas Estratégicas da Saúde via ACS | SIM | SIM |
| 14.2.81. Módulo Serviços de Atenção Domiciliar | SIM | SIM |
| 14.2.82. Módulo Acesso Mobile Offline | SIM | SIM |
| 14.2.83. Módulo SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (SAME) | SIM | SIM |

ANEXO II (TR) - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

*A teorização das complexidades definidas no item 02 (Serviços de prestação continuada) deste anexo deverá seguir, como sugestão para cálculo da complexidade, o disposto no **Anexo VI (TR) – TEORIZAÇÃO DAS COMPLEXIDADES**. Em caso de implantação em órgãos não relacionados neste Termo de Referência, a Teorização das Complexidades servirá como parâmetro para definição do valor/complexidade a ser definido entre a Contratante e Contratada.*

À

Prefeitura de Juiz de Fora

A/C: Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,

A sociedade (s) empresária (s)....., com sede na Rua/Av., nº, no Município de, Estado de inscrita no CNPJ/MF nº, por intermédio de seu representante legal o Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, propõe a execução do objeto do **Pregão Eletrônico nº 043/2022**, de acordo com a seguinte **PROPOSTA DE PREÇO**:

1) Serviços de prestação instantânea: Implantação

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|-----|------|-----|---|-------------|
| PJF | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | R\$ |
| | 1.1 | 01 | <i>Características gerais comuns a todos módulos</i> | R\$ |
| | 1.2 | 01 | <i>Módulo Compras</i> | R\$ |
| | 1.3 | 01 | <i>Módulo Licitações</i> | R\$ |
| | 1.4 | 01 | <i>Módulo Edital</i> | R\$ |
| | 1.5 | 01 | <i>Módulo Patrimônio</i> | R\$ |
| | 1.6 | 01 | <i>Módulo Contratos</i> | R\$ |
| | 1.7 | 01 | <i>Módulo Convênios</i> | R\$ |
| | 1.8 | 01 | <i>Módulo Suprimentos/Almoxarifado</i> | R\$ |
| | 1.9 | 01 | <i>Módulo Frotas</i> | R\$ |
| | 1.10 | 01 | <i>Módulo Prestação de Contas de Obras</i> | R\$ |
| | 1.11 | 01 | <i>Módulo Gestão de Obras Contratadas</i> | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | R\$ |
| | 2.1 | 01 | <i>Módulo Manutenção</i> | R\$ |
| | 3 | 01 | Sistema de Arrecadação e Fiscalização | R\$ |
| | 3.1 | 01 | <i>Características complementares comuns a todos</i> | R\$ |
| | 3.2 | 01 | <i>Módulo Taxas</i> | R\$ |
| | 3.3 | 01 | <i>Módulo Imobiliário</i> | R\$ |
| | 3.4 | 01 | <i>Módulo Mobiliário</i> | R\$ |
| | 3.5 | 01 | <i>Módulo Fiscalização</i> | R\$ |
| | 3.6 | 01 | <i>Módulo Vigilância Sanitária</i> | R\$ |
| | 3.7 | 01 | <i>Módulo Licenciamento</i> | R\$ |
| | 4 | 01 | Sistema de Nota Fiscal Eletrônica | R\$ |
| | 4.1 | 01 | <i>Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)</i> | R\$ |
| | 4.2 | 01 | <i>Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Eventual</i> | R\$ |

| | | | | |
|--|---------|----|---|-----|
| | 4.3 | 01 | Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica por Dispositivos Móveis | R\$ |
| | 4.4 | 01 | Módulo Cupom Fiscal | R\$ |
| | 4.5 | 01 | Módulo Cupom Fiscal Dispositivos Móveis | R\$ |
| | 4.6 | 01 | Módulo Nota Fiscal Premiada e Cupom Premiado | R\$ |
| | 4.6 | 01 | Módulo de Retenção na Fonte | R\$ |
| | 4.7 | 01 | Módulo Construção Civil | R\$ |
| | 4.8 | 01 | Módulo de Cartórios | R\$ |
| | 4.9 | 01 | Módulo Instituições Financeiras | R\$ |
| | 4.10 | 01 | Módulo Escrituração dos Serviços Prestados e Tomados | R\$ |
| | 4.11 | 01 | Módulo Geração de Guias de Recolhimento do ISS | R\$ |
| | 4.12 | 01 | Módulo Compensação de Créditos | R\$ |
| | 4.13 | 01 | Módulo Gestão do Simples Nacional | R\$ |
| | 4.14 | 01 | Módulo Relatórios Fiscais | R\$ |
| | 4.15 | 01 | Módulo Business Intelligence – BI | R\$ |
| | 4.16 | 01 | Módulo Domicílio Eletrônico Tributário – DET | R\$ |
| | 4.17 | 01 | Módulo Histórico de Intervenções/Alterações no Sistema | R\$ |
| | 4.18 | 01 | Módulo Cartão de Crédito/Débito | R\$ |
| | 4.19 | 01 | Módulo Leasing | R\$ |
| | 4.20 | 01 | Módulo Plano de Saúde | R\$ |
| | 4.21 | 01 | Módulo Farmácia de Manipulação | R\$ |
| | 4.22 | 01 | Módulo Diversões Públicas (shows e eventos) | R\$ |
| | 4.23 | 01 | Módulo Instituições de Ensino, Treinamento e Congêneres | R\$ |
| | 4.24 | 01 | Módulo Sociedade de Profissionais | R\$ |
| | 4.25 | 01 | Módulo Pedágio | R\$ |
| | 4.26 | 01 | Módulo Transporte Coletivo Municipal | R\$ |
| | 4.27 | 01 | Módulo Salão Parceiro | R\$ |
| | 4.28 | 01 | Módulo de Retenção na Fonte | R\$ |
| | 5 | 01 | Sistema da Procuradoria Municipal | R\$ |
| | 5.1 | 01 | Características Gerais a Todos Módulos | R\$ |
| | 5.2 | 01 | Módulo de Gestão de Processos Judiciais/Contencioso | R\$ |
| | 5.3 | 01 | Módulo de Gestão de Processos Administrativos/Consultivo | R\$ |
| | 5.4 | 01 | Módulo de Execução Fiscal | R\$ |
| | 5.5 | 01 | Módulo de Cartório | R\$ |
| | 5.6 | 01 | Módulo Gestão Administrativa da Dívida Ativa | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 8 | 01 | Sistema de Gestão de Controladoria | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |

| | | | | |
|------------------|------|----|---|-----|
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| | 13 | 01 | Sistema de Gestão de Cemitérios | R\$ |
| TOTAL PJF | | | | R\$ |

| UG | Item | Qt d | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|-------|---------|------|---|-------------|
| MAPRO | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | R\$ |
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |

| | | | | |
|--------------------|------|----|-------------------------|-----|
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL MAPRO | | | | R\$ |

| UG | Item | Qt d | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|---------------------|---------|------|---|-------------|
| PROCON | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | R\$ |
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL PROCON | | | | R\$ |

| UG | Item | Qt d | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|---------------|------|------|---|-------------|
| JFPREV | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | R\$ |

| | | | | |
|---------------------|---------|----|---|-----|
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL JFPREV | | | | R\$ |

| UG | Item | Qt d | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|----------------|------|---------|---|----------------|
| FUNALFA | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | R\$ |
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | R\$ |

| | | | | |
|----------------------|---------|----|---|-----|
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL FUNALFA | | | | R\$ |

| UG | Item | Qt d | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|----------------|------|------|---|-------------|
| DEMLURB | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | R\$ |
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |



| | | | | |
|----------------------|---------|----|---|-----|
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL DEMLURB | | | | R\$ |

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|--------------|---------|-----|---|-------------|
| Saúde | 14 | 01 | Sistema de Gestão de Saúde | R\$ |
| | 14.1 | 01 | Características Gerais | R\$ |
| | 14.2.1 | 01 | Módulo Cadastros Gerais | R\$ |
| | 14.2.2 | 01 | Módulo de Cadastro Profissionais | R\$ |
| | 14.2.3 | 01 | Módulo de Cadastro de Anamnese | R\$ |
| | 14.2.4 | 01 | Módulo de Cadastro de Pacientes | R\$ |
| | 14.2.5 | 01 | Módulo de Comunicação | R\$ |
| | 14.2.6 | 01 | Módulo de Processamento Ambulatorial Hospitalar | R\$ |
| | 14.2.7 | 01 | Módulo Recepção de Pacientes | R\$ |
| | 14.2.8 | 01 | Módulo Acolhimento e classificação de risco | R\$ |
| | 14.2.9 | 01 | Módulo Atendimento de enfermagem | R\$ |
| | 14.2.10 | 01 | Módulo Atendimento Médico | R\$ |
| | 14.2.11 | 01 | Módulo Atendimento Odontológico | R\$ |
| | 14.2.12 | 01 | Módulo Registro de Outros Procedimentos | R\$ |
| | 14.2.13 | 01 | Módulo Prontuário | R\$ |
| | 14.2.14 | 01 | Módulo Agendamento de Consultas | R\$ |
| | 14.2.15 | 01 | Módulo Agendamento de Exames | R\$ |
| | 14.2.16 | 01 | Módulo Agendamento de Procedimentos | R\$ |
| | 14.2.17 | 01 | Módulo Resultado de Exames | R\$ |
| | 14.2.18 | 01 | Módulo Recepção Resultado de Exames | R\$ |
| | 14.2.19 | 01 | Módulo Regulação – Funcionalidades gerais | R\$ |
| | 14.2.20 | 01 | Módulo Controle e Avaliação | R\$ |
| | 14.2.21 | 01 | Módulo TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) | R\$ |
| | 14.2.22 | 01 | Módulo Vacinas/Imunobiológicos | R\$ |
| | 14.2.23 | 01 | Módulo Vigilância em Saúde | R\$ |
| | 14.2.24 | 01 | Módulo Emissão de Autos e Termos | R\$ |
| | 14.2.25 | 01 | Módulo Processo Administrativo | R\$ |
| | 14.2.26 | 01 | Módulo Denúncias | R\$ |
| | 14.2.27 | 01 | Módulo Emissão de Taxas e Multas | R\$ |

| | | | | |
|--|---------|----|--|-----|
| | 14.2.28 | 01 | Módulo Acesso Mobile Offline | R\$ |
| | 14.2.29 | 01 | Módulo Acesso Externo Vigilância - Cidadão | R\$ |
| | 14.2.30 | 01 | Módulo Acesso Externo - Validação de Usuário | R\$ |
| | 14.2.31 | 01 | Módulo Acesso Externo - Contabilistas | R\$ |
| | 14.2.32 | 01 | Módulo Vigilância Epidemiológica | R\$ |
| | 14.2.33 | 01 | Módulo Vigilância Ambiental | R\$ |
| | 14.2.34 | 01 | Módulo Controle de Endemias | R\$ |
| | 14.2.35 | 01 | Módulo Controle de Saneamento | R\$ |
| | 14.2.36 | 01 | Módulo Acesso Mobile Offline | R\$ |
| | 14.2.37 | 01 | Módulo Vigilância Sanitária | R\$ |
| | 14.2.38 | 01 | Módulo Vigilância em Saúde do Trabalho | R\$ |
| | 14.2.39 | 01 | Módulo Laboratório Municipal | R\$ |
| | 14.2.40 | 01 | Módulo Controle de Materiais | R\$ |
| | 14.2.41 | 01 | Módulo Entradas | R\$ |
| | 14.2.42 | 01 | Módulo Acertos e Inutilizações | R\$ |
| | 14.2.43 | 01 | Módulo Interfaceamento | R\$ |
| | 14.2.44 | 01 | Módulo Soroteca | R\$ |
| | 14.2.45 | 01 | Módulo Programa de Saúde | R\$ |
| | 14.2.46 | 01 | Módulo Controle De Estoque e Assistência Farmacêutica | R\$ |
| | 14.2.47 | 01 | Módulo Controle De Estoque e Assistência Farmacêutica - Entradas | R\$ |
| | 14.2.48 | 01 | Módulo Controle De Estoque e Assistência Farmacêutica - Acertos e Inutilizações | R\$ |
| | 14.2.49 | 01 | Módulo Controle De Estoque e Assistência Farmacêutica - Assistência Farmacêutica | R\$ |
| | 14.2.50 | 01 | Módulo Requisições e Transferências | R\$ |
| | 14.2.51 | 01 | Módulo Processos Judiciais | R\$ |
| | 14.2.52 | 01 | Módulo Demanda Reprimida | R\$ |
| | 14.2.53 | 01 | Módulo Coletor de Dados | R\$ |
| | 14.2.54 | 01 | Módulo Integrações | R\$ |
| | 14.2.55 | 01 | Módulo HÓRUS/QUALIFAR/BNAFAR | R\$ |
| | 14.2.56 | 01 | Módulo SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) | R\$ |
| | 14.2.57 | 01 | Módulo Transporte de Paciente | R\$ |
| | 14.2.58 | 01 | Módulo UPA 2horas | R\$ |
| | 14.2.59 | 01 | Módulo Internação hospitalar | R\$ |
| | 14.2.60 | 01 | Módulo Autorização de Internação Hospitalar (Estabelecimento) | R\$ |
| | 14.2.61 | 01 | Módulo Faturamento (Subsecretaria) | R\$ |
| | 14.2.62 | 01 | Módulo Relatórios | R\$ |
| | 14.2.63 | 01 | Módulo Controle das Internações | R\$ |
| | 14.2.64 | 01 | Módulo Recepção Internação | R\$ |
| | 14.2.65 | 01 | Módulo Agendamentos/Atendimentos | R\$ |
| | 14.2.66 | 01 | Módulo Painel de Chamadas | R\$ |
| | 14.2.67 | 01 | Módulo Business Intelligence (BI) | R\$ |
| | 14.2.68 | 01 | Módulo Indicadores de Gestão de Saúde | R\$ |
| | 14.2.69 | 01 | Módulo Acesso Externo Cidadão | R\$ |
| | 14.2.70 | 01 | Módulo Cadastros | R\$ |
| | 14.2.71 | 01 | Módulo Agendamento | R\$ |
| | 14.2.72 | 01 | Módulo Vacinas | R\$ |
| | 14.2.73 | 01 | Módulo Medicamentos | R\$ |
| | 14.2.74 | 01 | Módulo Exames | R\$ |
| | 14.2.75 | 01 | Módulo Histórico de Atendimentos Médicos/Odontológicos/Enfermagem | R\$ |
| | 14.2.76 | 01 | Módulo Acesso Cidadão Via Totem | R\$ |



| | | | | |
|--------------------|---------|----|---|-----|
| | 14.2.77 | 01 | Módulo Acesso Administrador Via WEB | R\$ |
| | 14.2.78 | 01 | Módulo Acesso Estatísticas – Via Totem/Web/Mobile | R\$ |
| | 14.2.79 | 01 | Módulo Acesso Agente Comunitários De Saúde - Acesso Mobile Offline | R\$ |
| | 14.2.80 | 01 | Módulo Pesquisas Estratégicas da Saúde via ACS | R\$ |
| | 14.2.81 | 01 | Módulo Serviços de Atenção Domiciliar | R\$ |
| | 14.2.82 | 01 | Módulo Acesso Mobile Offline | R\$ |
| | 14.2.83 | 01 | Módulo SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (SAME) | R\$ |
| TOTAL Saúde | | | | R\$ |

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|-----------------------|------|-----|--|-------------|
| Educação | 7 | 01 | Sistema de Gestão Escolar | R\$ |
| | 7.1 | 01 | <i>Módulo Gestão Acadêmica</i> | R\$ |
| | 7.2 | 01 | <i>Módulo Gestão de Anos Letivos</i> | R\$ |
| | 7.3 | 01 | <i>Módulo Gerador de Relatórios</i> | R\$ |
| | 7.4 | 01 | <i>Módulo Machine Learning</i> | R\$ |
| | 7.5 | 01 | <i>Módulo Diário de Classe – Diário Eletrônico online</i> | R\$ |
| | 7.6 | 01 | <i>Módulo de Comunicação Escolar</i> | R\$ |
| | 7.7 | 01 | <i>Módulo Gestão Administrativa</i> | R\$ |
| | 7.8 | 01 | <i>Módulo integrador (integração com sistemas de regulação, prestação de contas e outras esferas do governo)</i> | R\$ |
| TOTAL Educação | | | | R\$ |

2) Serviços de prestação continuada: Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte.

Nessa planilha deverão ser precificados os módulos e suas complexidades. Ela servirá de base para a proposta de preços para as Unidades Gestoras da Prefeitura de Juiz de Fora.

| Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Complexidades Valores mensais | | |
|------|-----|--|----------------------------------|----------------|---------------|
| | | | Baixa (R\$) | Média (R\$) | Alta (R\$) |
| 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.1 | 01 | <i>Características gerais comuns a todos módulos</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.2 | 01 | <i>Módulo Compras</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.3 | 01 | <i>Módulo Licitações</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.4 | 01 | <i>Módulo Edital</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.5 | 01 | <i>Módulo Patrimônio</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.6 | 01 | <i>Módulo Contratos</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.7 | 01 | <i>Módulo Convênios</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.8 | 01 | <i>Módulo Suprimentos/Almoxarifado</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.9 | 01 | <i>Módulo Frotas</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.10 | 01 | <i>Módulo Prestação de Contas de Obras</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1.11 | 01 | <i>Módulo Gestão de Obras Contratadas</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | R\$ | R\$ | R\$ |
| 2.1 | 01 | <i>Módulo Manutenção</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3 | 01 | Sistema de Arrecadação e Fiscalização | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3.1 | 01 | <i>Características complementares comuns a todos</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3.2 | 01 | <i>Módulo Taxas</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3.3 | 01 | <i>Módulo Imobiliário</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3.4 | 01 | <i>Módulo Mobiliário</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3.5 | 01 | <i>Módulo Fiscalização</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3.6 | 01 | <i>Módulo Vigilância Sanitária</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 3.7 | 01 | <i>Módulo Licenciamento</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.1 | 01 | <i>Características comuns a todos os módulos</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.2 | 01 | <i>Módulo Programação Financeira</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.3 | 01 | <i>Módulo Contas Bancárias</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.4 | 01 | <i>Módulo Despesa</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.5 | 01 | <i>Módulo Execução Financeira</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.6 | 01 | <i>Módulo Receita</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.7 | 01 | <i>Módulo Relatórios Contábeis</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.8 | 01 | <i>Módulo Procedimentos Contábeis</i> | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.9 | 01 | <i>Módulo Demonstrativos Contábeis</i> | R\$ | R\$ | R\$ |

| | | | | | |
|---------|----|---|-----|-----|-----|
| 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ | R\$ | R\$ |
| 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ | R\$ | R\$ |
| 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ | R\$ | R\$ |
| 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ | R\$ | R\$ |
| 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ | R\$ | R\$ |
| 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ | R\$ | R\$ |
| 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ | R\$ | R\$ |
| 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ | R\$ | R\$ |
| 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ | R\$ | R\$ |
| 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ | R\$ | R\$ |
| 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ | R\$ | R\$ |
| 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ | R\$ | R\$ |
| 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ | R\$ | R\$ |
| 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ | R\$ | R\$ |

3) Serviços de prestação continuada: Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte para as respectivas Unidades Gestoras conforme preços de referência definidos no **item 2**.

Obs.: Os sistemas *Nota Fiscal Eletrônica, Procuradoria Municipal, Gestão da Controladoria e Gestão de Cemitérios* estão contidos somente na UG PJF, nessa situação o valor e a complexidade deverão ser informados diretamente na respectiva planilha.

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Complexidades Valores mensais | |
|-----|------|-----|---|---|-------------|
| | | | | Complexidade [A]lta [M]édia [B]aixa | Valor (R\$) |
| PJF | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | | R\$ |
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | | R\$ |
| | 3 | 01 | Sistema de Arrecadação e Fiscalização | | R\$ |
| | 3.1 | 01 | Características complementares comuns a todos | | R\$ |
| | 3.2 | 01 | Módulo Taxas | | R\$ |
| | 3.3 | 01 | Módulo Imobiliário | | R\$ |
| | 3.4 | 01 | Módulo Mobiliário | | R\$ |
| | 3.5 | 01 | Módulo Fiscalização | | R\$ |
| | 3.6 | 01 | Módulo Vigilância Sanitária | | R\$ |
| | 3.7 | 01 | Módulo Licenciamento | | R\$ |
| | 4 | 01 | Sistema de Nota Fiscal Eletrônica | | R\$ |
| | 4.1 | 01 | Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) | | R\$ |
| | 4.2 | 01 | Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Eventual – NFS-e Eventual | | R\$ |
| | 4.3 | 01 | Módulo Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e por Dispositivos Móveis | | R\$ |
| | 4.4 | 01 | Módulo Cupom Fiscal | | R\$ |
| | 4.5 | 01 | Módulo Cupom Fiscal Dispositivos Móveis | | R\$ |



| | | | | |
|------------------|---------|----|--|-----|
| | 4.6 | 01 | Módulo Nota Fiscal Premiada e Cupom Premiado | R\$ |
| | 4.6 | 01 | Módulo de Retenção na Fonte | R\$ |
| | 4.7 | 01 | Módulo Construção Civil | R\$ |
| | 4.8 | 01 | Módulo de Cartórios | R\$ |
| | 4.9 | 01 | Módulo Instituições Financeiras | R\$ |
| | 4.10 | 01 | Módulo Escrituração dos Serviços Prestados e Tomados | R\$ |
| | 4.11 | 01 | Módulo Geração de Guias de Recolhimento do ISS | R\$ |
| | 4.12 | 01 | Módulo Compensação de Créditos | R\$ |
| | 4.13 | 01 | Módulo Gestão do Simples Nacional | R\$ |
| | 4.14 | 01 | Módulo Relatórios Fiscais | R\$ |
| | 4.15 | 01 | Módulo Business Intelligence – BI | R\$ |
| | 4.16 | 01 | Módulo Domicílio Eletrônico Tributário – DET | R\$ |
| | 4.17 | 01 | Módulo Histórico de Intervenções/Alterações no Sistema | R\$ |
| | 4.18 | 01 | Módulo Cartão de Crédito/Débito | R\$ |
| | 4.19 | 01 | Módulo Leasing | R\$ |
| | 4.20 | 01 | Módulo Plano de Saúde | R\$ |
| | 4.21 | 01 | Módulo Farmácia de Manipulação | R\$ |
| | 4.22 | 01 | Módulo Diversões Públicas (shows e eventos) | R\$ |
| | 4.23 | 01 | Módulo Instituições de Ensino, Treinamento e Congêneres | R\$ |
| | 4.24 | 01 | Módulo Sociedade de Profissionais | R\$ |
| | 4.25 | 01 | Módulo Pedágio | R\$ |
| | 4.26 | 01 | Módulo Transporte Coletivo Municipal | R\$ |
| | 4.27 | 01 | Módulo Salão Parceiro | R\$ |
| | 4.28 | 01 | Módulo de Retenção na Fonte | R\$ |
| | 5 | 01 | Sistema da Procuradoria Municipal | R\$ |
| | 5.1 | 01 | Características Gerais a Todos Módulos | R\$ |
| | 5.2 | 01 | Módulo de Gestão de Processos Judiciais/Contencioso | R\$ |
| | 5.3 | 01 | Módulo de Gestão de Processos Administrativos/Consultivo | R\$ |
| | 5.4 | 01 | Módulo de Execução Fiscal | R\$ |
| | 5.5 | 01 | Módulo de Cartório | R\$ |
| | 5.6 | 01 | Módulo Gestão Administrativa da Dívida Ativa | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 8 | 01 | Sistema de Gestão de Controladoria | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| | 13 | 01 | Sistema de Gestão de Cemitérios | R\$ |
| TOTAL PJF | | | | R\$ |

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Complexidades Valores mensais | |
|--------------------|---------|-----|--|---|-------------|
| | | | | Complexidade [A]Ita [M]édia [B]aixa | Valor (R\$) |
| MAPRO | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | | R\$ |
| | 1.1 | 01 | <i>Características gerais comuns a todos módulos</i> | | R\$ |
| | 1.2 | 01 | <i>Módulo Compras</i> | | R\$ |
| | 1.3 | 01 | <i>Módulo Licitações</i> | | R\$ |
| | 1.4 | 01 | <i>Módulo Edital</i> | | R\$ |
| | 1.5 | 01 | <i>Módulo Patrimônio</i> | | R\$ |
| | 1.6 | 01 | <i>Módulo Contratos</i> | | R\$ |
| | 1.7 | 01 | <i>Módulo Convênios</i> | | R\$ |
| | 1.8 | 01 | <i>Módulo Suprimentos/Almoxarifado</i> | | R\$ |
| | 1.9 | 01 | <i>Módulo Frotas</i> | | R\$ |
| | 1.10 | 01 | <i>Módulo Prestação de Contas de Obras</i> | | R\$ |
| | 1.11 | 01 | <i>Módulo Gestão de Obras Contratadas</i> | | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | | R\$ |
| | 2.1 | 01 | <i>Módulo Manutenção</i> | | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | | R\$ |
| | 6.1 | 01 | <i>Características comuns a todos os módulos</i> | | R\$ |
| | 6.2 | 01 | <i>Módulo Programação Financeira</i> | | R\$ |
| | 6.3 | 01 | <i>Módulo Contas Bancárias</i> | | R\$ |
| | 6.4 | 01 | <i>Módulo Despesa</i> | | R\$ |
| | 6.5 | 01 | <i>Módulo Execução Financeira</i> | | R\$ |
| | 6.6 | 01 | <i>Módulo Receita</i> | | R\$ |
| | 6.7 | 01 | <i>Módulo Relatórios Contábeis</i> | | R\$ |
| | 6.8 | 01 | <i>Módulo Procedimentos Contábeis</i> | | R\$ |
| | 6.9 | 01 | <i>Módulo Demonstrativos Contábeis</i> | | R\$ |
| | 6.10 | 01 | <i>Módulo Prestação de Contas</i> | | R\$ |
| | 6.11 | 01 | <i>Módulo Conciliação Bancária e Contábil</i> | | R\$ |
| | 6.12 | 01 | <i>Módulo Orçamentário</i> | | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | <i>Requisito 01: integrar com 1DOC;</i> | | R\$ |
| | 9.3 | 01 | <i>Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado;</i> | | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | | R\$ |
| | 12.1 | 01 | <i>Modulo Geral</i> | | R\$ |
| | 12.2 | 01 | <i>Módulo Atendimento ao Servidor Público</i> | | R\$ |
| | 12.3 | 01 | <i>Módulo Atendimento ao eSocial</i> | | R\$ |
| | 12.4 | 01 | <i>Módulo Concursos e Processos Seletivos</i> | | R\$ |
| | 12.5 | 01 | <i>Módulo Avaliação de Desempenho</i> | | R\$ |
| | 12.6 | 01 | <i>Módulo Ponto Biométrico</i> | | R\$ |
| TOTAL MAPRO | | | | | R\$ |

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Complexidades Valores mensais | |
|--------|------|-----|--|---|-------------|
| | | | | Complexidade [A]Ita [M]édia [B]aixa | Valor (R\$) |
| PROCON | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | | R\$ |
| | 1.1 | 01 | <i>Características gerais comuns a todos módulos</i> | | R\$ |
| | 1.2 | 01 | <i>Módulo Compras</i> | | R\$ |
| | 1.3 | 01 | <i>Módulo Licitações</i> | | R\$ |
| | 1.4 | 01 | <i>Módulo Edital</i> | | R\$ |
| | 1.5 | 01 | <i>Módulo Patrimônio</i> | | R\$ |
| | 1.6 | 01 | <i>Módulo Contratos</i> | | R\$ |

| | | | | |
|---------------------|---------|----|---|-----|
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Módulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL PROCON | | | | R\$ |

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Complexidades Valores mensais | |
|--------|------|-----|---|---|-------------|
| | | | | Complexidade [A]Ita [M]édia [B]aixa | Valor (R\$) |
| JFPREV | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | | R\$ |
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | | R\$ |

| | | | | |
|---------------------|---------|----|---|-----|
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL JFPREV | | | | R\$ |

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Complexidades Valores mensais | |
|---------|------|-----|---|---|-------------|
| | | | | Complexidade [A]Ita [M]édia [B]aixa | Valor (R\$) |
| FUNALFA | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | | R\$ |
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | | R\$ |

| | | | | |
|----------------------|---------|----|---|-----|
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | R\$ |
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL FUNALFA | | | | R\$ |

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Complexidades Valores mensais | |
|---------|---------|-----|---|---|-------------|
| | | | | Complexidade [A]Ita [M]édia [B]aixa | Valor (R\$) |
| DEMLURB | 1 | 01 | Sistema de Gestão de Contratos e compras | | R\$ |
| | 1.1 | 01 | Características gerais comuns a todos módulos | | R\$ |
| | 1.2 | 01 | Módulo Compras | | R\$ |
| | 1.3 | 01 | Módulo Licitações | | R\$ |
| | 1.4 | 01 | Módulo Edital | | R\$ |
| | 1.5 | 01 | Módulo Patrimônio | | R\$ |
| | 1.6 | 01 | Módulo Contratos | | R\$ |
| | 1.7 | 01 | Módulo Convênios | | R\$ |
| | 1.8 | 01 | Módulo Suprimentos/Almoxarifado | | R\$ |
| | 1.9 | 01 | Módulo Frotas | | R\$ |
| | 1.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas de Obras | | R\$ |
| | 1.11 | 01 | Módulo Gestão de Obras Contratadas | | R\$ |
| | 2 | 01 | Sistema de Gestão de Obras | | R\$ |
| | 2.1 | 01 | Módulo Manutenção | | R\$ |
| | 6 | 01 | Sistema de Planejamento e Contabilidade | | R\$ |
| | 6.1 | 01 | Características comuns a todos os módulos | | R\$ |
| | 6.2 | 01 | Módulo Programação Financeira | | R\$ |
| | 6.3 | 01 | Módulo Contas Bancárias | | R\$ |
| | 6.4 | 01 | Módulo Despesa | | R\$ |
| | 6.5 | 01 | Módulo Execução Financeira | | R\$ |
| | 6.6 | 01 | Módulo Receita | | R\$ |
| | 6.7 | 01 | Módulo Relatórios Contábeis | | R\$ |
| | 6.8 | 01 | Módulo Procedimentos Contábeis | | R\$ |
| | 6.9 | 01 | Módulo Demonstrativos Contábeis | | R\$ |
| | 6.10 | 01 | Módulo Prestação de Contas | | R\$ |
| | 6.11 | 01 | Módulo Conciliação Bancária e Contábil | | R\$ |
| | 6.12 | 01 | Módulo Orçamentário | | R\$ |
| | 9 | 01 | Sistema de Protocolo | | R\$ |
| | 9.1/9.2 | 01 | Requisito 01: integrar com 1DOC; | | R\$ |
| | 9.3 | 01 | Requisito 02: fornecer o módulo caso demandado; | | R\$ |
| | 10 | 01 | Sistema de informações gerenciais | | R\$ |
| | 11 | 01 | Sistema de Gestão de Custos | | R\$ |
| | 12 | 01 | Sistema de Recursos Humanos | | R\$ |

| | | | | |
|----------------------|------|----|--|-----|
| | 12.1 | 01 | Modulo Geral | R\$ |
| | 12.2 | 01 | Módulo Atendimento ao Servidor Público | R\$ |
| | 12.3 | 01 | Módulo Atendimento ao eSocial | R\$ |
| | 12.4 | 01 | Módulo Concursos e Processos Seletivos | R\$ |
| | 12.5 | 01 | Módulo Avaliação de Desempenho | R\$ |
| | 12.6 | 01 | Módulo Ponto Biométrico | R\$ |
| TOTAL DEMLURB | | | | R\$ |

4) Serviços de prestação continuada: Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte para os **Lotes:**

2 – Sistema de Gestão de Saúde e

3 – Sistema de Gestão Escolar

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|--------------|---------|-----|---|-------------|
| Saúde | 14 | 01 | Sistema de Gestão de Saúde | R\$ |
| | 14.1 | 01 | Características Gerais | R\$ |
| | 14.2.1 | 01 | Módulo Cadastros Gerais | R\$ |
| | 14.2.2 | 01 | Módulo de Cadastro Profissionais | R\$ |
| | 14.2.3 | 01 | Módulo de Cadastro de Anamnese | R\$ |
| | 14.2.4 | 01 | Módulo de Cadastro de Pacientes | R\$ |
| | 14.2.5 | 01 | Módulo de Comunicação | R\$ |
| | 14.2.6 | 01 | Módulo de Processamento Ambulatorial Hospitalar | R\$ |
| | 14.2.7 | 01 | Módulo Recepção de Pacientes | R\$ |
| | 14.2.8 | 01 | Módulo Acolhimento e classificação de risco | R\$ |
| | 14.2.9 | 01 | Módulo Atendimento de enfermagem | R\$ |
| | 14.2.10 | 01 | Módulo Atendimento Médico | R\$ |
| | 14.2.11 | 01 | Módulo Atendimento Odontológico | R\$ |
| | 14.2.12 | 01 | Módulo Registro de Outros Procedimentos | R\$ |
| | 14.2.13 | 01 | Módulo Prontuário | R\$ |
| | 14.2.14 | 01 | Módulo Agendamento de Consultas | R\$ |
| | 14.2.15 | 01 | Módulo Agendamento de Exames | R\$ |
| | 14.2.16 | 01 | Módulo Agendamento de Procedimentos | R\$ |
| | 14.2.17 | 01 | Módulo Resultado de Exames | R\$ |
| | 14.2.18 | 01 | Módulo Recepção Resultado de Exames | R\$ |
| | 14.2.19 | 01 | Módulo Regulação – Funcionalidades gerais | R\$ |
| | 14.2.20 | 01 | Módulo Controle e Avaliação | R\$ |
| | 14.2.21 | 01 | Módulo TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) | R\$ |
| | 14.2.22 | 01 | Módulo Vacinas/Imunobiológicos | R\$ |
| | 14.2.23 | 01 | Módulo Vigilância em Saúde | R\$ |
| | 14.2.24 | 01 | Módulo Emissão de Autos e Termos | R\$ |
| | 14.2.25 | 01 | Módulo Processo Administrativo | R\$ |
| | 14.2.26 | 01 | Módulo Denúncias | R\$ |
| | 14.2.27 | 01 | Módulo Emissão de Taxas e Multas | R\$ |
| | 14.2.28 | 01 | Módulo Acesso Mobile Offline | R\$ |
| | 14.2.29 | 01 | Módulo Acesso Externo Vigilância - Cidadão | R\$ |
| | 14.2.30 | 01 | Módulo Acesso Externo – Validação de Usuário | R\$ |
| | 14.2.31 | 01 | Módulo Acesso Externo - Contabilistas | R\$ |
| | 14.2.32 | 01 | Módulo Vigilância Epidemiológica | R\$ |
| | 14.2.33 | 01 | Módulo Vigilância Ambiental | R\$ |
| | 14.2.34 | 01 | Módulo Controle de Endemias | R\$ |
| | 14.2.35 | 01 | Módulo Controle de Saneamento | R\$ |
| | 14.2.36 | 01 | Módulo Acesso Mobile Offline | R\$ |
| | 14.2.37 | 01 | Módulo Vigilância Sanitária | R\$ |
| | 14.2.38 | 01 | Módulo Vigilância em Saúde do Trabalho | R\$ |

| | | | | |
|--------------------|---------|----|--|-----|
| | 14.2.39 | 01 | Módulo Laboratório Municipal | R\$ |
| | 14.2.40 | 01 | Módulo Controle de Materiais | R\$ |
| | 14.2.41 | 01 | Módulo Entradas | R\$ |
| | 14.2.42 | 01 | Módulo Acertos e Inutilizações | R\$ |
| | 14.2.43 | 01 | Módulo Interfaceamento | R\$ |
| | 14.2.44 | 01 | Módulo Soroteca | R\$ |
| | 14.2.45 | 01 | Módulo Programa de Saúde | R\$ |
| | 14.2.46 | 01 | Módulo Controle De Estoque e Assistência Farmacêutica | R\$ |
| | 14.2.47 | 01 | Módulo Controle De Estoque e Assistência Farmacêutica - Entradas | R\$ |
| | 14.2.48 | 01 | Módulo Controle De Estoque e Assistência Farmacêutica – Acertos e Inutilizações | R\$ |
| | 14.2.49 | 01 | Módulo Controle De Estoque e Assistência Farmacêutica – Assistência Farmacêutica | R\$ |
| | 14.2.50 | 01 | Módulo Requisições e Transferências | R\$ |
| | 14.2.51 | 01 | Módulo Processos Judiciais | R\$ |
| | 14.2.52 | 01 | Módulo Demanda Reprimida | R\$ |
| | 14.2.53 | 01 | Módulo Coletor de Dados | R\$ |
| | 14.2.54 | 01 | Módulo Integrações | R\$ |
| | 14.2.55 | 01 | Módulo HÓRUS/QUALIFAR/BNAFAR | R\$ |
| | 14.2.56 | 01 | Módulo SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) | R\$ |
| | 14.2.57 | 01 | Módulo Transporte de Paciente | R\$ |
| | 14.2.58 | 01 | Módulo UPA 2horas | R\$ |
| | 14.2.59 | 01 | Módulo Internação hospitalar | R\$ |
| | 14.2.60 | 01 | Módulo Autorização de Internação Hospitalar (Estabelecimento) | R\$ |
| | 14.2.61 | 01 | Módulo Faturamento (Subsecretaria) | R\$ |
| | 14.2.62 | 01 | Módulo Relatórios | R\$ |
| | 14.2.63 | 01 | Módulo Controle das Internações | R\$ |
| | 14.2.64 | 01 | Módulo Recepção Internação | R\$ |
| | 14.2.65 | 01 | Módulo Agendamentos/Atendimentos | R\$ |
| | 14.2.66 | 01 | Módulo Painel de Chamadas | R\$ |
| | 14.2.67 | 01 | Módulo Business Intelligence (BI) | R\$ |
| | 14.2.68 | 01 | Módulo Indicadores de Gestão de Saúde | R\$ |
| | 14.2.69 | 01 | Módulo Acesso Externo Cidadão | R\$ |
| | 14.2.70 | 01 | Módulo Cadastros | R\$ |
| | 14.2.71 | 01 | Módulo Agendamento | R\$ |
| | 14.2.72 | 01 | Módulo Vacinas | R\$ |
| | 14.2.73 | 01 | Módulo Medicamentos | R\$ |
| | 14.2.74 | 01 | Módulo Exames | R\$ |
| | 14.2.75 | 01 | Módulo Histórico de Atendimentos Médicos/Odontológicos/Enfermagem | R\$ |
| | 14.2.76 | 01 | Módulo Acesso Cidadão Via Totem | R\$ |
| | 14.2.77 | 01 | Módulo Acesso Administrador Via WEB | R\$ |
| | 14.2.78 | 01 | Módulo Acesso Estatísticas – Via Totem/Web/Mobile | R\$ |
| | 14.2.79 | 01 | Módulo Acesso Agente Comunitários De Saúde - Acesso Mobile Offline | R\$ |
| | 14.2.80 | 01 | Módulo Pesquisas Estratégicas da Saúde via ACS | R\$ |
| | 14.2.81 | 01 | Módulo Serviços de Atenção Domiciliar | R\$ |
| | 14.2.82 | 01 | Módulo Acesso Mobile Offline | R\$ |
| | 14.2.83 | 01 | Módulo SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (SAME) | R\$ |
| TOTAL Saúde | | | | R\$ |

| UG | Item | Qtd | Descrição dos Módulos | Valor (R\$) |
|-----------------|------|-----|----------------------------------|-------------|
| Educação | 7 | 01 | Sistema de Gestão Escolar | R\$ |
| | 7.1 | 01 | Módulo Gestão Acadêmica | R\$ |



| | | | | |
|-----------------------|-----|----|--|-----|
| | 7.2 | 01 | <i>Módulo Gestão de Anos Letivos</i> | R\$ |
| | 7.3 | 01 | <i>Módulo Gerador de Relatórios</i> | R\$ |
| | 7.4 | 01 | <i>Módulo Machine Learning</i> | R\$ |
| | 7.5 | 01 | <i>Módulo Diário de Classe – Diário Eletrônico online</i> | R\$ |
| | 7.6 | 01 | <i>Módulo de Comunicação Escolar</i> | R\$ |
| | 7.7 | 01 | <i>Módulo Gestão Administrativa</i> | R\$ |
| | 7.8 | 01 | <i>Módulo integrador (integração com sistemas de regulação, prestação de contas e outras esferas do governo)</i> | R\$ |
| TOTAL Educação | | | | R\$ |

5) Valor do Ponto de Função

Lote 1 – Sistema Administrativo

| Ponto de Função | Quant. | Valor Unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
|-----------------|--------|----------------------|-------------------|
| | 12.000 | | |

Lote 2 – Sistema de Gestão de Saúde

| Ponto de Função | Quant. | Valor Unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
|-----------------|--------|----------------------|-------------------|
| | 12.000 | | |

Lote 3 – Sistema de Gestão Escolar

| Ponto de Função | Quant. | Valor Unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
|-----------------|--------|----------------------|-------------------|
| | 12.000 | | |

Para atendimento aos requisitos editalícios a proponente **DECLARA:**

- Que os serviços e/ou produtos ora propostos estão em conformidade com as especificações contidas no Edital e Termo de Referência;
- Que o preço proposto é firme e preciso e neles estão inclusos todos os impostos, taxas, e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto licitado, ressalvadas as hipóteses previstas no § 5º, do Art. 65 da Lei 8.666/93, e, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta Licitação, aos quais nos submetemos incondicional e integralmente;
- Declara também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta licitante ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



4. Que o prazo de validade da presente proposta é de **120 (cento e vinte) dias** corridos, contados a partir da entrega da mesma ao Pregoeiro.

5. A licitante declara que para a formulação da proposta de preço foram observadas as seguintes condições estipuladas no Edital:

a. Serviços de Prestação Instantânea: Planejamento do projeto, instalação do sistema, migração de dados dos sistemas atualmente em uso, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação, treinamento e operação assistida.

b. Serviços de Prestação Continuada: Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte.

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.
Devendo ser enviada junto a documentação de habilitação.

Carimbo do CNPJ

ANEXO III (TR)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA DE
PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara para fins de participação no Procedimento Licitatório **Pregão Eletrônico nº 043/2022**, que contratará os profissionais necessários ao cumprimento das exigências listadas no item **17.3.5** do Anexo I - Termo de Referência - do Edital.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.
Devendo ser enviada junto a documentação de habilitação.

Carimbo do CNPJ

ANEXO IV (TR) - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A sociedade (s) empresária (s)....., com sede na Rua/Av., nº, no Município de, Estado de inscrita no CNPJ/MF nº, telefone(s), e-mail para contato, por intermédio da pessoa legalmente credenciada Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que tomou pleno conhecimento das condições e exigências para a execução dos serviços objeto do **Pregão Eletrônico nº 043/2022** objetivando dirimir quaisquer dúvidas que possam existir com relação ao Edital e Termo de Referência (TR) e ratificar os requisitos fundamentais definidos pela **STDA/SSGD**.

A sociedade empresária declara ainda, que tem pleno conhecimento de que não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato, uma vez que será dado acesso aos interessados, que poderão entrar em contato conforme estabelecido no Edital do **Pregão Eletrônico nº 043/2022**, realizando a visita técnica.

Juiz de Fora, de de 2022

.....
Identificação da Sociedade Empresária

Assinatura

Nome do representante (por extenso e legível)

CPF nº

RG nº

Cargo e/ou função

ANEXO V (TR) - COMPOSIÇÃO DOS LOTES

Lote 1 – Administrativo

Compõe todas as áreas administrativas da PJF. Isso se refere às secretarias, administrações diretas e indiretas e integração com o Legislativo e suas atribuições.

- Sistema de Gestão de Contratos e Compras
- Sistema de Gestão de Obras
- Sistema de Arrecadação e Fiscalização
- Sistema de Planejamento e Contabilidade
- Sistema de Controladoria
- Sistema de Protocolo e Gestão de Documentos
- Sistema de Informações Gerenciais
- Sistema de Gestão de Custos
- Sistema de Gestão de Recursos Humanos
- Sistema de Gestão de Cemitérios

Lote 2 – Sistema de Gestão de Saúde

É composto por todas as aplicações que formam um GRP específico para a Secretaria de Saúde, suas necessidades de prestações de contas (financeiras e de qualquer tipo de responsabilidade) aos órgãos municipais, estaduais, federais ou qualquer outro que exista ou venha existir. De forma a atender, no mínimo, todas as unidades de saúde atualmente disponíveis (136 unidades):

| |
|---|
| Unidades de Saúde |
| 63 UBS - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE |
| 1 Equipe credenciada do Centros de Atendimento para enfrentamento ao COVID19 (PAM Marechal) |
| 4 CEO - Centro de Especialidades Odontológicas |
| 1 COAPE - Centro Odontológico de Atenção a Pacientes com Necessidades Especiais |
| 2 CAPS II - Centro de Atenção Psicossocial |
| 1 CAPS III - Centro de Atenção Psicossocial 24 h |
| 1 CAPS AD III - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas |
| 1 CAPS i - Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil |
| 28 SRT - Serviço Residencial Terapêutico |
| 1 CC - Centro de Convivência - Saúde Mental |
| 1 eCR II - Equipes de Consultório na Rua |
| Serviços de atendimento à Saúde da Mulher, Gestante, Criança e Adolescente |
| Serviço de Saúde do Idoso |
| Pontos assistenciais no PAM Marechal |
| Clínicas Especializadas (DCE) |
| Serviços de Traumatologia |
| Grupo de pequenas cirurgias |
| Serviços de Tisiologia (tratamento da tuberculose) |
| Serviço de controle, proteção e tratamento do tabagismo (SECOPTT) |
| Serviço de práticas integrativas e complementares (SPIC) |
| Serviço de atenção à saúde de pessoas ostomizadas (SASPO) |
| Serviço de controle da hipertensão, diabetes e obesidade (SCHDO) |
| Regulação do acesso aos leitos hospitalares em caráter eletivo |

| |
|--|
| Regulação do acesso aos procedimentos ambulatoriais de média complexidade |
| Regulação do acesso aos exames laboratoriais e raio-x |
| Regulação do acesso aos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade |
| Regulação do acesso ao tratamento fora do Município- TFD |
| Regulação do acesso a consultas especializadas com atendimento à população da área descoberta |
| Regulação do acesso a alguns serviços de oncologia (quimioterapia, radioterapia e medicamentos especiais) |
| Regulação do acesso a alguns serviços de nefrologia (diálise, transplantes renais) |
| Regulação do acesso aos serviços de reabilitação (auditiva e física) |
| Farmácia Central |
| Farmácia Regional Oeste (UFJF) |
| Hospital de Pronto Socorro Dr. Gerald Mozart Teixeira (HPS) |
| Pronto Atendimento Infantil (PAI) |
| 3 Unidade de Pronto Atendimento (UPAs) - Oeste, Norte e Sul |
| Unidade de Urgência Regional Leste |
| Serviço de Transporte Inter-hospitalar (STIH) |
| Serviço de Vigilância Sanitária (DVSA) |
| Serviço de atendimento à Saúde do Trabalhador - DVISAT |
| Serviço de assistência Especializada à Doenças Sexualmente Transmissíveis e Centro de Testagem e Acolhimento - CTA |
| Serviço de Zoonoses e Controle da Dengue e das Arboviroses |
| Canil Municipal |

Assim como estar preparada para ampliação da rede. Além desses a prefeitura custeia, no atendimento do SUS, nas seguintes entidades externas:

ACISPES
AHMG
ASSOCIACAO DOS CEGOS EM JUIZ DE FORA

CINDI
CLINICA EXAME
COAPE
DAVITA

FISIOTRAUMA
FISIOTREL
FISIOVIDA CLINICA DE FISIOTERAPIA REABILITACAO
FUNDACAO AMOR
HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
HOSPITAL EVANDRO RIBEIRO
HOSPITAL MARIA JOSE BAETA REIS ASCOMCER
HOSPITAL REGIONAL JOAO PENIDO
HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIV FEDERAL DE JUIZ DE FORA
HPS DR MOZART GERALDO TEIXEIRA
HSVP JUIZ DE FORA
IBG SAUDE
NEFROCLIN LTDA
ONCOLOGICO
PHYSIO
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA

ULTRACLIN MATRIZ
UNIDADE ODONTOLOGICA REGIONAL CENTRO
UNIDADE ODONTOLOGICA REGIONAL OESTE

Lote 3 – Sistema de Gestão Escolar

Formado por todos os processos, módulos, sistemas e gerenciadores de informações, planejamento e execução da Secretaria de Educação. Esse lote deve fornecer as ferramentas necessárias para a administração municipal gerir suas responsabilidades e necessidades da educação. De forma a atender, no mínimo, todas as unidades educacionais atualmente disponíveis (161 unidades), assim como estar preparada para ampliação da rede.

ANEXO VI (TR) - TEORIZAÇÃO DAS COMPLEXIDADES

O modelo proposto tem por objetivo estimar com maior precisão e objetividade a complexidade de projetos de software. Este modelo foi baseado no artigo "Taking the measure of project complexity – CIO Magazine" de Gopal K. Kupur, Presidente do Centro de Gerenciamento de Projetos e autor do livro "Project Management for Information, Technology, Business and Certification." Também foi consultado o material disponível no website do Departamento de Tecnologia da Informação do estado do Novo México.

No modelo a ser exposto, a complexidade estimada do projeto é mensurada através da análise de elementos em duas categorias: **Categoria de negócio** e **Categoria técnica**. Essas duas categorias se dividem em critérios aos quais podem ser atribuídos pontos, definindo assim, a complexidade do critério. Ao serem somadas as pontuações de todos os critérios, fica definido o nível de complexidade geral do projeto.

A seguir, detalharemos os critérios e a pontuação a ser atribuída de acordo com a opção selecionada, em seguida, o cálculo que determina a complexidade geral do projeto:

1 - Tamanho Funcional estimado do projeto em pontos de função:

- 0 - 1 ponto** - menos de 300 pontos de função.
- 2 - 3 pontos** - entre 300 e 600 pontos de função.
- 4 - 5 pontos** - acima de 600 pontos de função.

2 - Tamanho estimado em pessoas necessárias na equipe do projeto:

- 0 - 1 ponto** - menos de 10.
- 2 - 3 pontos** - entre 10 e 20.
- 4 - 5 pontos** - acima 20.

3 - Quantidade de grupos de trabalho:

- 0 - 1 ponto** - menos de 4.
- 2 - 3 pontos** - entre 4 e 6.
- 4 - 5 pontos** - acima de 6.

4 - Tecnologia (Conhecimento técnico da equipe em relação às ferramentas tecnológicas a serem utilizadas:

- 0 - 1 ponto** - Total ou razoável conhecimento.
- 2 - 3 pontos** - Pouco conhecimento.
- 4 - 5 pontos** - Tecnologia nunca utilizada.

5 - Características Técnicas:

a - A solução deverá interagir com algum sistema interno ou fará uso de processamento por lote?

b - A solução deverá interagir com algum sistema externo?

c - A solução precisará gerar alertas automáticos de acordo com algum evento?

d - A solução deverá manter dados históricos ou dados versionados?

- 0 - 1 ponto** - Sim para menos de 2 questionamentos.
- 2 - 3 pontos** - Sim para 2 ou 3 questionamentos.
- 4 - 5 pontos** - Sim para 3 ou 4 questionamentos.

6 - A solução será regida por leis, decretos, regulações ou normas/regras e ou cálculos?

- 0 - 1 ponto** - Nenhum ou poucos.
2 - 3 pontos - Sim, em uma quantidade razoável.
4 - 5 pontos - Sim, em uma quantidade elevada.

7- Abrangência de utilização da aplicação.

- 0 - 1 ponto** - até 3 departamentos/áreas.
2 - 3 pontos - entre 3 e 6 departamentos/áreas.
4 - 5 pontos - mais de 6 departamentos/áreas ou aberto à população.

Ao final devemos somar os pontos atribuídos a cada critério para determinar o nível de complexidade geral do projeto:

- Baixa: menos de 10 pontos.**
Média: entre 11 e 20 pontos.
Alta: acima de 20 pontos.

Segue abaixo uma tabela para melhor ilustrar a aplicação do modelo:

| Estimativa de Complexidade de Projetos de Software | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------|----------------------------|---------------|
| | Nível de complexidade | | | |
| Critérios | Baixo | Médio | Alto | Pontos |
| 1 - Tamanho estimado do projeto em pontos de função. | < 300 | 300 - 600 | > 600 | (0-5) |
| 2 - Tamanho estimado em pessoas necessárias na equipe do projeto. | < 10 | 10 - 20 | > 20 | (0-5) |
| 3 - Quantidade de grupos de trabalho. | < 4 | 4 - 6 | > 6 | (0-5) |
| 4 - Tecnologia (Conhecimento técnico da equipe em relação às ferramentas tecnológicas a serem utilizadas. | Total ou razoável conhecimento | Pouco conhecimento | Tecnologia utilizada nunca | (0-5) |

| | | | | |
|---|---|---------------------------------|---|---------------|
| <p>5 - Características Técnicas:</p> <p>a - A solução deverá interagir com algum sistema interno ou fará uso de processamento por lote?</p> <p>b - A solução deverá interagir com algum sistema externo?</p> <p>c - A solução precisará gerar alertas automáticos de acordo com algum evento?</p> <p>d - A solução deverá manter dados históricos ou dados versionados?</p> | Sim para < 2 | Sim para 2 - 3 | Sim para 3 - 4 | (0-5) |
| <p>6 - A solução será regida por leis, decretos, regulações ou normas/regras e ou cálculos?</p> | Nenhum ou poucos | Sim, em uma quantidade razoável | Sim, em uma quantidade elevada | (0-5) |
| <p>7- Abrangência de utilização da aplicação.</p> | <= 3 departamentos/áreas | 3 - 6 departamentos/áreas | > 6 departamentos/áreas ou aberto à população | (0-5) |
| Pontuação total | <p>Baixa: menos de 10 pontos. Média: entre 11 e 20 pontos. Alta: acima de 20 pontos.</p> | | | (0-35) |